

# AMÂNCIO CARDOSO DOS SANTOS NETO

Sob o signo da peste:

Sergipe no tempo do cholera (1855-1856)

Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Departamento de  
História do Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas sob a  
orientação do Prof. Dr. Ítalo  
Arnaldo Tronca.

Este exemplar corresponde à  
redação final da tese  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em  
14 / 11 / 2001

## BANCA

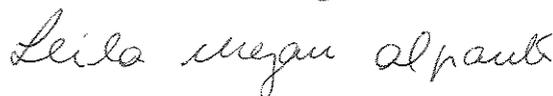
Prof. Dr. Ítalo Arnaldo Tronca (orientador)



Prof. Dr. Francisco Jose Alves dos Santos



Profa. Dra. Leila Mezan Algranti



NOVEMBRO/2001

690557008

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	Sa 59 s
V.	
T.	47326
P.	837/02
	<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>
P.	R\$ 11,00
O.	01-02-02
M.	

CM00162930-1

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Santos Neto, Amâncio Cardoso dos.  
Sa 59 s      Sob o signo da peste: Sergipe no tempo do cholera (1855-1856) /  
Amâncio Cardoso dos Santos Neto. -- Campinas, SP : [s.n.],  
2001.

**Orientador: Ítalo Arnaldo Tronca.**  
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Epidemias – Sergipe, 1855-1856. 2. Cólera – Sergipe.**  
**I. Tronca, Ítalo Arnaldo. II. Universidade Estadual de**  
**Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

A meus pais **Miguel Amâncio Cardoso** (In memorian)

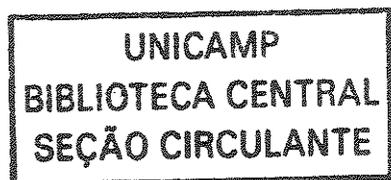
e

**Maria do Carmo Cardoso.**

À **Tanamara Soares Cardoso**

e

**Ana Clara Soares Cardoso**



## AGRADEÇO

Ao prof. Dr. **Francisco José Alves** (DHI/UFS), pela amizade e pelas horas de leitura, crítica e discussão que travou como ritual de formação deste aprendiz do saber histórico.

Ao prof. Dr. **Ítalo Arnaldo Tronca** (IFCH/Unicamp) pela orientação deste trabalho.

Aos meus familiares, sobretudo minhas irmãs **Ana** e **Lúcia Cardoso**; a meus sogros **José Fiel** e **Osmélia Soares** pelo apoio moral e material indispensáveis.

Ao prof. e poeta **Jeová Santana** pela acolhida na “fria” Campinas e por que “*a poesia ainda é necessária*”. A **José Thiago da Silva**, pelo empréstimo de um documento original editado em 1855; à **Rosilvane Maciel**, pela bibliografia enviada da França; a **Péricles Morais**, **Cristiane Vitória** e **Ilza Bispo**, pela comunhão e incentivo mútuo.

Aos camaradas da “Pensão Misossoe”, em Campinas/SP, representados por **Cláudio Chemmés**, pelas horas de lazer para amenizar a saudade de Sergipe.

Aos colegas do Mestrado em História da Universidade de Campinas (Unicamp), turma 1999/1, em especial à **Camilla Agostini**, por ser sensível à cultura nordestina (ôxeente !), e à **Maristela Coccia**, pelas solitudes. Como também aos professores do Mestrado, principalmente aos doutores **Sidney Chalhoub**, **Cláudio de Moraes Batalha** e **Cristina Meneguello**, pela leitura atenta do projeto de pesquisa.

Aos funcionários dos acervos pesquisados, em particular **Luzia Inês de Jesus** (BPED); **Marilene Vieira** (APES) e **Mário Martins** (AEL/Unicamp), pelo carinho e dedicação prestados.

E finalmente, à direção da Escola Técnica Federal de Sergipe, na pessoa do prof. **Clemisson da Silva Araújo**, pela licença concedida para minha qualificação.

## SUMÁRIO

Lista de abreviaturas	ix
Resumo	xi
Résumé	xii
<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I – Da literatura, teoria e metodologia</b>	<b>13</b>
1.- Da Literatura	15
2.- Da Teoria	28
3.- Da Metodologia	33
<b>Capítulo II – Uma Geografia da peste: a “marcha” do cólera por Sergipe</b>	<b>39</b>
1.- Atravessando o Rio Real	41
2.- Grassando pelo Agreste, Sertão e Zona da Mata	69
3.- Dizimando pelo Vale do Baixo São Francisco	96
<b>Capítulo III – As filhas da peste: escassez, fome e orfandade</b>	<b>103</b>
1.- A crise no campo e a fome nas cidades	105
2.- Pobres e Órfãos: filantropia ou assepsia ?	132
<b>Capítulo IV – Combatendo a peste</b>	<b>141</b>
1.- Os médicos contra a peste	143
1.1- Um mundo de miasmas	143
1.2- O tratamento dos doentes	160
2.- O Governo contra a peste	167
2.1- Uma bio-política: intervensões do poder executivo	167
2.2- Pondo ordem na cidade: o papel das Câmaras Municipais	175
3.- A população contra a peste	185
3.1- Escravos e forros; livres e filantropos contra a peste	185
3.2- Os crentes contra a peste	192
<b>À guisa de conclusão</b>	<b>201</b>
<b>Fontes e Bibliografia</b>	<b>207</b>
<b>Anexos</b>	<b>231</b>

## Lista de Abreviaturas

- AEL/Unicamp – Arquivo Edgar Leuenroth da Universidade Estadual de  
Campinas/SP.
- Ms.-APES – Manuscrito do Arquivo Público do Estado de Sergipe.
- BC/OR – Biblioteca Central da Universidade de Campinas, Seção de Obras Raras.
- BPED, DS – Biblioteca Pública Epifânio Dória/SE, seção de Documentação  
Sergipana.
- IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.
- PDPH/DHI/UFS – Programa de Documentação e Pesquisa Histórica do  
Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe.

## Resumo

Entre 1855 e 1856, o Brasil foi assolado, pela primeira vez, por uma intensa epidemia de cólera-morbo. Na região Nordeste, populações inteiras foram dizimadas. Nesta pesquisa, analiso a epidemia na província de Sergipe e as implicações do processo de medicalização introduzido por ela. Tal surto de cólera, por um lado, teve rápida propagação naquele período, causando grande mortalidade e crise no abastecimento de gêneros alimentícios. Por outro, desencadeou pavor e incertezas quanto à sua origem, natureza e formas de tratamento. Ademais, elaboraram-se discursos e práticas, às vezes divergentes, veiculados pela medicina acadêmica, pela igreja católica e pelo governo, cujas normas e intervenções reordenaram as cidades e seu cotidiano sob o signo da peste. Por conseguinte, instituiu-se o processo de “medicalização” na província, inaugurando uma nova mentalidade sobre questões higiênico-sanitárias. Por fim, são interpretadas as reações da população frente à epidemia e o regime de medicalização.

## Résumé

Entre 1855 et 1856, le Brésil fut dévasté, pour la première fois, par une intense épidémie de choléra. Dans la région "Nordeste", des populations entières furent décimées. Dans cette recherche, j'analyse cette épidémie dans la province de Sergipe, du point de vue des changements socio-économiques et les changements de mentalités qu'elle a provoquée. Le choléra, d'un côté, a eu une grande répercussion décimant la population et provoquant une crise de l'approvisionnement alimentaire. D'un autre côté, l'épidémie généra terreur et incertitude quant à son origine, sa nature et ses formes de traitement. De plus, les discours et des pratiques vont s'élaborer, parfois divergeants, véhiculés par la médecine académique, par l'église catholique et par le gouvernement, dont les normes et interventions réorganiseront les villes et leurs quotidien sous le signe de la peste. C'est également objet de cette recherche, l'imaginaire collectif exprimé dans le langage et les attitudes de la population face à épidémie de choléra et la medicalization au milieu du XIX<sup>ème</sup> siècle.

“... recordar às pessoas aquilo que elas gostariam de esquecer.  
Essa é uma das funções mais importantes do historiador”.

BURKE. Peter. *O mundo como teatro*. Lisboa: DIFEL, 1992. p. 251.

## **Introdução**

**“As cenas do cólera de 1856 foram dolorosíssimas ...”.**

Sílvio Romero (1851-1914), 1994: 42.

**“O aparecimento do cholera morbus entre a população sergipana reclama (...) uma noticia a respeito, afim de que hoje, (...) se possa fazer uma idéia dos enormes estragos produzidos por tão mortífera e pavorosa epidemia.”**

Laudelino Freire (1873-1937), 1898: 111.

Na última década do século XX, as condições sanitárias em Sergipe são agravantes. Considerável parcela de sua população vive sob bases precárias quanto à qualidade de vida. Uma pesquisa demonstrou que 26,7% das famílias do Estado não têm acesso ao uso e escoadouro de instalação sanitária; 32,2% de seus domicílios não têm banheiro; 39,6% não possuem canalização interna; 41,1% jogam o lixo em valas, terrenos ou lugares não apropriados e, por fim, 52,6% das residências são desaparelhadas de qualquer filtro de água.<sup>1</sup> Os números são expressivos e revelam a iminência de graves problemas de salubridade pública.

A saúde pública em nossos dias ainda é atingida por epidemias, principalmente quando a situação descrita acima se apresenta e facilita sua difusão. O perigo é maior na medida em que vivemos uma intensa diminuição das distâncias, propiciando a transmigração de doenças de um a outro continente.

Este processo de difusão nosológica se acelerou a partir do século 19 com a expansão do capital internacional. Desde então, surgiram preocupações higiênico-sanitárias advindas de suas conquistas territoriais e conseqüente urbanização. Neste contexto, propagaram-se terríveis pandemias como as de cólera-morbo, entre outras.<sup>2</sup> O mundo presencia, desde 1817, vários surtos de cólera a devassar continentes e regiões; inclusive o Império brasileiro, acometido pela primeira vez no surto de 1855-1856.

---

<sup>1</sup> CENSO Demográfico 1991 – *Famílias e domicílios* [Sergipe]. Rio de Janeiro: FIBGE, 1997. p. 138-139.

<sup>2</sup> **Pandemia** – epidemia generalizada por vários continentes; agravamento de uma epidemia. **Epidemia** – doença que surge em um determinado lugar, se espalha com rapidez e acomete simultaneamente grande número de pessoas; agravamento de uma endemia. **Endemia** – doença que existe constantemente em um determinado lugar. FERREIRA, Aurélio Buarque de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1256, 671, 648 respectivamente.

Nesta dissertação estudo a epidemia de cólera-morbo de 1855<sup>3</sup>; mais especificamente na província sergipana. Nesta pesquisa, busco compreender a relação entre o aparecimento desta epidemia e a instituição do processo de “medicalização” na província. Desta forma, tento responder qual o significado daquela epidemia como fenômeno que consolida uma mentalidade medicalizada. Pois, muitos países da Europa vivenciavam o controle político-sanitário moldado pela moderna medicina social desde fins do século 18. Nas principais províncias do Brasil, o fenômeno da medicalização ocorre nas primeiras décadas do 19.<sup>4</sup>

Portanto, para compreender a inserção da medicalização na província provocada pelo cólera, analiso os significados sócio-econômicos, políticos e mentais da epidemia. Deste modo, historio e interpreto as intervenções do poder público; as teorias e práticas médicas; as reações populares diante da peste; e as mudanças no cotidiano das cidades.

Faço isto, sustentado na tese de que as ações do governo possuíam caráter disciplinar, “profilático” e moralizador, sobretudo sobre as “classes inferiores”. Pois, os dispositivos de controle do Estado estavam calcados nas estratégias da “medicina social” empreendidas pelos acadêmicos. Creio que tais intervenções se acentuaram, então, no cotidiano da população citadina através, sobretudo, dos códigos de posturas e instruções sanitárias, que inauguram uma mentalidade medicalizada na província.

Ademais, o cólera era pouco conhecido pelas pessoas à época e sua cura era desconhecida pelos médicos. No entanto, estes combateram a moléstia impondo discursos e

---

<sup>3</sup> Cólera-morbo ou cólera asiático é uma doença infecto-contagiosa provocada pela instalação de bactérias (*Vibrio cholerae*) no intestino humano. Ela é caracterizada, nos casos típicos, por incubação de 1 a 4 dias e início abrupto, com náuseas, vômitos, cólicas abdominais e diarreias profusas de fezes riziformes (aspecto de água de arroz). A perda rápida de água e de sais conduz a um estado de profunda desidratação indicado por olheiras profundas, mãos engelhadas (“mãos de lavadeira”) e pele sem elasticidade; acompanhado de resfriamento do corpo (algidez), queda de pressão arterial, supressão da secreção urinária e colapso circulatório. Cf. BIER, Otto. *Microbiologia e imunologia*. 30ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994. 649.

<sup>4</sup> Nos capítulos seguintes definiremos os conceitos de “medicalização” e de “medicina social” dos séculos 18 e 19.

tecnologias, enquanto a população enfrentou, além do flagelo, as injunções da medicina e das políticas “higienistas” do Estado. Assim, formularam-se representações diferenciadas sobre o fenômeno, marcando o imaginário coletivo e modificando a ordem pública.

A importância de estudos desta natureza é que as epidemias estão ligadas às condições de existência e às formas de vida dos indivíduos. Logo, cada sociedade lhes confere variados valores, diferentes explicações e diversas estratégias de combate ou convívio.<sup>5</sup> Desta forma, as moléstias são ricos objetos porque interferem sobremaneira em aspectos materiais e simbólicos das preocupações humanas.

Sendo assim, as doenças pertencem não só à história superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à história profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações e às mentalidades.<sup>6</sup> Através delas, o historiador vislumbra um campo fértil para a compreensão do passado.

No que diz respeito às epidemias; saberes e hábitos são constituídos: atitudes, sensibilidades e valores frente às doenças têm uma historicidade. Ademais, os males formam uma espécie de intermédio entre os cuidados com a vida e as preocupações com a morte; ou por outra, as epidemias se encontram numa zona fronteira, na confluência das instâncias do biológico e do mental, da natureza e da cultura, enfim, na História.<sup>7</sup>

Portanto, o drama da humanidade é representado numa espécie de história do sofrimento, unindo o horror dos sintomas ao pavor de um sentimento de culpabilidade individual e coletiva. Eis o teatro visceral das epidemias.

---

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994. p. 36-37.

<sup>6</sup> LE GOFF, J. “Uma história dramática”. In LE GOFF, J. *et al. As Doenças têm História*. 2. ed. Lisboa: Terramar, 1997. p. 08.

<sup>7</sup> ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. In LE GOFF, J. (Org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 169.

O Brasil experimentou esta tragédia quando foi acometido pela pandemia de cólera-morbo em 1855. Este surto inaugural se destacou por produzir um dos tempos mais críticos de nossa história, provocando mudanças e abalos no universo sócio-econômico e mental. Por outro lado, os estragos demográficos foram consideráveis. Em seus aparecimentos pelo país ao longo do século 19, a epidemia de cólera dizimou cerca de 200 mil pessoas apenas entre os anos de 1855 e 1856, conforme dados do Barão do Lavradio (1816-1892), então presidente da Junta Central de Higiene Pública do Império.<sup>8</sup>

Mas o cólera-morbo não se originou em nossas plagas. O flagelo é originário dos altos vales do Ganges (Índia) e do Brahmaputra (Paquistão Oriental), onde continua a possuir caráter endêmico. O primeiro grande surto de cólera ocorreu em 1817; logo após se disseminou pela China, Filipinas e Japão, indo também para o Oriente Médio. Da Ásia se encaminhou principalmente para o Leste africano, nas províncias de Zanzibar e Madagascar, ficando restrito, nesse momento, a estes dois continentes sem perder seu caráter virulento.

Um recrudescimento da epidemia ocorreu em 1829, investindo contra a Europa, onde também ensaiou seus funestos passos nos anos de 1830-40, entrando pela Polônia, levada pelas tropas russas, além de atingir parte das Américas (Estados Unidos, México, Cuba e Guianas).

---

<sup>8</sup> Apud SANTOS FILHO, Lycurgo. *História da Medicina no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1947. v. 02. p. 113. Estatísticas de mortalidade por cólera-morbus, no século XIX, eram irregulares e, quando feitas, geralmente incorriam sobre dados imprecisos ou sobre estimativas. Portanto, encontrei algumas diferenças entre os autores, a depender das fontes consultadas. Para a Bahia, por exemplo, baseado na “estatística da mortalidade colérica” do dr. Rodrigues Seixas, médico baiano na época, DAVID apresenta uma mortalidade de 36 mil pessoas na província, enquanto PEIXOTO, informando outra fonte, além do próprio dr. Seixas, registra um número menor: 29.590 vítimas fatais. Uma significativa diferença de mais ou menos 6.400 óbitos. Cf. DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA / SarahLetras, 1996. p. 129; e PEIXOTO, Afrânio. *Breviário da Bahia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1980. p. 186. Diferença semelhante, cerca de cinco mil mortos, ocorre também nos registros de óbitos para Pernambuco entre DAVID, *op. cit.* p. 129-30 e ANDRADE, Gilberto Osório de. *A cólera-morbo: um momento crítico da história da medicina em Pernambuco*. 2ª ed. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1986. p. 57.

Note-se que a epidemia de cólera atravessa as fronteiras continentais pela primeira vez na história apenas no século 19, por conta de sua estreita relação com a expansão imperialista dos países capitalistas europeus sobre o Oriente, a exemplo da colonização britânica na Índia; do comércio marítimo e ferroviário internacional; dos movimentos de tropas das guerras coloniais e das migrações resultantes destas conquistas, perfazendo um total de sete pandemias: cinco no século 19, entre 1817 e 1896; a sexta na virada do século (1899-1923), e a sétima no século 20 (1936-1984).<sup>9</sup> Considera-se que o cólera foi responsável por “*trinta ou quarenta milhões de mortos durante o século XIX, em todas as latitudes*”.<sup>10</sup>

A terceira pandemia (1840-1860), além de atingir os continentes citados, atravessa o Atlântico e toca as costas de países das Américas com medonha aparição. Nessa ocasião, o Brasil foi pela primeira vez “invadido” pelo flagelo no ano de 1855, por onde estendeu seus “tentáculos” até 1856.

O roteiro deste surto pelo país teve início na província do Pará. Em maio de 1855, a peste ancora em Belém, vinda da cidade do Porto (Portugal) nos porões da galera *Defensor*. Durante a travessia faleceram trinta e seis passageiros. Mas não se soube, ao certo, quantos por cólera. A suposta incompetência do cirurgião de bordo foi testada por uma sabatina feita pela Comissão de higiene pública do Pará, que chegou à conclusão de que o médico não passava de “*um fraquissimo cirurgião d’aldeia, sem outras habilitações,(...) não havendo elle frequentado curso algum da Arte de Curar*”.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Cf. BOURDELAIS, Patrice; RAULOT, Jean-Yves. *Une peur bleue: histoire du choléra en France (1832-1854)*. Paris: Payot, 1987. p. 14-44.

<sup>10</sup> SOURNIA, Jean-Charles & RUFFIE, J. *As epidemias na história do homem*. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 124.

<sup>11</sup> Apud VIANNA, Arthur. *As epidemias no Pará*. 2 ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1975. p. 112.

Após a difamação do cirurgião e acurado exame a bordo, os sábios da Comissão de higiene concluíram que “*a principal causa senão a única*” da morte dos colonos foi por “*envenenamento*”, devido à presença de clorureto de cobre nas painéis. Embora o dito cirurgião tenha enumerado para a Comissão os sintomas clássicos do cólera sentidos pelos enfermos, já conhecidos à época pelos médicos (“... *vômitos continuados, diarréias, cólicas, esfriamento geral, sede, olhos encovados, prostração absoluta*”), e que ainda fosse sabido que esta doença estava grassando em Portugal, as autoridades, mesmo assim, descartaram a possibilidade de sua manifestação, optando pela hipótese de envenenamento.<sup>12</sup> Pobre “*cirurgião d’aldeia*”... Em que pese à conclusão da Comissão, já era tarde para se evitar a entrada do mal. O cólera passou incólume, iniciando sua marcha implacável.

A epidemia alcança com menor intensidade a região sul e sudeste, tocando o Rio de Janeiro. O Nordeste, ao contrário, foi atingido com gravidade. O morbo chega à Bahia em julho de 1855 e atravessa, em setembro, a fronteira ao sul de Sergipe. Logo após, vara esta província e desembarca, em novembro, nas Alagoas. Daí avança, em dezembro, para Pernambuco e alcança, em fevereiro de 1856, a Paraíba e, em março, o Rio Grande do Norte. Nestas províncias o flagelo fez milhares de vítimas fatais.<sup>13</sup>

Nesta época, a província de Sergipe, situada entre a Bahia (ao sul e oeste) e Alagoas (ao norte), contava com uma população de cerca de 134.124 habitantes, sendo que destes,

---

<sup>12</sup> *Apud.* VIANNA, Arthur. *As epidemias no Pará*. 2ª ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1975. p. 113.

<sup>13</sup> Foram cerca de 36 mil óbitos na Bahia; 30 mil em Sergipe; 18 mil em Alagoas; 32 mil em Pernambuco e 28 mil na Paraíba conforme, respectivamente: DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA/SarahLetras, 1996. p. 129; TRAVASSOS, Antônio José da Silva. “Apontamentos históricos e topográficos sobre a Província de Sergipe”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, v.3, fasc. I- IV, 1916. p. 117; CRAVEIRO COSTA. *Maceió*. 2ª ed. Maceió. SERGASA, 1981; ANDRADE, Gilberto Osório de. *A cólera-morbo: um momento crítico da história da medicina em Pernambuco*. 2. ed. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1986. p. 57 e PEIXOTO, Afrânio. *Um século de cultura sanitária*. São Paulo: Bibliotheca d’“O Estado de São Paulo”, 1923. p. 67.

101.383 (75,5%) eram livres e 32.741 (24,5%) escravos.<sup>14</sup> Esta população estava distribuída entre cinco cidades, quinze vilas, sete freguesias, quatorze povoados<sup>15</sup>. Chegando a oito comarcas em 1868.<sup>16</sup> Em 1854, Sergipe possuía 665 engenhos. O número destes estabelecimentos denuncia a tradição agrária da província. A lavoura canavieira foi sua maior fonte de recursos no século 19 através da exportação do açúcar.<sup>17</sup>

Os senhores de engenho controlavam a política com disputas acirradas e violentas pelo comando regional. Segundo Felisbello Freire (1858-1916), o período entre 1836 e 1842 foi um período de agitação, de paixões pessoais, de assassinatos, de desprezo pela lei, de prepotência dos chefes políticos. Após este ínterim iniciou-se, ainda conforme Freire, um tempo de conagração partidário e de projeto de empreendimentos na administração pública. No entanto, a situação financeira da província ou “*os caprichos da política*” não permitiam a execução de alguns melhoramentos em benefício da população.<sup>18</sup>

A população sergipana era em sua maioria analfabeta. Em 1860, apenas 1,85% dos habitantes, aproximadamente, freqüentavam as primeiras letras. Quanto ao ensino secundário o percentual era ainda menor.<sup>19</sup> Todavia, na província circulou vários jornais no século 19. Mas quase todos com vida breve. Em 1855, apenas dois circulavam: a folha oficial *Correio*

---

<sup>14</sup> “Mapa da População Livre e Escrava da Província de Sergipe, organizado pelo Tenente-Coronel Manuel Diniz Villas-Boas...”. Apud MOTT, Luiz R. B. *Sergipe Del Rey: População, Economia e Sociedade*. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1986. p. 87-88.

<sup>15</sup> SILVA, Zenilde de Jesus. “Resumo histórico [dos municípios sergipanos]”. *Boletim do Arquivo Público Estadual*. Aracaju, n. 1, p. 03-24, 1984.

<sup>16</sup> ALMEIDA, Cândido Mendes de (org.). “Província de Sergipe”. *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868. p. XII.

<sup>17</sup> ALMEIDA, Maria da Glória S. de. “Estrutura de produção: a crise de alimentos na Província de Sergipe”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 27, p. 15-39, 1965-1978.

<sup>18</sup> FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 284-300. Citação p. 286.

<sup>19</sup> NUNES, Maria Thétis. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado/Universidade Federal de Sergipe, 1984. p. 100.

*Sergipense e a Voz da Razão*, de Antônio José da Silva Travassos (1804-1872).<sup>20</sup> Enfim, é sobre este contexto que a epidemia grassa.

Esta dissertação é composta por quatro capítulos. No primeiro, *Da literatura, teoria e metodologia* identifico estudos, internacionais e nacionais, sobre epidemia de cólera e reviso a literatura brasileira sobre o tema. Em seguida, apresento a fundamentação teórica e a metodologia da pesquisa.

No capítulo seguinte, *Uma geografia da peste: roteiro do cólera por Sergipe (1855-1856)*, refaço o itinerário da epidemia pelas cidades, vilas, freguesias e povoados e descrevo a desorganização promovida pela peste no cotidiano. E ainda, interpreto as ações do poder público, os discursos higiênico-sanitários e os estragos sociais, materiais e mentais sofridos pela população ocasionados pelo flagelo.

No terceiro capítulo, *As filhas da peste: escassez, fome e orfandade*, exponho os significados da desordem sócio-econômica provocada pela epidemia com a morte de lavradores e a paralisação das feiras. Num segundo momento, busco compreender os sentidos dos socorros aos pobres e órfãos empreendidos pelo governo provincial.

Por fim, no capítulo *Combatendo a peste*, analiso as diferentes estratégias empreendidas pela medicina acadêmica, pelo poder público e pela população para debelar a epidemia. Ainda discuto o papel das Câmaras Municipais no combate à peste e o significado da formação de Comissões filantrópicas de socorros aos desvalidos. Finalizo examinando as formas populares de resistência às imposições da medicina e do governo; e seus métodos de

---

<sup>20</sup> GUARANÁ, Manoel Armindo C. (org.). "Estado de Sergipe: jornais, revistas e outras publicações periódicas de 1832 a 1908". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo especial, v.1, parte 2, p. 776-813, 1908.

preservação contra a moléstia, além de explicitar os sentidos da fé religiosa no combate contra a peste.

## Capítulo I

### Da literatura, da teoria e metodologia.

**“O corpo é uma realidade bio-política.  
A medicina é uma estratégia bio-política.”**

(Michel Foucault, 1996: 80).

**“Nesse contrário do mundo que constitui a epidemia,  
o desaparecimento do corpo e o branco dos silêncios  
deixaram vestígios e vazios.”**

(Jacques, Revel e J.-P. Peter, 1976: 154).

## 1. Da literatura

Esta dissertação, dedicada à análise da epidemia de cólera-morbo de 1855 na província de Sergipe, abre mais um caminho na historiografia local. De modo que este objeto foi observado de maneira superficial e carece, portanto, de uma pesquisa mais acurada. Entretanto, no Brasil, os estudos no campo da história das doenças deram seus primeiros passos, e precisamente no que se refere ao cólera no século 19.<sup>1</sup> No exterior, esta tendência historiográfica já tem uma certa tradição, com pesquisas filiadas, sobretudo, à corrente da chamada “História Nova”.<sup>2</sup> Já nas últimas décadas do século 20, vieram à tona sínteses historiográficas dedicadas ao estudo de epidemias.<sup>3</sup>

A seguir, à guisa de revisão panorâmica, seleciono alguns trabalhos estrangeiros representativos sobre as epidemias de cólera durante o século 19 especificamente.

Na França, foi publicada em 1987, por Bourdelais e Raulot, uma síntese sobre a história dos surtos coléricos de 1832 e 1854. Nesta obra, os autores analisam os fatores de

---

<sup>1</sup> Almeida Prado foi uma espécie de precursor no campo da história das doenças no Brasil. Ele demonstra a antiguidade do termo cólera: nos livros sânscritos, o nome é reconhecido sob a designação de “Viduna” ou de “Metsoneidan”. Na China, a palavra “Ho-luan” se aplica a terríveis epidemias de cólera, observadas em época correspondente à de Hipócrates (460-377 a. C.). Segundo ainda Prado, a denominação ‘cólera’ já fora usada pelos antigos para os casos graves de vômitos e diarreia. Cf. PRADO, A. de Almeida. *As doenças através dos séculos*. São Paulo: São Paulo Médico, 1944. p. 81.

<sup>2</sup> Designo como História Nova, a corrente historiográfica nascida logo após 1ª Guerra Mundial na Europa, que revolucionou os estudos na área, ao trazer à tona novos problemas, objetos e abordagens. Ela se insere num domínio diverso do das correntes históricas anteriores, que limitavam os estudos em “atividades conscientes, voluntárias, orientadas para a decisão política, a propagação das idéias, a conduta dos homens e dos acontecimentos.” Noções como imaginário, mentalidade, representação e cotidiano, entre outros, são redefinidos em parceria com as demais Ciências Sociais (Sociologia, Psicologia, Etnologia, Linguística), balizados, inicialmente, pelas pesquisas da Economia e Demografia. Desde a metade do século 20 até nossos dias essa corrente vem se desdobrando teórica e metodologicamente, além de influenciar estudiosos dos demais continentes. Sobre uma história da História Nova, ver: LE GOFF, Jacques (Org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990; BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929-1989. A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

<sup>3</sup> A título de exemplo, destaque: McNeill, William H. *Plagas y Pueblos*. Madrid: Siglo XXI, 1984 e RUFFIÉ, Jacques; SOURNIA, Jean-Charles. *Les Épidémies dans l'histoire de l'homme*. Paris: Flammarion, 1993.

propagação, as teorias médicas, as terapêuticas, as estratégias de combate à doença, como também as tensões sociais e utilizando técnicas de análise cartográfica, bem como de tabelas e gráficos com diversas variáveis (mortalidade, número de casos, óbitos, letalidade, sexo, profissão, e idade dos coléricos; assim como aparição, duração, frequência, propagação e roteiro dos surtos epidêmicos).<sup>4</sup> Outro autor, Delaporte, contribui para o exame da epidemia de cólera em 1832 na França. Ele interpreta os discursos médico-acadêmicos sobre a moléstia, as nosopolíticas e os conflitos de classe. A historiografia francesa aqui levantada privilegiou uma abordagem médico-epidemiológica, utilizando-se dos métodos da estatística e demografia histórica. Estudos semelhantes ocorreram na Inglaterra, E.U.A. e Canadá. Por outro lado, numa série de artigos, diversos pesquisadores franceses se debruçaram sobre aspectos da cultura, enfatizando a análise do imaginário coletivo diante do medo do contágio.<sup>5</sup>

Na Inglaterra, o historiador Richard Evans investiga a relação entre o surgimento das epidemias de cólera pela Europa do século 19 e a eclosão das revoltas sociais.<sup>6</sup> Nos E.U.A., Rosenberg trata da história do cólera e suas ressonâncias numa sociedade em emergente transformação sócio-econômica.<sup>7</sup> Por sua vez, Bilson estuda o flagelo colérico no Canadá em 1832-34 privilegiando as políticas sanitárias, as repercussões psico-sociais da epidemia e as práticas populares de combate à doença.<sup>8</sup> Estes trabalhos se destacam pelo alentado número de

---

<sup>4</sup> BOURDELAIS, Patrice; RAULOT, Jean-Yves. *Une peur bleue: Histoire du choléra en France: 1832-1854*. Paris: Payot, 1987.

<sup>5</sup> Ver BARDET, Jean-Pierre; BOURDELAIS, Patrice *et al.* *Peurs et terreurs face à la contagion: choléra, tuberculose, syphilis-19<sup>e</sup> e 19<sup>e</sup> siècles*. Paris: Fayard, 1988.

<sup>6</sup> EVANS, Richard J. "Epidemics and revolutions: cholera in nineteenth-century Europe". *Past and Present*. Cambridge, 1992.

<sup>7</sup> ROSENBERG, Charles. *The cholera years – The United States in 1832, 1849 e 1866*. Chicago: University of Chicago Press, 1987. (1ª edição de 1962).

<sup>8</sup> BILSON, Geoffrey. *A Darkened House: cholera in nineteenth-century Canada*. Toronto: University of Toronto Press, 1980.

fontes que estribam a pesquisa. Alguns destes autores serviram de exemplo, no que diz respeito à abordagem sócio-política, aos primeiros pesquisadores acadêmicos nacionais.

No Brasil, encontrei três crônicas históricas e três investigações universitárias que se debruçam sobre a história da epidemia de cólera de 1855.

A primeira crônica foi a do farmacêutico Arthur Vianna, publicada em 1906 e reeditada em 1975. Nela, relata-se as diversas doenças epidêmicas no Pará. Quanto ao cólera, ele esclarece os indícios de sua importação e de sua propagação naquela província; comenta as medidas defensivas e os atos da Provedoria de saúde do porto e do governo; apresenta as divergências médicas sobre os primeiros diagnósticos e as características da moléstia e dos tratamentos, como também as interferências do poder eclesiástico católico para reger uma população atônita, diante de várias incertezas sobre a enfermidade. No final do texto, Vianna nos oferece uma estatística da mortalidade mensal, outra com classificação étnica e sócio-etária dos falecidos na capital; e além disso, um mapa da mortalidade diária das vítimas do cólera em Belém, de maio de 1855 a fevereiro de 1856.<sup>9</sup>

Depreende-se o caráter informativo do trabalho, preenchido por citações de fontes. Constitui-se, desta forma, importante documentação para consultas de pesquisadores.

A segunda crônica relata o cólera em Pernambuco de 1856. O texto de Gilberto Osório (1912-1986), é originalmente uma conferência.<sup>10</sup> O autor desenha um painel da invasão da peste e expõe as discussões de autoridades médicas sobre a contagiosidade ou não da moléstia. Ele informa as providências do governo para evitar a irrupção da epidemia e sua marcha; as opiniões médicas e a situação sanitária da província. Osório destaca e discute a importância do

---

<sup>9</sup> VIANNA, Arthur. *As epidemias no Pará*. 2 ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1975.

<sup>10</sup> ANDRADE, Gilberto Osório de. *A cólera-morbo: um momento crítico da história da medicina em Pernambuco*. 2ª ed. Recife: Fundaj/Massangana, 1986. (1ª edição de 1956).

dr. Joaquim de Aquino Fonseca (1818-1882) e de sua campanha higiênico-sanitária freqüentemente ridicularizada por seus opositores nos anos antecedentes à invasão do cólera. O texto privilegia o debate entre os médicos defensores da teoria “infeccionista” contra os “contagionistas” à época. Constitui-se num importante registro para a pesquisa sobre a epidemia de cólera na província de Pernambuco, sobretudo pela erudição do autor na exposição dos fatos.

A terceira crônica é a do professor Luiz Sávio. Nela, o autor faz um contraponto entre o surgimento do cólera em Alagoas na década de 90 do século 20 e os surtos do século anterior (1855 e 1862).<sup>11</sup> Há problemas de estruturação do texto, como o excesso de subitens (total de 33) na quarta parte, prejudicando a objetividade; e problemas de análise.<sup>12</sup> Contudo, o trabalho serve de referência para pesquisadores, pois traz um numeroso repertório de fontes.

---

<sup>11</sup> ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Alagoas nos tempos do cólera*. São Paulo: Escrituras, 1996.

<sup>12</sup> Como exemplo, no subitem “**O vibrião e sua lógica**”, o autor incorre por análises absurdas, e faz uma “antropomorfização” canhestra do vibrião causador do cólera. Vejamos: “*O temível do vibrião é que ele não pensa; apenas age e não sabe da morte. Sabe apenas que deve viver e, nisto, prossegue sua viagem inexorável e seu encontro com o homem não é programado. É tão grande é a evidência desse encontro, que estamos nós e o vibrião, articulados em um confronto. A questão se torna friamente objetiva: ele ou nós. Não há como negar: o homem está em concorrência [sic]. É uma luta um tanto quanto desigual; nós somos os animais da ciência e das academias, enquanto a elite do vibrião, se é que existe, nunca deve ter recebido treinamento formal para sobreviver; aprendeu ao longo de seu caminho de vida, informalmente, dentro da sua biografia como espécie. Para ele, inexistem categorias como o saneamento e, na simplicidade do seu modo de ser, o único e estabelecido desejo que possui é o de sobreviver*”. ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Alagoas nos tempos do cólera*. São Paulo: Escrituras, 1996. p. 80. Noutra passo, ao acentuar que não pretende escrever um ensaio acadêmico, o autor se contradiz e desanda, sem pertinência, a fazer análise sem nexos, com idéias vaporosas, enfiadas no meio da narrativa, a exemplo do subitem “**Por onde o marxismo retorna**”, no qual também reina a confusão textual e teórica. Vejamos: “*É claro que neste ponto [sobre o ‘sentido’ na História do artigo “O risco de uma ortodoxia nova” de Renato Janine Ribeiro citado pelo autor na Revista USP, São Paulo, n. 23, p. 6, 1994.] encontra-se inserida a questão do marxismo, relacionadas às claras a uma determinada proposta de natureza política. De fato, especialmente quando se tem a formulação de modo de produção e de formação histórica, a história está alocada no centro do político ou, talvez melhor dizendo, o político está alocado no central [sic] do histórico. Como a história estaria sinalizando para um determinado fim, termina por ser lançada no imediato das teses e das estratégias políticas. Portanto, chegaria mesmo a perder a sua singularidade de investigação, para tornar-se habilitante do macroobjetivo político, o que, exemplarmente, acontece em diversos trabalhos no Brasil, especialmente quando se trata de uma história oficial, lançada para consumo interno da cultura das diversas organizações. Nisto, some-se o privilegiamento dos macrofatores*” [?]. Ibid. p. 66-67.

Quanto aos estudos acadêmicos que se debruçam sobre a epidemia de cólera de 1855-1856 no Brasil, levantei três monografias universitárias.

A primeira aborda a passagem do cólera pela Bahia.<sup>13</sup> O livro, originalmente uma dissertação, traça uma análise geral da invasão do flagelo. No primeiro capítulo, apresenta-se o ambiente da epidemia: a insalubridade das cidades; as condições sanitárias das habitações e das ruas; a fome e outras moléstias que grassavam na província e o roteiro feito pelo cólera na Bahia. No segundo, discute-se as medidas adotadas pelo governo no combate à enfermidade e a resistência da população frente às devassas do cotidiano promovidas pelas ações governamentais. No capítulo seguinte, são tratadas as diferenciações entre a medicina e a religião como os únicos sistemas de explicação à época para a moléstia. A escassez de gêneros alimentícios e a carestia no tempo do cólera, são visadas no quarto capítulo. Nele, procura-se analisar as estratégias do governo e da população para resolver os problemas de abastecimento e evitar a fome, devido ao medo do contágio, o que provocou a desarticulação do comércio externo.

David finaliza o trabalho mostrando algumas atitudes dos baianos diante da morte – o destino dos cadáveres; os locais de enterramento e a preparação para a morte. Um comentário sobre a estatística do número de mortos e de suas características sócio-etárias encerra o livro.

O autor pretendeu dar uma visão total do fato, analisando aspectos relativos às estruturas materiais e mentais. Com isto, defende a tese de que o cólera desarticulou ainda mais as relações sócio, suscitando atitudes de rebeldia dos pobres diante da escassez de alimentos e do temor das elites por um levante de negros quando realizavam o mórbido

---

<sup>13</sup> DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA/Sarah Letras, 1996.

trabalho de carregar e enterrar os cadáveres. Desta forma, a insegurança suscitada na Bahia no tempo do cólera era de ordem tanto material quanto simbólica.<sup>14</sup>

A segunda literatura acadêmica, aqui apresentada, diz respeito ao cólera em Pernambuco de 1855.<sup>15</sup> A síntese toma como eixo narrativo a prisão de um escravo “curandeiro” que despertou polêmica com “curas” entre a população crente e os céticos esculápios. Daí, o autor discorre sobre alguns estudos, o roteiro pandêmico e um painel histórico sobre diversas epidemias desde a Antigüidade até o século 19, o que torna o trabalho elíptico; pouco objetivo. Logo após, trata das angústias e medos dos habitantes do Recife. Discute as teorias médico-sanitárias em voga e os planos de intervenção do poder público sobre a população. Em seguida, comenta as tensões sociais entre médicos, governo e povo desencadeadas pela moléstia. O autor enfatiza uma abordagem psico-social, quando tenta apreender representações da “angústia coletiva” produzida pela epidemia.

Embora escreva num estilo prolixo e enfadonho, o autor consegue demonstrar sua tese: ligar as representações da doença, produzidas pelas concepções higienistas das elites, à sua origem geográfica (Índia – país exótico de clima quente); moral (o Oriente de “costumes bárbaros” e associado às pestes); política (governos tirânicos do Oriente revelariam a covardia e a preguiça do povo) e social (doença da sujeira e da pobreza orientais). Tal concepção, segundo Diniz, estava difusa no imaginário social das elites no século 19. Assim, o cólera foi visto como uma ameaça, inicialmente externa, ao progresso e à civilização.<sup>16</sup> Pois, internamente, os doentes pobres foram controlados por estratégias de “territorialização” das

---

<sup>14</sup> Cf. DAVID, Onildo Reis. loc. cit., p. 68-69 e passim.

<sup>15</sup> DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *Cólera: representações de uma angústia coletiva (a doença e o imaginário social no século 19 no Brasil)*. Campinas/SP: UNICAMP/IFCH, 1997. 02 v (Tese de doutorado em História Social).

<sup>16</sup> DINIZ, Ariosvaldo da Silva. Op. cit., p. 15, 67 e passim.

políticas públicas: fixação (vigilância), enclausuramento (quarentenas) e esquadramento do espaço (registros de movimento da população). Neste sentido, conclui Diniz, “*as medidas empregadas para combater as epidemias tinham a intenção tanto de debelar a doença em si como de eliminar os seus efeitos deletérios, ou seja, a ordem social*”.<sup>17</sup>

No trabalho de Diniz as fontes não são exploradas na mesma proporção da pretensão (análise do imaginário sobre a doença no Brasil) e extensão da obra (cerca de 500 páginas em dois volumes). Ademais, o título não corresponde ao que promete, pois a investigação se restringe quase que ao estudo do cólera na cidade do Recife, e não no Brasil, como está estampado. No entanto, há uma considerável lista bibliográfica com referências de clássicos do campo estudado, o que demonstra afinidade do autor com a literatura.

O terceiro trabalho acadêmico trata da epidemia de cólera no Pará em 1855-56.<sup>18</sup> Nele, a pesquisadora enfatiza a crise social imposta pela “importação” da moléstia. Ela aponta as ocorrências que cercaram a chegada do cólera naquela província; apresenta os embates teóricos entre os esculápios quanto à natureza contagiosa ou infecciosa da doença, além das divergências entre os defensores dos métodos de tratamento alopático e homeopático. Discute as políticas públicas de higiene adotadas pelas autoridades sanitárias à época; e finalmente, tenta defender a tese de que a epidemia dizimou em maior número “*as gentes de cores considerando sua condição de vida e trabalho no Grão-Pará*”, tomando como base estatística registros de óbitos, dados demográficos e nos testemunhos da época. A autora aborda, desta forma, o objeto de pesquisa utilizando métodos da história social.

---

<sup>17</sup> DINIZ, Ariosvaldo da Silva. Loc. cit., p. 63.

<sup>18</sup> BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Campinas/SP: UNICAMP/IFCH, 1999. (Tese de doutorado em História Social). 264 p.

A pesquisa de Beltrão está lastreada em várias fontes e foi executada em diversos acervos. Contudo, a autora peca por dois motivos: primeiro, pelo caráter descritivo de várias passagens, as quais sugerem interpretações dos discursos e atitudes diante da peste, e que são, no meu ponto de vista, pouco exploradas, tendo-se em conta as referências teóricas utilizadas como apoio ao texto. Um exemplo é o capítulo IV “**Saberes, vaidades e poderes: o uso das artes de curar no combate à cólera**” que relata as divergências entre médicos alopatas e homeopatas no período.

Neste capítulo, a autora não explora o sentido da luta entre as duas tendências, especialmente num momento de legitimação da medicina acadêmica no Brasil e os primeiros passos da medicina social como fator do processo de “medicalização” das sociedades. Ao contrário, Beltrão se restringe a concluir, com um laivo de anacronismo, que “*Para compreender a ameaça representada pela homeopatia e a intransigente defesa da medicina oficial, feita pelos alopatas em tempo de cólera, é preciso pensar que o momento epidêmico foi traumático tanto para a população como para os profissionais de saúde. Os meios disponíveis eram limitados; os erros, traduzidos em óbitos, se acumulavam; e todos estavam acuados ante o clamor para estancar o flagelo*”.<sup>19</sup> Segunda falta é não constar em sua bibliografia a dissertação de Onildo Reis David; primeira no gênero e publicada em 1996.

Dentre as três obras acadêmicas acima, considero a de David, sobre o cólera na Bahia, a melhor síntese. Os motivos são: a clareza, a objetividade e a fluência textual; a disposição ordenada da matéria; a análise competente das fontes para apoiar a argumentação e o uso coerente dos referenciais teóricos. Entretanto, não desconsidero o valor historiográfico dos

---

<sup>19</sup> Conf. BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1999. (Tese de doutorado em História Social). p. 86-162.

demais trabalhos e suas especificidades citadas nesta revisão, constituindo-se em importantes contribuições.

Deixando a literatura nacional, me detenho na revisão da historiografia sergipana.

Segundo meu levantamento, os historiadores locais ainda não se encaminharam com afinco pelas vias da história das epidemias. Talvez este quadro venha a se modificar, por um lado, com o retorno mais intenso, no fim deste século, de algumas doenças infecto-contagiosas, como a lepra, malária, tuberculose, dengue, meningite, febre amarela, e do crescimento das mais recentes como a AIDS; e por outro lado, com as últimas mudanças nos programas dos cursos acadêmicos de História, que devem direcionar as pesquisas para novos problemas e objetos.<sup>20</sup> Com esta perspectiva, os estudos na área poderão compensar a lacuna na historiografia sergipana no campo da história das doenças.

A seguir, faço uma breve revisão de alguns estudos gerais e temáticos desta historiografia para mostrar de que forma a epidemia de cólera de 1855 nela comparece.

Em *História de Sergipe*, de 1891, Felisbello Freire (1858-1916) escreve que a “Mudança da Capital” da província, em março de 1855, é um atentado pois ela “corromperia” as finanças públicas. Ele também cita a “ousadia” do presidente Ignácio Joaquim Barbosa (1821-1855), responsável pela tal mudança, por ter sido vítima do seu próprio ato, morrendo por causa das “febres dos paus” de Aracaju alguns meses depois da transferência de cidade. Mas Felisbello não lembra, ao menos, de milhares de vítimas do cólera, embora reconhecendo que a nova capital, à época, era “excessivamente” febril, o que provocou “inúmeras perdas de

---

<sup>20</sup> Um primeiro passo foi dado com a apresentação de uma monografia, em 1999, sobre a mudança do santo de devoção promovida pelos fiéis de uma cidade sergipana, por conta do medo do contágio da varíola, ocorrida em 1915. Cf. ANDRADE, Maria Cleide de. *Epidemia, medo e devoção: aspectos devocionais no município de Campo do Brito-SE (1910-1915)*. São Cristóvão/SE: UFS/DHI, 1999. (Monografia para licenciatura em História).

*pais de família, vitimados pela febre paludosa*". Vê-se que o interesse político do historiógrafo, comum em seu tempo, apagou o flagelo colérico.<sup>21</sup>

Todavia, sete anos depois, em 1898, Laudelino Freire (1873-1937), irmão de Felisbello, escreveu um opúsculo, *Historia de Sergipe – Resumo didactico para o uso das Escolas Públicas Primarias*, no qual dedica o terceiro capítulo somente ao “*Cholera morbus em Sergipe*”, tornando-se uma exceção na historiografia local.<sup>22</sup> Muito embora essa parte possua apenas cinco diminutas páginas e seja uma mera compilação dos “*Apontamentos...*” escritos em 1860 por Travassos (1804-1872)<sup>23</sup>, aquelas escassas folhas do “livrinho do Laudelino” significam muito quanto ao destaque do episódio epidêmico, comparando-se, principalmente, com as do irmão, Felisbello, que além de escrever obra mais densa teve maior reconhecimento no ofício e foi exímio perscrutador das fontes da História de Sergipe e do Brasil.

Não obstante, é Laudelino Freire quem adverte aos historiadores, há mais de cem anos, que a pesquisa sobre a epidemia de cólera de 1855 merece uma “*notícia a respeito*”. Passados os anos, tudo leva a crer que o clamor de Laudelino foi olvidado. Mesmo sendo um intelectual do final do século 19, ele considerava o aparecimento do “*morbus asiático*” como um dos fatos de “*maior importancia da história de Sergipe*”.<sup>24</sup>

---

<sup>21</sup> FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes/Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977. p. 301-313.

<sup>22</sup> FREIRE, Laudelino. *História de Sergipe: Resumo didactico para o uso das Escolas Públicas Primárias*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1898.

<sup>23</sup> TRAVASSOS, Antônio José da Silva. “Apontamentos históricos e topographicos sobre a Província de Sergipe”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, v.3, fasc. I-IV, p. 83-122, 1916.

<sup>24</sup> FREIRE, Laudelino. *História de Sergipe: Resumo didactico para o uso das Escolas Públicas Primárias*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1898. p. 111.

Por sua vez, o doutor Helvécio de Andrade (1864- ?) escreveu, em 1920, um artigo sobre a medicina em Sergipe.<sup>25</sup> Quanto ao episódio da epidemia de cólera em 1855-56, ele declara que quase nada ficou escrito, “*salvo talvez um trabalho do coronel Travassos, (...), obra que não li e que cito por informações*”, declara Andrade. A incúria do doutor Helvécio é flagrante, pois sendo um membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), deveria ao menos fazer um levantamento documental no Arquivo Público do Estado (APES), como soe ocorrer a um pesquisador de seu tempo. Ele admite que, para relatar a “*visita*” do cólera-morbo em 1855, se baseou, paradoxalmente, em “*tradições orais e reminiscências*”, mesmo considerando-as “*mais ou menos deturpadas, exageradas, diminuídas pela imaginação popular*”.<sup>26</sup>

Mais recentemente, o historiador Acrísio Torres Araújo foi um dos que abordaram infimamente o fenômeno.<sup>27</sup> Também, como Laudelino, Acrísio Torres está calcado nos “*Apontamentos*” de Travassos (1804-1872). No entanto, é ímpar que Torres revele uma mortalidade de 12 mil escravos, no surto de 1855, sem fazer referência a nenhuma fonte. Dando-se crédito a este número, significa dizer que cerca de 40% da população escravizada na província, em meados do século 19, foi dizimada pelo cólera.<sup>28</sup> Sobre epidemias nessa época, o autor comenta apenas que foi um dos motivos dos *déficits* financeiros da província, sem mais detalhes.

---

<sup>25</sup> ANDRADE, Helvécio de. “A medicina em Sergipe durante um século”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, ano V, v. V (número especial), 1920. p. 99-117.

<sup>26</sup> ANDRADE, Helvécio de. Loc. cit., p. 102.

<sup>27</sup> ARAÚJO, Acrísio Torres. *História de Sergipe*. 2ª ed. Aracaju: J. Andrade, 1967. p. 114. (1ª edição 1966).

<sup>28</sup> O número de escravos de Sergipe era de mais ou menos 32.448, fornecido por MOTT, Luiz R. B. *Sergipe Del Rey: População, Economia e Sociedade*. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1986. p. 86-87 com base no “Mapa Estatístico da População Livre e Escrava de Sergipe por Comarcas, Distritos de Subdelegacias e Quarteirões em 1854...”.

Outro historiador, João Pires Wynne, em sua *História de Sergipe (1575-1930)*, sem data, mas certamente publicada no início dos anos 1970, também dá continuidade à tradição historiográfica, privilegiando temas político-administrativo.<sup>29</sup> No capítulo “1855 - Fundação de Aracaju” - ele aborda a transferência da sede do Governo, a “*tenacidade*” do presidente Ignácio Joaquim Barbosa (1821-1855) e o “*destemor*” do Barão de Maruim (1809-1890) que foi o administrador no tempo do cólera, entre setembro de 1855 e fevereiro de 1856.

A epidemia de 1855 aparece também timidamente nas mais recentes obras temáticas da historiografia local.

Em 1987, foi publicada a *História econômica de Sergipe*, de Passos Subrinho, originalmente uma dissertação de mestrado. A pesquisa esboça o período entre 1850 e 1930. O autor admite que o trabalho mereceria maior aprofundamento na exploração de outras fontes primárias. Nele, a peste asiática é apontada como um dos fatores responsáveis pela depressão econômica do período estudado, impondo dificuldades de importação de gêneros alimentícios, uma vez que os portos se encontravam “*bloqueados*”, criando uma crise no abastecimento, o que concorria para a carestia nos preços dos alimentos e acentuava os efeitos da epidemia.<sup>30</sup>

Veio a lume em 1993, *Nordeste açucareiro (1840 - 1875)*, de Maria da Glória S. de Almeida. Neste trabalho a autora discute os problemas e desafios enfrentados pela economia

---

<sup>29</sup> WYNNE, João Pires. *História de Sergipe - 1575-1930*. Rio de Janeiro: Pongetti, s.d., v.1, p. 174 – 194.

<sup>30</sup> PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: UFS, 1987. p. 32-33. Na verdade, os portos de Sergipe foram desbloqueados e postos sob quarentena pelo Barão de Maruim assim que assumiu a presidência em 27 de setembro de 1855, revogando o ato de interdição de 10 de setembro do seu antecessor interino, José da Trindade Prado. Em 22 de outubro a Secretaria de Estado dos Negócios do Império, que cuidava das políticas de saúde pública, enviara um aviso do Imperador Pedro II aprovando o procedimento do Barão de Maruim de não proibir a entrada dos navios provenientes da Bahia e da Corte, ou dos lugares onde grassava a epidemia, para não comprometer o comércio e a indústria da Província. O Barão deu ordens para estabelecer a quarentena, principalmente na Barra da Cotinguiba, e construir um Lazareto. Cf. MELO, João Gomes de, Barão de Maruim, *Relatório com que foi entregue a administração da província de Sergipe no dia 27 de fevereiro de 1856...* Aracaju: Typographia Official, 1856. p. 02, acervo da BPED – DS, 1437.

açucareira da província.<sup>31</sup> Na obra, há uma breve alusão sobre a considerável perda de escravos devido ao surto colérico de 1855, atingindo os engenhos em plena safra, cinco anos após a proibição do tráfico internacional de africanos. Embora reconhecendo que “faz-se, principalmente, da perda da força de trabalho escravo na região, o fulcro da análise da problemática açucareira”, a autora não analisa até que ponto essa perda demográfica afetou a economia canavieira. Apenas cita os fatores que atingem a estabilidade do sistema escravista no Nordeste e insinua que a grande mortandade foi superada recorrendo-se à força de trabalho livre, apesar de informar que até 1860 a lavoura da cana em Sergipe “depende fundamentalmente do trabalho escravo.”<sup>32</sup>

Por fim, em 1997, foi defendida uma dissertação sobre as políticas de saúde pública em Sergipe, entre os anos de 1820 e 1920, por Antônio Samarone.<sup>33</sup> Ele descreve apenas algumas ações do governo durante “a maior tragédia sanitária” da província, a epidemia de cólera de 1855. Isto é compreensível porque seu objetivo é demonstrar a instituição da moderna medicina sanitária em Sergipe nos anos de 1920.

Como foi demonstrada, a história do “mal asiático” por Sergipe merece um novo enfoque para que se compreenda a dimensão de sua significação, bem como seus efeitos provocados sobre os agentes sociais e as marcas deixadas na memória da província. Assim, é preciso concordar, inexoravelmente, com um pesquisador da historiografia local. Ele afirma

---

<sup>31</sup> ALMEIDA, Maria da Glória S. de. *Nordeste açucareiro (1840 - 1875): desafios num processo do vir-a-ser capitalista*. Aracaju: UFS/SEPLAN/BANESE, 1993.

<sup>32</sup> ALMEIDA, Maria da Glória S. de. Loc. cit., p. 178-183.

<sup>33</sup> SANTANA, Antônio Samarone de. *As febres do Aracaju: Dos Miasmas aos Micróbios*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1997. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). p. 32-43.

que “há muito que fazer no campo da nossa historiografia. Certas áreas do saber histórico jamais foram desvendadas, outras, apenas mui rapidamente olhadas.”<sup>34</sup>

Portanto, esta dissertação tentará preencher uma lacuna na historiografia sergipana.

## 2. Da Teoria

O objeto desta dissertação é a epidemia de cólera-morbo de 1855. Tal objeto comporta uma abordagem no âmbito da chamada “história cultural” da ciência, ou ainda, mais especificamente, sua variante “história cultural da doença”.<sup>35</sup> Embora, por um lado, certa tendência da história cultural admita uma autonomia do imaginário coletivo diante das determinações sócio-econômicas, pois têm ritmos diferentes<sup>36</sup>; por outro, a denominada nova história cultural tem permitido, em seus desdobramentos mais recentes, a abordagem de uma

---

<sup>34</sup> SILVA, José Calazans Brandão da. *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: Governo de Sergipe – Fundesc, 1992. p. 29.

<sup>35</sup> A acepção de história cultural comporta uma abordagem antropológica, na qual o conceito de cultura foi ampliado e redefinido, como se abrangesse artefatos herdados, bens, processos técnicos, hábitos e valores, conforme Malinowski; ou ainda, dimensões simbólicas da ação social, segundo Geertz. Cf. BURKE, Peter. “Unidade e variedade na história cultural”. In *Variiedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 233-267. Citação p. 246.

<sup>36</sup> A história das mentalidades, também ramificação da nova história cultural, defende a autonomia do imaginário em relação às estruturas sócio-econômicas e política, sendo esta uma das críticas recorrentes quanto ao seu limite feitas por opositores. Sobre o conceito de “mentalidades”, sua história, além de seus problemas de fontes e métodos, ver: ARIËS, Philippe. “A história das mentalidades”. In LE GOFF, Jacques (dir.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 153-176; LE GOFF, Jacques. “As mentalidades – uma história ambígua”. In LE GOFF, J. e NORA, Pierre (Dir.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 68- 83; VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987; DARNTON, Robert. “A história das mentalidades – O caso do olho errante”. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 225-255; BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

história em que o exame das relações que constituem a vida dos homens em sociedade “comporte um aspecto cultural tão importante como a parte econômica e material.”<sup>37</sup>

Com isto, tanto representações e sensibilidades coletivas quanto conjunturas sócio-econômicas são vislumbradas através do campo de análise da história cultural.

Os diversos segmentos de história cultural, dentre eles o da doença, são uma tentativa de tradução da linguagem do passado para o presente; dos conceitos da época estudada para os de historiadores e seus leitores. Esta abordagem tem influência marcante da antropologia e da lingüística. Seu objetivo é tornar a “alteridade” e/ou “discurso” do passado ao mesmo tempo visível e inteligível.<sup>38</sup>

Desta forma, a tentativa de compreender as relações entre a base sócio-econômica e o que diz respeito ao mental, ao espiritual, e ao simbólico, é um dos objetivos fundamentais das pesquisas filiadas às tendências da chamada “*virada cultural*”.<sup>39</sup> Portanto, o estudo de um fenômeno epidêmico pode ser um palco privilegiado de onde se observa a “*significação real*

---

<sup>37</sup> MANDROU, R. “História das mentalidades e história dialética”. In VV.AA. *História e historicidade*. Lisboa: Gradiva, 1988. p. 73-74. Citação página 73.

<sup>38</sup> Eis algumas objeções feitas por alguns marxistas e novos historiadores da cultura à denominada história cultural “clássica”. Grosso modo, eles alegam, conforme Burke, que a história cultural “clássica”: 1- “Ignora” a sociedade, ou pelo menos dá pouca ênfase à infra-estrutura econômica, à estrutura social e política; 2- Depende do postulado de unidade ou consenso (homogeneidade) cultural – o que pode servir para desviar a atenção das contradições sociais e culturais devido à suposição hegeliana de existir um “*espírito do tempo*”; 3- Supõe que a “Tradição” (entendida como transmissão de objetos, práticas e valores de geração para geração) é passada como “Legado” ou “Herança”; 4- Tem uma estreita idéia de cultura, equiparando-a com “alta cultura” das elites. 5- Enfatiza um cânone de “grandes obras” na tradição européia, e os historiadores culturais de fins de século 20 trabalham em uma era de descanonização para não legitimar direitos à superioridade por parte das elites ocidentais. BURKE, Peter. “Unidade e variedade na história cultural”. In *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 233-267.

<sup>39</sup> BURKE, Peter. Op. cit., p. 233 e passim; e conf. ATLAN, Henri *et al.* “Georges Duby”. In *Idéias contemporâneas: entrevistas do Le Monde*. São Paulo: Ática, 1989. p. 90-98.

*de mecanismos administrativos ou de práticas religiosas, as relações entre os poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma*".<sup>40</sup>

Neste sentido, a análise do cotidiano é fundamental para esta abordagem. Sobretudo as “regras” ou “princípios” subjacentes à vida cotidiana.<sup>41</sup> Sendo assim, tento interpretar a desorganização do cotidiano a partir da propagação e efeitos do cólera sobre a população e as cidades; analisar as atitudes diante da morte, dos mortos e da doença; examinar as intervenções político-sanitárias instituídas – comissões filantrópicas, desinfecções, quarentenas, construções de cemitérios, lazaretos, hospitais, etc. –, enfim, compreender o processo de “medicalização” da sociedade. Para tanto, me apoio em referenciais teóricos que exponho a seguir.

O saber e a prática médica no século 19 instituíram uma estratégia político-científica: a “medicina social”. Portanto, considero o conceito de “medicalização” para compreender esta tática “bio-política”.<sup>42</sup> Desta maneira, entendo a relação saber/poder como prática social constituída historicamente. Ou seja, considero a idéia de que o saber médico-científico é um dispositivo político articulado com o Estado para impor estratégias de dominação e controle sociais. Em síntese, “o Estado aceitou medicalizar suas ações políticas, reconhecendo o valor político das ações médicas”.<sup>43</sup> Esta simbiose entre medicina e Estado evidencia os

---

<sup>40</sup> REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. “O Corpo – o homem doente e sua história”. In LE GOFF, J. e NORA, Pierre (Dir.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 141-159. Citação p. 144.

<sup>41</sup> Entendo tais princípios subjacentes à vida cotidiana, como apropriação dos valores da vida social, pois, “como sugere [o sociólogo Pierre] Bourdieu, o processo de aprendizagem inclui um padrão mais flexível de respostas a situações que (...) ele chama de ‘habitus’. Portanto, talvez fosse mais correto usar o termo ‘princípio’ em vez de ‘regra’. Cf. BURKE, Peter. “Unidade e variedade na história cultural”. In *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 247.

<sup>42</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996. p. 80 e passim.

<sup>43</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 28-29.

procedimentos técnicos de poder para esquadriñar o espaço, organizar a economia e disciplinar o homem; numa palavra: “medicalizar” a sociedade.

Portanto, a “medicalização” compreende o conjunto de mecanismos para a construção e intervenção de um discurso médico sistematizado. Tal discurso se realiza na prática da “medicina social”, inaugurada na Europa em fins do setecentos e início do oitocentos, cujos princípios estabelecem o controle e a vigilância do indivíduo, da população, das instituições e dos espaços através da dilatação de sua influência em áreas como o direito, a moral, a política e a economia. Esta medicina mantém uma forte relação com o Estado, cujo poder ordena o corpo social à luz de normas que ganham estatuto de verdade, logrando o equilíbrio e o progresso da sociedade.<sup>44</sup>

Outro conceito, o da “desodorização”, inerente ao da “medicalização”, foi inventado para estudar a vigilância olfativa propugnada pela medicina social do século 19. Esta medicina privilegiou o olfato para reconhecer os males epidêmicos. Ela reconstruiu um imaginário social em busca de gases causadores de doenças, os miasmas, a partir da eleição de focos de infecção. Por isto, para entender os significados da “teoria miasmática” em voga e a relação entre a formação de uma nova sensibilidade olfativa e sua ressonância social, utilizo o conceito de “desodorização”.<sup>45</sup> Assim, discuto as mudanças verificadas nas formas de percepção e análise dos odores da moderna medicina acadêmica no tempo do cólera de 1855.

---

<sup>44</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996, especialmente os capítulos V “O nascimento da medicina social”, o capítulo VI “O nascimento do hospital” e o capítulo XIII “A política da saúde no século XVIII”. Ver também FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994. Para uma análise da implantação da medicina social no Brasil do oitocentos, ver: MACHADO, Roberto *et al.* *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

<sup>45</sup> CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e 19*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Corbin confronta as diferenciações sociais com a mudança olfativa operada por um novo discurso que inaugura a idéia de uma sociedade “higienizada”, na qual os pobres, com costumes considerados “viciosos”, são vistos como focos de doenças infecciosas.

O conceito de “higienização”, também está intimamente ligado ao processo de “medicalização”.<sup>46</sup> Tento, com ele, examinar as transformações percebidas por uma parcela da sociedade que institui uma pedagogia “higienista” com novas representações do corpo e da idéia de salubridade pública em tempos epidêmicos.

Além das preocupações com a higiene, na iminência de uma epidemia pouco conhecida pelos doutores ou desconhecida pela população, o que se constata é a reação de medo. Portanto, procuro analisar os medos e angustias da população diante da epidemia.<sup>47</sup> O medo é aqui considerado um objeto histórico porque “*é filho de nossa imaginação, não é uno mas múltiplo, não é fixo mas perpetuamente cambiante*”.<sup>48</sup>

Algumas atitudes típicas, frente ao medo da peste, foram encontradas durante a irrupção da epidemia de cólera em Sergipe em 1855. São elas: a recusa de palavras consideradas tabus; o abandono dos costumes enraizados; as rupturas no cotidiano; a fuga do povo e de autoridades; a incerteza de projetos de vida e a busca por culpados.<sup>49</sup>

Na epidemia de 1855, o medo dos mortos imperava. Estes passam a ser vistos como um perigo à vida, à “salubridade” pública, pois produziriam, segundo os doutores, gases mortíferos (os miasmas). Para compreender a mudança de atitude diante da morte e dos mortos, analiso o sentido do fenômeno como um afastamento social do morto, então considerado um “foco de doenças”, e um distanciamento físico, quando os falecidos passam a

---

<sup>46</sup> VIGARELLO, George. *O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

<sup>47</sup> DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>48</sup> CAILLOIS, R. “Les masques de la peur chez les insectes”, 1961. Apud DELUMEAU, Jean. Op. cit., p. 19.

<sup>49</sup> Cf. DELUMEAU, Jean. “Tipologia dos Comportamentos Coletivos em Tempo de Peste”. Op. cit., p. 107-150.

ser enterrados nos cemitérios “extra-muros” no bojo da nova ordem “medicalizada”.<sup>50</sup> O que era próximo, familiar, torna-se objeto de medo e repugnância. As sensibilidades afloram e os mortos deixam de ser um ente próximo aos familiares para serem investigados e vigiados pelo frio olhar da medicina acadêmica e incorporados ao fenômeno da “medicalização” social.

### 3. Da Metodologia

O *corpus* desta pesquisa é constituído por fontes manuscritas (ofícios, requerimentos, cartas, abaixo-assinados) e impressas (teses, artigos e instruções médicas; relatórios de presidente; dicionários de medicina; leis; memórias; jornal e orações). Estes testemunhos são analisados através de procedimentos do método de análise do discurso. Com tal ferramenta, relaciono saber e poder instituídos pela “medicina social” como prática discursiva permeada por uma “vontade de verdade”, própria das ciências no século 19.<sup>51</sup>

Busca-se, então, entender os “efeitos de verdade”, na acepção de Foucault, no interior dos discursos. Ademais, esta concepção considera o discurso como prática que provém da formação dos saberes e de sua articulação com práticas não discursivas (enterramentos, hospitalização, desinfecção dos ambientes, afastamento de estabelecimentos, vigilância sanitária, mapeamento de casos e óbitos, etc.).<sup>52</sup> Deste modo, o discurso é visto como um jogo bélico e estratégico; como embate social. Ele, o discurso, torna-se um espaço onde saber e

---

<sup>50</sup> ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977; e \_\_\_\_\_. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. 02 v.

<sup>51</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 16-17; 36 e passim.

<sup>52</sup> FOUCAULT, Michel. “Verdade e poder”. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996. p. 08.

poder se articulam, produzindo um direito reconhecido institucionalmente, que veicula saber e gera poder.<sup>53</sup> Foi o que sucedeu com a implantação e legitimação da medicina social no Brasil do século 19, sobretudo durante a epidemia de cólera de 1855/56.

Neste âmbito, considera-se a função de informação, controle e coação daquele discurso caracterizado por um poder disciplinar e de polícia incorporados pelas práticas não discursivas: vigiar ou afastar focos de infecção (cemitério, matadouro, etc.); incinerar; inumar e contar os cadáveres; identificar e isolar os doentes (quarentenas e lazaretos); controlar o comércio de alimentos; regulamentar o funcionamento dos estabelecimentos (igrejas, hospitais, escolas, etc.); proibir habitações insalubres; prescrever e propagar instruções higiênico-sanitárias. Tais tecnologias de poder são envidadas pela medicina erudita do século 19, mormente em tempo de epidemia.

Em tais momentos, a vida, a doença e a morte constituem uma trindade técnica e conceitual.<sup>54</sup> Logo, o poder da medicina científica, sobre esta trindade, é positivo porque produz objetos, forma saber, induz a verdades e insinua eficácia. Sendo assim, ele disciplina a sociedade e tenta lhe impor uma ordem de valores bio-políticos, segundo a idéia de higiene instituída por esta mesma medicina.<sup>55</sup>

Como fora dito, esta concepção de discurso, gerador de poder, comporta a idéia de um embate estratégico, de luta social, de tensões, ou, nesta pesquisa, de resistência de parcela da população à “medicalização” diante de seus dispositivos de controle tais como estatísticas, comissões, instruções sanitárias e prescrições administrativas (quarentena, internações,

---

<sup>53</sup> BRANDÃO, Helena Negamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1991. p. 28-32.

<sup>54</sup> FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994. p. 165.

<sup>55</sup> FOUCAULT, Michel. “Verdade e poder”. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996. p. 08 e passim.

proibições de reuniões públicas, deslocamento espacial de estabelecimentos, vigilância sanitária, entre outros). Em suma, a tentativa de controle sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, “*mas começa no corpo, com o corpo*”.<sup>56</sup> Este procedimento foi identificado nesta pesquisa como fundamento da instituição da “medicalização” no século 19.

Seguindo esta linha, nos documentos oficiais verifico o sentido das ações do poder público sobre as cidades e seus habitantes. Destaco, dentre estes documentos, o relatório do Barão de Maroim (1809-1890), presidente da província de Sergipe durante a epidemia de cólera de 1855. Nesta fonte, tem-se um resumo minucioso de providências do governo para combater a peste a partir dos princípios da medicina social em voga.

Entre os documentos manuscritos, a maior série levantada foi de ofícios. Eles foram examinados, em sua maioria, no Arquivo Público do Estado de Sergipe – APES. A partir deles pude acompanhar o roteiro da peste e a seqüência seriada dos acontecimentos. Com isto, ampliei o campo de interpretação do fenômeno nosológico pela diversidade dos agentes de discurso. No final desta dissertação, apresento uma lista com as referências arquivísticas correspondentes a esta série documental.

No entanto, outros manuscritos como requerimentos, cartas e abaixo-assinados também foram examinados, além do APES, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGS e no PDPH/DHI/UFS – Programa de Documentação e Pesquisa Histórica do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Neles, percebi e analisei concepções do imaginário perpassadas pela epidemia.

---

<sup>56</sup> FOUCAULT, Michel. “O nascimento da medicina social”. *Microfísica do poder*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996. p. 80.

Quanto às fontes impressas, elas estão dispersas nos seguintes acervos:

- Na Biblioteca Pública Epifânio Dória – BPED, em Aracaju/SE. Do setor “Documentação Sergipana – DS” foram utilizados relatórios de presidente, leis (códigos de posturas municipais) e ensaios médicos; da Hemeroteca, o jornal *Correio Sergipense* (vários anos); dum setor sem identificação, as teses de medicina. As teses aí estão enquanto esperam catalogação definitiva.

- No Arquivo Edgar Leuenroth – AEL/Unicamp (Universidade de Campinas), pesquisei os *Annais Brasilienses de Medicina* (vários anos). Neste periódico, acompanhei os discursos sobre as teorias médicas relativos às epidemias no Império e me inteirei dos debates acadêmicos em torno das principais concepções epidêmicas.

- Na Biblioteca Central (BC) da Unicamp/Seção de Obras Raras (OR) consultei, entre outros volumes, os dicionários de medicina do século 19 (o “Cherniviz” e o “Langaard”). Com estas obras, me aproximei das acepções e conceitos que dominavam o jargão médico da época e compreendi as estratégias de prevenção e combate de moléstias.

- De um acervo particular tive acesso a um livro de “Orações contra a peste”. Através do amigo historiador, José Thiago da Silva Filho, li tal livro de orações que foi impresso durante a epidemia de cólera em 1855. Nele, analisei as atitudes religiosas diante da doença e da morte para compreender a acentuação de devoções e penitências no período como forma de reação aos métodos de profilaxia e de terapêutica propugnados pelos doutores e executados pelos governos imperial e provincial.

Diante deste *Corpus*, utilizei como instrumento de coleta dos dados fichas de pesquisa com informações das fontes segundo sua natureza (manuscrito ou impresso) e quanto ao tipo (relatório, ensaio médico, tese, artigo, leis). Para operacionalizar as informações colhidas destes documentos, armazenei-as num banco de dados eletrônico. A partir de sua consulta, tive

rápido acesso às informações, cruzando-as, quando necessário, para análise e construção do texto dissertativo.



## Capítulo II

### Uma geografia da peste: a “marcha” do cólera por Sergipe (1855-1856).

**“Fala-se geralmente da marcha do cholera, (...) sem, porém, ter sido possível demonstrar até o presente (...) o que é que caminha”.**

Dr. Langgaard (1813-1883), 1873: 439.

**“Na sua marcha enigmática e caprichosa, (...) se tem mostrado o cholera-morbus, sem poupar idade, sexo, nem profissão”.**

Dr. Chernoviz (1813-1881), 1890: 578-579.



Neste passo, refaço o roteiro geográfico por Sergipe da epidemia do cólera-morbo de 1855/56. Descrevo e analiso a desorganização promovida no cotidiano, as ações do poder público, os discursos e práticas apoiados na medicina miasmática, além dos percalços sofridos pela população frente aos estragos sociais, materiais e mentais ocasionados pelo vertiginoso flagelo. O itinerário vai desde a fronteira do rio Real, ao sul, até as margens da região do Baixo São Francisco, ao norte; e também do litoral até o sertão, cobrindo assim quase todos os pontos da província sergipana.

Após entrar no Brasil, em maio de 1855, pelo Pará, o cólera-morbo toma as vias marítimas, para alcançar, em julho, o Rio de Janeiro e a Bahia. Daí, vara o Nordeste. No entanto, em setembro, a moléstia não aporta de início nas barras sergipenses. Avança pelas terras do interior; atravessa a fronteira ao sul da província e surpreende a todos. O roteiro mórbido tem início nos municípios de Campos (atual Tobias Barreto) e Lagarto, respectivamente.

### 1. Atravessando o Rio Real

Corria o ano de 1854. Na Assembléia Provincial de Sergipe, o presidente Ignácio Barbosa (1821-1855) falava aos parlamentares. No seu relato sobre a salubridade pública, ele dizia que o estado sanitário da província era “*satisfactorio*”.<sup>1</sup> Esta situação se reverteu no ano seguinte, quando a epidemia de cólera-morbo grassará impiedosa pelas terras sergipenses.

As notícias da chegada do mal não ecoaram nos ouvidos do governo para não alardear o pânico na população. A Câmara de vereadores de Campos, entretanto, insiste em notificar, em primeira mão, da “*quasi convicção*” da chegada do cólera. Os edis oficiam, no dia 11 de

---

<sup>1</sup> BARBOSA, Ignácio Joaquim. “Falla que dirigiu à Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe..., no dia 20 de abril de 1854”. In *Revista do I.H.G.S. Aracaju*, ano III, v. III, fascículo I-IV, 1916. p. 19.

setembro de 1855, que a povoação se acha no estado de desolação e luto, sofrendo terríveis estragos da epidemia, que até então ceifara quinze vítimas entre mais de sessenta afetados, dos quais alguns estão moribundos “*e todos faltos de curativos regulares*”. A população começa a bradar por socorro.<sup>2</sup>

O Provedor de saúde pública da província, Joaquim José de Oliveira (1820-1872), foi enviado a Campos para dar um parecer sobre a existência ou não do cólera-morbo no lugar.<sup>3</sup> Ele ficou ali pouco tempo. Chegou dia 19 de setembro de 1855, e saiu dia 21. Seu laudo foi vacilante. Disse que nada o levava a crer “*decididamente*” sobre a aparição do mal, embora soubesse que dois doentes haviam falecido há uma semana, “*que se suppos atacado de cholera*”, e outros estavam com diarreia há cinco dias, os quais não apresentavam, para o provedor, sintomas coléricos característicos. O médico então declara: “*entendi que eu não devia dar como certo o que para mim era duvidoso*”.<sup>4</sup> Erro crasso, pois o governo já tinha notícias oficiais há um mês, pelo menos, dos estragos do morbo no Pará e de sua incursão pela

---

<sup>2</sup> [Ofício da Câmara Municipal ao presidente da província, Barão de Maroim. Vila de Campos, 11 de setembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

<sup>3</sup> No Brasil colonial (séc. XVIII), a inspeção sanitária ficava a cargo do físico-mor e dos comissários delegados, com encargos, entre outros, de visitar farmácias e impor penas a quem infringisse o regimento sanitário de 1744. Com a vinda da Corte para o Rio de Janeiro, criou-se, por decreto real de 1809, o cargo de Provedor-mor da Saúde, com a finalidade de tratar das funções sanitárias marítimas, conforme regulamentos de 1810. No Império, em 1823, aboliu-se os cargos de físico, cirurgião e provedor mores, pertencendo às Câmaras respectivas a inspeção sobre as questões de saúde pública. A lei de 1º de outubro de 1828 permite a ampliação das deliberações das Câmaras municipais sobre os meios de promover e manter a tranqüilidade, segurança, saúde, asseio dos edifícios e ruas, das povoações e, mais ainda, sobre estes objetos formaram as suas posturas. Em 1829, foi criada a Inspeção de saúde pública do porto do Rio de Janeiro, subordinada à Câmara e presidida por um provedor de saúde, eleito dentre os vereadores. Em 1850, por conta da virulência da epidemia de febre amarela, estabeleceu-se na Corte uma Junta de Higiene Pública. Em 1851, passou a chamar-se Junta Central de Higiene Pública. Subordinada a ela, estavam as Comissões de Higiene Pública do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul. Nas demais províncias existiam somente os provedores de saúde pública, como o dr. Joaquim José de Oliveira em Sergipe, cujas funções giravam em torno da vigilância sanitária dos portos e das cidades, além da fiscalização do exercício da medicina, dos remédios e alimentos. Em 1857, as Comissões foram extintas, em seu lugar foi criado, em cada província, o cargo de inspetor de saúde pública. Cf. SANCTOS, Affonso José dos (1857- ?). *Regimen sanitario*. Bahia: Litho typographia de João Gonçalves Tourinho, 1881. p. 17-75. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia).

<sup>4</sup> [Ofício do provedor de saúde pública Joaquim José de Oliveira ao presidente da província, Barão de Maroim. Estância, 08 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

Bahia. Medidas, no período, foram expedidas para se evitar a propagação. Desde o início de agosto de 1855 que a folha oficial da província de Sergipe publicou circulares e ofícios pedindo providências às autoridades sanitárias, dentre elas o provedor de saúde pública, para barrar o mal. Estabeleceram-se quarentenas nos portos e espalharam-se instruções sanitárias pelas paróquias. Pelo menos um mês antes da “provedora” visita do doutor Joaquim de Oliveira, já se sabia que a epidemia grassava no Pará a solapar vidas e que já desgraçava a Bahia. Era uma questão de tempo para a moléstia espalhar seu “veneno”.

O medo do cólera aterrou a província antes da sua efetiva assolação. Pois, as notícias sobre dizimações da peste no Pará e na Bahia, ocorridas desde maio, eram enviadas aos governos, e publicadas em jornal e circulares às autoridades e aos vigários, para que estes

instruíssem seus fregueses e evitassem o terror pânico e a desordem social.<sup>5</sup> O medo flagelou a população, arrebatada, antes da chegada mal.<sup>6</sup>

No entanto, a partir de setembro de 1855, a epidemia fez suas primeiras vítimas fatais. Foi assim que, cinco dias após a visita do provedor de saúde a Campos, a epidemia colérica apareceu em Lagarto na mesma região, ao sul da província. As primeiras vítimas lagartenses, do povoado Colégio, teriam falecido de forma “*violenta*”. Um médico testemunha alguns sintomas clássicos naqueles afetados: “*princiípio por vômitos, lançando águas do estomago, e logo se lhes afinão o nariz, os bugalhos dos olhos se lhes afundão,...*”.<sup>7</sup>

Quase um mês depois, em outubro de 1855, foi redigido um abaixo-assinado por cinco moradores de Lagarto ao presidente em exercício. Eles acentuaram sobre o perigo da falta de

---

<sup>5</sup> O jornal oficial, *Correio Sergipense*, publica em sua edição de 1º de setembro de 1855 uma cópia do ofício endereçado ao provedor de saúde pública, dr. Joaquim José de Oliveira (1820-1872). O documento foi expedido no dia 07 de agosto. Nele, a secretaria da presidência informa sobre a atuação do cólera no Pará e na Bahia, sobre as medidas preventivas tomadas pela Faculdade de Medicina e pelo Conselho de Salubridade baianos. Portanto, a presidência solicita ao provedor de saúde propostas na área “*para se prevenir, ou ao menos minorar o mal, caso infelizmente tenha de nos ameaçar também*”. No dia seguinte, foram também oficiados o capitão do porto, o comandante do corpo policial e os patrões da barra da Estância e de São Cristóvão, autorizando-os a estabelecer quarentenas de oito dias nos navios que viessem da Bahia ou portos supostamente infectados pelo cólera. Cf. *Correio Sergipense*. Aracaju, n. 41, p. 01-02, 1º de setembro de 1855. (BPED, pac. 23-A). Na edição de 18 de agosto do mesmo *Correio Sergipense*, publicou-se um longo artigo sobre a entrada do cólera-morbo e seus estragos fulminantes no Pará. Este artigo foi transcrito do jornal paraense *Diário do Commercio* e assinado pelo médico João Florindo Ribeiro de Bulhões (1º cirurgião tenente do Corpo de Saúde do hospital regimental), no qual ele descreve o diagnóstico das primeiras vítimas avaliadas por uma Comissão e a propagação da doença pela cidade de Belém. O artigo instrui sobre os sintomas e as formas de tratamento, frutos do estudo do doutor Bulhões e não de “*impostura ou exageração*”, adverte o facultativo. Cf. *Correio Sergipense*. Aracaju, n. 38, p. 01-03, 18 de agosto de 1855. (BPED, pac. 23-A). Noutra edição do *Correio*, 29 de agosto, a secretaria de governo envia a todos os vigários da província uma circular com exemplares do dia 25 em anexo, nos quais continham a transcrição das Instruções Sanitárias confeccionadas pela Comissão de Higiene Pública da Bahia. Os vigários deveriam fazê-las “*chegar ao conhecimento de seus fregueses, lendo-as repetidas vezes na missa conventual e mesmo deixando copiar por quem quizer...*”. Cf. *Correio Sergipense*. Aracaju, n. 39/40, p. 01-02, 25 e 29 de agosto de 1855. (BPED, pac. 23-A). Conclui-se, como se vê, que o provedor de saúde em 1855, dr. Joaquim José de Oliveira, foi ao menos pouco previdente com relação ao seu parecer quando diagnosticou as vítimas da vila de Campos, fronteira com a província da Bahia.

<sup>6</sup> Durante a Revolução Francesa, a população também entrou em pânico, através de notícias propagadas, antes mesmo das ações efetivas dos rebeldes pelas províncias contra a ordem nobiliárquica pré-revolucionária. Cf. LEFEBVRE, Georges. *La grande peur de 1789*. Paris: Armand Colin, 1998. (especialmente a 3ª parte).

<sup>7</sup> [Comunicado do dr. José Maria de Souza Ribeiro ao Juiz de Direito, José Saraiva Salomão. Vila do Lagarto, 26 de setembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

peças para enterrar os mortos pelo cólera. Os primeiros corpos ficaram até vinte e quatro horas insepultos e em putrefação. Só foram enterrados por que o subdelegado Antonio Dias de Souza e o Sargento Vianna empregaram “*medidas de rigor constringendo pessoas*” para condução dos cadáveres. Este sargento além de constringer, convenceu aos outros por ser o primeiro a “*carregar no hombro a rêde do cadaver*”. Incorporados pela nova sensibilidade olfativa propugnada pela ideologia da higiene, com base na teoria dos miasmas<sup>8</sup>, os redatores do abaixo-assinado advertem que, no caso de crescer o número de mortos, “*como se receia*”, veriam os cadáveres insepultos e sofreriam a “*gravitação de columnas de ar sobrecarregados de maior porção de miasmas*”, e portanto respirariam um ambiente ainda mais “*corrupto e envenenado*”.<sup>9</sup>

Uma série de três ofícios do dr. Manoel Antunes de Salles (1817-1864), designado para socorrer as vítimas do Lagarto, atesta a progressão dos embaraços causados pela epidemia na vila entre 18 e 30 de outubro de 1855. Estes documentos dão um diagnóstico da marcha vertiginosa da epidemia e dos transtornos para o auxílio aos doentes.

No primeiro e mais extenso deles, o médico comunica a aparição da doença “*com alguma intensidade*” no povoado de Santo Antônio, há uma légua do Lagarto. No lugarejo, conta o esculápio, acham-se sepultados “*cincoenta cadaveres cholericos*” na igreja e suas

---

<sup>8</sup> Segundo esta teoria, as doenças eram provocadas por emanações nocivas, os miasmas, que corrompiam o ar e atacavam os seres humanos. Tais emanações eram produzidas pela decomposição de organismos presentes na natureza, inclusive o homem. Com isto, o ar era o principal veículo de transmissão dos miasmas, os quais só eram percebidos pelo olfato, pois sua qualidade era considerada como um gás pútrido e deletério quando respirado em ambientes infectados. Esta idéia foi suplantada pela teoria bacteriológica no final do século 19. Veremos mais detalhes sobre a concepção miasmática das doenças e seus efeitos sócio-culturais, ao longo desta dissertação.

<sup>9</sup> [Abaixo-assinado enviado ao Barão de Maroim. Lagarto, 21 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886. Este documento foi assinado por Alexandre José da Silveira, José de Souza Vieira, Antônio Francisco de Seabra Lemos, José Gabriel de Souza Freire, José Alves Pitangueira. Este último, padre Pitangueira (1812-1858), foi professor de latim em Lagarto desde 1833. Estudou e recebeu as ordens de presbítero em 1843 no Seminário da Bahia. Foi também político, jornalista e advogado. Na política chegou à Assembléia Provincial em duas legislaturas e à presidência da Câmara Municipal de Lagarto. Por fim, foi diretor do Censo no mesmo município. Cf. GUARANÁ, Armindo. *Diccionario Biobibliographico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925. p. 157.

imediações.<sup>10</sup> No segundo documento, o médico informa atônito que “*o flagello reinante continua a fazer victimas incessantemente já no município e já dentro da villa*”, consternando os lagartenses a ponto deles “*desampararem insepultos os cadáveres*”.<sup>11</sup> No terceiro officio, doutor Antunes de Salles avisa que se acha montado o lazareto, onde já se acham três doentes “*do lugar denominado Candêa*”.<sup>12</sup>

No primeiro registro, dr. Salles foi mais detalhado e mais sereno. No segundo, as linhas diminuem, mas aumentam as expressões de estupefação. No último, ele escreve pouco, ao modo de um bilhete, as letras são grandes e largas, manifestando pressa, e vinha pontilhado de abreviaturas e duas correções, ao contrário dos demais. E conclui telegráfico: “*Não posso ser m<sup>s</sup> extenso p<sup>los</sup> affazeres a meu cargo, e q<sup>to</sup> a intensidade da epidemia continua da m<sup>ma</sup> manr<sup>a</sup>. p<sup>r</sup> todo Municipio*”.<sup>13</sup> Comparando-se os três documentos, percebe-se, portanto, a crescente diligência e apreensão que sufocava o doutor Antunes de Salles. Tal situação fora comum a outros testemunhos.

No dia seguinte, um tanto atribulado, dr. Salles ainda escreveu que não hesitou em gratificar alguns condutores de corpos. Informaram-lhe mais uma vez, “*pessoa de toda a confiança*”, que grande número de coléricos fora sepultado na igreja velha do Palmar, e ao pé das cruzes e encruzilhadas, e até mesmo conduzidos os cadáveres por “*crianças de menor*

---

<sup>10</sup> [Oficio do dr. Manoel Antunes de Salles ao presidente da província, Barão de Maroim. Vila do Lagarto, 18 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>11</sup> [Oficio do dr. Manoel Antunes de Salles ao Barão de Maroim. Vila do Lagarto, 21 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>12</sup> [Oficio do doutor Manoel Antunes de Salles ao Barão de Maroim. Vila do Lagarto, 30 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>13</sup> [Oficio do doutor Manoel Antunes de Salles ao Barão de Maroim. Vila do Lagarto, 30 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

idade e mulheres”.<sup>14</sup> O médico contara, em duas semanas, cinquenta falecidos espalhados pelos povoados Tanque, Candeia, Piauhy do Lobo, Saco do Tigre e Magdalena.<sup>15</sup>

Vê-se que, ao lado da diligência médica para disciplinar os enterramentos, há a permanência de costumes enraizados de aproximar os mortos de lugares sacramentados como os templos, ou simbolicamente santificados, como as cruzes e capelinhas fincadas nas estradas – costume ainda presente nas rodovias em nossos dias<sup>16</sup> -, e assim garantir uma “boa morte” para aqueles que não tiveram as honras religiosas diante da presteza e do terror provocado pela peste.<sup>17</sup>

O flagelo começa a grassar efetivamente por Sergipe. Dando passo a sua marcha lúgubre, a epidemia assolou o cotidiano da freguesia do Riachão.<sup>18</sup> Em outubro, o subdelegado notifica o primeiro caso. Ele informa que, à medida que surgem novos doentes, as pessoas os abandonam. O medo do contágio dissemina-se, pois não se conhece com segurança, à época, as formas de transmissão e de cura da doença. O povo, escreve o subdelegado do Riachão, “preocupado pela idéia verdadeira ou falsa de ser o mal contagioso se affasta para longe dos

---

<sup>14</sup> [Ofício do dr. Manoel Antunes de Salles ao Barão de Maroim. Vila do Lagarto, 31 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>15</sup> MELO, João Gomes de (Barão de Maroim, 1809-1890). *Relatório com que foi entregue a administração da Provincia no dia 27 de fevereiro de 1856...* Aracaju: Tipographia Official, 1856. p. 06. (BPED, DS-1437).

<sup>16</sup> Quanto ao costume dos enterramentos nas estradas e à simbologia da proximidade eterna do falecido no imaginário popular do Nordeste do século 19, Euclides da Cunha (1866-1909) anotou que “nos lugares remotos, longe dos povoados, inumam-nos à beira das estradas, para que não fiquem de todo em abandono, para que os rodeiem sempre as preces dos viandantes, para que nos ângulos da cruz deponham estes, sempre, uma flor, um ramo, uma recordação fugaz mas renovada sempre”. CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 20. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998. p. 137.

<sup>17</sup> Ver, no final deste capítulo e no último desta dissertação, o significado da idéia de “boa morte” no imaginário religioso do século 19.

<sup>18</sup> As denominações como “povoado”, “freguesia”, “vila”, “cidade”, “comarca”, “município”, estão aqui utilizadas de acordo com SILVA, Zenilde de Jesus. “Resumo histórico [dos municípios sergipanos]”. *Boletim do Arquivo Público Estadual*. Aracaju, n. 1, p. 03-24, 1984.

*affectados, chegando este preconceito a ponto de ensurdece-lo aos gemidos dos affectados que pedem socorro*". Um pálio de medo e terror cobre a população.<sup>19</sup>

Os doentes durante a epidemia são evitados pelo terror do contágio. Eles passam a ser considerados mais um foco de uma doença que se mostrava implacável. Afastar-se, ou isolar as vítimas em lazaretos, denota a perda dos laços de solidariedade em período de epidemia. Este é um dos sintomas da tipologia dos comportamentos coletivos, nestes momentos, identificados por Delumeau. "*O tempo de peste é o da solidão forçada*", arremata o historiador ao se referir sobre o abandono das vítimas.<sup>20</sup>

As vítimas coléricas adquiriam uma aparência degradante. Por isto inspiravam ao imaginário popular um castigo diabólico. Ninguém queria passar por aquela provação e humilhação. A doença, deste modo, atrai sentimentos de negação do ente querido. Ela, a doença, assim percebida, prenhe de significados relativos ao "maligno", é projetada nos doentes como uma metáfora do mal. Desta forma, os afetados eram condenados à exclusão, à repugnância e à morte.<sup>21</sup>

Foi tão marcante a "solidão forçada", ou a exclusão dos coléricos, provocada no tempo do cólera que a idéia permaneceu registrada no imaginário popular. O provérbio "*É tempo de murici, cada um cuide de si*", designa o egoísmo dos homens nas ocasiões difíceis ou

---

<sup>19</sup> [Ofício do subdelegado, Francisco Barreto de Faria e Mello, ao Barão de Maroim. Riachão, 20 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>20</sup> DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 123. Em 1988, historiadores, demógrafos e médicos europeus, especialistas no estudo de doenças epidêmicas, organizaram uma coletânea de artigos científicos referentes às políticas públicas, às reações sociais e à produção de discursos frente ao contágio provocados pelo cólera-morbo, tuberculose e sífilis na Europa nos séculos XIX e XX. Com relação ao medo do contágio pelo cólera, estes trabalhos abrangeram a Espanha, a Bélgica, a França, a Inglaterra, a Prússia, a Rússia e a Europa central. Cf. BARDET, Jean-Pierre; BOURDELAIS, Patrice et alii (Org.). *Peurs et terreurs face à la contagion: choléra, tuberculose, syphilis - XIX<sup>e</sup> e XX<sup>e</sup> siècles*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1988.

<sup>21</sup> Cf. SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 76 e passim.

perigosas. O filólogo João Ribeiro (1860-1934) supõe que, sendo o **murici** uma planta comum, que não assinala calamidades, simbolizaria, por outra, os maus dias ou terror pânico causado pelo *morexi ou murixi* – mordexim<sup>22</sup> -, nome asiático do cólera-morbo e trazido pelos fidalgos e soldados, durante os tempos coloniais, quando de uma epidemia em Goa no ano de 1543. João Ribeiro assinala, portanto, que o **murici** “é mera corruptela prosódica” muito praticada pelos portugueses quando adotavam palavras exóticas. Por fim, conclui que a “epidemia de murixi, sempre acompanhada de grande medo, explica a expressão melhor que a frutinha inócua do murici, que se não relaciona a nenhuma calamidade”.<sup>23</sup> A presença da epidemia anulava a solidariedade.<sup>24</sup>

Desta forma, também acredito que a prosódica de *mordexim* teria se corrompido em *murici*, concordando com João Ribeiro, porém, para afastar os maus fados acarretados pela arrebatadora epidemia. Assim, suponho que a palavra sofreu corrupção na língua do povo por uma espécie de eufemismo, e não apenas por uma “corruptela prosódica” como assinala Ribeiro. Ao invés de falar o nome de uma doença grave, o mordexim (cólera-morbo), seria mais prudente, para a sabedoria popular, amenizar um tempo de calamidades alterando o

---

<sup>22</sup> **Mordexim** – Significa cólera-morbo ou quebrantamento no dialeto concani, da língua marata, falado no antigo Concão, região da Índia onde se acha Goa, ex-província ultramarina portuguesa. Este dialeto deu ao português numerosas palavras. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1159 e 444 respectivamente.

<sup>23</sup> RIBEIRO, João. *A língua nacional*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 125-127. (1ª edição de 1921).

<sup>24</sup> Por outro lado, Câmara Cascudo (1898-1986) discorda da relação do *mordexim* com *murici*. Ele diz tratar-se de “*anexim brasileiro alusivo a uma fruta brasileira*”. Cascudo diverge de João Ribeiro porque liga a expressão sobre a fruta com o seguinte sentido: “*Trate cada um do seu interesse e proveito durante a colheita dos muricis*”. Ele assegura que aquele provérbio popular não existe em Goa, constituindo-se num anexim brasileiro alusivo à colheita do murici, alimento do pobre. O adágio, conclui Cascudo, seria uma correspondente ao rifão português – “*Em tempo de figo não há amigos!*”. CASCUDO, Luís da Câmara. *Locuções tradicionais no Brasil – coisas que o povo diz*. Belo horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1986. p. 146. No entanto, em outro estudo, o próprio Cascudo reconhece que “*repetir nomes de moléstias é conservá-las, multiplicá-las ou simplesmente trazê-las ao corpo*”. CASCUDO, Luís da Câmara. “O nome tem poder”. *Civilização e Cultura*. Belo horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1983. p. 626-635, citação p. 631. Portanto, no imaginário popular, a doença é afastada quando se evita verbalizá-la; denominá-la. Assim, mordexim fora substituído por murici.

vocábulo e substituí-lo por uma “fruta inocente”, sem perigo à vida, entretanto aludindo a um momento de vexame calamitoso, de terror pânico. Digo mais: murici se assemelha, por homofonia, a mordexim, porém não contém seu significado mórbido. Logo, a permanência desta expressão na sensibilidade coletiva, que representa um momento de agrura e de perda dos laços de solidariedade, tem maior relação com a calamidade colérica, como veremos, do que com o interesse e proveito de cada um “*durante a colheita dos muricis*”, como sugere Câmara Cascudo.

Continuando seu cortejo medonho, o cólera-morbo se manifesta em Lagoa Vermelha (atual Boquim). Com o mesmo rigor, o flagelo colérico vinca os espíritos enlutados da freguesia, deixando marcas indeléveis de pavor. A peste dizimou, conforme dados oficiais, cerca de 21% dos habitantes da jurisdição que compreendia os municípios de Lagarto, Riachão

e Lagoa Vermelha.<sup>25</sup>

Após este fato, em 1857, a recém criada Câmara de Lagoa Vermelha, proíbe a inumação no recinto das igrejas, como era de costume, sob qualquer pretexto que se apresente, infligindo multa e prisão para os infratores. Os vereadores ainda estabelecem que as covas de coléricos nos novos cemitérios só seriam abertas após sete anos; outras sepulturas, depois de dois.<sup>26</sup> Tal resolução ilustra o grau de temor que a moléstia infunde no imaginário coletivo,

---

<sup>25</sup> Para os cálculos percentuais de falecidos nos municípios, doravante anunciados, foram utilizados dois documentos. O primeiro foi a tabela do *Relatório do Barão de Maroim*, de 1856, com o registro oficial de 15. 122 (quinze mil cento e vinte e dois) óbitos por cólera na província; ver em **anexos**. E o segundo, com o número de habitantes das localidades, coligimos de VILASBOAS, Manuel Diniz. “Mappa da divisão eleitoral da província de Sergipe com declaração dos círculos em que se acham divididas cidades, villas, freguesias e povoados....” In GALVÃO, Manuel da Cunha. *Relatorio apresentado à Assembléa Provincial de Sergipe no dia 05 de março de 1860*. Bahia: Typographia Poggetti de Catellina & Comp., 1860. (Caixa 02, doc. 02); ver em **anexos**. Assim, calculou-se a percentagem aproximada das vítimas fatais. Portanto, os dados de mortalidade são de 1855-56, e a estatística populacional é de cerca de dois anos após a passagem do cólera por Sergipe, 1858-59, havendo uma infima defasagem cronológica, o que pode diminuir a proporção dos óbitos por número de habitantes, dado o aumento natural da população neste ínterim. Um fator que colaborou, por um lado, para a imprecisão estatística, à época do fenômeno nosológico, foi a falta de regularidade no envio das informações pelas autoridades. Em alguns casos a tabela de óbitos não foi sequer enviada, como as de Maroim e Santa Roza, onde se sabe, consonante os relatos, que a peste foi rigorosa, principalmente em Maroim, importante empório comercial da região mais assolada, a Cotinguiba. Os testemunhos de abandono de diversos cadáveres pelas estradas, roças e engenhos, longe do olhar da contabilidade oficial, contribuíram também com a imprecisão estatística. Ademais, alguns enterramentos em cemitérios improvisados também não foram computados. Um exemplo verifica-se no município de Divina Pastora: no “Relatório do Barão de Maroim” constam apenas 20 falecidos na região. Contudo, em seu termo, no povoado do Bomfim, o subdelegado envia à presidência uma lista com 93 vítimas fatais (60 livres e 33 escravos) enterradas no cemitério improvisado do arraial, contendo a profissão, cor (branco, pardo, crioulo), estado civil e idade dos mortos livres; quanto aos escravos, registra apenas a quantidade de falecidos por tipo de estabelecimento (engenho, sítio e trapiche). [Ofício do subdelegado de Divina Pastora, João Bento Resende, ao Barão de Maroim. Arraial do Bomfim, 05 de dezembro de 1855]. Ms-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158. Este documento foi encontrado entre outros manuscritos de mesmo teor, o que demonstra falha ou má fé na relação dos óbitos, cujo intuito poderia ser, neste último caso, a tentativa de demonstração de uma certa dose de eficácia das medidas do governo no combate à epidemia, amenizando os estragos e elevando, além da imagem da administração, a auto-estima da população. No entanto, o Barão de Maroim admite que uma quarta parte dos falecidos poderia ser acrescida ao total de óbitos oficialmente registrados. Sobre a confecção de um mapa estatístico mais preciso, o presidente arremata: “*Nada porém de proveitoso tenho até aqui conseguido*”. MELO, João Gomes de (Barão de Maroim, 1809-1890). *Relatório com que foi entregue a administração da Província no dia 27 de fevereiro de 1856*. Aracaju: Typographia Official, 1856. p.36. (BPED, DS-1437). Outros testemunhos coevos especularam que a mortalidade teria sido o dobro do número oficial, ou seja, algo em torno de 30 (trinta) mil vítimas fatais. Entre estes estão o comendador Antônio José da Silva Travassos (1804-1872), em seus *Apontamentos históricos*, já citado; e o dr. Guilherme Pereira Rebelo, em seu “PARECER dado a respeito da carestia dos gêneros alimentícios no dia 20 de maio de 1859”. In GALVÃO, Manuel da Cunha. *Relatório apresentado à Assembléa Provincial no dia 05 de março de 1860*. Bahia: Typographia Poggetti de Catellina e Comp., 1860. p. 91-111. (APES, caixa 02, doc. 02).

<sup>26</sup> Resolução n. 487 de 04 de abril de 1857. *Colecção das leis, decretos e resoluções da província de Sergipe*. Typ. Provincial, 1857. p. 69-70. (BPED, DS-11).

representando um perigo cuja cura à época era improvável. Os mortos por cólera serão considerados focos pestilentos. A relação com os mortos é alterada, pois sua proximidade será considerada um perigo à salubridade pública. É o que Ariès chama de passagem da “morte domesticada” para a “morte selvagem”. Rompe-se a convivência familiar com o morto. No entanto, não se perde a veneração por eles, mas ocorre uma verdadeira “laicização” da morte impulsionada pela construção de cemitérios e covas que evitam o “envenenamento” dos vivos pelos cadáveres com base nos princípios da medicina erudita.<sup>27</sup>

O temor pela epidemia acelerou a medicalização da mentalidade sobre a morte em Sergipe. Desta forma, aprovaram-se diversas posturas que regulavam os enterramentos. Na cidade de São Cristóvão/SE, por exemplo, a Câmara ordena que, em morte de colérico, “*jamais as sepulturas serão abertas em tempo algum*”, e, em caso de infração, prescreve-se multa ou prisão.<sup>28</sup> A radicalização da norma proscovia os cadáveres de coléricos, acentuando o medo e a medicalização dos costumes funerários.

Não obstante o impacto mental e a mortandade causada pelo cólera em 1855, a fatura dos primeiros cemitérios em Sergipe ocorre somente a partir de 1860, quando se obedece aos preceitos da medicina higienista.<sup>29</sup> Por conta desta carência, assim se pronuncia, em 1859, o Inspetor de saúde pública de Sergipe sobre a inumação, a precariedade dos cemitérios provisórios e as sugestões quanto às providências sanitárias:

---

<sup>27</sup> “Os mortos não mais deveriam envenenar os vivos, e os vivos deviam testemunhar aos mortos, por um verdadeiro culto leigo, sua veneração”. ARIÈS, Philippe. “A morte do outro”. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 41-51. Citação p. 46.

<sup>28</sup> LEI n. 712, de 18 de julho de 1864. *Collecção de leis e resoluções da Assembléa Provincial de Sergipe*. Aracaju: Typ. Provincial, 1864. (APES, leis de Sergipe, caixa 2).

<sup>29</sup> Em Sergipe, após o surto colérico de 1855/56, são aprovadas diversas posturas municipais proibindo o enterramento no recinto dos templos. Cf. *Collecção das leis, decretos e resoluções da província de Sergipe*. Aracaju: Typ. Provincial, 1856 a 1859. (BPED, DS-11). Na Corte Imperial, foi a epidemia de febre amarela de 1850 que levou o governo a tomar medidas definitivas sobre os cemitérios fora do centro urbano. Cf. MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 294-295.

“São hoje em geral os cemitérios da província um cercado em quadro nas imediações das cidades, villas e freguesias, tendo uma cruz de madeira no centro. Em São Cristóvão existe um cemitério começado e algum tanto adiantado que é edificado segundo as bases indispensáveis para inhumações. Está collocado em um alto. (...) e a bem da saúde pública peço que se tomem providências; 1º banindo-se com severidade os enterramentos nas igrejas; 2º promovendo-se a construção de cemitérios sob as condições higiênicas; 3º que não se fação inhumações senão em sepulturas que tenham pelo menos oito palmos de profundidade”.<sup>30</sup>

O Inspetor de saúde prescreve uma nova ordem para inumação, de acordo com a diretriz higienista. Assim, o que antes era um costume espontâneo e de bom grado, o enterramento nas igrejas, na quadra colérica se afigura como um terror. Por sua vez, os mortos passam a ser esconjurados do seio dos vivos. O espaço sagrado dos templos terá mais uma função de oração do que um lugar reservado ao convívio entre aqueles que partiram para o além. O ambiente asfixiante das igrejas, com a queima de velas, e uma arquitetura que não permitia a circulação do ar, os amontoamentos de cadáveres, a proximidade das residências, todos estes aspectos, passam a ser criticados nas teses acadêmicas como forma de ordenar, salubrir e moralizar os ritos. Até para os mortos, aquele ambiente era indigno, segundo o discurso médico-miasmático.<sup>31</sup>

E quanto aos ritos fúnebres, estes perdem paulatinamente a pompa festiva de outrora, e os mortos o seu direito à proximidade da família e dos amigos. O cemitério eterniza o tempo

---

<sup>30</sup> ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Matta. “Relatório da salubridade pública. Aracaju, 28 de fevereiro de 1859”. In BROTERO, João Dabney d’Avellar. *Relatorio com que foi entregue a administração da província no dia 07 de março de 1859*. Aracaju: Typographia Provincial, 1859. p. 04. (BPED/DS-1438).

<sup>31</sup> No Rio de Janeiro, o primeiro cemitério extra-muros foi criado em 1839 pela Santa Casa da Misericórdia, e em 1848 o dr. José Francisco Paula e Silva escreve suas *Considerações sobre o pernicioso uso das sepulturas e a conveniência dos cemitérios*. MACHADO, R. et al. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 292.

da “solidão forçada”.<sup>32</sup> Segundo o historiador J. J. Reis, esta nova idéia sobre a morte e as mudanças no estilo dos funerais, a partir da segunda metade do século 19 no Brasil, refletiram e influenciaram modificações na forma de pensar e sentir, o que promoveu a secularização da mentalidade, uma laicização do imaginário, expressas em novos hábitos não religiosos de cultivo do espírito como a literatura, o teatro e a pedagogia. A ilustração “civilizadora” dos esculápios aportou nos enfermos trópicos.<sup>33</sup>

A preocupação com a vida espiritual dos mortos cede espaço à saúde dos vivos. Desfalece, portanto, a convivência pacífica e saudável entre ambos que outrora havia no recinto dos lares, dos templos e da rotina dos cortejos. De um espetáculo religioso, os ritos fúnebres passam para a ordem da razão técnico-científica. Da morte domada pela família e amigos, assiste-se, após a passagem do cólera, à morte medicalizada. Ela torna-se um drama vazio, obscuro, vergonhoso, mórbido, abominável, ou seja, objeto de tabus, de interdição.

Ocorre, com isto, um deslocamento do lugar do moribundo e do morto. Da casa para o hospital; dos templos para o cemitério. A morte moderna torna-se solitária, hospitalar. Longe

---

<sup>32</sup> Sobre os ritos, as atitudes diante da morte e suas diversas representações na Europa, ver ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. Para o Brasil, consulte REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>33</sup> REIS, João José. “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. In NOVAIS, Fernando (Org.). *Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 95-141. (História da vida privada no Brasil, v. 02). Em Sergipe, um dos médicos que enveredou pela literatura e pelo teatro, obtendo expressiva obra, foi Constantino José Gomes de Souza (1825-1877). Num de seus romances, *O desengano*. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo, 1871. 262p., o autor inclui no enredo a epidemia de cólera-morbo de 1855, na cidade da Estância/SE, onde o personagem principal era um médico que se torna um curandeiro, cujo remédio era eficaz contra a moléstia. O autor foi designado para Sergipe em 1855, para auxiliar no socorro aos coléricos. Sobre a vida e obra do dr. Gomes de Souza, consulte BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. v. 2, p. 138-139.

das pompas e circunstâncias.<sup>34</sup> É o que Ariès chama de a morte como uma ruptura. Da familiaridade com a morte, o homem no Ocidente passa a considerá-la como uma transgressão que o arrebatava da vida cotidiana.<sup>35</sup>

A morte, como escreve Machado, “*tornada condição física de um corpo deve receber os cuidados com que se entretém a vida*”.<sup>36</sup> Assim, os mortos serão dispostos em sítios regulamentados conforme o discurso e as práticas da medicina higienista. Portanto, os cemitérios serão transferidos para lugares elevados, arejados, arborizados (para “filtrar” o ar), fora da rota dos ventos que bafejam a cidade, longe do perímetro urbano e de fontes de água potável. Institui-se um tempo e uma nova forma de velar, guardar, conduzir e inumar. A localização, o funcionamento e a construção são fatores da estratégia de normatização técnica dos cemitérios, a exemplo da profundidade, quantidade, disposição e periodicidade das covas. Inaugura-se uma tecnologia para a morte.<sup>37</sup>

O cemitério, apesar de suas transformações, é um símbolo da permanência de uma tradição imposta pelo discurso da medicina acadêmica do século 19. Das pompas nas igrejas, os funerais passam para a contenção dos novos campos santos. Dos ritos festivos para o cortejo contrito até as necrópoles. Perde-se, além da vida, a celebração radiosa de sua

---

<sup>34</sup> Em 1852, os membros da Irmandade do SS. Sacramento da cidade da Estância/SE, possuíam capas e distintivos para acompanhar o “sagrado viático” e os atos fúnebres. Durante estes atos, o falecido tinha direito à caixão, encomendação de párocos e sacerdotes, acompanhamento, carregamento, repiques, missas cantadas e missas do 2º ao 8º dia da comemoração geral. Além de sinais e sepulturas “*na Capela se o cadáver tiver envolto em capa do SS. Sacramento*”. A morte era uma verdadeira festa. Cf. “COMPROMISSO da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora de Guadalupe da Estância”. *Collecção de Leis, decretos e resoluções da provincia de Sergipe*. São Cristóvão: Typ. Provincial, 1852. p. 30-48. (BPED/DS-11).

<sup>35</sup> ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 42-43.

<sup>36</sup> MACHADO, R. et al. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Citação p. 288 e passim.

<sup>37</sup> “... a individualização do cadáver, do caixão e do túmulo aparece no final do século XVIII [na França, e no Brasil em meados do XIX] por razões não teológico-religiosas de respeito ao cadáver, mas político-sanitárias de respeito aos vivos. Para que os vivos estejam ao abrigo da influência nefasta dos mortos, é preciso que os mortos sejam tão bem classificados quanto os vivos ou melhor, se possível”. FOUCAULT, M. “O nascimento da medicina social”. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996. p. 89-90.

passagem. Nossos enterramentos tornam-se uma tradição morigerada por uma prescrição dos discípulos de Hipócrates.

Durante a epidemia do cólera em 1855, os mortos passam a ser evitados ou enterrados com presteza e temor do contágio. Este é um dos primeiros sintomas na mudança para uma mentalidade medicalizada. Neste imaginário, o cadáver passa a significar um perigo à saúde pública, um foco de infecção miasmática, portanto um objeto sob os cuidados do doutor.

Até mesmo a Igreja Católica, e mais especificamente, os clérigos sergipanos, irão obedecer às ordens médicas sobre a regra dos enterramentos em cemitérios públicos após a epidemia de 1855. Eles exigem das autoridades o fim dos abusos dos enterramentos nas igrejas, pois estas eram maculadas com a “podridão dos cadáveres”.<sup>38</sup>

A tutela sobre a morte e os mortos como prerrogativa médica vigora até hoje. Por conta disto uma nova mentalidade se impõe: do sentimento de emoção social sobre o drama da morte, passa-se para um sentimento de comoção individual no recôndito do luto solitário. A morte, no ocidente “europeizado”, não é mais tolerada. No entanto, não há uma indiferença sobre a morte, mas uma certa recusa em admiti-la, um recalque da dor, um interdito.<sup>39</sup> O que antes era exigido, a proximidade do morto, é agora proibido. O luto tornou-se, nesta concepção, um estado “*mórbido que deve ser tratado, abreviado e apagado*”.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> Ver ANDRADE JÚNIOR, Péricles Morais de. *Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe (1831-1926)*. São Cristóvão/SE: UFS/NPCCS, 2000. (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais). Especialmente **Capítulo II** – “A Igreja Católica em Sergipe no século 19”.

<sup>39</sup> “*Naturalmente, a expressão da dor dos sobreviventes [no século 19] é devida a uma intolerância nova com a separação. Mas não é somente diante da cabeceira dos agonizantes e da lembrança dos desaparecidos que se fica perturbado. A simples idéia da morte comove*”. ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 43.

<sup>40</sup> ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 59.

Um documento representativo, dessa ruptura nos funerais, é a Circular enviada às Câmaras da província, três meses após a passagem do cólera (maio de 1856), a qual proibia os enterramentos nas igrejas. Um antigo e enraizado costume para se alcançar salvação, foi substituído pelo pavor ao “*mortífero contacto dos cadáveres*” em prol da salubridade pública. A Circular expressa uma nova sensibilidade, numa época de peleja contra a peste colérica.<sup>41</sup>

Dando prosseguimento ao seu rastro de pólvora, o morbo se propaga ainda pela região sul de Sergipe. Foram molestados com rigor, os municípios do Espírito Santo do Rio Real (atual Indiaroba) e o da Estância, movimentado centro comercial no século 19.<sup>42</sup>

O dr. Joaquim José de Oliveira (1820-1872), o mesmo médico que dera um laudo contrário, e incauto, à presença do cólera na província, estava comissionado na cidade da Estância. Dois meses depois de sua apreciação, ele já estava crente em relação aos males e aos estragos da peste. Um tanto aflito e embaraçado com o sofrimento e a concorrência de desvalidos e coléricos, o dr. Joaquim de Oliveira enumera suas dúvidas ao presidente: 1- se a alimentação dos pobres ficaria a cargo dos cofres públicos; 2- se auxiliaria apenas os doentes ou também os sãos desvalidos; 3- se deveria dar alimentos aos doentes pobres que estão em casa de parentes por falta de vagas no hospital (seis vagas apenas), os quais “*não podiam esmolar o pão público*”; 4- se deveria entregar os alimentos só aos pobres coléricos ou com qualquer doença, contanto que fosse desvalido; 5- e, por fim, entre um pobre e outro doente que pode se curar em casa, a quem se deveria ceder o leito hospitalar, se os dois dessem

---

<sup>41</sup> Ver: [CIRCULAR às Câmaras Municipais, em 19 de maio de 1856. Anexo 07]. In SÁ e BENEVIDES, Salvador Correia de. *Relatório com que foi entregue a administração da província de Sergipe no dia 11 de abril de 1857...*. Aracaju/SE: Typographia provincial, 1857. (BPED-DS, 1437).

<sup>42</sup> “*As sumacas sobem pelo Piauí até o porto da villa d’Estância. (...) Seu commercio consiste principalmente em algodão e tabaco que se exporta em direitura para a Bahia, d’onde se recebe em cambio objectos das fabricas d’Europa*”. SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil*. Pariz: J.-P. Aillaud, Guillard, 1863. 2v. p. 355-356.

entrada no mesmo instante.<sup>43</sup> Diante da miríade de questões do esculápio, pode-se notar a ausência de um plano para o atendimento da população, embora o governo soubesse da aparição da epidemia desde maio no Pará e de sua dizimação na Corte e na Bahia. Entregues à própria sorte, os mais pobres vagavam aguilhoados pela fome. A falta de uma infra-estrutura material e de pessoal suficientes, e interesses de ordem econômica, evitando a paralisação dos portos e embarços na indústria do açúcar, implicaram na intensidade do flagelo, e, por conseguinte, numa maior dizimação.<sup>44</sup>

Muitos estancianos, por medo do contágio, abandonam seus parentes antes de levá-los à sepultura. Somente o emprego de mercenários poderia amenizar o caos instaurado. Neste sentido, o chefe de polícia da província comunica ao presidente, o Barão de Maroim<sup>45</sup> que é

---

<sup>43</sup> [Ofício do dr. Joaquim José do Oliveira ao Barão de Maroim. Estância, 11 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>44</sup> No dia 28 de setembro de 1855, o Barão de Maroim revoga a medida radical, tomada por seu antecessor, de proibir a entrada de navios da Bahia e Rio de Janeiro nas barras sergipenses. Ele achava que esta atitude “entorpeceria a livre navegação”. Este procedimento do Barão foi aprovado pelo Ministério do Império. Ele argumenta ainda que a proibição da entrada de navios não teria efeito porque o mal já se desenvolvia pelas terras ao sul da província. Por este motivo, o Barão dá ordens para suspender também as quarentenas dos navios na barra da Cotinguiba. A região da Cotinguiba tinha o maior movimento de exportação. Ela dá acesso às cidades que foram mais assoladas pelo cólera de 1855/56. Nos demais portos, a vigilância foi relaxada para não comprometer as rendas, o comércio e a indústria açucareira, ou mesmo por negligência das autoridades sanitárias. Cf. [Ofício do presidente da província de Sergipe, Barão de Maroim, ao ministro do Império. Aracaju, 05 de novembro de 1855]. *Livro de registro de corresp. do governo desta província com a Corte, relativo aos negócios do interior. Ano de 1851-1856. fl. 181*. Ms.-APES, fundo G1, v. 102. Ver também: MELO, João Gomes de. *Relatório com que foi entregue a administração da Província no dia 27 de fevereiro de 1856*. Aracaju: Tipographia Official, 1856. p.02. (BPED, DS-1437).

<sup>45</sup> João Gomes de Melo, o Barão de Maroim. Figura central na direção das ações do poder público para combater a epidemia de 1855. Nasceu no engenho Santa Bárbara, município de Maroim/SE, em 1809. Era proprietário de terras e escravos. Custeou a construção da igreja de sua cidade natal que hoje serve de Matriz. Prosperou na carreira política, onde fundou e tornou-se chefe do partido conservador em Sergipe. Foi deputado provincial por diversas vezes e deputado geral nas três legislaturas entre 1853 e 1864. No começo da última, em 1861, foi escolhido senador do Império. O período de sua interina administração na presidência da província coincidiu com a duração da epidemia de cólera-morbo entre setembro de 1855 e fevereiro de 1856. Por alguns anos fixou residência na Corte, onde constituiu família em segundas núpcias com uma senhora mais conhecida como a irmã do Visconde do Uruguay. Nobilitado em outubro de 1848, com o título de barão com grandeza, fora comandante da Guarda Nacional, e também recebera distinções honoríficas de comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro das Ordens do Cruzeiro, da Rosa e de São Gregório Magno de Roma por atos de “*generosidade e philantropia*”. O Barão de Maroim faleceu no Rio de Janeiro em 1890. Cf. GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. *Diccionario Biobibliographico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925. p. 137.

preciso enviar dinheiro à Estância para remunerar quem se dispusesse a enterrar os coléricos, pois, sem uma paga por este serviço, ninguém quer prestá-lo, tendo sido preciso, para conduzir e enterrar os corpos, lançar mão de soldados, “*medida esta que só deve ser lançada em caso de extrema necessidade*”; anota indignado.<sup>46</sup> Contudo, parece que alguns moradores, transtornados, não se submeteram nem mesmo ao estipêndio do governo para conduzir e enterrar os mortos, visto que, uma semana depois, seis praças do povoado Saco foram intimados para auxiliarem na inumação dos coléricos da Estância.<sup>47</sup> Além da cidade, a moléstia se estendeu também para os povoados, a exemplo do distrito da Parida (atual Arauá) e para outras localidades.<sup>48</sup>

Na Estância, o surto durou cerca de três meses. Nesta quadra, o município foi colhido com intensidade pelo espectro da morte. Cerca de 900 (novecentos) óbitos foram oficialmente registrados no lugar, ou algo em torno de 11% dos habitantes.

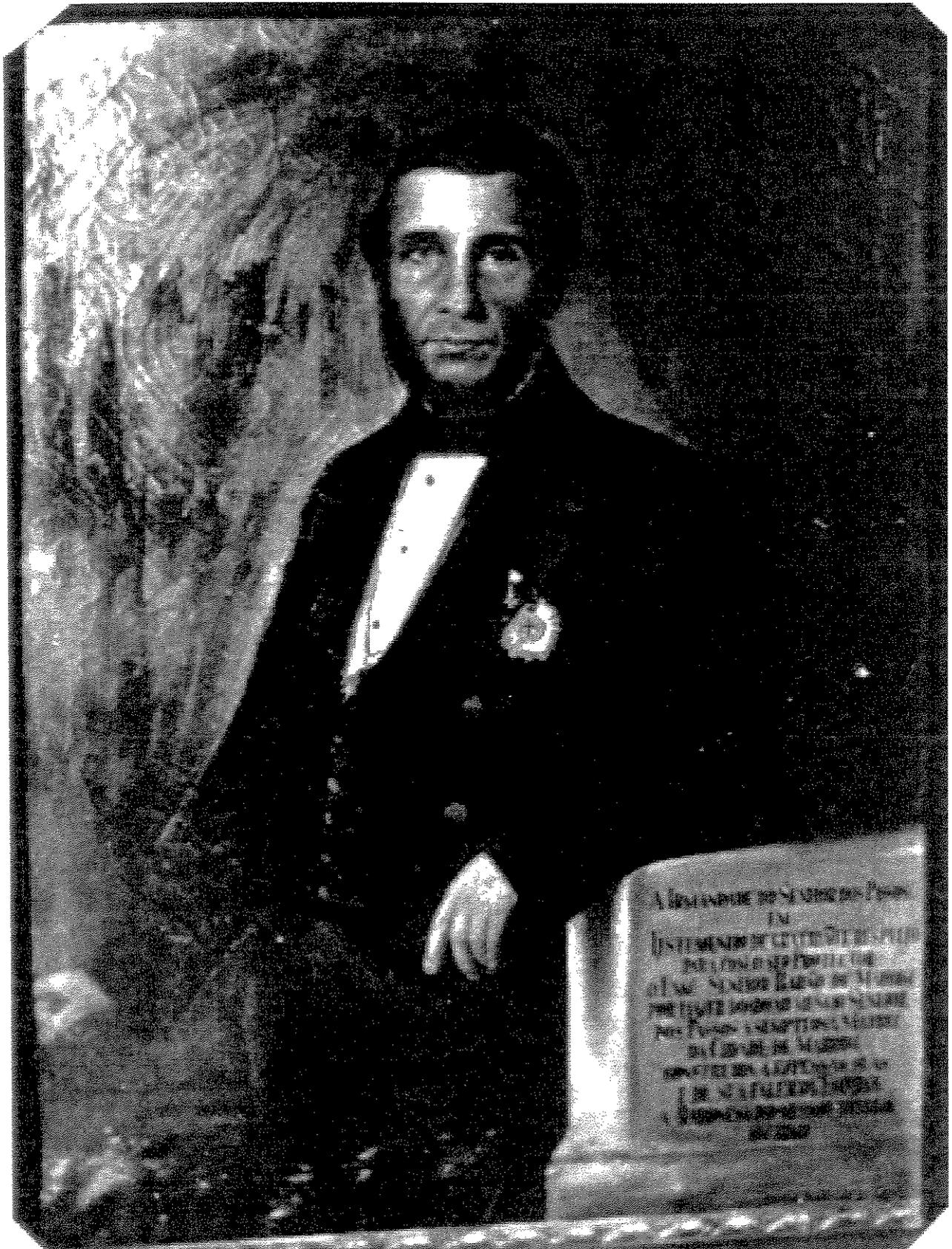
---

<sup>46</sup> [Ofício do chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito, ao Barão de Maroim. Aracaju, 23 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

<sup>47</sup> [Ofício do Barão de Maroim ao delegado da Estância. Aracaju, 30 de novembro de 1855. *Livro de registro das corresp. expedidas...*. Ano de 1855 a 1857, fl. 02]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244.

<sup>48</sup> [Ofício do delegado Francisco Antônio de Oliveira Ribeiro ao chefe de polícia. Estância, 19 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.





Fonte: BAUCH, Emil. *João Gomes de Melo, Barão de Maroim (1809 - 1890)*. Óleo sobre tela - 1860.  
Foto do acervo da prof. Maria Lúcia Marques Cruz e Silva.



Deflagrando-se nas redondezas da freguesia do Espírito Santo, também na região sul da província, a enfermidade assombra os habitantes. Por este motivo, no mês de setembro, antes da entrada do mal, o vigário informa ao governo provincial, denunciando a negligência das autoridades sanitárias, que um “*sugeito-negociante, morador mesmo no lugar, vindo da Bahia ou do meio da epidemia*”, não havia passado ao menos por uma quarentena de três dias. Mal sabia ele que o governo estava fadado, uma semana depois, a relaxar nas quarentenas para não “entorpecer a livre navegação”. Com isto, o flagelo se refestela província afora.<sup>49</sup>

O padre do Espírito Santo tinha razão, a peste se aproxima do centro da povoação. Em dezembro, em torno do período natalino, a moléstia ensaia suas primeiras investidas fatais na vila e nos povoados. No dia 20 de dezembro de 1855, a Câmara notifica o registro da primeira vítima do lugar, de nome Raimundo Prudente. Ele teria sido empestado, dizem os edis, no município vizinho de Santa Luzia do Itanhi. Avisam ainda que o guarda da Mesa de Rendas provincial, José Francisco d’Almeida Couto, foi acometido pelo mal quando estava de serviço na praia do Saco, na barra da Estância. Sentindo o hálito mórbido do cólera, os vereadores exclamam angustiados: “*Que terrível futuro aguardamos ! Grande estrago fará aqui o cholera-morbo no meio de tão avultado numero de pobres ! Já está bem perto ! Assola em Santa Luzia [do Itanhi] !*”<sup>50</sup>

No Arraial dos Campinhos, termo do Espírito Santo, o vigário denuncia “*o criminoso abuso de se enterrarem os perecidos do cholera no mato, como se tem praticado com cinco*

<sup>49</sup> [Ofício do vigário Antônio Joaquim Pitanga ao vice-presidente da província, José da Trindade Prado. Vila do Espírito Santo, 21 de setembro de 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

<sup>50</sup> [Ofício da Câmara Municipal ao Barão de Maroim. Vila do Espírito Santo, 20 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

*infelices* [sic] (...) *ao pé do Engenho Sabidá*".<sup>51</sup> Este "criminoso abuso" dificultava a estatística dos óbitos. Pode-se afirmar que considerável número de óbitos não tenha sido contabilizado nos mapas oferecidos pelos párocos que muitas vezes não os enviava.

O enterramento pelos matos ou ao "pé dos engenhos", feito às pressas, era considerado abusivo pelo padre não apenas por uma questão de ordem higiênica ou de dignidade cristã, mas, sobretudo, porque neste período a Igreja católica visava manter o controle intensivo sobre os atos religiosos e sacramentais, inclusive dos enterramentos. Esta política tinha como objetivo efetivar as tentativas do clero sergipano de destituir os leigos de seu "capital simbólico", instaurando no campo religioso uma separação entre os produtores de bens e serviços de salvação (clero) e os consumidores (leigos). Assim sendo, cumpriam-se ordens de Roma para estabelecer a hegemonia de um catolicismo ortodoxo sobre as práticas religiosas populares. Estas e outras estratégias ficaram conhecidas como "Romanização". Portanto, o "crime" de se enterrar nos matos ia de encontro ao monopólio do agenciamento da morte pela autoridade eclesiástica.<sup>52</sup>

Este papel, entretanto, se tornava cada vez mais uma atribuição dos médicos, especialmente após a epidemia. A conjuntura de concorrência do "mercado de almas" dava vantagem à especulação médico-sanitária. O processo de civilização dos vivos e dos mortos era, a cada dia, uma responsabilidade das práticas médicas. A isto, Foucault chamou de "medicalização" da sociedade ocidental-cristã. Um de seus dispositivos era a individualização da morte e do morto, com a instituição da anátomo-clínica em fins do século XVIII e início do

---

<sup>51</sup> [Ofício do vigário Antônio Joaquim Pitanga ao Barão de Maroim. Arraial dos Campinhos, 28 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

<sup>52</sup> Cf. ANDRADE JÚNIOR, Péricles Morais de. *Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe (1831-1926)*. São Cristóvão/SE: UFS/NPPCS, 2000. (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais). Especialmente capítulo II.

XIX, sob as bases da razão positiva desta disciplina. O cadáver era mais um dentre tantos os espaços perpetrados pelo frio olhar dos discípulos de Hipócrates.<sup>53</sup>

Lançando seus funéreos tentáculos e ainda campeando pela região sul de Sergipe, o cólera-morbo irrompe nas terras de Itabaianinha. No dia 16 de dezembro de 1855, o delegado José Martins Fontes agradece à Providência divina por não haver pessoa alguma do termo acometida pelo cólera-morbo.<sup>54</sup> Dois dias depois, a epidemia reinante se lança inclemente sobre a freguesia. Uma de suas primeiras vítimas fatais foi um “*rico negociante da praça da Bahia*”, José de Souza Leite. Ele chegou na cidade às nove horas da manhã e expirou às dez da noite. Baldados foram os esforços para salvá-lo. O povo apoderou-se de um “*terror panico*” e retirou-se da povoação. Talvez houvesse, conta Martins Fontes, após a chegada do cólera, “*somente a vigesima parte da população*”.<sup>55</sup> Com a carência de médicos e de remédios, e com a notícia dos estragos nas circunvizinhanças, muitos habitantes se refugiam acuados nas matas próximas ao povoado.<sup>56</sup>

Velhos, jovens, mulheres e crianças deixam seus haveres numa diligência estonteante. Alguns trazem nos alforjes os últimos comestíveis, outros apenas suas vestes. Mães puxam a prole em oração; um cordel de meninos catucados pela fome. Pais, em sinal de desespero, se persignam e fixam o olhar no campanário, que já ia cada vez mais distante. A angústia acompanha-lhes em silêncio.

---

<sup>53</sup> FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

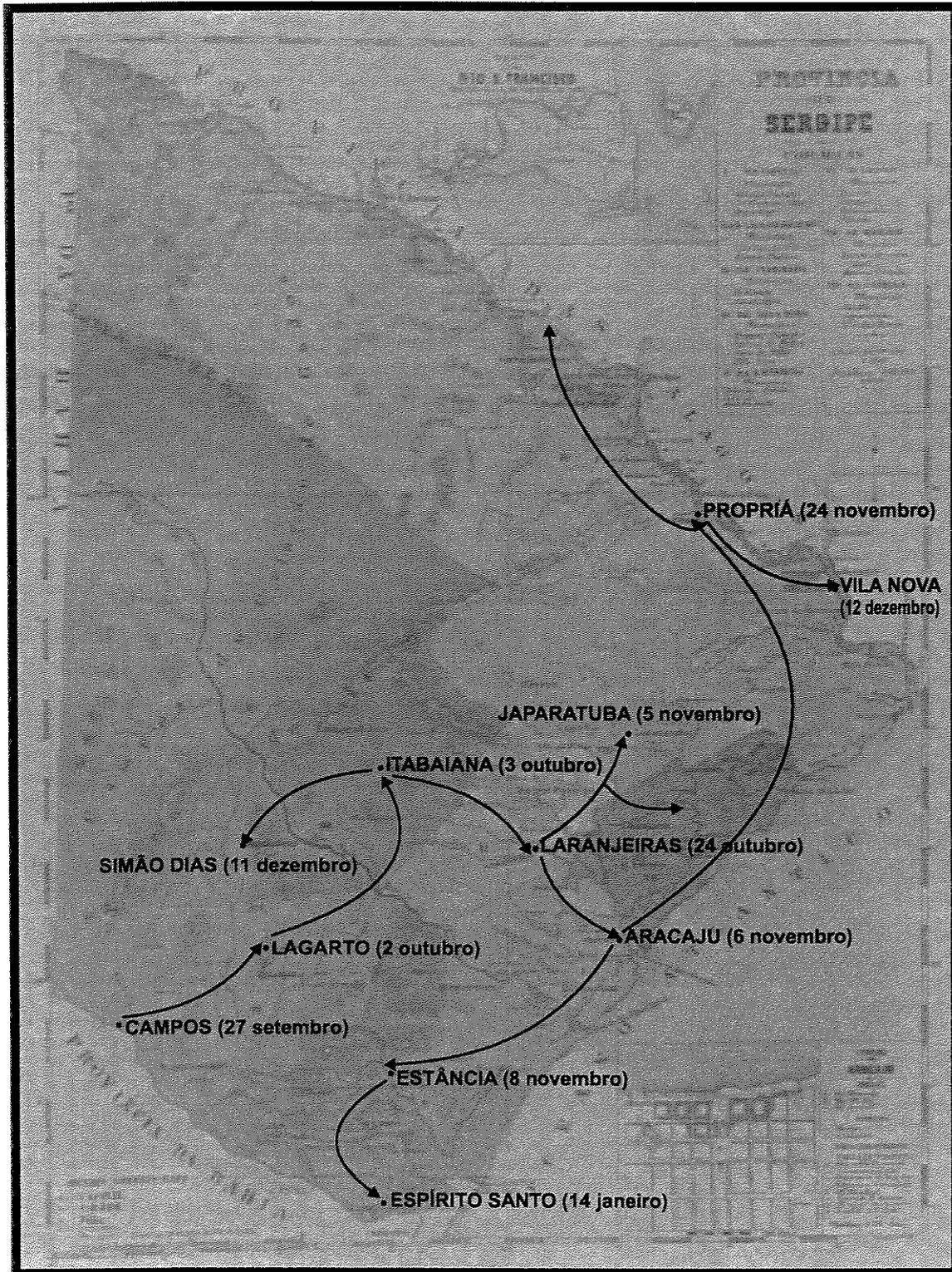
<sup>54</sup> [Ofício do delegado José Martins Fontes ao chefe de polícia. Itabaianinha, 16 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

<sup>55</sup> [Ofício do delegado José Martins Fontes ao chefe de polícia. Itabaianinha, 18 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

<sup>56</sup> [Ofício do chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito, ao Barão de Maroim. Aracaju, 26 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.



Sergipe  
Roteiro e Datas oficiais do aparecimento do Cólera-morbo  
set. 1855 - jan. 1856



Fontes: MELO, João Gomes de. *Relatório com que foi entregue a provincia...* Aracaju: Typ. Oficial, 1856. (BPED-1437); ALMEIDA, Cândido Antônio Mendes de (org). *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomático, 1868. (BC/Unicamp, OR/ETA-12.81/AL64a).



## 2. Grassando pelo agreste, sertão e zona da mata

Prosseguindo seu mortífero roteiro para as bandas do agreste, o cólera-morbo desponta em Itabaiana. No município de Santo Antônio e Almas de Itabaiana descortinam-se cenas de pavor. Por conta do medo, o povo e algumas autoridades correm de tropel para a “*serra grande*”. O município serrano, abandonado, submergiu num sepulcro.<sup>57</sup>

A fuga da população citadina para se refugiar nas serras e nas matas, como ocorreu em Itabaiana e Itabaianinha, é um tipo de atitude antiga em tempos de peste.<sup>58</sup> Para a mentalidade da época, o ermo bucólico representa a busca profilática da vida para fugir à foice da morte. Ali, nas serras e matas, o ar era “menos corrompido”. As matas serviriam de filtro purificador dos ares carregados de miasmas, de acordo com a teoria médica em voga. Um doutorando da Faculdade de Medicina da Bahia, em sua tese de 1879, aconselha, como item de higiene, plantar grandes árvores para barrar a ação dos ventos “*impregnados de miasmas*”; móveis poderosos de doenças epidêmicas.<sup>59</sup> Para a medicina de então o ar é um dos fluidos que promovem a constituição de doenças.<sup>60</sup>

---

<sup>57</sup> [Ofício do subdelegado, Manoel de Mello Telles, ao Barão de Maroim. Itabaiana, 22 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>58</sup> Sobre uma História dos comportamentos coletivos de medo em tempo de epidemia, entre eles a fuga, cf. DELUMEAU, J. *História do medo no ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 41-202.

<sup>59</sup> CARDOSO, Sebastião. *Pantanos*. Bahia: Typographia do Diario da Bahia, 1879. p. 54-62. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia).

<sup>60</sup> Para a medicina miasmática, haveria na natureza e no ar “leis gerais” de transformação, combinação e mistura contínua que restituiria o equilíbrio natural do ambiente, assim “*os princípios de vida e de morte tocam-se e confundem-se na natureza. O ar sempre alterado volta continuamente a sua pureza primitiva*”. Contudo, em épocas epidêmicas haveria uma perturbação deste equilíbrio “*que parecem resistir obstinadamente à acções dissolventes e depurantes da chimica e physica geral*”. CHERNOVIZ, Pedro L. Napoleão. *Diccionario de medicina popular*. 6. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. v.2, p. 423.

Ainda em Itabaiana, conforme os vereadores, as notas de falecimento de pessoas livres e escravas incutem na população o maior grau de terror, a ponto de se supor, opinam os edis, “*que muitos sucumbiram mais com o medo*”.<sup>61</sup> Tal idéia estava em acordo com uma das doutrinas da medicina erudita da época. Ela preconizava que o medo predisponha à infecção colérica. Conforme o discurso científico da corrente “infeccionista”, o abatimento moral franqueava o corpo para a manifestação de moléstias.<sup>62</sup> Ainda hoje, esta crença é sustentada pela medicina para as vítimas de doenças incuráveis, como o câncer ou a Aids. As doenças, principalmente aquelas que são pouco dominadas pelo saber acadêmico, adquirem, em sua etiologia, uma dimensão simbólica, psicológica ou religiosa, mais que material. Suas representações preenchem o imaginário coletivo às vezes de culpa, e sempre de pavor. Assim, elas evocam imagens e mobilizam temores.<sup>63</sup> Pois, mesmo diante do aspecto repulsivo dos coléricos devia-se manter a sobriedade, ou evitar a “*perturbação de espírito*”, diziam os médicos, como preservativo no tempo do cólera.<sup>64</sup>

---

<sup>61</sup> [Ofício da Câmara Municipal ao Barão de Maroim. Itabaiana, 27 outubro 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

<sup>62</sup> Sobre o debate entre as correntes “infeccionista” e “contagionista” pelos médicos da Academia Imperial de Medicina, ver: *Annaes Brasilienses de Medicina*. Rio de Janeiro, v. 10, nº 05 e 06, julho-agosto de 1856. (AEL, MR-1706). Para a mesma discussão entre os médicos de Pernambuco no tempo do cólera, consulte: ANDRADE, Gilberto Osório de. *A cólera-morbo: um momento crítico da história da medicina em Pernambuco*. 2ª ed. Recife: Fundaj/Editora Massangana, 1986. p. 66-70. Ver no último capítulo desta dissertação, no tópico **Os médicos contra a peste**, as características das correntes infeccionista e contagionista na medicina erudita do século 19.

<sup>63</sup> SONTAG, Susan. *Aids e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 19 e passim.

<sup>64</sup> “REGRAS Gerais Preventivas do cholera”. *Correio Sergipense*. Aracaju, n. 52, 10 de novembro de 1855. p. 03-04 (BPED, pacotilha 23-A). Os editores do *Correio* diziam ter como objetivo fazer acalmar o povo diante do desconhecimento geral da doença, da falta de recursos e da má higiene das localidades. E pediam à população que se dispusesse a esperar com resignação [as medidas do governo ?] e que perdesse as impressões “*de tantas e tão variadas superstições, que em casos taes se costumão sempre assenhorear de suas crenças*”. Idem, *Ibidem*.

Rumando para o sertão sergipano, a epidemia acomete a vila de Simão Dias.

Neste lugar, o cólera-morbo não diminui sua virulência. No início de 1856, em apenas dezoito dias, a presidência da província recebeu o registro de 254 (duzentos e cinquenta e quatro) vítimas fatais na localidade, uma média diária de quatorze mortes.<sup>65</sup> Houve dias, revela o delegado, “*de se sepultarem 45 [quarenta e cinco] corpos*”. Com tanta demanda, ele avisa atormentado, “*já sucede ficarem alguns corpos para se enterrarem de hum para outro dia, por que as pessoas que cuidão do serviço do simitério são pobres e precisam tambem de socorrer suas famillias*”. Um clima de transtornada diligência acomete o lugar. Aproximadamente, cerca de 10% dos habitantes de Simão Dias faleceram.<sup>66</sup>

Espargindo o veneno da morte para as bandas da zona da mata, o surto aparece não menos intenso nos vales dos rios Vaza-Barris, Cotinguiba, Sergipe e Japarutuba. Estas áreas foram por demais assoladas. Próximo à foz do rio Vaza-Barris, o cólera asiático se dissemina por Itaporanga d’Ajuda e São Cristóvão.

Em Itaporanga, o vigário oficia o acometimento e a morte repentina de muitas pessoas.<sup>67</sup> A morte súbita, sem plano ou aviso prévio, não era desejada pelo imaginário religioso anterior à epidemia do cólera.<sup>68</sup> A feitura de testamentos e a preparação de um

---

<sup>65</sup> [Ofício do Barão de Maroim ao delegado de Simão Dias. Aracaju, 03 de janeiro de 1856. *Livro de registro das correspondências expedidas...*. Ano de 1855 a 1857, fl. 15]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244.

<sup>66</sup> [Ofício do delegado ao chefe de polícia. Simão Dias, 19 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

<sup>67</sup> [Ofício do vigário, José Evangelista de Campos, ao Barão de Maroim. Itaporanga, 02 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

<sup>68</sup> Durante a epidemia de cólera-morbo de 1855, foi impresso e distribuído por Sergipe um livro de orações, entre as quais se encontra uma onde se lê: “*Orações que rezava o Santissimo Padre Benedicto XIII para alcançar de Deos a graça de não morrer de morte súbita: proposta aos Fiéis por Clemente XII, na occasiao, em que na Cidade de Roma succediam algumas mortes repentinas, as quaes cessaram com o uso das ditas*”. In: *ORAÇÕES extraídas dos melhores livros de piedade e próprias para implorar a Misericordia de Deos no Tempo da Peste, approvadas por sua Excellencia Reverendissima, o Sr. Arcebispo da Bahia*. Reimpresso na Typ. da Villa de S. Amaro, 1855. p. 05. (grifos meus). Estas orações serão analisadas no capítulo III deste trabalho, no tópico 3. “*A população contra a peste*”.

demorado ritual de passagem para o além eram uso e costume até então. A boa morte era aquela velada e sacramentada no recinto dos templos, comemorada pelas irmandades, próxima aos santos de devoção. A pompa barroca, as missas, as procissões, as decorações e os repiques faziam parte do espetáculo da morte “domesticada”, na acepção de Ariès.<sup>69</sup>

Não havia lugar para proximidades, ritos, nem encomendas espirituais durante o “*terrível cholera dos Ceos*”. Assim denominava a doença o pároco de Itaporanga d’Ajuda, referindo-se à procedência celestial do morbo. A idéia de associar as moléstias epidêmicas, ou pestes, a castigos divinos é milenar. Desde “tempos bíblicos”, ela atravessou a Idade Média, vingou nos Tempos Modernos e perdurou no imaginário coletivo do século 19.<sup>70</sup> O Barão de Maroim (1809-1890), presidente da província durante o cólera de 1855, escreveu:

*“O cholera-morbus, esse mortífero flagelo mandado por Deos às nossas plagas para castigo nosso e pouco a pouco aniquilar-nos (...) manifestou-se nesta Provincia, espraizando-se com a velocidade de raio...”*<sup>71</sup>

Em nossos dias, muita gente ainda crê que padecemos por pecados, sendo-nos enviados por Deus alguma desgraça punitiva. A doença é compreendida como o resultado de um julgamento divino sobre a iniquidade humana. A peste torna-se, então, um elemento reparador, um instrumento punitivo como se fazer a “mão de Deus”. É o que pensam sobre o surgimento da epidemia de Aids. Os portadores do vírus HIV, segundo esta crença, pagam uma pena por seus comportamentos “viciosos” e estariam fadados à exclusão em “grupos de

---

<sup>69</sup> ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977; esp. cap. 06. Em relação aos ritos fúnebres anteriores à epidemia do cólera-morbo de 1855/56, confira REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; esp. cap. 06.

<sup>70</sup> Cf. DELUMEAU, J. “A espera de Deus”. *História do medo no ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 205-238.

<sup>71</sup> MELO, João Gomes de. *Relatório com que foi entregue a administração da Provincia no dia 27 de fevereiro de 1856*. Aracaju: Tipographia Official, 1856. p. 01. (BPED, DS-1437).

risco”. Assim como os coléricos eram evitados, *mutatis mutandi*, os contaminados pelo HIV também o são.<sup>72</sup> Deste modo, o doente é moralmente culpado pelo mal que recai sobre si, donde contamina o resto da sociedade. Tal estatuto metafísico (punição divina) produz a idéia de que o castigo sobre os enfermos é justo e adequado. As noções moralizadoras infundem uma estreita relação entre a doença e o doente, sendo este o único culpado pelos males epidêmicos e a conseqüente desordem social.<sup>73</sup>

O cólera continua sua passagem pela vila de Itaporanga. No início de novembro de 1855, o subdelegado comunica que a mocidade, num “*heroico exemplo*”, empregou-se na condução dos cadáveres para o cemitério.<sup>74</sup> No meado daquele mês, o subdelegado anota, em estado de lividez, que o povo aterrado evita aproximar-se dos falecidos, pois que “*já se não vai prestando espontaneamente como d’antes à condução e inhumação dos cadáveres*”. Os exemplos de solidariedade e de heroísmo juvenil se esvaíram com o assombro da morbidade e a repugnância do estado das vítimas a “perturbarem” a ordem social.<sup>75</sup>

Diante deste estado, uma exigência sustentada pelo discurso médico-científico e operada pelos novos funerais é a condução dos cadáveres em caixões fechados para evitar a exalação dos gases deletérios. A morte e os mortos, paulatinamente, tornam-se obscenos. São afastados até do olhar de amigos e parentes. A morte, no projeto dos acadêmicos, teria um significado de extinção biológica, muito menos do que mera transição para uma vida eterna entre santos e anjos. Em que pese as pessoas, e até os médicos, acreditarem em aspectos

---

<sup>72</sup> SONTAG, Susan. *Aids e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; esp. a parte 03 do ensaio.

<sup>73</sup> SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 52-57.

<sup>74</sup> [Ofício do subdelegado, José Francisco Pinheiro, ao Barão de Maroim. Itaporanga, 02 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>75</sup> [Ofício do subdelegado, José Francisco Pinheiro, ao Barão de Maroim. Itaporanga, 15 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

místicos da morte, o sentido de vazio biológico, paradoxalmente, degrada os rituais e modifica a relação cultural entre mortos e vivos.

O triunfo da “medicalização”, sua dimensão anátomo-clínica, dominará a economia dos corpos, pelo menos nos centros urbanos. Doentes e mortos serão paulatinamente submetidos à clínica. Desta forma, a medicina moderna inaugura o império da “sensorialidade do saber”; e o olhar, seguido pelo olfato, tato e audição, tem lugar privilegiado à partir de então, porque, dizendo o que se “vê”, integra-se espontaneamente ao saber, através da formação de um quadro clínico fundamentado numa sintomatologia visível e numa análise verbal, escreveu Foucault. Desta forma, para a clínica toda verdade é verdade sensível. O esforço em definir a correlação entre o olhar e a linguagem será uma das ferramentas privilegiadas pela moderna técnica médica para descrever e analisar os fenômenos nosológicos quanto às distinções entre o “visível” e o “enunciável”.<sup>76</sup>

Ainda perturbando Itaporanga, na foz do Vaza-Barris, a enfermidade interrompe os trabalhos dos vereadores por ausência de alguns camaristas e por morte de “*quasi todos seos empregados*”: o secretário, o procurador e o porteiro.<sup>77</sup> O mordexim embarça, além dos espíritos, o cotidiano dos serviços públicos.

Movendo-se pela mesma região do rio Vaza-Barris, o cólera aparece na antiga capital da província, São Cristóvão. Nela, o juiz de direito, o pároco, o negociante José Narbone, e o juiz municipal e delegado Pedro Leão Velloso, uniram esforços e fizeram uma subscrição para manter um “ponto sanitário” - hospital improvisado de atendimento aos coléricos. Este

---

<sup>76</sup> “esta sensorialidade do saber, que implica no entanto a conjunção de um domínio hospitalar e um domínio pedagógico, a definição de um campo de probabilidade e de uma estrutura lingüística do real, se restringe a um elogio da imediata sensibilidade”. FOUCAULT, M. *O nascimento da Clínica*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994. p. 121-139. Citação p. 137.

<sup>77</sup> [Ofício da Câmara Municipal ao Barão de Maroim. Itaporanga, 16 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

hospital foi estabelecido nos salões do Convento do Carmo, posto a disposição pelo reverendo prior.<sup>78</sup> Em São Cristóvão, cento e vinte e dois coléricos deram entrada no estabelecimento, não obstante muitos evitassem a ida ao hospital, morassem distante do centro urbano e não recebessem socorro médico, morrendo e sendo enterrados nas estradas e nas roças, conforme reclamações das autoridades sanitárias. Entre os hospitalizados, quarenta e sete faleceram, ou seja, 38,5 % em apenas dois meses de funcionamento.<sup>79</sup> O juiz municipal explica o motivo da relativa alta mortalidade hospitalar. Segundo ele, o ponto sanitário era geralmente procurado no paroxismo da moléstia.<sup>80</sup> O juiz acusa ainda a Santa Casa de Misericórdia da cidade de não receber presos doentes de cólera, e que a saída destes para tratamento estava embaraçada, pois dois guardas foram acometidos.<sup>81</sup>

Sobre os hospitais, a medicina de então tributava a sua localização nos centros urbanos; à desorganização interna de suas construções (salas mal ventiladas, escuras e úmidas); e à falta de higiene de suas latrinas como fatores que provocavam a exalação de miasmas deletérios, contaminando não apenas suas dependências, como também as cidades onde se localizavam.

---

<sup>78</sup> [Ofício do juiz municipal e delegado, Pedro Leão Velloso, ao Barão de Maroim. São Cristóvão, 29 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>3</sup>, v. 17.

<sup>79</sup> [Ofício do Barão de Maroim, ao juiz municipal de São Cristóvão. Aracaju, 08 de janeiro de 1856]. *Livro de registro das correspondências expedidas...* Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 257.

<sup>80</sup> “*quasi todos os infelizes que têm succumbido, têm entrado para o hospital algidos e moribundos, somente declarando-se doentes em apertado transe, de modo que a terrível moléstia em marcha adiantada triumphava aos esforços da sciencia*”. [Ofício do juiz municipal, Pedro Leão Velloso, ao Barão de Maroim. São Cristóvão, 27 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>3</sup>, v. 17.

<sup>81</sup> No quadro de doentes que deram entrada no hospital da Santa Casa em 1855, só foram registrados dois pacientes com cólera, um homem e uma mulher. Os dois faleceram. O pequeno número do registro de coléricos em plena epidemia, confirma a acusação do juiz municipal contra a instituição de não querer atender os pacientes afetados por cólera-morbo. Cf. “Mappa estatístico dos doentes do hospital de caridade da Santa Casa de Misericórdia da cidade de São Cristóvão de Sergipe d’El-Rei durante o anno civil de 1855”. In *Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undecima legislatura da Assembléa Provincial no dia 02 de julho de 1856 pelo presidente Salvador Correia de Sá e Benevides*. Bahia: Typographia de Carlos Pogetti, 1856. Anexo 11. (BPED-DS, 1437).

Em todos os ambientes, o medo, a dor e o odor se recolhiam. A ubiqüidade do mal era sentida e respirada pelas almas padecentes.<sup>82</sup>

Com a dizimação generalizada, muitas vezes numa mesma família faleciam vários parentes, principalmente os de arrimo. Sendo assim, a peste fazia seus órfãos. Por conta disto, o juiz municipal de São Cristóvão pede ao governo o “*amparo de muitos meninos que por ahi andão sem pai nem mains, mendigando o pão*”.<sup>83</sup> Dilacerada, a província não se preparou para acolher estes sobreviventes. Não deveriam, certamente, ter uma próspera fortuna.<sup>84</sup>

O cólera segue a sua andança. A peste anuncia-se em Laranjeiras, centro comercial da região do vale do Cotinguiba.<sup>85</sup>

Foi nesta cidade onde o morbo ceifou o maior número oficial de almas (3.500) e num

---

<sup>82</sup> Para conhecer o surgimento da moderna reorganização hospitalar e da experiência clínica fundadas sob os conceitos da medicina científica européia no início do século 19, ver FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994. Sobre as teorias da medicina acadêmica no Brasil do século 19 a respeito do hospital, da prisão e outras instituições, cf. MACHADO, R. et al. “Medicalizar as instituições”. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. p. 278-372.

<sup>83</sup> [Ofício do juiz municipal, Pedro Leão Velloso, ao Barão de Maroim. São Cristóvão, 17 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>3</sup>, v. 17.

<sup>84</sup> Vide no capítulo III - “**As filhas da peste: escassez, fome e orfandade**”, item 2., desta dissertação, o significado da filantropia e da assistência aos órfãos e pobres; como também os pedidos do governo ao Ministério do Império e às famílias abastadas para solucionarem o problema da orfandade. Não havia em Sergipe, então, nenhuma instituição especializada para acolher os órfãos da peste.

<sup>85</sup> “*Há alfândega em seu porto [da cidade de Laranjeiras] em que grande número de sumacas vem carregar algodão, couros e víveres [principalmente açúcar] que levam ora para a cidade da Bahia, ora para Pernambuco e para o Rio de Janeiro*”. SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil*. Pariz: J.-P. Aillaud, Guillard, 1863. 2v. p. 555.

menor espaço de tempo.<sup>86</sup> O doutor Derizans tratou dos coléricos do lugar. Ele nos informa que os pacientes morriam entre “*poucas horas depois*” e oito dias após os primeiros sintomas.<sup>87</sup> A virulência do cólera não era apenas uma concessão retórica. No entanto, numa alusão alegórica, porém expressando a mais crua realidade, assim relatou outro médico que testemunhou o extermínio na localidade. Ouçamo-lo:

*“O flagello d’esse monstro nascido nas aguas do Ganges, e que se erguêo com a mortalha em uma mão, e empunhando na outra a fouce da morte, (...) e fazendo sua marcha sobre montões de cadaveres – o cholera morbus- escolheu a cidade de Laranjeiras para cobril-a com o sudario, e sepultal-a num tûmulo”.*<sup>88</sup>

A passagem ilustra a saga do município mais devassado pela invasão epidêmica, invocando imagens dantescas. A peste colérica significa, para o dr. Pedro Autran (1829-1886), e para os médicos de então, a alegoria de todos os males infecciosos pela falta de higiene pessoal, pela não observância da salubridade urbana e pelos hábitos “viciosos” dos desvalidos.

<sup>86</sup> São sempre genéricas as expressões nos documentos sobre as vítimas fatais em Laranjeiras. A irregularidade das estatísticas é devida ao elevado número de morte em diversos e distantes locais, e ao terror das autoridades diante do amontoado de cadáveres. Um exemplo: o presidente da Câmara notifica ao presidente da província que “*tem havido dias de se enterrarem 70 [setenta] e tantos cadáveres no cemitério*”. Diz ser impossível assegurar um número mais exato, pois não tem havido “*a necessária regularidade nessa parte [contagem dos mortos], quando em tudo o mais nela não existe*”. Quanto à perda de escravos pelos senhores da cidade, escreve ainda que o Brigadeiro Horta perdeu 20 escravos, mas o dr. Manoel de Freitas “*consta que tem perdido muito*”. Percebe-se que a falta de controle do número de óbitos recai até sobre o patrimônio particular, quanto mais sobre aqueles que morriam nas roças, nas casas de taipa e nas matas distantes. [Ofício do presidente da Câmara, Agostinho José Ribeiro Guimarães, ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 05 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

<sup>87</sup> Cf. DERIZANS, Benito. “O cholera epidêmico de Laranjeiras e o seu melhor tratamento com o sulphato de quinina”. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Freres, 1902. (BPED, DS-854). Não temos a data de nascimento e morte deste médico, mas ele nasceu na vila do Rosário/SE, foi cirurgião em chefe e médico do Hospital da Misericórdia de Laranjeiras/SE e do Lazareto de coléricos do segundo distrito da mesma cidade. Não era diplomado, mas exerceu a clínica, “*prestando relevantes serviços nas quadras epidêmicas ...*”. Cf. ANDRADE, Helvécio de. “A Medicina em Sergipe durante um século”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, ano V, v. 5, p. 99-117, 1920. Citação p. 117.

<sup>88</sup> ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Matta. “Relatório acerca do estado sanitário da cidade de Laranjeiras, em 10 de junho de 1856”. Aracaju: Typographia Official, 1856. p. 13-18. (BPED, DS-1437). Para uma leitura sobre a permanência da elaboração de imagens e interpretações que mobilizam os temores coletivos diante de uma epidemia ainda incurável, ver: SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 1984; e, da mesma autora, \_\_\_\_\_. *AIDS e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

A “classe pobre”, aliás, está consubstanciada na origem asiática da moléstia, “*nas águas do Ganges*”. Os miseráveis personificam a barbárie a perturbar o projeto de civilização engendrado pelos médicos. Em suma, “classes inferiores” simbolizam o perigo à saúde da cidade e da humanidade. “Classes inferiores” e insalubridade são correspondentes na literatura médica.

Por outro lado, desde longas datas, na história das epidemias, que os mendigos são perseguidos como semeadores de peste a disseminarem “*odores poluentes*”.<sup>89</sup> Na Europa e no Brasil oitocentista, os pobres são acusados de espalhar imundícies e odores de excrementos, e de não manter a limpeza das habitações.<sup>90</sup>

Assim, “*a classe pobre não observa o acêio nas suas habitações*”, sentencia Derizans, médico que cuidou de coléricos na cidade de Laranjeiras.<sup>91</sup> Dr. Derizans conta-nos que ao atender um menino doente de cólera, filho de um cego mendigo no povoado Quintalé, ele estava deitado sobre um estrado “*empapado nos suores e nas evacuaçoens que na cama mesmo fazia*”.<sup>92</sup> Por isto, os discursos sobre o cólera se fundamentam na idéia da doença como um fenômeno de diferenciação social e cultural, pois “*o excremento organiza as representações sociais. O burguês projeta sobre o pobre aquilo que ele tenta recalcar. A visão*

---

<sup>89</sup> DELUMEAU, J. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 120.

<sup>90</sup> Sobre a relação entre pobres e a disseminação do cólera no imaginário do Brasil oitocentista, ver: DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível*. Salvador: EDUFBA/ Sarah Letras, 1996; DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *Cólera: representações de uma angústia coletiva...*. Campinas/SP: Unicamp, 1997. 02 v. (Tese de doutorado em História); e BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Campinas: Unicamp, 1999. (Tese de doutorado em História).

<sup>91</sup> DERIZANS, Benito. O cholera epidêmico de Larangeiras, e o seu melhor tratamento com o sulphato de quinina. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Freres, 1902. p. II-III. (1ª edição de 1863).

<sup>92</sup> DERIZANS, Benito. Op cit., p. 03. (1ª edição de 1863).

*que ele tem do povo se estrutura em função da imundície*".<sup>93</sup> O pobre, sob suas precárias condições, era representado como um perigo a mais à salubridade pública.

Dentre os pobres, muitos eram abandonados mortos ou moribundos pelas ruas no cólera de 1855. O subdelegado do município de Laranjeiras documenta o abandono de cadáveres e moribundos. Ele pede ao presidente, ameaçando desamparar a cidade, vinte soldados e alguns galés (condenados à prisão perpétua) para abrirem sepulturas ao "extraordinário número de corpos".<sup>94</sup>

Em Laranjeiras, os falecidos pelo cólera perfizeram um total em torno de 39% dos habitantes, incluindo os do então povoado Pintos (atual Riachuelo). Os cadáveres coalhavam o centro e as cercanias da localidade.<sup>95</sup>

Em tempo de peste, a morte nivela os homens. Com a proibição dos enterramentos nas igrejas e com a diligência das inumações, os coveiros laranjeirenses velavam as sepulturas de ricos e pobres a fim de socarem os buracos que "os tatus a noute costumão fazer nas sepulturas para comerem os cadáveres". Das escavações, "exalão-se por ellas os miasmas, e podem estes produzir grandes males", arremata, precavido, o presidente da Câmara Municipal.<sup>96</sup>

---

<sup>93</sup> CORBIN, Alain. *Saberes e odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 183-195, citação p. 185. No Rio de Janeiro, "os cortiços são vistos tanto como um problema para o controle social dos pobres quanto como uma ameaça para as condições higiênicas da cidade", principalmente após as epidemias de febre amarela (1850) e de cólera (1855). CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.29-35.

<sup>94</sup> [Ofício do subdelegado, Manoel Pinto Lobão ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 03 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>95</sup> Nos surtos epidêmicos de cólera na França de 1832 e 1854, as taxas de mortalidade variavam entre cerca de 5% a 23%, no primeiro, e 6% a 42%, no segundo. Cf. BOURDELAIS, Patrice; RAULOT, Jean-Yves. *Une peur bleue: Histoire du choléra en France, 1832-1854*. Paris: Payot, 1987. p. 91. (capítulo II, tabela 2).

<sup>96</sup> [Ofício do presidente da Câmara Municipal, Agostinho José Ribeiro Guimarães ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 03 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

Quanto aos doentes graves, algumas pessoas ao verem a imagem decrépita dos moribundos, abandonavam-nos ainda nos estertores da dor. A figura repulsiva dos infelizes impressionava também os doutores.<sup>97</sup> Eles eram levados às pressas em redes para os descampados à guisa de cemitérios. A notícia de corpos prostrados nos recantos das ruas é confirmada também pelo juiz municipal e de órfãos, o dr. Accioli de Brito. Ele informa que assistiu “*scenas horríveis*”, visto que ficaram sem sepultura por mais de um dia os primeiros cadáveres, “*atirados à porta da Igreja Matriz*” de Laranjeiras. Os mortos se esparramavam pelos adros, e os vivos fugiam com asco e terror.<sup>98</sup>

Como vimos, após a epidemia de cólera-morbo de 1855, o recinto sagrado dos templos passa a ter uma função de oração, muito mais do que lugar reservado ao convívio entre aqueles que alcançaram “salvação e vida eterna”. O olhar sobre os doentes, os moribundos e os mortos sofre uma mudança paradigmática. Os olhos dos santos são substituídos pelos olhos do clínico. Segundo Foucault, “*a percepção da doença no doente supõe, (...), um olhar qualitativo*”. Um olhar sobre o corpo como objeto que manifesta sinais de resfriamento, de umidade, secura, ardor, excitação e debilidade, ou quebrantamento dos coléricos, por

---

<sup>97</sup> Transcrevo a seguir a descrição do quadro clínico das primeiras vítimas oficiais do cólera no Brasil. Eram dois soldados do 11º batalhão de caçadores de Belém do Pará. Eles foram observados por dois médicos em 26 de maio de 1855. Um dos doutores, não conseguindo disfarçar o ideal de imparcialidade exigido pela Academia, relatou: “... *presenciei um quadro triste, que nunca tinha visto, e que faria arrepiar as carnes a outro que não fosse médico, porque o médico deve ter um semblante de mármore, insensível às grandes dores, para que o doente jamais possa ler o que lhe vae no fundo d'alma. Era com effeito uma scena desesperada: ambos os doentes pareciam dois cadáveres animados por uma força desconhecida; o corpo estava glacialmente frio, contrastando com o calor interno que diziam sentir, a ponto de não consentirem a menor cobertura; a pelle era embaciada, as feições decompostas, os olhos encovados, o nariz afilado, o ventre retrahido, os dedos das mãos enrugados, como se estivessem mergulhados em agua fria por longo espaço de tempo. O pulso estava tão concentrado que mal se percebia, a respiração era curta e freqüente; os vômitos e a diarrhéa de um liquido esbranquiçado, não cessavam. Os doentes sentiam caimbras fortissimas nas extremidades inferiores, estavam n'uma agitação extrema; um delles dava gritos com uma voz rouca e medonha; no outro a voz estava quase extincta. Ambos falleceram no espaço de quatro horas*”. Apud VIANNA, Arthur. *As epidemias no Pará*. 2. ed. Belém: UFPA, 1975. p. 114-115.

<sup>98</sup> [Ofício do Juiz Municipal e de Órfãos, Luiz Barbosa Accioli de Brito, ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 15 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>3</sup>, v. 17.

exemplo.<sup>99</sup> A medicalização da morte é operada, sobretudo, num clima de intensas epidemias (varíola, febre amarela, cólera) e de ampliação das áreas de influência dos esculápios na vida social.<sup>100</sup>

Voltemos para o testemunho do juiz de Laranjeiras, o dr. Accioli de Brito. Conforme o magistrado, foi deplorável ver as autoridades destituídas de meios para evitar o fato de serem obrigados pais de família, “*peessoas gradas, alguns debeis e enfermos*”, abandonarem suas casas cheias de horrível desolação, para irem, todos os dias, fazer as covas e enterrar os defuntos.<sup>101</sup> Perceba-se que o trajeto de condução do defunto torna-se uma “obrigação deplorável”. Antes da peste, este ato era honroso e coletivo, agora se manifesta como uma imposição às “*peessoas gradas*” que são forçadas, “*eles próprios*”, num ato isolado de “*fazer as covas e enterrar os defuntos*”, então deplorados. É o fim dos pomposos e sonoros cortejos, é o esvaziamento do drama da morte, é a perda dos laços de solidariedade.

O juiz Accioli de Brito oficia ainda que viu, no centro da cidade de Laranjeiras, perto de trezentas casas desertas e fechadas “*sem que houvesse a menor providência para sua desinfecção e caiadura*”.<sup>102</sup> Era comum, obedecendo a um preceito da medicina higienista, fazer-se a desinfecção dos pertences e das residências dos coléricos com produtos químicos,

---

<sup>99</sup> FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. 4. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994. p. 13.

<sup>100</sup> Para entender a progressiva ampliação da influência do discurso médico na sociedade brasileira do Império, ver: MACHADO, R. et al. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Por todo o Brasil no século 19 grassavam epidemias. Um testemunho doloroso sobre as epidemias de varíola no Ceará, acompanhadas pelas secas entre 1877 e 1900, foi dado por THEÓPHILO, Rodolpho (1853-1932). *Variola e vacinação no Ceará*. Edição fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. (1ª ed. 1904). Para um estudo sobre os significados sócio-políticos da epidemia de febre amarela na Corte Imperial, ver: CHALHOUB, Sidney. “Febre Amarela”. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Capítulo 02.

<sup>101</sup> [Ofício do Juiz Municipal e de Órfãos, Luiz Barbosa Accioli de Brito, ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 15 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>3</sup>, v. 17.

<sup>102</sup> [Ofício do Juiz Municipal e de Órfãos, Luiz Barbosa Accioli de Brito, ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 15 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>3</sup>, v. 17.

com o fito de exterminar as “emanações deletérias” deixadas pelas vítimas. Era preciso tornar inócuo o “veneno miasmático” exalado pelos empestados. Donde o pavor dos viventes, isolando os doentes em lazaretos e abandonando os mortos, pois acreditavam estar próximos de “fontes” envenenadas. Relembrando Delumeau “*o tempo de peste é o da solidão forçada*”.<sup>103</sup>

Logo após a passagem do cólera-morbo por Laranjeiras, o dr. Pedro Autran (1829-1886) sugere, como prevenção contra o retorno da epidemia, “*a cautela de desinfectar algumas casas onde morrerão muitos indivíduos do cholera*”.<sup>104</sup> O mesmo ocorreu na província de Pernambuco, onde o doutor Joaquim de Aquino Fonseca (1818-1882), presidente do Conselho Geral de Salubridade Pública e um dos médicos mais polêmicos daquela província, impôs a fumigação dos navios e desinfecção das correspondências, mercadorias, animais importados, tripulações e passageiros numa guerra desbragada aos possíveis “*focos de contágio*”. Era uma batalha para propagar a medicina social aprendida em Paris e para tentar evitar a contaminação dos que ainda resistiam.<sup>105</sup>

Em Sergipe, a maioria dos sobreviventes da cidade de Laranjeiras, quando podia, fugia para outras povoações. A fuga era a alternativa popular à profilaxia expedida pelos médicos.

Um dos municípios que recebiam os emigrantes era Santo Amaro das Brotas, localizado na região entre os vales dos rios Sergipe e Cotinguiba. Na vila de Santo Amaro, o empresário Antônio Travassos (1804-1872), improvisou um hospital, onde não só foram tratados seus moradores, como os de Laranjeiras, Maroim e Rosário, que para ali se

---

<sup>103</sup> DELUMEAU, J. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 123.

<sup>104</sup> ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Matta. *Relatório acerca do estado sanitário da cidade de Laranjeiras, em 10 de junho de 1856*. Aracaju: Typographia Official, 1856. p. 18. (BPED/DS-1437).

<sup>105</sup> ANDRADE, Gilberto O. de. *A cólera-morbo*. 2. ed. Recife: Fundaj/Editora Massangana, 1986. p. 30 e passim.

debandavam “*veixados pela mortandade que se dava naqueles lugares*”. Travassos organizou cordões sanitários e filantrópicos uma vez que os cofres e quadros do governo não permitiam o combate efetivo à peste.<sup>106</sup>

O médico Ribeiro Sanches concorda, também, que a causa do aumento da intensidade epidêmica em Santo Amaro seja as migrações de pessoas de Maroim e Rosário. Ele informa ainda que nos povoados de Porto da Rede e do Curral do Meio encontram-se alguns doentes e vítimas fatais.<sup>107</sup> Um inspetor de quarteirão, por sua vez, documenta que a epidemia se desenvolveu também nos distritos de Cancela e Cajueiro. Apesar de não trazer números, ele relata que “*os miseráveis*” só contam com o auxílio de um certo José Luís de Goes, o qual “*teve o trabalho de comprar hua butica para o uso de sua farmacia com a qual nos tem socorrido*”.<sup>108</sup> Esse testemunho demonstra como as autoridades mais próximas da população estavam destituídas de meios de auxílio ao público. Os atos isolados de alguns cidadãos foram, em muitos casos, um lenitivo.

Desferindo suas lanças funestas no mesmo vale do Cotinguiba, o cólera-morbo toca a cidade de Maroim. Aqui, o vigário pede desculpas à presidência da província por não ter emitido o mapa de óbitos de coléricos. Ele culpa o delegado pela incúria.<sup>109</sup>

Uma semana depois, o delegado negligencia mais uma vez. Agora é sobre o abuso de autoridade cometido por um seu subordinado. Ele, o delegado, emana uma ordem de prisão a

---

<sup>106</sup> TRAVASSOS, Antônio José da Silva. “Apontamentos históricos e topographicos sobre a Província de Sergipe”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, v. 3, fasc. I-IV, p. 117, 1916. (Manuscrito de 1860).

<sup>107</sup> [Ofício do dr. José Ribeiro Sanches ao Barão de Maroim. Santo Amaro, 20 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>108</sup> [Ofício do inspetor de quarteirão, José Ignácio Pereira, ao presidente da província. Buracão, termo de Santo Amaro, 22 de setembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1962.

<sup>109</sup> [Ofício do vigário, José Joaquim de Vasconcellos, ao Barão de Maroim. Cidade de Maroim, 12 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

um infeliz por nome de João Baptista, suspeito como cúmplice de “*alguns roubos*” que foram feitos em residências fechadas por morte dos moradores durante o maior rigor da epidemia. Ao ser conduzido, segundo a autoridade policial, João Baptista resistira à voz de prisão. Ao travar luta com um soldado e um sargento, ele foi imobilizado pelo segundo que “*com alguãs pancadas nos braços do preso pode conseguir tirar-lhe da mão a faca; mas o preso estava ferido e morrêo imediatamente*”.<sup>110</sup>

Cerca de um mês antes deste crime patético, alguns habitantes de Maruim dirigiram ao governo da província uma representação contra as autoridades policiais deste termo. Os moradores acusavam-nas de “*absolutamente indiferentes*” ao clamor popular por medidas contra a epidemia reinante, deixando a cidade em “*completo abandono*”.<sup>111</sup>

Suponho que a representação popular fora enviada porque o subdelegado, em officio à presidência no mesmo período, resolvera que o ponto sanitário seria fechado, alegando falta de enfermeiro, e propusera que os doentes fossem atendidos em suas casas “*por que assim será mais facil achar pessoas que se queirão encarregar dessa tarefa*”, aconselhara a autoridade policial. Os habitantes talvez não tivessem gostado da idéia de ver a polícia se eximir de seus serviços, ou seja, manter a ordem sanitária e o auxílio aos doentes, quando famílias inteiras eram acometidas, quase todas sem recurso algum e todas com pavor do cólera.<sup>112</sup> Um estado de anomia grassava durante a quadra nosológica. Nos tempos de peste, é instaurado um estado

---

<sup>110</sup> [Officio do subdelegado, Manoel Menezes de Souza Macieira, ao Barão de Maroim. Maroim, 18 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>111</sup> [Officio do chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito, ao Barão de Maroim. Aracaju, 14 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

<sup>112</sup> [Officio do subdelegado, Antônio Saturnino de Lima Costa, ao Barão de Maroim. Maroim, 14 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

de exceção, no qual os valores são alterados e a ordem social abalada. As pessoas perdem a harmonia, como o corpo a saúde. Sociedade e indivíduo purgam sob o reino da peste.<sup>113</sup>

Maroim foi devassada com vigor pela peste, apesar de não constar na lista oficial de mortalidade das cidades acometidas no relatório presidencial. Como ilustração de sua tragédia, tomemos o testemunho do médico comissionado para tratar dos coléricos do lugar. Ele informa ao presidente da província: “... agora que são sete horas do dia já vimos nove cadáveres em hua só rua, alem de muitos doentes gravissimos”.<sup>114</sup> Era pungente a situação dos maruinenses.

Semelhante situação aconteceu em Nossa Senhora do Socorro e Aracaju. Campeando pela região dos rios Cotinguiba e Sergipe, o cólera varou estas cidades. Na primeira, o juiz municipal disse que o morbo apareceu com “*passos de gigante e ambição de lobo*”. Atarantado, ele teme pelo patrimônio da municipalidade, pois que já aparecem casas inabitadas pelo óbito de seus moradores, “*onde inda restão vestígios de mercadoria e erdeiros [sic] dispersos*”.<sup>115</sup>

A metáfora “passos de gigante”, alude à grande rapidez da propagação epidêmica e à impotência dos homens diante de um inimigo sorrateiro, invisível, como um “lobo” ambicioso, voraz, insaciável e destrutivo. Eis uma figuração do morbo que permeia o imaginário de populações aflitas em sua primeira investida no Império. Ações e sentimentos humanos são atribuídos à peste. A doença adquire vontade própria ou consciência. Os

---

<sup>113</sup> “*As imagens que se fazem da doença são usadas para exprimir preocupação com a ordem social*”. SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 91-92.

<sup>114</sup> [Ofício do Dr. Raimundo Valois Galvão ao Barão de Maroim. Maroim, 14 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>115</sup> [Ofício do juiz municipal, Paulo Freire de Mesquita Barreto, ao Barão de Maroim. Nossa Senhora do Socorro, 22 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>3</sup>, v. 17.

“passos” e a “ambição” dão-lhe um caráter de ser voluntarioso, “reinante”, subestimando os esforços humanos contra a “visita”, a “invasão”, ou o “assalto” do morbo asiático. A prosopopéia concretiza e dá vida própria à “ambição” de um indefinido, porém insidioso, “veneno miasmático”. Assim, ganhando vida e vontade, é possível vislumbrar uma vitória contra um ser que se torna palpável, visível por uma alegoria. O cólera torna-se, por esta figuração, um inimigo que pode ser combatido e, quem sabe, vencido.

Resvalando pela região do rio Sergipe, a peste se anuncia em Aracaju. Povoado elevado à categoria de cidade e capital em 17 de março de 1855. A incipiente urbe foi golpeada nos seus primeiros meses de vida. O cotidiano da cidade em construção foi embaraçado. De acordo com o testemunho de um de seus primeiros moradores, “*Muitas cazas se tem principiado nesta Cidade, porém não se tem continuado com ellas em virtude da epidemia [de cólera]*”.<sup>116</sup>

A nova cidade foi concebida para ser um modelo de capital portuária, geométrica e arborizada – para facilitar a livre circulação; uma vanguarda da higiene urbanística frente à “colonial” São Cristóvão, antiga capital, com ruas estreitas, topografia irregular e porto precário. Aracaju seria um símbolo da idéia de progresso liberal disseminada pelo Império, embora contraditória numa sociedade escravista.<sup>117</sup> Mas a epidemia ajudou a retardar os

---

<sup>116</sup> [CARTA de Antônio Pedro Machado d’Araújo ao seu pai. Cidade do Aracaju, 04 de janeiro de 1856]. Ms.-PDPH/DHI/UFS, caixa 136. (cópia do Arquivo Nacional – Seção dos Ministérios, cota IJ<sup>1</sup> 392). E ainda, a epidemia “entrou” os planos de construção da nova capital. Pois, “*o próprio palacete da presidência teve sua conclusão adiada por três meses*”. Cf. PORTO, Fernando. *A cidade de Aracaju, 1855-1865*. Aracaju: Livraria Regina, 1945. p. 45, nota 23.

<sup>117</sup> Os sinais e limites da chamada “modernidade” no Império foram analisados na série de ensaios em: NOVAIS, Fernando (Coord. geral). *Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil, 2).

investimentos. A “modernidade” emergente foi acometida pelo flagelo.<sup>118</sup> Muito embora, as “praias do Aracaju” já tivessem fama de insalubre. Isto ficou timbrado no folclore bairrista, como nestas quadras que aludem à má qualidade de suas águas e aos seus charcos miasmáticos:

*“As águas de S. Cristóvão/ Só parecem de cristal/ As águas de Aracaju/ Só parecem rosargal [da cor de ferrugem]”;* ou ainda nesta outra: *“Quem fôr para Aracaju/ Leve terço pra rezá/ Porque lá é o inferno/ Onde as almas vão pená”*.<sup>119</sup>

Sobre a cor da água, o Imperador D. Pedro II, por exemplo, quando visitou Aracaju em 1860, estranhou sua tonalidade escura, enferrujada. O monarca anotou que *“o povo bebe das bicas públicas ou cacimbas onde a água é cor de xerez [cor de vinho tinto]”*.<sup>120</sup>

Quanto à mortandade na nova capital do tempo do cólera, somada à freguesia de N. Sra. do Socorro, à qual estava ligada, ficou em torno de 22,7%.

---

<sup>118</sup> O médico e historiador Felisbello Freire (1858-1916) trata a mudança da antiga capital, São Cristóvão, para o povoado do Aracaju como um atentado aos cofres do governo e à saúde pública, uma vez que suas praias eram “*excessivamente*” epidêmicas, pela grande quantidade de pântanos existentes, vitimando várias famílias. Ele dizia que este sacrifício teria como fito atender a interesses políticos e individuais. FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 303-304. Quanto aos interesses “de ordem política e individual” para efetivar a mudança, a que se refere Freire, diz respeito ao Barão de Maroim, proprietário de terrenos nas praias desertas do Aracaju. A esta opinião, se opõe o historiador José Calazans, argumentando que *“o Barão figura nas tradições sergipanas como um homem generoso, com inúmeros gestos de filantropia. Não seria capaz de se aproveitar do prestígio político para levar avante um plano de tão sérias conseqüências, unicamente visando valorizar terrenos que possuía em Aracaju”*. SILVA, José Calazans B. da. *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: Governo de Sergipe/Fundesc, 1992. p. 61.

<sup>119</sup> Apud SILVA, José Calazans B. da. *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: Governo de Sergipe/Fundesc, 1992. p. 82-83.

<sup>120</sup> “DIÁRIO do Imperador D. Pedro II na sua visita a Sergipe em janeiro de 1860”. *Revista do IHGS*. Aracaju, v. XXI, n. 26, p. 64-78, 1961-1965.

Na cercania de Aracaju, a enseada chamada *Corôa* foi recomendada pelo médico e pelo capitão do porto para servir de cemitério dos marítimos dizimados pelo cólera. O vigário pedia providências para a bênção do lugar indigitado, para a colocação da cruz e da cerca.<sup>121</sup> Por este exemplo, percebe-se a diminuição do poder da igreja sobre a orientação dos ritos fúnebres que, cada vez mais, são dirigidos pelos discípulos de Hipócrates.

Aos párocos, cabia, então, exortar o povo às preces e a benzedura dos novos “campos santos”. Os cemitérios e as novas formas de enterramento são prescritas, após o cólera, pelo saber médico. O discurso dos doutores, nesta época, utiliza-se do prestígio da religião em seu benefício próprio. Aos médicos cabem, a partir de então, ordenar as formas de preparar, velar, guardar, conduzir e inumar os cadáveres. Aos vigários é reservado rezar contra a peste, benzer os corpos e os terrenos, quando possível. Assim, “*manipulando a religião, a medicina insinuava-se no espaço moral e lançava as bases para a educação higiênica*”.<sup>122</sup>

A hegemonia da medicina social no discurso sobre a morte é um passo para a concretização do projeto civilizador, espécie de disciplina moral dos costumes. Havia, desta forma, uma política de vigilância para higienizar os corpos e os comportamentos considerados atentatórios à saúde pública. A educação sanitária era um desafio tão grande quanto as epidemias na marcha para a civilização, promovida pelos profissionais da saúde pública no século 19.<sup>123</sup>

---

<sup>121</sup> [Ofício do vigário geral, Ignacio Augusto da Costa Lobo, ao Barão de Maroim. Aracaju, 30 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

<sup>122</sup> Cf. COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 66.

<sup>123</sup> Para uma análise do conceito de **civilização** no universo epistemológico de um médico e historiador da segunda metade do século 19, ver ALVES, Francisco José. *A marcha da civilização: uma leitura da historiografia de Felisbela Freire*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1998. (Tese de doutorado em História Social).

A marcha do cólera, por sua vez, atravessa o rio Sergipe e se insinua na povoação da ilha da Barra dos Coqueiros, fronteira a Aracaju. Na localidade, o subdelegado pede auxílio médico, visto que os remédios aplicados ao seu alcance não fazem ceder o estado álgido e a diarreia das vítimas.<sup>124</sup> Dias depois, o mesmo subdelegado, em estado de desespero, informa sobre a agudeza do cólera. Duas mulheres já haviam falecido e outra quase a expirar, encontrando-se “*algumas pessoas em perigo de vida*”. Ele lamenta, ainda, a falta de recursos financeiros para acomodar os doentes numa casa com camas e outros objetos, assim como para pagar a condução e enterramento dos cadáveres. Contudo, adverte que pretende usar a coerção policial com o fito de “*intimidar aquelles que mesmo por paga não si quizerem prestar ao enterramento dos corpos*”.<sup>125</sup>

Diversas fontes informam que, nos passos do cólera sobre a província, a força de polícia se acerba contra a população. As malhas de seu poder insinuam-se impiedosas contra um povo angustiado e desesperado. A força parecia ser a única via para obstar o pavor.

Subindo o vale do rio Sergipe, o flagelo aporta nas povoações de Divina Pastora e Santa Rosa.

No povoado Bonfim, termo de Divina Pastora, as pessoas estavam imersas no “*maior desamparo e desânimo*”, sendo este, lembra o presidente da Câmara municipal, “*uma das causas mais desfavoráveis para o desenvolvimento e gravidade da epidemia reinante*”.<sup>126</sup> O camarista, como se vê, assimila uma das teses médicas coevas. Isto ilustra a imbricação entre o

---

<sup>124</sup> [Ofício do subdelegado, Alexandrino Cândido Sobral, ao Barão de Maroim. Barra dos Coqueiros, 09 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>125</sup> [Ofício do subdelegado, Alexandrino Cândido Sobral, ao Barão de Maroim. Barra dos Coqueiros, 13 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>126</sup> [Ofício do presidente da Câmara Municipal, Antônio Luiz de Loureiro, ao Barão de Maroim. Divina Pastora, 17 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

discurso médico e a classe política. Criticar, assessorar e participar das Câmaras é uma das táticas políticas da medicina social, influenciando a legislação e a execução sanitárias no país, desde as primeiras décadas do século 19. Com efeito, na medida em que a “*medicina se coloca a serviço do Estado, ela exige, em contrapartida, que se deixe instrumentalizar*”.<sup>127</sup> O aparelho de Estado era o campo fundamental para se cumprir o programa que ia do conhecimento positivo à intervenção transformadora da medicina racional.

Dando seqüência a sua investida, o cólera afugenta as almas da vila de Divina Pastora. O flagelo migrava no lombo dos viajantes. Entre os falecidos no ponto sanitário de Divina Pastora, quase no centro da província, dois eram de Inhambupe, Bahia, informava o então acadêmico, Barros Pimentel (1832-1888).<sup>128</sup>

Em Divina Pastora, um caso interessante foi o de uma professora, moradora na sede da vila. Ela tentou legalizar a sua fuga. Por isto, pediu ao presidente da província um mês e meio de licença para retirar-se da localidade. A educadora explicou que “*a Aula já não he freqüentada, desde que appareceo a epidemia*”. Seu requerimento foi reprovado, ou melhor, indeferido.<sup>129</sup>

No tempo da peste os serviços foram comprometidos. Entretanto, o poder público persistia por todos os meios mantê-los funcionando, mesmo que aparente ou precariamente, para subtrair o temor popular e preservar a ordem civil e econômica.

---

<sup>127</sup> MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 226 e passim.

<sup>128</sup> [Ofício do dr. José Ignacio de Barros Pimentel ao Barão de Maroim. Divina Pastora, 18 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>129</sup> [Requerimento da professora Guilhermina Maria de Mendonça ao Barão de Maroim. Aracaju, 06 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1634.

No município contíguo ao de Divina Pastora, o de Santa Rosa, suas cercanias foram açoitadas pelo morbo asiático. O subdelegado listou cento e dezesseis (116) óbitos, em apenas nove engenhos e dois sítios. Uma média de dez (10) cadáveres por estabelecimento. Os casos mais graves tiveram lugar no “*sítio Manilha*”, com vinte pessoas livres falecidas, e no “*engenho Mumbaça*”, onde morreram o proprietário, seus dois filhos e quinze escravos.<sup>130</sup> Os partidos de cana apodreceram, as moendas pararam e o engenho ficou à mercê. A epidemia continuava a confeccionar seu rosário de almas.

Em direitura para as bandas dos vales dos rios Siriri e Japarutuba, a epidemia acomete as povoações do Pé do Banco (atual Siriri), Rosário do Catete, Japarutuba e Capela.

Levando sua caravana de horrores, o cólera se assanha na freguesia de Jesus Maria José do Pé do Banco. A localidade encontrava-se vulnerável ao flagelo: sem médico, sem medicamento, sem hospital, sem polícia. As autoridades estavam “*em suas cazas tratando de suas famílias*”. Uma delas, o vigário, comentou que os soldados requisitados poderiam servir “*quando não para inhumar os corpos, ao menos para obrigar a quem os sepultem*”.<sup>131</sup> Menos de um mês depois, o mesmo pároco, rogando providências ao governo, comenta a mortandade “*desproporcional*” e a carência de “*abridores de sepulturas*”. Ele temia que os corpos ficassem por inumar.<sup>132</sup> Os fazendeiros e os senhores de engenho, evitavam utilizar a escravatura para os serviços funerários por medo da perda do plantel, numa época de proibição

---

<sup>130</sup> [Ofício do subdelegado, Antônio Carneiro de Menezes, ao Barão de Maroim. Santa Rosa, 03 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>131</sup> [Ofício do vigário Gonçalo Vieira de Mello ao Barão de Maroim. Freguesia do Pé do Banco, 21 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

<sup>132</sup> [Ofício do vigário Gonçalo Vieira de Mello ao Barão de Maroim. Freguesia do Pé do Banco, 10 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

do tráfico e, portanto, valorização das “peças d’África”. Foi o que ocorreu também na Bahia.<sup>133</sup>

Por sua vez, os viventes do Pé do Banco corriam às capelas e igrejas rogando a clemência divina. Ainda assim, o morbo dizimou, oficialmente, 19,6 % dos moradores. O subdelegado do lugar, sensível às preces da população aflita, diagnostica a dolorosa situação. Atentemo-lo:

*“O clamor em que vejo os povos desta povoação e seus subúrbios, uns perdendo os pais de família, outros os filhos, crescendo-lhes mais a seus prantos verem que são os cadáveres das victimas sepultadas em diversos lugares por falta d’um cemitério, e sem policia que velle na inhumação dos cadáveres”.*<sup>134</sup>

A pobre freguesia de Jesus Maria José do Pé do Banco, mesmo sob a invocação da tríade santa, ficou prostrada e olvidada “**no cólera**”.<sup>135</sup>

Já no município do Rosário do Catete, a Câmara também alertou o governo da necessidade de um cemitério. O templo da pequena matriz já estava abarrotado de cadáveres.<sup>136</sup> De modo que os corpos insepultos opilavam a vila com a chegada do flagelo.

<sup>133</sup> “A dificuldade enfrentada pelas autoridades policiais e médicas na consecução de cativos para os enterramentos parece confirmar o fato de que seus proprietários tratavam de preservá-los”. DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível*. Salvador: EDUFBA/ Sarah Letras, 1996. p. 70.

<sup>134</sup> [Ofício do subdelegado José Antônio de Sá Menezes ao presidente da província, Barão de Maroim. Vila do Pé do Banco, 09 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>135</sup> “**No cólera**”- Esta forma de datação popular foi colhida e anotada no interior sergipano pelo garimpeiro do nosso folclore, Carvalho Deda, cem anos após a manifestação da epidemia. Tal expressão é a síntese de “no tempo do cólera-morbo de 1855...”. Ela serve para designar a fixação de uma determinada época (meados do século 19) ou data específica (1855-56), relativas ao fenômeno que vincou o imaginário coletivo sergipano. DEDA, José Carvalho. *Brefâias e burundangas do folclore sergipano*. Aracaju: Livraria Regina, 1967. p. 197.

<sup>136</sup> [Ofício da Câmara municipal ao Barão de Maroim. Vila do Rosário, 27 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

O delegado de Rosário, por sua vez, também viu dezenas de pessoas mortas espalhadas “*na face das ruas, quintaes e recintos*”. Disse que não contou com precisão devido à “*aglomeração dos corpos*” em adiantado estado de putrefação.<sup>137</sup> Outro testemunho veio do doutor Rozendo Britto. Ele relata que “*estavão insepultos para mais de vinte cadáveres já em putrefação sem poderem ser enterrados por falta de gente*”.<sup>138</sup> Os mortos juncavam as ruas e estradas da vila; aves rapinas crocitavam em redor dos cadáveres. Em Rosário, o número oficial de óbitos ficou em torno de 31,5 % dos habitantes.

Na mesma região, o mordexim ameaça a freguesia da Japarutuba. Alguns dias antes de chegar no lugar, o subdelegado pede providências ao governo para instalar um ponto sanitário avançado. A medida preventiva, idealizada pelo dr. Brito Travassos (1820-1885), tinha como fito barrar a marcha do cólera que grassava com virulência nas cidades vizinhas de Laranjeiras, Maruim e Rosário. Este ponto seria “*uma barraca no lugar Lages, (...) e ahi ter gente com remedios proprios para desinfectar as pessôas que todos os dias passam, vindas d'aquelas cidades soffredouras*”.<sup>139</sup>

Dias depois, o flagelo devassa a barreira sanitária. Japarutuba ficou em estado de alerta, pois falecera de cólera um indivíduo por nome de Martinho José de Santiago, o qual viera no dia anterior da cidade de Laranjeiras. O cólera deixa um rastro de morte e horror no lugar.

Subindo o vale do rio Japarutuba, o mórbido viático se declarou no município da Capela.

---

<sup>137</sup> [Ofício do delegado Manoel Antônio Marques de Faria ao Barão de Maroim. Rosário, 12 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>138</sup> [Comunicado do dr. Rozendo Constancio de Sousa Britto ao Barão de Maroim. Santo Amaro, 20 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>139</sup> [Ofício do subdelegado João José do Monte ao Barão de Maroim. Japarutuba, 02 de novembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

As autoridades sanitárias do local reclamam que o pagamento dos enfermeiros para tratarem dos coléricos é irrisório. Alegam que todos se recusam a prestar o serviço “na consideração de que suas vidas corra grande perigo, e se um ou outro individuo caridoso à um tal perigo se expuser mais facil se prestará gratis do que subvencionado”.<sup>140</sup> Parece que os caridosos correram a rezar nos templos ou haviam fugido para as matas próximas.

Diante da falta de enfermeiros ou do minguado pagamento a quem se prestasse a este “perigoso serviço”, o Barão de Maroim pede reforços ao poder judiciário. Esta medida foi ironizada pelo juiz municipal e de órfãos da Capela, dr. Antônio Nobre (1822-1862). Ele escrevera a um amigo que perdera as ordenanças, pois foram curar doentes; sublinhando o verbo “curar” como se quisera expressar uma medida improvisada, desesperada, e sem sentido prático, pois os guardas, os servidores do juiz, não deveriam conhecer a arte de curar, imagine-se de coléricos. De modo que ele escreve em tom sarcástico: “*Mr. Le Baron tirou-nos as nossas ordenanças para curarem os enfermos de cholera, e enterrar os mortos*”.<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup> [Ofício do presidente da Câmara Municipal ao Barão de Maroim. Vila da Capela, dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

<sup>141</sup> [Carta do dr. Antônio Nobre de Almeida e Castro ao dr. Leandro Bezerra Monteiro. Capela, 12 de novembro de 1855]. Ms. da seção sergipana do IHGS, caixa 14.

A insuficiência de médicos, de enfermeiros e de condutores de cadáveres produzia estes expedientes.<sup>142</sup> O cólera ceifou, aproximadamente, 15 % dos viventes da Capela. Em dezembro de 1855, a epidemia recrudescceu na vila. Talvez isto se devesse à recusa da população em ir ao hospital: ou pela precariedade de suas condições, ou por medo de, ali, abreviar a vida. Conforme ponderação do delegado, “*o hospital pouco serviço presta, pela repugnancia que o povo mostra em ir para elle, e que assim, havendo somente um médico (...), não pode a população ser socorrida convenientemente*”.<sup>143</sup> A mesma “repugnância” com relação aos hospitais neste período se verifica na Europa.<sup>144</sup>

A sensação e natureza dos odores se modificam no século da medicina científica. Os odores sofrem uma mudança de qualidade na história das sensibilidades olfativas, tão bem analisadas por Corbin. Os pobres, os mortos e os lugares da cidade considerados como focos epidêmicos estarão sujeitos a uma nova ordem de valores da olfação, cujas implicações recaem nos âmbitos sócio-político – estratégias de higienização moral e sanitária dos

---

<sup>142</sup> Curiosos e curandeiros foram usados pelo governo na província para suprir a carência de especializados (médicos, acadêmicos, enfermeiros, boticários). João Gomes de Melo, o Barão de Maroim, escreve que teve de “lançar mão de curandeiros” para alguns pontos menos populosos enquanto não chegavam auxílios em dinheiro, médicos, estudantes, remédios e alimentos que havia pedido ao presidente da Bahia. De acordo com a tabela das despesas gerais do relatório da presidência, entre outubro de 1855 e fevereiro de 1856, o governo despendeu com médicos a quantia de 14:745\$000; com acadêmicos (estudantes dos últimos anos de medicina) 6:216\$060; com curandeiros 2:515\$060; com boticários 540\$000 réis. Verifica-se que as despesas com a rubrica *curandeiros* foi muito maior (cerca de dois contos de réis de diferença) do que com os *boticários*, os quais eram licenciados para manipulação de remédios e sua aplicação, ao contrário dos terapeutas populares. MELO, João Gomes de. *Relatório com que foi entregue a administração da Província no dia 27 de fevereiro de 1856*. Aracaju: Tipographia Official, 1856. p. 04-05 e anexo – tabela n. 5. (BPED, DS-1437). Quanto à hierarquização, o *status*, e a legitimação do saber acadêmico dos profissionais de cura frente os terapeutas populares nas primeiras décadas do XIX, ver PIMENTA, Tânia Salgado. “Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-1828)”. *História, Ciência e Saúde – Manginhos*. Rio de Janeiro, v. V, n. 2, p. 349-373, jul-out. de 1998.

<sup>143</sup> [Ofício do chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito, ao Barão de Maroim. Aracaju, 29 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

<sup>144</sup> Na França, segundo os observadores da época, “aquilo que caracteriza o ambiente olfativo do hospital é a complexidade dos odores pútridos.(...) Os eflúvios dos emplastos se amalgamam e compõem um fedor que os práticos se esforçam em destrinchar para detectar (...) o risco de uma epidemia.” CORBIN, Alain. *Saberes e odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 71.

ambientes, principalmente nos lugares onde habitam a pobreza e a força de trabalho – e epistemológico – desenvolvimento de um saber, cujo discurso e práticas têm valores de verdades científicas.<sup>145</sup> A importância do olfato recaía, sobretudo, para detectar a “qualidade do ar”, principal veículo de transmissão de doenças desde a Antiguidade até o século 19.<sup>146</sup>

### 3. Dizimando pelo Vale do Baixo São Francisco

Seguindo para o Norte da província, o surto epidêmico se propaga pela região do Baixo São Francisco. O mapa da morte colérica na área cobre os municípios de Pacatuba, Vila Nova (atual Neópolis), Propriá e Porto da Folha.

Na freguesia de São Félix da Pacatuba, o flagelo não discriminou suas vítimas. De acordo com um mapa de óbitos feito pelo pároco, livres e escravos, homens e mulheres, crianças e adultos foram fatalmente acometidos. Trezentos e onze (311) cadáveres foram contabilizados, sendo 198 de indivíduos livres e 113 escravos, algo em torno de 15,5 % dos habitantes da região.<sup>147</sup>

No município vizinho de Pacatuba, o de Vila Nova, às margens do São Francisco, um outro vigário, além de enviar à presidência um mapa de óbitos, também reclama a falta de médico, de alimentos para os pobres e do abandono do cargo pelo Juiz de Direito desde o início da epidemia. Em seu mapa, o padre anota o falecimento de cento e vinte coléricos. Neste registro foram anotados os óbitos de 26 escravos e 94 livres, num período de doze dias,

---

<sup>145</sup> CORBIN, Alain. *Saberes e odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>146</sup> CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular...* 6ª ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. v. 2, p. 518. (1ª edição de 1842-43).

<sup>147</sup> [Mappa da mortalidade da freguesia de S. Félix da Pacatuba, pelo pároco Manoel Alves, desde o dia 05 de novembro de 1855 em que n'ella se declarou o cholera até 31 de dezembro.]. Ms-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

ou seja, voavam ao seio do Criador uma média diária de dez almas. Pautando-se por este levantamento, a epidemia não diminuía sua insaciável voracidade.<sup>148</sup>

O delegado de Vila Nova, Vieira Bastos, testemunha que foram também invadidos “*com intensidade*” os distritos de Ilha dos Bois, Brejo Grande e Carrapicho. Ele nos conta uma tragédia pessoal: ao chegar em Brejo Grande, o delegado teria se comovido quando foi cercado e rogado por uma legião de desamparados, “*dos que ainda podiam caminhar*”, escreveu. Ao retornar para casa, viu a mulher e quase toda a família de cama; sua residência apinhada de pessoas em busca de auxílio. O subdelegado e o capelão, por seu turno, caíram doentes junto com seus familiares. Vieira Bastos perdeu duas escravas e um amigo, Francisco Xavier, que o coadjuvava na aplicação dos medicamentos. O amigo morreu de cólera nos braços do delegado. Depois de tudo, Bastos ainda adoeceu, salvando-se por milagre da “*Divina Providencia*”, afirma. Ele amargou uma crise medonha e o cotidiano de Vila Nova se liqüefez diante da peste.<sup>149</sup>

Ainda margeando o São Francisco, o cólera aparece insidioso em Propriá. Prevenido, o juiz municipal e de órfãos local, antes mesmo do assalto epidêmico, solicita ao governo ações preventivas para impedir a entrada do flagelo na vila. Entre outras medidas, ele sugere o fornecimento de lenhas aos pobres para que se queimem “*fogueiras naturais*”, com o fito de desinfetar o ar impregnado de miasmas deletérios que asfixiavam a província.<sup>150</sup> Na província da Bahia, para dispersar os miasmas e desinfetar o ar, os médicos da Comissão de

---

<sup>148</sup> [Ofício do vigário José Cardoso da Fraga ao Barão de Maroim. Freguesia de Vila Nova, 10 de dezembro de 1855.]. Ms-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10. (Mapa em anexo: “*Mappa da mortalidade da freguesia de Santo Antonio de Villa Nova desde o dia 18 de novembro de 1855 em que nella se declarou o cholera até 30 do mesmo mês*”).

<sup>149</sup> [Ofício do delegado Jerônimo Vieira Bastos ao chefe de policia. Vila Nova, 21 de dezembro de 1855]. Ms-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

<sup>150</sup> [Ofício do juiz municipal e de órfãos, Francisco Maria Dias de Menezes, ao Barão de Maroim. Propriá, 10 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>3</sup>, v. 17.

Higiene Pública também aconselharam ao governo acender fogueiras, queimando-se alcatrão, enxofre e até estrume seco de gado. Centenas delas também ardiam por toda Salvador.<sup>151</sup>

Em Sergipe, o doutor Silva Coelho, servindo na cidade do Riachão, no sul da província, tentou extinguir focos de infecção acedendo fogueiras sobre as sepulturas dos cadáveres enterrados “*nas ruas e nas frentes das cazas, mas não houve quem se prestasse a isso com o necessário*”.<sup>152</sup> Já no município da Estância, na mesma região, foi ordenado pelo presidente que, caso ficassem alguns cadáveres insepultos, o delegado fizesse a devida incineração, evitando assim que “*a putrefação não vicie mais a athmosphera*”.<sup>153</sup>

O fogo, desde tempos imemoriais, simboliza a purificação com a mudança de estado da matéria. É a extinção para a vivificação. No medievo europeu, os médicos queimavam substâncias aromáticas para afastar a Peste Negra e purificar o ar.<sup>154</sup> Em nossos dias, nas rezas e benzeduras da medicina popular, o fogo está representado no poder do sol e, portanto, nas qualidades da pureza, da claridade e do “Bem”, ao contrário do ar, o que demonstra a vulgarização de um saber outrora científico. Eis o trecho de uma oração curativa, encontrada

---

<sup>151</sup> DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível*. Salvador: EDUFBA/ Sarah Letras, 1996. p. 63.

<sup>152</sup> [Ofício do doutor Francisco Jacinto Silva Coelho ao Barão de Maroim. Riachão, 30 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>153</sup> [Ofício do presidente da província, Barão de Maroim, ao delegado superintendente. Estância, 30 de novembro de 1855]. *Livros de registro das correspondências expedidas para a extinção do cólera-morbus da Comarca da Estância. Ano 1855 a 1857*. p. 02. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244.

<sup>154</sup> TUCHMAN, Barbara Wertheim. *Um espelho distante: o terrível século XIV*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 99. O capítulo 5 deste livro intitulado “ ‘É o fim do mundo’: A Peste Negra”, é um relato baseado em cronistas coevos sobre os desastres ocasionados pelo flagelo e a reação da sociedade frente à doença. Muitas situações, crenças e atitudes ali relatadas são encontradas durante o cólera-morbo de 1855: a permanência da teoria médica hipocrático-galênica; a vulnerabilidade frente a epidemia; a duração do surto numa região entre quatro a seis meses, a rápida disseminação e a fulminância contra as vítimas; a fome, a escassez de alimento e mão-de-obra; a crença no flagelo como instrumento da ira Divina para punir os pecadores; as fugas e a perda dos laços de solidariedade de uns e a filantropia de outros; as representações sobre o fenômeno; o medo da morte súbita, as rezas e penitências, são algumas das semelhanças.

cem anos após a epidemia de 1855, que ilustra a permanência da crença avoenga nos maus ares e no poder da claridade:

*“Deus é o sol / Deus é a luz / Deus é toda claridade (...) / Sai-te daqui vento mau / E o ar de toda a qualidade”.*<sup>155</sup>

Os esculápios do século 19, por seu turno, condenavam a escuridão, a umidade e a clausura das alcovas. A persistência, ainda hoje, dos “ares” no imaginário coletivo como causadores de doenças, prova a assimilação do saber médico-miasmático pelas camadas populares e, portanto, a eficácia das táticas engendradas pela medicina social desde o Império.

Porém, na vila de Propriá, extremo norte da província, baldado foi o esforço do diligente juiz para barrar o surto epidêmico com as fogueiras. Ele comunica, lamurioso, ao presidente, o primeiro caso fatal de cólera detectado no lugar. A vítima havia chegado à cidade ribeirinha proveniente de Itabaiana, no centro geográfico da província. Este fato, ao que parece, foi o estopim para a relativa alta do número de óbitos no município. Conforme os dados oficiais, Propriá contou com 1.246 vítimas fatais, ou cerca de 15% da população local.

Das margens do São Francisco, o flagelo segue rumo às outras províncias nordestinas. Elas irão experimentar o mesmo fardo aziago.

A epidemia de cólera-morbo varou a província de Sergipe “*espraiando-se com a velocidade de raio por todas as suas Cidades, Villas, Aldeias, Arrayaes, e pelos mais insignificantes lugarêjos e estradas, onde existião habitadores*”, nas palavras do seu presidente no tempo do cólera, João Gomes de Melo, o Barão de Maroim (1809-1890).<sup>156</sup>

---

<sup>155</sup> AMORIM, José Pimentel de. *Medicina popular em Alagoas: rezas e benzeduras nas doenças e ensalmos outros*. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura, 1959. p. 46-47.

<sup>156</sup> MELO, João Gomes de. *Relatório com que foi entregue a administração da Província no dia 27 de fevereiro de 1856*. Aracaju: Tipographia Official, 1856. p. 01. (BPED, DS-1437).

Logo, a imagem da morte colérica era ubíqua, um desenho onipresente de Tântatos, espécie de disseminação septicêmica, donde o temor de uma população vulnerável aos caprichos da moléstia. Com carência de infra-estrutura de toda ordem, a pequena província amargou um suplício nosológico nunca visto em sua História, marcando seu imaginário coletivo.

As marcas da epidemia de 1855-1856 ficaram vincadas na memória popular por tradições e reminiscências domésticas, sessenta e cinco anos depois da manifestação nosológica, conforme as palavras de um médico sergipano. Ouçamo-lo:

*“Sobre o cólera morbus contam-se ainda hoje nas tristonhas lareiras dos campos sergipanos coisas espantosas que bem mostram a desorientação geral em face das epidemias do tempo. Cadáveres insepultos a atestarem a covardia ou a falta de quem os levasse à cova; mortes fulminantes dos que corajosamente prestaram-se a auxiliar os enterramentos; o pânico de muitos; as rezas públicas, nas ruas, nos templos e nos lares, a impressionarem por altas horas da noite a imaginação popular, já bastante excitada pelo espectáculo de tantas mortes e de tantas dores; grupos a percorrerem as povoações e estradas desertas cantando ladainhas às almas do purgatório, cujos ecos iam, de quebrada em quebrada, ferir os ouvidos dos campônios aterrorizados; notícias sinistras do enterramento de criaturas ainda vivas, aos primeiros sinais da moléstia; casos de cura de doentes já condenados, que, estalando de sede, conseguiam rolar no chão até o pote d’água, e beber todo conteúdo; tudo isso, junto à ignorância absoluta dos mais simples preceitos de profilaxia e de terapêutica, devêra produzir o mais triste dos espectáculos ...”*<sup>157</sup>

<sup>157</sup> ANDRADE, Helvécio de. “A Medicina em Sergipe durante um século”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, ano V, v. 5, p. 99-117, 1920. Citação p. 102-103.

Em suma, o medo da peste, o terror dos mortos, o pavor e o preconceito contra os doentes, a dizimação, a fuga do povo e de autoridades, a precariedade dos socorros públicos, o rompimento dos laços de solidariedade, as mudanças de costumes, os desarranjos no cotidiano, a angústia e a incerteza diante de uma doença de cura improvável, provocaram abalos materiais, sociais e mentais na província em 1855-1856. Tendo por consequência o início de um processo de medicalização da sociedade que até hoje, *mutatis mutandi*, nos informa.

Quanto à situação sócio-econômica da província em 1855, ela foi agravada, sobremaneira, pelos efeitos da peste, ou seja: pela escassez, fome e orfandade.

### Capítulo III

#### **As filhas da peste: escassez, fome e orfandade.**

**“Tanta viuvez, tanta orfandade, tanta miséria !! ...**

**Oh ! por certo que he melhor ant’um quadro  
tão triste e luctuoso recuar, emmudecer.”**

Barão de Maroim (1809-1890), 1856.

**“Muito convem que V. Ex<sup>cia</sup> [Barão de Maroim] de alguma  
forma acalme a fome e a miséria que com a peste começa  
a lavrar por aqui...”**

Dr. Brito Travassos (1820-1885), 1855.



## 1. A crise no campo e a fome nas cidades

Uma das conseqüências de graves surtos epidêmicos é a desordem econômica. Nestes momentos de exceção, as estruturas materiais também são fendidas. As epidemias desorganizam a produção no campo e o abastecimento das cidades. Nesta conjuntura, a escassez de alimentos e a fome formam com a peste uma parentela fatal. Com respeito ao embaraço na agricultura alimentícia e no comércio regional, o cólera-morbo trouxe perdas consideráveis.

A redução do fluxo de comerciantes vindos de outras paragens, a paralisação das feiras, a diminuição da relação comercial com a Bahia, principal praça de intercâmbio com Sergipe, e a carestia dos gêneros alimentícios, desencadearam uma desordem sócio-econômica na província durante o cólera de 1855.<sup>1</sup> Ademais, some-se a isto a morte de lavradores livres e escravos, tanto no setor de cereais quanto no setor agro-exportador canavieiro. Na cultura

---

<sup>1</sup> Sergipe, desde o período colonial, sempre manteve relações comerciais com a Bahia. Esta situação permanece até o século 19. Qualquer crise política ou sócio-econômica na província vizinha atingia diretamente os cofres públicos sergipanos. Um exemplo disto aconteceu durante a revolta da *Sabinada* (1837-1838). Neste período conturbado na Bahia, as rendas da província de Sergipe declinaram de 105:100\$000 réis, em 1837, para 75:824\$000 réis em 1838. A causa do déficit provincial foi explicada pelo governo, ligando-a diretamente à rebelião baiana. Assim se pronunciou um presidente de Sergipe aos deputados, fazendo um retrospecto financeiro, ao aludir o declínio das rendas vinte anos antes de seu discurso: “*Esta diferença tão sensível na receita, Senhores, achareis explicada na revolução que rebentou na Bahia em 07 de novembro de 1837 e só terminou em 15 de março de 1838. Era ali o celleiro de todos os productos d’esta Província, e por onde se fazia a arrecadação de suas rendas*”. Além da Bahia, os portos que mais mantiveram relações com Sergipe em 1855 foram Rio de Janeiro, Porto Alegre, Rio da Prata, Pernambuco e Alagoas respectivamente. A exportação para o exterior era feita através da Bahia. Ainda em 1855, as mesas de renda provincial que mais auferiram com a exportação de gêneros foram as de Aracaju, Estância, Espírito Santo (atual Indiaroba), Vila-Nova (atual Neópolis) e São Cristóvão. Cf. SÁ e BENEVIDES, Salvador Correia de. *Relatório com que foi aberta a 2ª sessão da undécima legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 1º de fevereiro de 1857*. Aracaju: Typographia provincial, 1857. p. 25-26. (BPED, DS-1437). Para uma análise da dependência econômica de Sergipe em relação à Bahia no século 19, ver: ALMEIDA, Maria da Glória S. de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984. Sobre a acentuada elevação dos preços e a escassez dos gêneros alimentícios na Bahia em 1855/56, consulte: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. p. 566 e *passim*; e DAVID, Onildo R. *O inimigo invisível*. Salvador: EDUFBA/Sarah Letras, 1996. p. 107-115.

açucareira, a morte de escravos foi sentida.<sup>2</sup> Mas este fato parece não ter abalado com gravidade a produção sacarina e as exportações; certamente por conta, entre outros fatores, da fertilidade do solo, do aumento da área plantada e da elevação do preço do produto no mercado internacional. Outras hipóteses são a imposição da sobrecarga de trabalho dos escravos sobreviventes e a utilização gradativa de mão-de-obra livre.<sup>3</sup>

Nos engenhos, a despeito das estratégias de recomposição (contrabando e reprodução interna) de mão-de-obra escrava, é de se supor que houve uma maximização do esforço despendido pelos trabalhadores que sobreviveram à calamidade nosológica, pois o emprego de máquinas a vapor nos estabelecimentos era praticamente inexistente no período, e nem todos podiam contratar os chamados “vadios” e “vagabundos”, nem muitos destes, em contrapartida, se submetiam à venda e à exploração de sua força de trabalho num ambiente onde predominava o regime escravista.<sup>4</sup> Por outro lado, alguns pobres livres foram atraídos

---

<sup>2</sup> Apesar da mortandade, o número de escravos fatalmente vitimados pelo surto epidêmico é impreciso. O que há são expressões vagas que remetem ao desastre ou registros isolados de um ou outro senhor. João Gomes de Melo (1809-1890), o Barão de Maroim, por exemplo, havia perdido 12 escravos até a data de uma carta que escrevera a outro chefe político local. [Carta do Barão de Maroim ao Coronel João Dantas Martins dos Reis. Aracaju, 12 dezembro 1855]. (IHGS, seção sergipana, caixa 14, doc. 135). Por outro lado, o presidente da Câmara de Laranjeiras anota que, o número de mortos “por fora”, ou seja, nos povoados e engenhos, continua “a estragar com especialidade a escravatura”. [Ofício do presidente da Câmara, Agostinho José Ribeiro Guimarães, ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 12 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43. O registro de óbitos de pessoas livres ou escravas, era dificultado por diversos motivos. Um deles, conforme alguns párocos, foi a falta de carregadores para conduzir os corpos aos cemitérios. Outros acusavam a negligência de muitas autoridades policiais e eclesiásticas, e por fim, alguns denunciavam os enterramentos nos matos e roças como um empecilho para se obter registro de coléricos falecidos. Ver respectivamente [Ofício do vigário João Saraiva Salomão ao Barão de Maroim. Freguesia de N. Sra. da Piedade do Lagarto, 10 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10; [Ofício do vigário Eliziário Vieira Muniz ao Barão de Maroim. Freguesia do Socorro, 02 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10; [Ofício do vigário José Joaquim de Vasconcellos ao Barão de Maroim. Cidade de Maroim, 12 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

<sup>3</sup> O historiador Felisbello Freire (1858-1916) apresenta um quadro com a crescente produção do açúcar e a elevação do valor do produto no mercado entre 1855 e 1879, declinando apenas nas últimas décadas do século 19. FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 61. (1ª edição 1891). Sobre a incorporação de novas áreas para o plantio da cana, ver: ALMEIDA, Maria da Glória S. de. *Nordeste açucareiro (1840-1875)*. Aracaju: UFS/Seplan/Banese, 1993. p. 142-248.

<sup>4</sup> Até 1862, foram notificados apenas oito (8) engenhos a vapor em Sergipe. Cf. MENDONÇA, Joaquim Jacintho de. *Relatório com que foi aberta a 2ª sessão da 14ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe no dia 04 de março de 1863*. Typ. Provincial, 1863. p. 38-39. (BPED, DS-1439).

paulatinamente para o setor agro-exportador açucareiro, em virtude dos discursos veiculados pelo governo e a igreja católica sobre a “valorização do trabalho” no período.<sup>5</sup>

O combate ao ócio e à indolência foi patenteado em uma carta pastoral, enviada a todos os párocos. Difundida entre os fiéis, a missiva foi escrita pelo poderoso Arcebispo Primaz, D. Romualdo Antônio de Seixas, Marquês de Santa Cruz (1784-1860), a pedido de Cunha Galvão, então presidente de Sergipe em 1859. Na carta, os ideais de liberdade, honra, harmonia social e religiosa estão associados ao conceito de trabalho, a partir da ótica do conservador D. Romualdo, uma das figuras fundamentais da reforma moral e eclesiástica da igreja católica no Império.<sup>6</sup>

Além da reforma eclesiástica, o arcebispo preocupou-se com a fixação de alguns princípios em seu rebanho. Um deles era expurgar a ideologia segundo a qual o cristianismo associava o trabalho à desonra e à servidão das classes inferiores. Os ímpios, argumenta o marquês, ao contrário dos cristãos, sempre promoveram o ócio, obedecendo aos desígnios do maligno e à disseminação da barbárie. Sua carta pastoral ilustra como o poder público une-se à Igreja para propagar a valorização do trabalho livre, numa conjuntura de escassez de mão-de-obra escrava com a proibição do tráfico de africanos desde 1850.

Na mensagem pastoral, o arcebispo expressa a proteção do patrimônio dos empresários e da instituição eclesiástica. Mais que valorizar o trabalho livre, ele defende a propriedade privada num país com grande número de trabalhadores “vadios”, “mendigos” e “vagabundos”,

---

<sup>5</sup> Quanto à idéia de empregar a mão-de-obra livre; a rejeição dos “vadios” e “vagabundos” à exploração nos engenhos escravista e o uso de mecanismos coercitivos e ideológicos pelas elites para aliciá-los, ver: GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatório com que foi aberta a 2ª sessão da duodécima Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 27 de abril de 1859*. Bahia: Typographia de Carlos Pogetti, 1859. (Acervo da BPED/DS-1438).

<sup>6</sup> Cf. COSTA E SILVA, Cândido da; AZZI, Riolando. *Dois estudos sobre D. Romualdo Antônio de Seixas, Arcebispo da Bahia*. Salvador: CEB/Fundação Cultural da Bahia, 1981.

ou ainda nas palavras do Marquês de Santa Cruz, de “ociosos” e “indolentes”.<sup>7</sup> Segundo a idéia da elite proprietária, corroborada por D. Romualdo, a preguiça e a vadiagem grassavam no Império, cuja mentalidade escravista orientava as relações sociais.<sup>8</sup>

Desta maneira, a relação de trabalho no setor agro-exportador sergipano permaneceu,

---

<sup>7</sup> [CARTA pastoral do Arcebispo, Marquês de Santa Cruz. Bahia, 20 de maio de 1860]. In GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatório com que foi aberta a 2ª sessão... no dia 27 de abril de 1859*. Bahia: Typographia de Carlos Pogetti, 1859. p. 07-10 (BPED/DS-1438).

<sup>8</sup> Havia uma hegemonia da mentalidade escravista no Brasil Império, porém, desde o início do XIX, representantes das elites literário-política defendiam idéias antiescravistas da Ilustração européia da segunda metade do século 18. Pregavam a imoralidade do trabalho escravo como um atentado ao direito natural, ao cristianismo e, portanto, à humanidade; além de ser nocivo à segurança do Estado e à prosperidade da nação. O incremento da superioridade do trabalho livre era objetivo de uma “*sã política*”. Contudo, uma especificidade diferenciava esta migração ideológica. No Brasil, a mitigação da escravidão ficava em segundo plano, ao contrário da Europa, apesar de ser acompanhada por um discurso humanitário. A ênfase dos escritos antiescravistas brasileiros das primeiras décadas do século 19, recaía sobre os prejuízos econômicos e políticos, ou dificuldades para a governabilidade numa sociedade escravista. No entanto, como examina Penalves Rocha, em análise sobre quatro textos que representam o ideário antiescravista no Brasil à época, a reforma da escravidão no país, sem a previsão de sua abolição, não contemplava a segurança e prosperidade da população cativa, com direito à propriedade financiada pelo governo, como queriam os pensadores europeus. Com exceção de José Bonifácio, o qual propõe transformar os escravos em arrendatários, “*o mutismo dos demais autores brasileiros sobre o mesmo assunto permite deduzir que eles supunham que os sucedâneos dos escravos seriam trabalhadores devotados aos patrões e ao Estado, bem como homens empenhados em promover a prosperidade nacional*”. Assim, tal reforma, aqui promovida por alguns letrados ligados ao governo, serviu para manter a ordem vigente, idealizando um trabalhador livre, diligente e cordato, vislumbrado também na carta pastoral do arcebispo primaz do Brasil em 1859, D. Romualdo de Seixas, como vimos acima. Cf. ROCHA, Antônio Penalves. “Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Anpuh/Humanitas, v. 20, n. 39, p. 37-68, jan-jul de 2000, citação p. 62. Na carta pastoral, D. Romualdo critica os “hereges” e “philosophos” anticlericais que com suas teorias “... *descobriram o segredo de isemtpar os povos da obrigação do trabalho, proclamando, como um direito social a espoliação, a pilhagem e a guerra aos ricos, e a todos que possuem ...*”. [Carta Pastoral do Arcebispo, Marquês de Santa Cruz. Bahia, 20 de maio de 1860]. In GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatório com que foi aberta a 2ª sessão ...*. Bahia: Typographia de Carlos Pogetti, 1859. p. 07-10. (BPED/DS-1438). Esta passagem condiz com o medo que os arautos da doutrina antiescravista no Brasil possuíam, qual seja, o descontrole da ordem vigente. Desejava-se a manutenção dos deveres prescritos pela “natureza, pela religião e pela *sã política*”, como pregava José Bonifácio em uma representação à Assembléia Constituinte de 1823. Desta forma, defendia-se a reforma gradual e pacífica do regime escravista com medidas como: o fim do tráfico negroiro; o abrandamento da escravidão sob o controle do Estado e a abolição gradual. Apud ROCHA, Antônio Penalves. Op. cit., p. 51 e passim. A obra antiescravista mais contundente foi escrita em 1870 por Joaquim Nabuco. Porém, o capítulo sobre a “Reparação do Crime” parece que não chegou a ser escrita, apesar de projetada. NABUCO, J. (1849-1910). *A escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

sobretudo, baseada na escravidão até as vésperas de sua abolição.<sup>9</sup>

Quanto à produção canavieira, o médico alemão Robert Christian Berthold Avé-Lallemant (1812-1884), de passagem no ano de 1859 pela região sergipana do vale do Cotinguiba, principal área de exportação do açúcar, observa que a lavoura de cana “*é toda feita por escravos*” e informa que o cólera em Sergipe “*dizimou terrivelmente os negros*”. Avé-Lallemant, por este motivo, receia o futuro da indústria açucareira, “*nervo de toda a Província*”.<sup>10</sup>

Outro testemunho, o Barão de Maroim (1809-1890), teve observação semelhante. Ele oficia, com certo despropósito, ao ministro do Império, que muitos proprietários, nas melhores circunstâncias, reduziram-se à miséria, e tão grande foi a perda de escravos mortos pelo cólera, que se viram na necessidade de parar a moagem de seus engenhos, “*que não poderão laborar*

---

<sup>9</sup> PASSOS SUBRINHO, Josué M. dos. *História econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: UFS, 1987. p. 35. Em 1862, baseado num relatório da Tesouraria Provincial, um presidente escreve: “*proprietários houve que afirmou possuir apenas 48 escravos, quando é notório que tem para mais de duzentos captivos*”, dizia referindo-se à estratégia dos senhores de engenho para não pagar os impostos pela propriedade da escravatura, nem para denunciar a prática ilegal do tráfico negreiro. MENDONÇA, Joaquim Jacintho de. *Relatório com que foi aberta a 2ª sessão da 14ª legislatura... no dia 04 de março de 1863*. Typ. Provincial, 1863. p. 38-39. (BPED, DS-1439). Num estudo baseado numa série de inventários, identificou-se certo equilíbrio entre o número de homens e mulheres escravos nos engenhos sergipanos de meados do 19, manifestando a formação de famílias e a presença significativa de crianças que viviam próximas aos pais, “*formando famílias completas*”. Outra estratégia de reprodução constatada por testemunhos foi “*a larga prática de contrabando*” de escravos. Cf. ALMEIDA, Maria da Glória S. de. *Nordeste açucareiro (1840-1875)*. Aracaju: UFS/Seplan/Banese, 1993. p. 193-195 e 199.

<sup>10</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, 1859*. Belo- Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 334. O médico-viajante ficou hospedado na cidade de Maruim em casa dos Schramm, proprietários alemães da mais importante companhia de exportação/importação e crédito em Sergipe no século 19. Cf. PASSOS SUBRINHO, Josué M. dos. *História econômica de Sergipe, 1850-1930*. Aracaju: UFS, 1987. p. 23; e ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 172-173.

*senão ao correr de alguns anos, se por ventura a sorte se lhes mostrar mais risonha”.*

Sentencia o Barão em tom calamitoso.<sup>11</sup>

Tal situação, o da morte dos escravos nos engenhos, é corroborado pelo polígrafo Sílvio Romero (1851-1914). O engenho de seu avô, no município de Lagarto, ficou “*quase despovoado na escravatura pela peste*”, rememora.<sup>12</sup>

Em que pese à mortandade da escravatura, o morbo asiático também investiu com rigor contra os trabalhadores rurais livres, os quais tinham representação significativa na composição social.<sup>13</sup> Três anos após a passagem da epidemia, um presidente declarou: “*Apesar da dizimação operada pelo Cholera não se pode dizer que a falta de braços seja a única calamidade porque passamos: ainda abunda (...) uma população livre*”.<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> [Ofício do Barão de Maroim, ao Ministro do Império. Aracaju, 13 novembro 1855]. *Livro de registro de corresp. do governo desta província com a Corte, relativo aos negócios do interior. Ano de 1851-1856, fl. 182.* Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 102. Em Pernambuco, o cólera-morbo dizimou principalmente os pretos e os pardos pobres, livres ou escravos, “*a ponto de parecer a epidemia a alguns deles, pretos e pardos, arte diabólica de brancos para acabar com a gente de cor*”. FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 550-551.

<sup>12</sup> RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro, 1994. p. 42.

<sup>13</sup> Em Sergipe, no ano de 1834, o etno-historiador Luiz Mott calcula que 51,5% dos “homens de cor” (pretos e pardos) eram livres através de manumissão. Ele supõe que, sendo desvalida esta parcela da população, “*deviam encontrar o ganha-pão no trabalho agrícola, certamente em terras alheias...*”. MOTT, Luiz. *Sergipe Del Rey – População, Economia e Sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986. p. 50-52.

<sup>14</sup> BROTERO, João Dabney d’Avellar. *Relatorio com que foi entregue a administração da província de Sergipe no dia 07 de março de 1859...* Aracaju: Typ. Provincial, 1859. (BPED, DS-1438).

Todavia, durante a peste, arrendatários, moradores, sitiante, posseiros, jornaleiros, enfim, lavradores, compunham uma feira de homens livres ceifada pelo cólera, coadjuvando para o transtorno no abastecimento, na carestia dos gêneros e na propagação da fome pela seara sergipense.<sup>15</sup>

Por isto, logo após a extinção da epidemia, o recém empossado presidente lamenta:

*“Pungente é o quadro de ruínas que após si deixou o cholera morbus em nossos férteis campos privados de braços que os cultive”.*<sup>16</sup>

A fome no tempo do cólera supliciou com requinte os sergipanos.

Este mau fado é previsto pelos vereadores da vila do Espírito Santo (atual Indiaroba). Eles informam, na iminência da epidemia, que por efeito das notícias aterradoras que tem corrido *“a feira teve menos da metade da gente de costume”*. E arrematam que se o cólera atacar *“pode muito bem ser que a fome nos flagelle, e então ai dos doentes, ai dos sãos !”*, exclamam os edis. Por prevenção, os camaristas solicitam ao governo o abastecimento de comida e pede que haja ao menos quem os faça chegar ao mercado para distribuí-las.<sup>17</sup>

O costume de ir ao “mercado” ou à feira foi desarranjado, ou interrompido, em várias localidades no tempo do cólera. O comércio começava a se desestruturar sob os estilhaços da

---

<sup>15</sup> A título de exemplo de óbitos entre os agricultores, numa lista com noventa e três (93) mortos pelo cólera enterrados no cemitério do Arraial do Bonfim, termo de Divina Pastora/SE, sessenta (60) eram livres e trinta e três (33) escravos. Na coluna “profissão”, os trabalhadores livres foram classificados como lavradores. [Ofício do subdelegado João Bento de Resende ao Barão de Maroim. Villa de Divina Pastora, 05 dezembro 1855. (lista em anexo)]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>16</sup> SÁ e BENEVIDES, Salvador C. de. *Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura no dia 02 de julho de 1856*. Bahia: Typographia Carlos Poggetti, 1856. p. 37. (BPED, DS/1437). Além da monocultura foram apontadas outras causas para escassez e carestia dos alimentos no Nordeste de meado do XIX, tais como: a apropriação de novas áreas agrícolas pela cultura canavieira; a diminuição da produção de alimentos e o aumento do consumo; a falta de braços devido à proibição do tráfico de escravos e da sua devastação pela epidemia de cólera, e, como causa principal para os economistas da época, o monopólio dos especuladores de produtos alimentícios. FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 175-176.

<sup>17</sup> [Ofício da Câmara Municipal ao Barão de Maroim. Espírito Santo, 29 dezembro 1855]. Ms. – APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

peste. Foi o que ocorreu no município de Campos (atual Tobias Barreto), fronteiro com a Bahia. Os negócios estavam paralisados pela “*imigração dos poucos negociantes*”, relata Silva Daltro (1833-1888), médico para ali comissionado.<sup>18</sup> Dias antes, ele escreveu ao presidente o seguinte diagnóstico: “*o quadro que nos offerece essa villa [de Campos] he o mais deplorável possível, pois além do flagello que nos persegue, somos ameaçados de fome*”.<sup>19</sup>

As feiras foram perturbadas pela diminuição das viagens dos negociantes. O vigário da freguesia do Pé do Banco (atual Siriri) também avisou ao governo que o terror tributado ao cólera “*não permite que aqui haja quem venha vender comestíveis*”.<sup>20</sup> O mesmo sucedeu na cidade da Estância, onde os lavradores deixaram de trazer alimentos ao mercado.<sup>21</sup>

Portanto, o comércio da província, durante a epidemia reinante, entrava a escassear e os comerciantes cuidavam em se ausentar. Na cidade de Itabaiana, outro exemplo, “*não aparece mantimentos para provimento do mercado nos dias de feira*”, arremata o subdelegado.<sup>22</sup>

A interrupção das feiras no tempo do cólera têm uma significação ímpar. Isto não implica apenas o fim das trocas, a escassez e a carestia. O costume de “fazer ou ir à feira” tem um caráter polifuncional, sobretudo no Nordeste. Além de ser uma oportunidade dos criadores, agricultores e artesãos venderem seus produtos, a feira significa um espaço de

---

<sup>18</sup> [Ofício do dr. Antônio da Silva Daltro ao Barão de Maroim. Campos, 30 outubro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>19</sup> [Ofício do dr. Antônio da Silva Daltro ao Barão de Maroim. Campos, 24 outubro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>20</sup> [Ofício do vigário, Gonçalo Vieira de Mello, ao Barão de Maroim. Freguesia do Pé do Banco, 10 dezembro 1855]. Ms. – APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

<sup>21</sup> [Carta de Urbano Joaquim Soledade ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Estância, 11 de novembro de 1855]. Ms.-Apes, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

<sup>22</sup> [Ofício do subdelegado, Manoel de Mello Telles, ao Barão de Maroim. Itabaiana, 22 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

sociabilidade, um ponto de referência social. Nela, todos são vistos e encontrados. Atividades cívicas e religiosas têm-na como marco por conta da grande afluência.<sup>23</sup>

Três anos após a passagem do cólera, em 1859, uma alemã de sensibilidade etnográfica, que viveu em Maroim/SE entre 1858 e 1863, escreveu deslumbrada à cunhada sobre os preparativos e alaridos de um dia de feira. Ouçamo-la:

*“Gostaria de que pudesse ver um mercado em Maroim, onde os moradores chegam, freqüentemente, já na noite anterior, ou com o raiar do dia, a pé, montados dois numa mula, outros a cavalo ou de carro de boi. A conversa, os gestos, os gritos e as risadas não podem ser descritos. Ali são vendidos em xícaras arroz doce com canela, milho, gengibre, frutas, farinha, alguns instrumentos rústicos e, às vezes, bonitas redes, mas muito caras. Tudo em quantidade suficiente que satisfaça as reduzidas exigências dos habitantes locais. Muitos mandam seus escravos e, através deles, põem à venda o produto de seu trabalho ou de suas terras. Os negros livres vêm, em geral, eles mesmos. Apesar, obviamente, do incômodo dos sapatos, que são a marca da liberdade. Costumeiramente, segue-os um escravo descalço. Vêem-se jovens de 12 a 14 anos, já meninas-moças, com saias plissadas, de cores muito vivas, blusas ornamentadas ricamente com rendas e a cabeça raspada. Em cima da cabeça, um recipiente com líquido e as mãos livres para manejar o charuto ou o cachimbo na boca. O xale vermelho ou amarelo tremula como um mantô ou, então, está amarrado nos quadris. Em dia de festa, as negras trazem todas turbantes, o que é muito bonito.*

<sup>23</sup> LEITE, Francisco Barbosa. “Feiras do Sertão Nordestino”. VV. AA. *Tipos e aspectos do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 169-170.

*Se, contudo, têm um resquício de sangue branco ou índio, exibem, com prazer, o cabelo bom à mostra*".<sup>24</sup>

Portanto, a feira era o espaço, e ainda é, onde ocorriam os encontros dos enamorados; a reunião de velhos amigos; os “causos” contados por compadres; a conversa fiada entre as beatas e o sacristão; os “acertos” entre os negociantes; os pregões de vendedores e os regateios de antigos fregueses. Esta oportunidade de intensa sociabilidade é entabulada no largo da feira. A agitação, o movimento, a balbúrdia se avolumam neste dia quase sagrado. Os odores de mariscos recendem das bancas. A cidade entra numa desordem pitoresca. Cacarejos, berros, mugidos e relinchos se misturam ao vozerio. Uma intensa agitação. A feira constitui o ponto culminante na vida nordestina desde o século 19.<sup>25</sup> Ela é o momento de viva comunicação entre moradores de povoados circunvizinhos que chegam a pé, a cavalo, ou em carroças com suas mercadorias.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> SCHRAMM, Adolphine (1826-1863). *Cartas de Maruim*. Traduzidas por José Edgard da Mota Freitas. Aracaju: UFS/Nuca, 1991, cit. carta n. 16, de 1º abril 1859. p. 23-24.

<sup>25</sup> Em 1808, um cronista escreveu: “*Em todos os domingos se ajunta n’esta villa [de Propriá/SE] uma feira de grande concurso*”. SOUZA, Marco Antonio de. “Memória sobre a Capitania de Serzipe: sua fundação, população productos e melhoramentos de que é capaz. Anno de 1808”. *Revista de Aracaju*, v. 19, n. 01, p. 01-53, 1943, citação p. 51. Em 1860, a Câmara Municipal de Laranjeiras, na tentativa de dar maior conforto e higiene à população, pede à Assembléia provincial recursos para aterrar e calçar o lugar da feira, além da construção de “*humã praça de mercado para a vendagem de todos os objetos e viveres que são trazidos à feira, por quanto esta tem lugar em uma Praça, ficando os vivandeiros e compradores expostos ao rigor do tempo*”. ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatório apresentado a Assembléia no dia 04 de março de 1861*. Aracaju: Typ. Provincial, 1861. p. 49. (BPED, DS-1438). Já no início do século 20, ainda acentuando a relevância dos mercados de feira, foi decretado um regulamento, embalado pela ideologia sanitaria, que dispunha, entre outras coisas, sobre a infra-estrutura e higiene dos Mercados. A partir de então, sua construção e os produtos ali comercializados receberiam uma vigilância conforme os preceitos da medicina moderna. Logo, as feiras tornam-se efetivamente um problema de saúde pública. REGULAMENTO do Serviço Sanitário do Estado de Sergipe. *Leis e Decretos do Estado de Sergipe de 1926*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1939. p. 263-356. (Decreto n. 947, 21 de agosto 1926).

<sup>26</sup> Ver BRAGANÇA, José Lopes. *Sergipe por um óculo*. Belo Horizonte/MG: Carneiro e Cia. editores, s. d., p. 13-14. Um estudo de caso, sobre uma feira tipicamente nordestina, no estado de Sergipe, foi feito por MOTT, Luiz R. de B. *A feira de Brejo Grande: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do Baixo S. Francisco*. Campinas/SP: Unicamp/IFCH, 1975. (Tese de doutorado em Ciências Sociais).

A feira também exerce função lúdica. Ali, cantadores pelem em desafios e trocas de escárnio. Trovas empoeiradas se perdem no burburinho colorido e calorento da praça. A feira é um verdadeiro salão de festas para a gente do povo.<sup>27</sup> Da mesma maneira, ela é uma vitrine da indústria rústica. Nela, encontram-se utensílios, indumentária, culinária e artesanatos da manufatura popular: cestos, redes, potes, gaiolas, candeeiros, alpercatas, canecas, chapéus, gibões, selas, doces, bolachas, quitutes, etc. Ela é também, deste modo, o espaço de exposição e venda de habilidosos artesãos da região. Portanto, a feira é um fenômeno socio-econômico e cultural fundamental.

Sob o signo da peste, a rotina das feiras foi quebrada em 1855. A desorganização das trocas denotou a perda da sociabilidade e desarranjo no cotidiano. A busca por um lugar seguro embaçou o clima outrora esfuziante dos dias de feira. Nesta conjuntura: vaqueiros não tangiam mais seus bois para o abate; marchantes abandonavam suas bancas carcomidas, onde repousavam talhos de carne; escravos “de ganho” deixavam bocapios vazios, até então cheios de frutas; ambulantes não reclamavam suas bugigangas penduradas em caçuás; caboclos não expunham os pescados trazidos dos ribeirões; vivandeiros não vendiam legumes nos sacos de aniagem abertos sobre o chão. Pesava nas ruas um quebranto coletivo. Tudo era luto, angústia e pavor.

---

<sup>27</sup> “Estes cantadores [do século 19] apresentavam-se nas casas-grandes das fazendas ou em residências urbanas, em festejos privados ou em grandes festas públicas e feiras”. ABREU, Márcia. *Histórias de cordéis e folhetos*. Campinas/SP: Mercado de Letras/ALB, 1999. p. 75. (grifo meu).

Em 1855, a crise no campo e a fome nas cidades foram lavradas com intensidade.

Dr. Brito Travassos (1820-1885), médico em Japaratuba, sintetizou a situação:

*“Muito convém que V. Ex<sup>cia</sup> [o Barão de Maroim] de alguma forma acalme a fome e a miséria que com a peste começa a lavrar por aqui, e tal será seu efeito que suponho que o mísero que escapar daquellas, não se salvará desta”.*<sup>28</sup>

A população estava enrodilhada pelo caos. Além de tudo, a fome, a miséria e a peste foram coadjuvadas pela precariedade das estradas. As vias terrestres de distribuição das mercadorias estavam mal conservadas. As pontes eram velhas ou improvisadas.<sup>29</sup> Um parecer dos doutores Guilherme Rebello (1820-1874) e Pedro Autran (1829-1886), quatro meses depois de finda a epidemia, concluía que *“a falta de comunicação que facilitasse o ingresso dos animaes vindos dos diferentes pontos da província”*, embaraçava o fornecimento de gado ao matadouro público de Aracaju.<sup>30</sup>

A má condição das estradas impedia também o fluxo das informações e com isto dificultava as medidas contra a epidemia. Sete meses antes da eclosão da moléstia por Sergipe, o juiz municipal de Itabaianinha, ao sul da província, reclamava a falta de um estafeta, pois o mesmo só chegava até a vila de Campos (atual Tobias Barreto). O administrador dos Correios responde ao juiz sobre a impossibilidade de atender a sua pretensão porque teria de aumentar

<sup>28</sup> [Ofício do dr. João Ferreira de Brito Travassos ao Barão de Maroim. Engenho do Rio Vermelho, 25 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886. (grifo meu).

<sup>29</sup> Adolphine Schramm, a já citada alemã, reclamava das estradas, até mesmo para um simples passeio a pé ou a cavalo: *“Passear neste país no inverno é impossível e, no verão, não há nenhum atrativo por causa do calor, da poeira e dos caminhos ruins”*, protestava. SCHRAMM, Adolphine. *Cartas de Maruim*. Tradução por José Edgard da Mota Freitas. Aracaju: UFS/Nuca, 1991, citação: carta n° 15, de 31 março 1859. p. 22. No século 19, as Câmaras municipais sentiam-se também prejudicadas em seus interesses pela precariedade das estradas e pontes de acesso às cidades, ou por falta delas. Conf. ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatorio apresentado a Assembléia no dia 04 de março de 1861*. Aracaju: Typ. Prov. de SE, 1861. p. 48-56. (BPED, DS-1438).

<sup>30</sup> REBELLO, Guilherme Pereira & ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Matta. *“Officio da Comissão nomeada para dar seu parecer acerca das condições hygiênicas da capital do Aracaju. Aracaju, 29 de junho de 1856”*. p.12. (BPED, DS-1437).

em quatro mil réis o salário do estafeta, para o que não havia crédito, como compensação ao respectivo mensageiro pela diferença de mais de cinco léguas de “*péssimo caminho a vencer*”.<sup>31</sup>

Além do mau estado das vias, o medo da moléstia prejudicou sobremaneira a relação entre as povoações. Na comarca da Estância, uma das mais populosas da província, espalharam-se notícias sobre a chegada do morbo asiático. Por isto, os roceiros deixaram de trazer os cereais para o abastecimento da cidade. Houve dias que nem uma carga de farinha de mandioca entrou, e alguma que por casualidade aparecesse “*era atravessada pelos monopolizadores*”, denuncia o delegado.<sup>32</sup>

Enquanto autoridade, o delegado Urbano Soledade tentou coibir a ação dos especuladores monopolistas, postando guardas e um oficial de justiça na ponte de acesso à cidade da Estância com ordens de conduzir ao celeiro público toda a farinha que por ali entrasse. A medida seria eficaz, não fosse a audácia de um especulador. Na mesma missiva, Soledade pede a seu superior que tente obstar a portaria expedida pelo presidente da província, a qual autoriza José Daniel de Magalhães “*a comprar não só farinha como gado, e [o especulador] tem comprado toda a farinha que tem entrado*”.<sup>33</sup>

A denúncia do delegado é grave, mormente em tempo de peste. Pois, a farinha de mandioca, alimento tradicional da dieta popular, começa a escassear na província. Um médico da vila do Rosário, por exemplo, roga ao governo o envio à miserável gente de “*alguns bois,*

---

<sup>31</sup> [Ofício do administrador do Correio Geral de Sergipe, Joaquim de Melo Cardoso, ao presidente da província, Ignácio Joaquim Barbosa. São Cristóvão, 07 fevereiro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 2241.

<sup>32</sup> [Carta do delegado Urbano Joaquim Soledade ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Estância, 11 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

<sup>33</sup> [Carta de Urbano Joaquim Soledade ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Cidade da Estância, 11 novembro 1855]. Ms.-Apes, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351. (grifo meu).

*farinha e pães*".<sup>34</sup> Quatro dias depois, o facultativo escreve que nomeou "*um repartidor das comidas da pobreza*" para evitar tumultos na distribuição dos alimentos. Um naco de racionalidade emergia sob o jugo aterrador do cólera.<sup>35</sup> Os alimentos mais costumeiros começavam a faltar. A epidemia, portanto, acometia com rigor uma gente pobre e desnutrida. Isto resultava, como vimos, numa desordem social pela falta do trivial.

A farinha faz parte, sobretudo, da dieta das classes inferiores como alimento basilar. Desde o período colonial, a população sergipana se abastece deste cereal. Não ter farinha à mesa, principalmente no Nordeste, significa faltar o pão de cada dia. Sua escassez implica na agrura da maioria.<sup>36</sup> A mandioca é a cultura de subsistência, por excelência, dos lavradores mais humildes. Isto se deve pela facilidade de condições para seu cultivo. Não é necessário solo muito fértil e nem técnicas agrícolas refinadas para a manipulação e transformação dos derivados, como a farinha. Estes e outros fatores contribuíram para incorporar a mandioca na

---

<sup>34</sup> [Ofício do dr. Manoel Antônio Marques de Faria ao Barão de Maroim. Rosário, 24 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886. (grifo meu).

<sup>35</sup> [Ofício do dr. Manoel Antônio Marques de Faria ao Barão de Maroim. Rosário, 28 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>36</sup> "*A farinha faz o principal objecto do trafico d'estes habitantes; em todo o vasto termo desta villa [de Santa Luzia/SE] se cultiva a plantação de mandioca. Aqui são conhecidas muitas variedades desta planta (...); são exportados do porto da Estância e de S. Lusía em cada anno mais de cem mil alqueires de farinha. Os barcos navegam para a Bahia e ainda para Pernambuco*". SOUZA, Marco Antonio de. *Memória sobre a Capitania de Serzipe: sua fundação, população, productos e melhoramentos de que é capaz – anno de 1808*. Aracaju: Typ. do Jornal do Commercio, 1878. p. 22-23. Desde o século 16, no Nordeste, que a farinha de mandioca era comida "de arremesso" pelos indígenas. Da mandioca, eles faziam mingaus para curar os doentes de febres. Ver CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 89 e 41 respectivamente. A farinha de mandioca é tradicional na cultura alimentar brasileira. Desde o período colonial era o único alimento em que o povo tinha confiança nas horas mais críticas. Cf. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. p. 153. Um testemunho do século 17 que utilizou farinha e carne seca nas longas missões, junto aos Cariris, pelo sertão do São Francisco, foi o Pe. de Nantes: "*Preparávamos aí [em abrigos improvisados de palha] as nossas refeições, que não consistiam senão de um pouco de carne seca, (...), e de farinha de mandioca*". NANTES, Martinho de. *Relação de uma missão no rio São Francisco*. São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília]: INL, 1979. p. 35.

tradição nacional.<sup>37</sup> A miséria se instala numa situação em que a farinha se extingue, escasseia ou encarece. Foi o que ocorreu no tempo do cólera de 1855.

Por conta disto, a atitude do especulador José Daniel de Magalhães, deixando a cidade da Estância sem carne nem farinha, foi reprovada, e pediram-se as providências cabíveis por “*algumas das pessoas mais gradas desta cidade sem distinção de côr política*”.<sup>38</sup> Liberais e conservadores estancianos confundiram-se para barrar a usura do sr. Magalhães e amenizar a escassez dos gêneros num dos municípios mais populosos da província.

Sobre a carne, foi tardia a tentativa de controlar sua venda e coibir o monopólio de sua comercialização em Estância. Somente em 1859, foi publicada uma resolução regulamentando a matéria. Ela proibia a venda da carne fora do matadouro público ou a abertura de açougues sem licença da Câmara. A norma previa multa e prisão, exceto quando ela fosse examinada e considerada sem corrupção pelo fiscal.<sup>39</sup> O que é certo, afiança o delegado Soledade diante de seu problema político-burocrático em 1855, é que “*temos de lutar contra dous inimigos muito poderosos infallivelmente, que são a peste e a fome que já se vai fazendo sentir*”.<sup>40</sup> Acrescentem-se, além da especulação, mais dois inimigos: a fraude e a corrupção.

Em pleno curso epidêmico, um caso que envolve problemas de fraude ao consumidor e corrupção de funcionários públicos no comércio de carne importada foi denunciado na cidade de Laranjeiras. No armazém do comerciante português, Manoel do Rego Viana, foram postas

---

<sup>37</sup> AGUIAR, Manoel Pinto de. *Mandioca – pão do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

<sup>38</sup> [Carta de Urbano Joaquim Soledade ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Estância, 11 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

<sup>39</sup> RESOLUÇÃO n. 557 de 11 de junho 1859, art. 5. *Collecção das leis, decretos e resoluções da Província de Sergipe*. Aracaju: Typ. Provincial, 1859. 23-24. (BPED, DS-11).

<sup>40</sup> [Carta de Urbano Joaquim Soledade ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Estância, 11 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351. (grifo meu).

à venda “três mil arrobas”<sup>41</sup> de carne importada “pútrida e pestilenta”, segundo laudo das autoridades laranjeirenses.<sup>42</sup> Fez-se o exame sanitário e providenciou-se o respectivo processo. O português foi condenado por crime de infração de postura e toda a carne “pútrida” exposta à venda foi inutilizada.<sup>43</sup>

Era norma, em obediência a um preceito médico da época, a venda de carne somente doze horas após o abate, ficando em processo de deterioração para facilitar a digestão. Se assim o era, imagine-se em que estado se encontrava as que foram inutilizadas pelos fiscais sanitários no armazém de Rego Viana.<sup>44</sup> Ademais, havia uma embarcação no porto de Laranjeiras com grande quantidade de carne naquele estado consignada à Casa do comerciante português. O delegado não entendia como ocorreu o despacho de tal gênero na crise epidêmica. Ele acusa, portanto, a cumplicidade dos funcionários da alfândega, os quais teriam

---

<sup>41</sup> “Arroba” ou “Arrouba” - unidade ainda usada no Brasil, como medida de peso de produtos agropecuários, equivalente a 15 kg. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. p. 173. Portanto, três mil arrobas é equivalente a quarenta e cinco mil kg ou quarenta e cinco toneladas.

<sup>42</sup> Desde o período colonial era corrente a prática inescrupulosa de se vender farinha estragada e carne podre. Queixas foram dirigidas à Câmara de Salvador, as quais foram registradas em atas durante o século 17. Cf. ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997. p. 66-67.

<sup>43</sup> [Ofício do chefe de polícia ao Barão de Maroim. Aracaju, 11 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

<sup>44</sup> À época, a matança do gado deveria ser feita num prazo de cerca de doze horas antes da exposição da carne ao consumo público por que *as diversas espécies de carnes tornam-se “tanto mais facilmente digeríveis quanto mais se aproximam da putrefação, sem que todavia haja esta começado”*. SAMPAIO, Francisco Sabino Coelho de. *Relatório do Inspetor de Saúde Pública*. Aracaju, 31 Janeiro 1861. In ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatório apresentado à Assembléia no dia 04 de março 1861*. Anexo C. (BPED, DS-1438). Em contrapartida, oito dias antes da chegada oficial do cólera na cidade de Laranjeiras, a Câmara enviou uma representação de alguns habitantes que pediam ao presidente a suspensão, até a reunião da Assembléia, do artigo 2º da Resolução Provincial de 06 de abril de 1839, o qual *“prohibe a matança de gado para se vender no mesmo dia...”*. [Ofício da Câmara Municipal de Laranjeiras ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 16 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43. Percebe-se uma ansiedade pelo consumo de carne que à época era cara e relativamente escassa, principalmente nas províncias com predomínio de cultura canavieira como Sergipe. Pois, foi *“nas grandes províncias monocultoras que se sentiu mais agudamente, no meado do século XIX, a carestia dos gêneros alimentícios”*. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. p.176.

permitido esta “*especulação escandalosa e fraudulenta*”, o que tem causado “*tantos clamores da parte dos consumidores*”, denuncia.<sup>45</sup>

Na vila de Itaporanga, também ocorreu outro fato no mínimo suspeito envolvendo remessa de alimentos. Em fins de 1855, no ápice da crise epidêmica, o subdelegado oficia que os gêneros da lista para socorro dos coléricos foram recebidos, exceto “*as dez arrobas de carne*”.<sup>46</sup> Ora, ou a carne não foi enviada devido a sua escassez no momento, embora constasse na lista, o que era menos provável; ou, mais provável, as dez arrobas foram desviadas pelos envolvidos em sua remessa. Atente-se que numa lista de alimentos, da qual fossem excluídos cerca de cento e cinquenta quilos de carne, por funcionários do governo, seu registro provavelmente não constaria por engano na mesma listagem. Bem assim, seria quase impossível para alguém anotar que estaria enviando tal quantidade, dando-lhe registro, e esquecer-se de pô-la na carga, principalmente num momento de tanta carência do precioso alimento.

Na cidade da Estância, as mercadorias vindas pelo vapor também chegaram incompletas, acusa o Juiz de Direito. O presidente da província, com mais contundência, disse que iria procurar o responsável por tal ato, supostamente fraudulento.<sup>47</sup> Disseminava-se pela

---

<sup>45</sup> [Ofício do chefe de polícia ao Barão de Maroim. Aracaju, 05 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

<sup>46</sup> [Ofício do subdelegado José Francisco Pinheiro ao Barão de Maroim. Itaporanga, 27 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>47</sup> [Ofício do Barão de Maroim ao Juiz de Direito da Estância. Aracaju, 10 janeiro 1856]. *Livro de registro das correspondências expedidas... Ano 1855 a 1857, fl. 10*. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244. Para a comarca da Estância, foi enviada uma carga com cento e cinquenta arrobas de carne. Além da carne, o governo distribuiu pela província outros gêneros como farinha de mandioca, arroz, bolachas, farinha de trigo e de tapioca. Ficou no depósito em Aracaju certa quantidade de alimentos, “*dos quais se distribuiu grande parte entre os enfermos e necessitados, e se expoz à venda uma pequena porção à vista da falta que delles se sentia no mercado*”. [“Quadro demonstrativo dos gêneros alimentícios e outros objectos distribuídos por diversos pontos da província”]. In MELO, João Gomes de (Barão de Maroim). *Relatório ...*. Aracaju: Typ. Official, 1856. (BPED, DS-1437). (grifo meu).

província, além da epidemia, outros “males sociais”. Lembremos que a peste, por onde passa, durante seu reino, trás as suas filhas e sua corte.

Historicamente, sob um quadro epidêmico, a ordem se desmorona. Situações de exceção podem acionar as faces ocultas do ser humano. Desde o sentimento recôndito de caridade, mas nunca, até então, posto em prática; ou a mais espúria fraude e especulação. Durante as epidemias, são presenciados os desvios da moral, a devastação do caráter, como lembra Sontag; ou segundo Artaud, os fracassos da psicologia; ou ainda, como anota Delumeau, a imoralidade cínica de alguns.<sup>48</sup>

Os “imorais de 1855” estavam convictos da impunidade porque o aparelho policial ficou voltado para o auxílio aos doentes e para a condução de cadáveres ou a vigilância dos desregramentos nos enterros. A lealdade e a solidariedade, em algumas pessoas, se esfacelaram no pânico epidêmico. Neste momento de exceção, a “imoralidade cínica” aflora como forma de compensação pela iminência da morte e ruptura da vida. Assim, como a fragilidade, a perversidade dos espíritos se assoma para inverter a ordem social. Uma espécie de vingança do indivíduo contra a sociedade, permitindo-se agir ao sabor de seu tino, analogamente à doença que se manifesta com insídia e capricho por quase todo o Império, imune às estratégias de combate e controle.

Logo, a cupidez assemelha-se à voracidade da peste. Um exemplo pode ser vislumbrado na especulação feita, no auge da crise, por um farmacêutico em Aracaju. Não tendo chegado os medicamentos da Bahia para tratamento dos coléricos, o boticário propõe ao

---

<sup>48</sup> “Como qualquer situação extrema, terríveis doenças põem em cena tanto o lado pior quanto o lado melhor das pessoas. Entretanto, o que se sabe mais comumente sobre as epidemias é que a doença tem principalmente um efeito devastador sobre o caráter”. SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 53; ARTAUD, Antonin. “O teatro e a peste”. *O teatro e seu duplo*. São Paulo: Max Limonad, 1987. 25-45; DELUMEAU, J. *História do medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 135.

presidente comprá-los em sua mão. O negociante pede pelos remédios um lucro de vinte por cento. O presidente, atônito pelo galope da peste, ordena a compra dos medicamentos.<sup>49</sup>

Impotente no combate à especulação dos medicamentos, o governo era mais atento na fiscalização dos gêneros alimentícios. As carnes importadas de regiões assoladas por epidemias sofriam vigilância mais cautelosa. Isto se explica pelo seu caráter perecível. Porém, além deste motivo de ordem material, supomos outro de caráter simbólico. A carne, o sangue e as vísceras expressam imagens cujos valores nos remetem à idéia de vida e saúde; ou de morte e doença. A sua conservação adequada era um dos itens de garantia da salubridade pública ou privada. Segundo o discurso médico do século 19, a deterioração da carne causava a desorganização da economia corporal, facilitando a infecção por miasmas deletérios contidos no alimento em estado de putrefação.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> [Correspondência de Cândido do Prado Pinto ao Barão de Maroim. Aracaju, 05 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1634.

<sup>50</sup> No século 17, o médico João Ferreira da Rosa, em seu *Trattado único da Constituiçam pestilencial de Pernambuco...*, de 1694, explica a importação de barricas de carnes podres vindas de S. Thomé como causa do aparecimento de febre amarela no Brasil. Escreve dr. Rosa: “*Sendo também capazes de comunicar vício pestilencial ao ar os vapores de carnes podres...*”. Apud STUDART, G. (Barão de). *Pathologia histórica brasileira*. Fac-símile da edição de 1896. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. p. 77. Dois médicos em 1856, apesar de observarem a grande utilidade de um matadouro público, assim se expressavam com relação a este estabelecimento: “... *uma casa de grande perigo para a vida de uma população (...). Os lugares onde se acumulão matérias orgânicas, são verdadeiros laboratórios de gases deletérios quando se não removem essas matérias, e águas não venham banhá-los e para de todo asseia-los*. REBELLO, Guilherme Pereira & ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Matta. “*Offício da Comissão nomeada para dar seu parecer acerca das condições higiênicas da capital do Aracaju. Aracaju, 29 de junho de 1856*”. p. 11. (BPED, DS-1437). Quanto ao aguçamento e modificação olfativa envidadas pelo saber médico na Europa para identificar matérias em decomposição, e a influência desta nova percepção nas relações sociais e de poder, ver: CORBIN, Alain. *Saberes e odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Uma dieta “*sã e regular*” era prescrição obrigatória nos conselhos médicos de higiene particular naquele século.<sup>51</sup> Em Sergipe, poucos podiam segui-la por conta da pobreza que predominava na maioria das famílias.<sup>52</sup>

Como vimos, a carne bovina também escasseia durante a passagem do cólera. Por isto, o Barão de Maroim exige dos vereadores de Simão Dias, município sertanejo de tradição pecuarista, que empreguem todos os seus esforços para que os vivandeiros e marchantes continuem suas remessas para os diferentes mercados da província “*que já se recente da fome*”.<sup>53</sup> Em contrapartida, o delegado do município também cobra maior atenção, por parte do governo, para a crise de abastecimento por que passa Simão Dias. Ele escreve:

*“A miséria à que nos achamos reduzidos (...), muito deve merecer a atenção do Governo num lugar como este, que a toda prova he o celeiro de muitas villas e cidades da Província, e de muitas villas centraes da Província da Bahia”.*<sup>54</sup>

<sup>51</sup> Conselhos de higiene pública e privada podem ser lidos em teses médicas do 19, como por exemplo em: CARDOSO, Sebastião. *Pantanos*. Bahia: Typ. do Diário da Bahia, 1879. p. 54-62. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia). BPED, BT-007. Os conselhos dietéticos estão presentes na cultura ocidental desde a Grécia Hipocrática. “*Convencidos da importância da alimentação na vida do homem, são ou doente, os antigos preocupam-se com a relação de causalidade entre a alimentação e a saúde. (...) Na Antiguidade, a dieta, entendida em sua concepção mais ampla [de preservar a saúde e prevenir a doença nos campos da alimentação, dos exercícios físicos, do trabalho, do sono, dos banhos, da atividade sexual], designa uma parte da medicina reservada, essencialmente, às pessoas ricas ou abastadas capazes de dedicar tempo e dinheiro a sua saúde*”. MAZZINI, Innocenzo. “A alimentação e a medicina no mundo antigo”. In FLANDRIN, J-L; MONTANARI, M. (Org.). *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 255.

<sup>52</sup> Uma dieta “*sã e regular*” de uma família abastada em Sergipe no meado do século 19, de acordo com Adolphine, a já citada burguesa alemã, seria composta pelos seguintes itens: carnes (boi, porco, carneiro, galinha, peixes e peru); legumes e raízes (maxixe, lentilha, feijão, chuchu, abóbora, batata, inhame), leite, açúcar e farinha de mandioca. Era comum, pobres comerem mariscos; como o guaiamum e o caranguejo, acompanhados com farinha de mandioca e aguardente de cana. SCHRAMM, Adolphine. *Cartas de Maruim*. Traduzidas por José Edgard da Mota Freitas. Aracaju: UFS/Nuca, 1991. Cf. cartas n° 06, 07, 08 e 13, p. 12, 13-15 e 19-20 respectivamente.

<sup>53</sup> [Ofício do Barão de Maroim à Câmara de Simão Dias. Aracaju, 11 dezembro 1855]. *Livro de registro de corresp. para extinção do cólera da Comarca do Lagarto. Ano 1855-1857, fl. 26*. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244.

<sup>54</sup> [Ofício do delegado Manoel José d’Andrade ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Simão Dias, 19 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

O poder público se embaraça diante da crise epidêmica. O celeiro e a mesa da população estavam esvaziados.

A carne de gado *vacum* é outro item que faz parte da história da alimentação brasileira. As criações invadiram os sertões desde o período colonial.<sup>55</sup> O costume de comer carne bovina foi trazido pelos lusitanos.<sup>56</sup> A carne era valorizada pela sua sustância, pela sua força. Na Europa medieval, era consumida pelos guerreiros, pois na mentalidade do período, acreditava-se que o poder nutritivo do alimento daria força aos cavaleiros. A carne de caça, principalmente, era associada à ideologia belicosa da nobreza, exprimindo uma cultura da força, da violência, a qual se consagra no manejo das armas.<sup>57</sup>

Esta propriedade de força da carne é conservada até hoje no imaginário coletivo. Num estudo sobre a ideologia alimentar, referente às práticas de produção e de consumo de comida cotidiana em uma comunidade do interior de Goiás, Rodrigues Brandão percebeu uma hierarquia de valores e efeitos dos alimentos, na qual a carne bovina é considerada “forte”, com “sustança”. Assim, mantém o trabalhador alimentado por mais tempo, com o poder de produzir e conservar mais energia para o esforço braçal. Neste universo mental, ela tanto pode ser um alimento sadio ou “reimoso” (prejudicial à saúde), a depender do estado fisiológico de quem a consome.<sup>58</sup>

---

<sup>55</sup> “... os Curraes da parte da Bahia estão postos na borda do Rio de S. Francisco, (...) na do Rio Real, na do Rio Vazabarris, na do Rio Serigippe,...”. ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Fac-símile da edição de 1711. Recife: Indústria Gráfica Brasileira, 1969. p. 184.

<sup>56</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. “Mitos e realidades da cozinha africana no Brasil”. *História da alimentação no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1983. v. 02, p. 878.

<sup>57</sup> Ver MONTANARI, Massimo. “Os camponeses, os guerreiros e os sacerdotes: imagem da sociedade e estilos de alimentação”. In FLANDRIN, J.-L.; MONTANARI, M. (Org.). *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 293.

<sup>58</sup> BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “Crenças de uso e restrições de consumo: a ideologia das relações entre o consumidor e o alimento”. *Plantar, colher, comer*. Rio de Janeiro: Graal, 1981. p. 95-145.

Nos documentos de 1855, registra-se o pedido de carne de boi para revigorar os coléricos convalescentes. O subdelegado de Aracaju, no auge da crise, avisa à presidência da falta de carne verde ou recém cortada. Ele informava que este alimento era o “*único recurso com que contavam os habitantes d’esta [capital], maxime os doentes em sua convalescença*”.<sup>59</sup>

Além da escassez e carestia de alimentos, no tempo do cólera, a população se confronta com calamidades naturais. De braços com a fome, a seca aumenta a penúria dos sobreviventes.

Conforme o subdelegado de Itabaiana, comarca que congrega muitas povoações, seus habitantes lutam “*braço a braço com a peste, a fome e a sede*”. E, lamentando, ele diz que os alimentos são escassos e que “*apenas aparece uma réis de cada oito dias*”; não sendo suficiente para todos. Além disso, todas as fontes e depósitos potáveis, e mesmo “*de gasto*”, que havia no contorno da vila de Itabaiana, estavam esgotados e secos.<sup>60</sup> Dias depois, outra autoridade policial notifica que as pessoas que permanecem na cidade “*quase todas estão doentes e os mais carregando água distante de huma légua*”.<sup>61</sup> Neste sentido, a fome, a peste e a sede castigam os corpos esmorecidos.

A província estava então quebrantada: arqueada de miséria; pejada de fome e sede. Descortina-se um cenário trágico.

---

<sup>59</sup> [Ofício do subdelegado Antônio Pedro Machado d’Araújo ao Barão de Maroim. Aracaju, 31 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>60</sup> [Ofício do subdelegado, Manoel de Mello Telles, ao Barão de Maroim. Itabaiana, 22 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158. (grifo meu).

<sup>61</sup> [Ofício do delegado José T. de Souza ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Itabaiana, 28 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351. A dificuldade de se conseguir água na Itabaiana é um problema antigo: “*Os moradores vão buscar água em lugares distantes uma légua da villa*”, conforme testemunho de SOUZA, Marco Antonio de. *Memoria sobre a Capitania de Serzipe...— anno de 1808*. Aracaju: Typographia do Jornal do Commercio, 1878. p. 37.

Em Aracaju, por exemplo, o subdelegado solicita uma dieta de bolacha e arroz para os moradores indigentes de um dos quarteirões do distrito de Santo Antônio.<sup>62</sup> Por seu turno, o dr. Brito Travassos (1820-1885), no recanto do seu engenho, disse que seria uma dádiva divina se o governo “*comprasse no Rio de São Francisco alguns alqueires de arroz que se distribuisse diariamente pelos indigentes habitantes*” da freguesia de Japaratuba.<sup>63</sup>

O arroz, ainda hoje, ao contrário do feijão, é considerado um alimento “fraco” no imaginário popular.<sup>64</sup> Ele é conveniente, portanto, para convalescentes. Os trabalhadores rurais pesquisados por Rodrigues Brandão, acima citado, afirmavam que uma família se encontra “*na pobreza extrema*” quando lhe falta “*até o arroz*”.<sup>65</sup> Este grão era um alimento comum a todos no século 19, por isso “*o arroz tornou-se tão do Brasil quanto da Índia*”, escreveu Gilberto Freyre.<sup>66</sup>

Os alimentos básicos, como a farinha, a carne bovina e o arroz, tornam-se rarefeitos no

---

<sup>62</sup> [Ofício do subdelegado Antônio Pedro Machado d’Araújo ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Aracaju, 04 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

<sup>63</sup> [Carta do dr. João Ferreira de Brito Travassos ao Barão de Maroim. Engenho do Rio Vermelho, 25 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886. (grifo meu).

<sup>64</sup> O arroz fazia parte da dieta africana, migrando com os escravos esta contribuição da cultura alimentar. Cf. CASCUDO, Luís da Câmara. “Dieta africana”. *História da alimentação no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1983. v. 01, p. 188.

<sup>65</sup> Apud BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “Crenças de uso e restrições de consumo: a ideologia das relações entre o consumidor e o alimento”. *Plantar, colher, comer*. Rio de Janeiro: Graal, 1981. p. 104, nota n. 8.

<sup>66</sup> FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 219.

cólera de 1855. Na vila do Espírito Santo (atual Indiaroba), fronteira com a Bahia, por exemplo, o subdelegado relata que nos lugares onde a epidemia grassa, aparece imediatamente “*a escassez e carestia de víveres, se não grande fome pela falta absoluta delles*”.<sup>67</sup>

Se a falta de alimentos estava tão extrema no Espírito Santo, fica por conta da concessão retórica ou sensibilidade aguçada da testemunha. Entretanto, um dos médicos comissionados na vila do Rosário registra, num tom de realidade crítica, o estado em que se encontram os moradores do termo. Ele escreve que os víveres cada vez mais estavam escassos e que os habitantes já usam “*de restos para a sua alimentação*”.<sup>68</sup> Outro testemunho, o Provedor de saúde pública, dr. Joaquim José de Oliveira (1820-1872), sentindo-se impotente diante da moléstia e de uma legião de esfaimados na cidade da Estância, escreveu que não era “*bastante rico para socorrer a todos com alimentos, nem suficientemente impassivo para ver mulheres e crianças comerem de vinte em 24 horas, e sabe Deos o que!*”.<sup>69</sup> Segundo estas fontes, no auge do surto, as pessoas disputavam nos monturos as sobras de alimentos.

---

<sup>67</sup> [Ofício do subdelegado José Antônio de Mendonça ao Barão de Maroim. Espírito Santo, 27 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158. Comparando-se os preços do feijão, do milho, da farinha e da carne seca entre 1850 e 1857, verificam-se aumentos significativos. A carne seca passou de 4\$480 para 7\$500 e a carne verde de 3\$840 para 6\$400 a arroba. Os cereais tiveram os maiores índices de elevação de preço no mesmo período: o feijão de 2\$000 foi para 12\$000 e o milho de 1\$280 subiu para 8\$000 o alqueire. Cf. ALMEIDA, Maria da Glória S. de. “Estrutura de produção: a crise de alimentos na província de Sergipe (1855-1860)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 27, 1965-1978. p. 26. Foram vários os fatores que incidiram na inflação dos preços. Supõe-se que entre estes fatores está a especulação durante épocas de seca e a falta de braços ceifados pela epidemia de cólera-morbo. Para o presidente da província em 1859, a causa primordial da carestia de gêneros, além da dizimação nosológica, é a existência de uma população livre em estado de “*tanta inércia, tanta ociosidade e preguiça*”. O governante exorta as autoridades, principalmente as religiosas, para incutir o gosto pelo trabalho de acordo com os padrões liberais europeus; ver BROTERO, João Dabney d’Avellar. *Relatório com que foi entregue a administração da província de Sergipe no dia 07 de março de 1859...*. Aracaju: Typ. Provincial, 1859. (BPED, DS-1438).

<sup>68</sup> [Ofício do dr. Manuel Nunes Affonso de Britto ao Barão de Maroim. Vila do Rosário, 26 novembro 1855]. Ms.-APES fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>69</sup> [Ofício do dr. Joaquim José do Oliveira ao Barão de Maroim. Cidade da Estância, 11 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

Esta situação demonstra a gravidade gerada pelo cólera. Alguns habitantes chegaram ao limiar da condição humana. A fronteira entre o homem e o animal se esboça na humilhante situação de comer “restos”. O mínimo de dignidade humana se anulava diante dos destroços causados da peste. Depreende-se que não apenas os doentes eram vítimas do flagelo. Os sãos e pobres nem contavam, ao menos, com os refugos de feira. Elas foram interrompidas ou diminuídas. Além disto, muitos fugiam da proximidade daqueles que carregavam o estigma de “impuros” e “viciosos”, fontes de contágio letal. Os mais pobres amargavam a solidão forçada das grandes epidemias. Este medo contra os desvalidos, de caráter político-sanitário, intensificou-se após a epidemia de cólera em 1832 na Europa. A partir de então, os mendigos serão vistos como um perigo à salubridade do espaço urbano e ao progresso da sociedade.<sup>70</sup>

Um exemplo contra os modos e condições de vida dos pobres, tidos como insalubres, foi dado pelo médico alemão Avé-Lallemant (1812-1884), quando de passagem em 1859. Ele dizia que

*“A facilidade de introdução de epidemias não se deve apenas à insalubridade do rio [São Francisco]; não lhe é privativa; muito depende realmente do povo mesmo ! Veja-se só como vive a gente das classes mais baixas ! Onde moram ! O que comem ! (...). No chão nu despeja-se tudo o que é líquido, e sobretudo cospe-se sem cessar, ...”*<sup>71</sup>

O hábito de cuspir no chão era repudiado pela medicina higienista. Para sanar este costume, foram inventados aparelhos especiais para depósito das excreções, como as luxuosas escarradeiras de porcelana ou faiança fabricadas na Europa e usadas pela elite senhorial. As

<sup>70</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996. p. 94. Ver também CORBIN, Alain. “O fedor do pobre”. *Saberes e odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 183-206.

<sup>71</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe: 1859*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 339-340.

cusparadas eram ali depositadas. As escarradeiras simbolizavam, deste modo, um objeto de diferenciação social. Pois, os pobres continuavam a cuspir o chão de terra dos mocambos.<sup>72</sup>

Eis mais uma passagem que ilustra as reações frente aos hábitos populares: estranhando com asco os costumes e “vícios” de mulheres simples do Brasil, a burguesa alemã Adolphine, já citada, assim escreve sobre uma escrava de quinze anos de Madame Winter, sua amiga e conterrânea que também vivia em Maroim em 1859:

“[A serva] *masca tabaco e cospe-o por todos os cantos; rouba cigarros para fumar escondida (...). No caso das pretas mais velhas, acrescenta-se ainda a bebida alcoólica às características mencionadas*”.<sup>73</sup>

A germânica impressionava-se com as atitudes de seus “novos bárbaros”. Havia, então, a linha demarcadora de duas mentalidades: uma medicalizada, perpassada por uma pedagogia da contenção moral e higiênica; a outra, a das negras, vista pela primeira como um exemplo de insalubridade, de costumes “viciosos” dos habitantes dos “enfermos trópicos”.

Eis que, no cólera de 1855, a fome, a carestia e a escassez de víveres conjugaram-se a um povo doente e empobrecido; à insuficiência de facultativos; a um poder público baldo de recursos; a uma província relativamente isolada; a uma considerável mortandade e extrema

---

<sup>72</sup> FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 215. A emergência de uma higiene burguesa na elite carioca do século 19, como o uso de urinóis, escarradeiras, retretes, purgativos, inaugurando uma ordem social de preocupação com os humores produzidos pelo corpo, foi analisada por LIMA, Tania Andrade. “Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX”. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. II, n. 3, p. 44-96, nov. 1995-fev. 1996.

<sup>73</sup> SCHRAMM, Adolphine. *Cartas de Maroim*. Traduzidas por José Edgard da Mota Freitas. Aracaju: UFS/Nuca, 1991. Carta n. 08, de 02 de fevereiro de 1859. p. 14-15.

dor. Cenário trágico ! A província ficou material e moralmente abatida na quadra colérica.<sup>74</sup>

Assim, o Barão de Maroim oficia ao presidente da Bahia que Sergipe se encontra num estado calamitoso. Ele assegura que está sem recursos, sem dinheiro, sem alimentos, sem remédios e sem veículos de condução. Para agravar o problema, aqui não havia comunicação regular com outras partes do Império, pois a irregularidade da passagem dos navios vindos da Bahia pelas barras sergipanas é de tal ordem que se reclama, pelo menos, o cumprimento do acordo com a Companhia de vapores. No contrato constava que as embarcações deveriam fazer duas viagens por mês tocando as barras. Além disso, o governo pede uma passagem extra durante a quadra desditosa.<sup>75</sup>

Este cenário foi pintado com cores vivas por uma nota do jornal *Correio Sergipense* no auge epidêmico. Leiamos a lamentação escatológica da folha frente caos que grassou em todas as esferas sociais, mormente entre os desvalidos:

*“... os tristes restos dessas grandes populações, hoje foragidos e dispersos, lutão não só com a peste, mais ainda com a fome e a miséria, consequência inevitável dessas grandes calamidades.”*<sup>76</sup>

---

<sup>74</sup> Quatro meses após a passagem do cólera-morbo, a situação calamitosa da província foi evocada tragicamente pelas Câmaras da Estância e de Laranjeiras: “... foi o município da Estância visitado pelo monstro asiático, (...), deixando hum incommensuravel prejuizo”. [Ofício da Câmara municipal ao presidente da província, Salvador Correia de Sá e Benevides. Estância, 04 junho 1856]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 44. Os edis de Laranjeiras escreveram: “... todos sofrerão mais ou menos em seos interesses, sendo que muitas fortunas das mais notaveis ficaram deterioradas”. [Ofício da Câmara municipal ao presidente da província, Salvador Correia de Sá e Benevides. Laranjeiras, 14 junho 1856]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 44.

<sup>75</sup> [Ofício do Barão de Maroim ao presidente da Bahia. Aracaju, 22 novembro 1855. *Livro de registros das corresp. da província de Sergipe com as demais províncias do Império. Ano 1852-1857, fl125*]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 88.

<sup>76</sup> *Correio Sergipense*. Aracaju, n.º.55, p. 03, 24 de novembro de 1855. (BPED, pac. 23-A); grifo meu.

Diante deste quadro, seria necessário, para a manutenção da ordem social, submeter estas grandes populações de “*foragidos e dispersos*” sob a tutela, vigilância e controle das estratégias de poder das elites e autoridades públicas.

## 2. Pobres e Órfãos: filantropia ou assepsia ?

O flagelo e a fome de 1855 se mancomunaram sobretudo contra os pobres.<sup>77</sup>

Na cidade de Vila Nova (atual Neópolis), às margens do São Francisco, a residência do delegado Jerônimo Vieira Bastos não cessa de estar cheia de miseráveis, ou, seguindo o eufemismo do *Correio Sergipense*, de “tristes restos dessas grandes populações”. Sua casa serve também como asilo de menores. Num arroubo de filantropia, ele recolhe dois órfãos da epidemia. Apesar dos socorros ministrados aos inocentes, Vieira Bastos conta que viu “*com dó succumbir hum atrás do outro*”. Sua “*numerosa*” família e escravos estavam “*a cinco léguas*” dali, no povoado vizinho do Brejo Grande. Ele afirma que a prole estava bem aterrada, mas assim mesmo só lembrava “*dos pobres indigentes para os socorrer*”.<sup>78</sup>

Noutro extremo da província, agora na vila agreste do Lagarto, o dr. Antunes de Salles (1817-1864) se dizia “*sobrecarregado d’meninos orffãos*”, e, não obstante se achasse quase

---

<sup>77</sup> Na Europa, as crises econômicas, durante as diversas revoluções, coincidiam com o aparecimento do cólera nos centros urbanos, atingindo principalmente os trabalhadores pobres por ser uma doença que tem relação com as condições sociais e de saneamento. Cf. EVANS, Richard J. “Épidémies et révolution: le choléra dans l’Europe du XIX<sup>e</sup> siècle”. In: BARDET, J.-P.; BOURDELAIS, P. et al (org.). *Peurs et terreurs face à la contagion: choléra, tuberculose, syphilis. XIX<sup>e</sup> - XX<sup>e</sup> siècles*. Paris: Fayard, 1988. p. 107-135.

<sup>78</sup> [Ofício do delegado Jerônimo Vieira Bastos ao chefe de polícia. Villa Nova, 24 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

sozinho no município, afiançava que envidaria todos os esforços ao seu alcance para minorar o sofrimento daquela pobre gente.<sup>79</sup>

Uma das maiores perturbações no cotidiano varado pela epidemia foi a morte de famílias inteiras ou, quando não, de entes de arrimo. Em Lagarto mesmo, o subdelegado da vila informa que “há muitas e muitas casas que ficarão vazias de moradores, outras onde apenas ficaram emfelicês [sic] crianças, miseráveis órfãos”.<sup>80</sup>

Percebe-se à época, em vários testemunhos, com relação ao auxílio aos órfãos e miseráveis, o que se denomina de “ambigüidade paternal”.<sup>81</sup> Se, por um lado, os pobres eram acusados, pelo discurso hegemônico da medicina higienista, de focos de propagação epidêmica por seus costumes “viciosos” e condições de vida desregrada; por outro, eles eram o centro das preocupações dos socorros públicos.

O auxílio aos desvalidos comporta pelo menos dois motivos. Um de ordem religiosa e filantrópica: a caridade cristã propiciaria a salvação diante da “peste divina”. Outro de ordem higiênico-política: socorrendo os pobres se evitaria a propagação do mal.<sup>82</sup> O primeiro motivo encerra os valores cristãos da caridade e do temor a Deus. O segundo, por um lado, se funda em valores da Europa burguesa, como a busca do mérito, a concorrência pelo exemplo reconhecido e a obediência às normas da higiene para preservação da família, dos bens e da

---

<sup>79</sup> [Ofício do dr. Manoel Antunes de Salles ao Barão de Maroim. Lagarto, 31 outubro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>80</sup> [Ofício do subdelegado Antônio Dias de Souza ao Barão de Maroim. Lagarto, 07 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>81</sup> Sobre a expressão “ambigüidade paternal”, ver: ORIS, Michel. “Choléra et hygiène publique en Belgique: les réactions d’un système social face à une maladie sociale”. In BARDET, J.-P.; BOURDELAIS, P. et al (Org.). *Peurs et terreurs face à la contagion...*. Paris: Fayard, 1988. p. 101.

<sup>82</sup> “Um cordão sanitário autoritário é estendido no interior das cidades entre ricos e pobres: os pobres encontrando a possibilidade de se tratarem gratuitamente ou sem grande despesa e os ricos garantindo não serem vítimas de fenômenos epidêmicos originários da classe pobre.”. FOUCAULT, M. “O nascimento da medicina social”. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996. p. 95.

pátria. E por outro lado, institui-se o sentimento de superioridade não apenas material, mas também moral, contra os desregramentos (o alcoolismo, a libertinagem, a imprevidência e o ócio) imputados aos pobres pelo discurso dos higienistas, e sustentados pelas ações da classe política e senhorial. Assim, a “ambigüidade paternalista” das elites do século XIX desloca a responsabilidade das causas que predispõem à doença para os desvalidos, na medida em que os protege, acolhendo-os do mal. Era então acionada uma espécie de profilaxia coletiva.

Desta forma, observa-se então um altruísmo político concomitante a um egoísmo sanitário. Proteção e acusação contra os pobres são dois lados de uma mesma moeda, um paradoxo evidente. Portanto, os cuidados com a higiene no século 19, oferecia-se como emblema de controle social.<sup>83</sup>

O poder público, representado por aquelas elites, expressava também em suas medidas uma “ambigüidade paternal”. Os órfãos são o objeto mais talhado desta “ambigüidade”. Eles são evitados, por um lado, enquanto mendigos ou vagabundos, vistos como focos de hábitos “viciosos”, contrários à ordem higienista de caráter burguês.<sup>84</sup> E por outro lado, os órfãos são recolhidos como vítimas que sofrem os arrebatadores efeitos do mal.

---

<sup>83</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 130.

<sup>84</sup> Para conhecer alguns traços da cultura material e da emergência de um modo de vida “burguês” (comportamentos da ideologia que delimita as fronteiras entre o público e o privado, valorizando o individualismo, o universo familiar, a acumulação de capital real e simbólico, o consumo, a ascensão social e a disciplina) veiculado pelo discurso higienista e propagado da elite carioca para o restante do país no século 19, conf. LIMA, Tânia Andrade. “Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX”. *História, Ciências e Saúde*. Rio de Janeiro, v. II, n. 03, p. 44-96, nov. 1995/fev. 1996. Com relação à “reeuropeização” dos costumes “patriarcais” no Brasil do século 19 promovidos pelas elites rural e citadina, ver FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. Com respeito às estratégias políticas e normas médicas para o “aburguesamento” da família brasileira e a complexa relação entre os valores liberais e a ordem escravocrata no Brasil do século 19, ver COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 123-150.

Como exemplo desta atitude, o presidente da província solicita ao governo central providências para salvar a triste fortuna dos órfãos do cólera. Ele comunica ao ministro do Império que não pode se dispensar de alçar sua

*“...débil voz em favor de centenaes de meninos e meninas orphãs, que sem arrimo algum, sem um só parente por mais longínquo que seja, por que a todos o flagello victimou, vagueiam pelas ruas e estradas mirrados à fome, cobertos de andrajos, sem pouso nem guarida.”*<sup>85</sup>

Julgando-se impotente diante do abandono “*d’essa mísera orphandade*”, o Barão de Maroim implora a solicitude, justiça e equidade da “*Paternal Piedade do Pai commum dos brasileiros*”, o Imperador Pedro II. O Estado, representado pelo monarca, funciona como alegoria do pai protetor.<sup>86</sup> Como pai, ele disciplina, impondo sua ordem de valores; como protetor ele recolhe os malfadados inocentes da mais tenra idade. O destino dado aos órfãos estava de acordo com os preceitos da medicina social em seu programa para a família. Os médicos postulavam que a sociabilidade deveria encontrar um meio termo entre “*a estabilidade sentimental dos novos vínculos familiares e a cumplicidade com os interesses da cidade e do Estado*”.<sup>87</sup>

Alguns órfãos sergipanos, entre 10 e 17 anos, foram enviados após a epidemia para a Companhia de Aprendizes de Marinha da Bahia e da Corte. Por este ato, o Barão agradece ao ministro do Império, e anota: “*... a orphandade desvalida da província, que, reconhecida, bem dirá ao providente Governo, que buscou arredal-a da miseria e do crime*”. Quanto às meninas

---

<sup>85</sup> [Ofício do Barão de Maroim, ao ministro do Império. Aracaju, 12 janeiro 1856]. *Livro de registro das corresp. do governo desta província com a Corte*. Ano de 1851-1856, fl. 192-193]. Ms.-APES, fundo G<sup>I</sup>, v. 102.

<sup>86</sup> “O texto alegórico (lembrando que a alegoria pode ter como ponto de partida a leitura ou o próprio texto) apresenta como característica fundamental essa ligação com a realidade, via uma construção analógica de cunho metafórico”, cf. SANTOS, Alckmar Luiz dos. “Símbolo x Alegoria: alguns aspectos teóricos”. *Remate de males*. Campinas, n.10, p. 13-20, 1990. Citação da p. 18.

<sup>87</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 133 e passim.

órfãs, o governo rogava às famílias abastadas que as recolhessem, educando-as para serem “boas esposas” e “mães de família”.<sup>88</sup>

Acolher para o controle disciplinar. Esta era a ordem profilática efetivada sobre os pobres por algumas famílias senhoriais no século 19 após o surto epidêmico.

Neste mesmo sentido, um exemplo do que chamei de altruísmo político e egoísmo sanitário pode ser vislumbrado na sugestão, em tom de ordem, que o chefe do governo provincial deu ao médico Antônio Ribeiro Lima. Ele pede ao doutor que estimule a caridade das pessoas mais abastadas para abrirem subscrição, com o fito de auxiliarem os cofres públicos no tratamento dos enfermos da vila do Riachão, a exemplo de outras cidades como São Cristóvão, Laranjeiras, Maroim, Rosário, Santo Amaro das Brotas e Capela, todas situadas na região de senhores de engenho.<sup>89</sup>

Com este expediente, esperava-se amenizar a deficiência financeira dos cofres públicos. Além disso, os mais ricos teriam o mérito da piedade cristã e o sentimento de superioridade moral e material. E por fim, os enfermos pobres, ao serem tratados, diminuiriam a ameaça do flagelo sobre um valioso patrimônio dos senhores, os escravos, e sobre aqueles que os protege e repudia. Três “coelhos” morreriam com uma só cajadada.<sup>90</sup>

---

<sup>88</sup> [Ofício do Barão de Maroim ao ministro do Império. Aracaju, 31 janeiro 1856. *Livro de registro das corresp. do governo desta província com a Corte*. Ano 1851 a 1856, fl. 195-196]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 102.

<sup>89</sup> [Ofício do Barão de Maroim ao doutor Antônio Ribeiro Lima. Aracaju, 16 novembro 1855. *Livro de registro das corresp. exp. para a extinção do cólera da Comarca da Estância*. Ano de 1855 a 1857, fl. 22-23]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244.

<sup>90</sup> Sobre os conceitos de “riqueza” e “opulência” material e simbólica; e o apoio e proteção dos ricos aos pobres na Bahia do século 19, ver MATTOSO, Kátia M. de Q. “A opulência na província da Bahia”. In NOVAIS, F. (Org.). *Império*. São Paulo: Comp. das Letras, 1997, p. 143-179. (História da vida privada no Brasil, v. 2).

Muito embora se respirasse um clima de urgente humanitarismo e caridade diante da vertiginosa mortandade, alguns médicos insistiam, conforme o presidente da província, em cobrar “*diarias exorbitantes, e condições extraordinárias*” na prestação dos socorros aos indigentes. Tais atitudes dos facultativos foram ironizadas pelo Barão de Maroim. Ele escreve a um juiz municipal: “*isto mesmo (juízo meu) he o que lh'es aconselha a caridade, e he observância fiel do juramento que prestam*”.<sup>91</sup> A pena tremia-lhe, irascível.

O doutor Borges de Lemos, ao contrário, foi elogiado por seu gesto. De modo voluntário e por “*humanidade*” socorreu as pessoas pobres da vila de Itaporanga como se fossem de sua família, testemunha o subdelegado.<sup>92</sup>

Sob o conceito de humanidade orientado pelo discurso da medicina acadêmica em voga, relações entre família, sociedade e Estado harmonizavam-se, formando uma unidade. Gestos de “*humanidade*” não eram apenas um ato de solidariedade, mas também um atestado de saúde física e moral. Portanto, a falta de caridade, mormente em tempos de peste, traduz-se em doença da sociedade.

Tais preceitos, oriundos da ideologia higienista, permitem a construção de uma “*ortopedia*” moral dos indivíduos. Jurandir Freire adverte, aludindo ao conceito de humanidade no século 19, que “*toda boa ação higiênica [física ou moral] contribuía para seu aperfeiçoamento, toda infração aos preceitos médicos, para a sua destruição*”.<sup>93</sup>

---

<sup>91</sup> [Ofício do Barão de Maroim ao Juiz municipal de Itabaianinha. Aracaju, 24 janeiro 1856. *Livro de registro das corresp. exp. para a extinção do cólera da Comarca da Estância*. Ano de 1855 a 1857, fl. 25]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244.

<sup>92</sup> [Ofício do subdelegado José Francisco Pinheiro ao Barão de Maroim. Itaporanga, 02 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>93</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 149.

Vigarello, por sua vez, lembra que a limpeza do pobre, a partir da primeira metade do 19, seria o aval de sua moralidade, mais ainda, a garantia de uma ordem social. Instala-se, neste período, o que o autor denomina de uma “*pastoral da miséria*” com o objetivo de transformar os costumes dos desvalidos ou “*eliminar seus vícios*”. Institui-se a ética das “purezas”, confirma-se o *status* da higiene como saber oficial e didático, consubstanciados nas instruções de salubridade pública. A norma da limpeza ressoa numa ordem higiênica moralizada, disciplinada.

Assim, cria-se a metáfora da degenerescência social e surgem dispositivos regeneradores, misturando filantropia e controle.<sup>94</sup> Por exemplo: dar conselhos higiênicos para acabar com as crendices populares; eliminar as imundícies nas ruas e casas; evitar excesso de bebida espirituosa e de prazer venéreo. Tudo isto estava entre as regras de prevenção do cólera-morbo publicadas em 1855.<sup>95</sup>

Em síntese, pessoas mais gradas e cientes das ordens médicas percebiam-se moral, física e materialmente mais seguras contra a invasão do morbo asiático. E se sentiam, por conseguinte, parte de um projeto em marcha para a civilização. Pois, o grau de civilização de um povo, escreveu dr. Lourenço de Magalhães (1831-1905), “*mede-se por seus cuidados em prover as necessidades de sua subsistência e em desenvolver os recursos de sua cultura intelectual e moral*”.<sup>96</sup>

---

<sup>94</sup> VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 211-221.

<sup>95</sup> “Regras Geraes preventivas do Cholera”. *Correio Sergipense*. Aracaju, n.52, p. 03-04, 10 de novembro de 1855. (BPED, pac. 23-A).

<sup>96</sup> MAGALHÃES, José Lourenço de. *Das febres palustres e particularmente da febre pseudo-contínua em Sergipe*. Bahia: Typographia do Diário, 1873. p. 04. (BPED, DS-764).

No entanto, apesar do sentimento de proteção patentado pela razão médico-científica, temia-se a revolta de uma população precariamente assistida. Este temor, por exemplo, se revelou no gesto dos médicos comissionados em Laranjeiras, epicentro da peste em Sergipe. Os doutores declararam que usavam da mentira para negar que estavam recebendo estipêndio do governo. Pois, alegavam que se alguém reclamasse de ineficiência no atendimento, ou exigisse algum direito, eles teriam a desculpa de que estavam fazendo caridade ou algum favor. Evitavam, assim, uma possível “arrogância”, segundo eles, dos mais exigentes, aplacando-a com uma falsa caridade cristã aos doentes desvalidos.<sup>97</sup>

Contudo, não obstante o considerável número de pobres acometidos e dizimados, o prosclênio não estava reservado apenas a estes infelizes no teatro da morte regido pelo cólera. Na opinião do articulista do *Correio Sergipense*, nenhuma classe ou gênero foi privilegiado. Temente ao Senhor, o plunitivo escreve:

“...não tem sido poupado, como soe fazer a mão de Deos, o rico, nem o pobre, o grande, nem o pequeno, a idade, nem o sexo; o luto, o terror e a consternação estão em todas as classes, em todas as condições e hierarchias da sociedade...”<sup>98</sup>

Além de ameaçar a todos os viventes, a epidemia adquire, no trecho em tela, dimensão metafísica. No entanto, normalmente institui-se às pestes duplo estatuto. Ao tempo em que são considerados instrumentos da “mão de Deos” como punição dos pecados, elas podem também ser efeito dos “vícios” humanos. À explicação metafísica se justapõe a racional. A razão convive com a crença mística para explicação das epidemias.

<sup>97</sup> [Ofício dos doutores José Cândido e Francisco Alberto de Bragança ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 27 outubro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>98</sup> *Correio Sergipense*. Aracaju, nº 55, p. 03. 24 de novembro de 1855. (BPED, pacotilha 23-A).

Todos sofreram sob o signo da peste. Porém, foi em nome da “*pobreza que já sente fome*” que o médico designado para Propriá clamou por socorro.<sup>99</sup> Os habitantes da província foram acometidos e dizimados em todos os lugares. Desde as cidades próximas ao rio Real, fronteira com a Bahia, até as margens do São Francisco. Entretanto, frentes de salvamento foram acionadas pelas autoridades públicas e pela população para combaterem, num alucinado desespero, a epidemia.

---

<sup>99</sup> [Ofício do doutor Manuel Nunes de Britto ao Barão de Maroim. Propriá, 28 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

## Capítulo IV

### Combatendo a peste.

**“Não se sabe em que consiste este miasma, nem  
como influi elle sobre o organismo humano.”**

Dr. José Lourenço de Magalhães (1831-1905), 1873: 03.

**“Tudo quanto recommenda a sciência  
tinha sido esgotado por mim... .”**

Dr. Benito Derizans, 1902: 06



## 1. Os médicos contra a peste

### 1.1 - Um mundo de miasmas

No Brasil, para combater o cólera de 1855, os médicos se pautaram essencialmente na concepção infeccionista, seguindo as diretrizes da Junta Central de Higiene Pública da Corte.<sup>1</sup> À luz desta doutrina virão a lume relatórios sobre as condições de salubridade das cidades; instruções sanitárias, nas quais se ordenam preceitos da moderna higiene pública (desinfecção de casas, aterro de charcos, transferência de prédios considerados insalubres) e privada (dieta frugal, atitudes morigeradas, uso de roupas adequadas à estação); e por fim, fórmulas de tratamento para expurgarem dos corpos humores corrompidos por miasmas.

Dois grupos disputavam, no século 19, a hegemonia pela explicação médica sobre a origem e a propagação das epidemias: *infeccionistas* X *contagionistas*. Foi intenso o embate teórico, na primeira metade do século, entre estas duas correntes. Os infeccionistas (ou miasmáticos) asseguravam que as más condições sanitárias criavam um estado atmosférico propício aos surtos epidêmicos. Eles se sustentavam na “teoria dos miasmas”, sendo este o elemento difusor e causador das infecções.

---

<sup>1</sup> Embora os teóricos “infeccionista” e “contagionista” se esbatessem na defesa de suas doutrinas no que diz respeito à origem e natureza do cólera, as políticas públicas de saúde no Império irão obedecer às prescrições preventivas características da corrente infeccionista emanadas pela Comissão Central de Higiene, cujas razões serão dissertadas ao longo do texto. Sobre as divergências entre as duas tendências médicas e suas imbricações com a teoria dos miasmas e ações do governo em diversos países da Europa e no Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco e Bahia, ver respectivamente: BARDET, J.-P.; BOURDELAIS, P. *et al* (dir.). *Peurs et terreurs face à la contagion*. Paris: Fayard, 1988. p. 73-77 e passim; CHALHOUB, Sidney. “Febre Amarela e Teorias Médicas na década de 1850”. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 62-68; BELTRÃO, Jane Felipe. “Contagionistas versus Infeccionistas”. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Campinas/SP: Unicamp/IFCH, 1999. p. 70-79. (Tese de doutorado em História); ANDRADE, Gilberto Osório de. *A cólera-morbo ...*. 2. ed. Recife: Fundaj/Editora Massangana, 1986. p. 29-38; e DAVID, Onildo Reis. “O medo do cólera”. *O inimigo invisível ...*. Salvador: Edufba/Sarah Letras, 1996. p. 78-80.

A “teoria dos miasmas” foi o esteio do principal paradigma médico-científico até o final do século 19. A partir desta teoria explicavam-se a origem, natureza, formas de propagação, transmissão, prevenção e terapêutica contra o cólera-morbo e outras doenças comunicáveis. Os miasmas eram concebidos como emanações nocivas que se evaporavam das matérias orgânicas em decomposição para a atmosfera, corrompendo-a, e daí atacavam o homem pelas vias respiratórias, poros e outros orifícios, infeccionando o corpo.

Tais miasmas seriam gerados em focos específicos, onde houvesse pouca circulação aérea, baixa luminosidade, evaporação, umidade e, principalmente, a deterioração orgânica de origem animal ou vegetal. Por isto, seu caráter pútrido, excrementício, sendo apenas percebido pelo olfato.<sup>2</sup> Donde se explica a adoção de uma política sanitária baseada na “desodorização” de ambientes considerados focos de exalação de miasmas. Portanto, o fartum das latrinas, esgotos, cloacas, sepulturas, pântanos, matadouros, açougues, estábulos, prisões, quartéis, hospitais, enfim, todos os lugares de confinamento e com odores considerados incômodos eram tidos como insalubres, sendo circunscritos por uma intensa vigilância olfativa.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> A teoria do miasma foi refutada pelo médico inglês John Snow (1813-1858). Ele demonstrou, em 1854, por métodos de análise epidemiológica a natureza transmissível do cólera. Concluiu que a doença se transmitia pela água e também de pessoa a pessoa, ou ainda através de alimento contaminado. Ademais, deduziu ser um organismo vivo a causa da doença. Ele inaugurou a epidemiologia moderna e antecipou o que seria comprovado pelos estudos bacteriológicos iniciados por Louis Pasteur (1822-1895) e consolidados por Robert Koch (1843-1910). No entanto, a os médicos acadêmicos dos países europeus e do Brasil não reconheceram as pesquisas de Snow, ao menos durante o cólera de 1855-56. Cf. SNOW, John. *Sobre a maneira de transmissão do cólera*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999. 249 p.

<sup>3</sup> A Junta Central de Higiene Pública da Corte distribuiu instruções sanitárias de caráter marcadamente “infeccionista” aos governos provinciais em 1855. Ilustrando a hegemonia da concepção infeccionista no Império, a Câmara da cidade de Campinas-SP, embora não tenha sido invadida pela epidemia de cólera de 1855, expediu precauções higiênicas de acordo com esta tendência. Em suma, estabeleciam: 1- Limpeza das ruas; 2- Inspeção semanal em casas, armazéns, açougues, etc.; 3- Caição das casas; proibição de criação de animais no centro povoado; 4- Fiscalização de alimentos; 5- Proibição dos enterramentos na “capelinha do córrego”. Cf. TRÍPOLI, Mailde Jerônimo. “Cólera-morbo: ontem e hoje”. *Boletim do Centro de Memória/Unicamp*. Campinas, v. 3, n. 5, jan./jun. 1991. p. 36-48. Por sua vez, o médico dinamarquês, radicado no Brasil, Dr. Theodoro Langaard (1813-1883) emite conselhos preventivos à Câmara de Campinas e ao povo nos mesmos moldes: 1- Cuidados com a inumação e com os cadáveres; 2- Estabelecimento de cemitérios e zelo com a rede hídrica; 3- Desinfecção dos lares; 4- Tranquilidade de espírito. Cf. LAPA, José Roberto do Amaral. “Cólera: das alcovas à triste paixão”. *Diário Oficial de Leitura*. São Paulo, v. 10, n. 110, julho de 1991. p. 06-07.

Dentro desta ordem, verificam-se, entre o fim do século 18 e início do 19 na Europa, mudanças nas formas de percepção e análise dos odores, modificando a mentalidade sobre os problemas relativos à saúde pública.<sup>4</sup> Esta nova sensibilidade engendra atitudes e estratégias sócio-políticas de controle das doenças e da população. Estas são sustentadas pelo moderno saber médico-científico: a medicina social.<sup>5</sup>

A medicina social de caráter francesa, ou seja, a que se caracterizava em intervir nos espaços urbanos para combater os focos de infecção miasmática, foi a que se instituiu no Brasil do século 19.<sup>6</sup> Portanto, era preciso intervir nos chamados “focos de infecção”.

---

<sup>4</sup> Um competente estudo sobre os significados da acentuação de uma sensibilidade olfativa, a luta para executar a desodorização pela química e pela medicina, e, por fim, as tramas sociais por trás das modificações dos sistemas simbólicos de percepção e análise olfativas na França, entre os séculos 18 e 19, foi escrito por CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. “... enquanto a clínica nascente privilegia a visão, a audição e o tato, cabe ao olfato revelar a fisiologia subterrânea, controlar a modificação dos humores, acompanhar a ‘ordem da putrefação’”. Ibidem, p. 31.

<sup>5</sup> A medicina social surgiu primeiramente na Alemanha (medicina de Estado), depois na França (medicina urbana) e na Inglaterra (medicina da força do trabalho) devido às preocupações com a formação e manutenção dos Estados modernos em fins do século 18. Os governos estabelecem, nesta época, o controle sobre a população através da criação de sistemas mais complexos de observação de morbidades, da regulamentação da prática e do saber médicos, da criação de organizações administrativas (Juntas e Comissões), da criação de um corpo de funcionários médicos, do controle das estruturas urbanas através de posturas (leis municipais), das estatísticas de nascimentos e mortalidade, dos censos populacionais, dos índices de saúde e longevidade; enfim, de diversos dispositivos de intervenção sistemática para elevar o nível de saúde coletiva. Com a medicina social, inventam-se as noções de salubridade (base material capaz de assegurar a melhor saúde possível) e higiene pública, como uma ideologia do controle político-científico do meio ambiente e dos indivíduos. Legitima-se uma razão médico-científica que se esforça pela aplicação da observação minuciosa e pela lógica experimental. Espraia-se então, pelo Ocidente, um processo de **medicalização**. Tal processo se efetiva com a crescente laicização dos costumes a partir da construção de um conjunto de normas e mecanismos de intervenção legitimados por um saber médico organizado. Este saber, a medicina social, estabelece o controle e vigilância do indivíduo, da população, das instituições e dos espaços através da dilatação de sua influência em áreas como o direito, a moral, a religião, a política, a economia. O processo de medicalização atribui à medicina acadêmica o poder de ordenar, disciplinar a sociedade à luz de um discurso considerado como verdade científica. Cf. FOUCAULT, Michel. “O nascimento da medicina social”. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996. p. 79-98. No Brasil, a medicina social foi disseminada num momento de constituição do Estado nacional, de uma incipiente e crescente urbanização, e de grandes epidemias nas primeiras décadas do século 19. Os médicos, visando firmar uma intervenção social, e por conseguinte, legitimidade; organizaram associações, fundaram faculdades, mantiveram intercâmbio com médicos europeus, criaram periódicos especializados, se imiscuíram na administração pública e no poder legislativo, exerceram atividades paralelas (literatos, jornalistas, historiadores, professores) e participaram de movimentos políticos (abolicionismo, republicanismo) e sistemas filosófico-religiosos (maçonaria, catolicismo, espiritualismo, evolucionismo, positivismo). Cf. SANTOS FILHO, Lycurgo. *História da medicina no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1947, especialmente o volume 2.

<sup>6</sup> Ver os *Annaes Brasilienses de Medicina*. Rio de Janeiro, ano VII-X, n. 01-12, 1851 a 1856. (AEL-MR-1706). As citações dos doutores nas fontes pesquisadas referiam-se sempre à literatura médica francesa.

Quanto aos contagionistas, eles acreditavam que a origem e a propagação das epidemias eram causadas por um elemento externo e independente, que se disseminava pelo contato direto do indivíduo contaminado para o sadio.<sup>7</sup> Ou seja, o “agente” do contágio necessitaria do contato para sua transmissão; e o miasma, por seu turno, dependeria para sua geração da combinação entre as alterações na natureza (topografia, solo, clima, atmosfera)<sup>8</sup>, de condições ambientais propícias para sua “fermentação” (pântanos, fontes de água estagnada, monturos, locais sem asseio e fétidos), e do ar como veículo de propagação. Na prática estas duas correntes muitas vezes possuíam limites indefiníveis. Pois se acreditava que uma doença

---

<sup>7</sup> O médico de Verona, Girolamo Fracastoro (1478-1553) elaborou em 1546 uma teoria racional sobre o contágio, segundo a qual “corpos minúsculos” do indivíduo doente passavam pelo contato ao não infectado. Estas “sementes” do contágio teriam o poder de se multiplicar, de se reproduzir. Cf. ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/Unesp; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994. p. 89 e 367.

<sup>8</sup> Desde a Antiguidade Clássica, passando pela Idade Média, que existia a idéia de condições naturais influenciando em “constituições epidêmicas”. Mas foi o médico inglês Thomas Sydenham (1624-1689) que aprofundou e difundiu esta idéia. “Sydenham não tinha certeza quanto à natureza da mudança atmosférica, mas a atribuía a um miasma que se elevava da terra”. ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/Unesp; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994. p.88-89, citação p. 89. Contrariando a visão paradisíaca das terras d'além mar, os navegadores dos séculos XV e XVI deram testemunho da força e permanência de teorias médicas da antiguidade. Como por exemplo, a idéia nefasta do ar “corrompido” ou miasmático devido a desorganização dos astros. No Brasil setecentista, os médicos, influenciados pelos saberes das três culturas fundadoras, aprenderam uma medicina cuja concepção “está em constante contato com forças celestes e demoníacas...”. Assim, “os poderes ligados à igreja e à medicina reservavam para si o controle do campo mágico”. Cf. RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 93.

infecciosa poderia se transformar em contagiosa e vice-versa. Falava-se então em “contágio miasmático” como sendo amálgama das duas.<sup>9</sup>

Foi estribado na concepção miasmática que o doutor Pedro Autran da Matta Albuquerque (1829-1886) escreveu um documento no qual diagnostica o estado sanitário da cidade de Laranjeiras. Ele explica as causas por que a cidade foi a mais atingida na província durante surto de cólera de 1855 e sugere prevenções contra futuros ataques epidêmicos.<sup>10</sup>

Num “*lançar de olhos*” o dr. Pedro Autran condenou a situação topográfica da cidade, por ser “*desfavorável*” ao conceito higiênico de então. A cidade está edificada em uma baixa cercada de montanhas, que em diversas direções “*encanalisa o ar*”. Para o médico, Laranjeiras forma um conduto aéreo dos eflúvios emanados dos charcos de suas ruas. Estas não tinham declive para o curso livre das lamas originadas pela mistura do solo de massapê com as águas de chuva ou das enchentes do rio Cotinguiba. Outros fatores de insalubridade são considerados pelo doutor, tais como: a umidade atmosférica no inverno, provenientes dos vapores que ao amanhecer emanam do rio; a elevação de temperatura no verão “*em que o*

---

<sup>9</sup> “... é sempre difficil discriminar, se existe uma causa infectante que impressiona a muitos individuos do mesmo modo, ou se a moléstia se transmite por contágio”. LANGAARD, Theodoro J. H. *Diccionario de Medicina Doméstica e Popular*. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1873. v. 03, p. 46 e passim. Já o doutor Chernoviz apresenta diferenças e semelhanças entre as duas posturas: “[o contágio] se reproduz de certo modo por si mesmo, por contacto, e independentemente, até certo ponto, das condições atmosfericas; ao passo que a infecção, devida á acção que substancias animaes e vegetaes em putrefacção exercem no ar ambiente, não actua senão na esphera do foco de que emanam os miasmas morbíficos. Verdade é que a infecção propaga-se de um individuo doente a outro são, como o contágio; mas não é por contágio; é alterando o ar ambiente que o primeiro individuo atua sobre o segundo, a respeito do qual elle vem a ser, de alguma sorte, outro foco de infecção”. CHERNOVIZ, Pedro L. Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular*. 6. ed. Pariz: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. v. 2, p. 277. Em que pese a polêmica, os próprios acadêmicos confundiam as duas teses sobre a natureza da transmissão do cólera. Exemplos: numa tese de doutoramento, defendida em 1881, certo médico escreveu convicto que o cólera-morbo era uma doença “*produzida pelo efeito da infecção e do contágio*”. SANCTOS, Affonso José dos. *Regimen sanitario*. Bahia: Litho typographia de João Gonçalves Tourinho, 1881. p. 03. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia). Noutra monografia o médico concluía, peremptório: “*A cholera transmite-se de um individuo a outro por meio das matérias fecais; são ellas que contêm o miasma específico da cholera-morbus, e o ar é seu veículo*”. CARDOSO, Sebastião. *Pantanos*. Bahia: Typographia do Diário da Bahia, 1879. p. 49. (tese de doutorado apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia).

<sup>10</sup> ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Matta. “Relatório acerca do estado sanitário da cidade de Laranjeiras, em 10 de junho de 1856”. Aracaju: Typographia Official, 1856. p. 13-18. (BPED, DS-1437).

calórico principia a decompor as matérias que se achão apodrecendo nos empossamentos” e a falta de asseio das ruas.

O “*olhar*” do dr. Pedro Autran está em consonância com a doutrina da medicina hipocrático-galênica, a qual atravessou o saber médico ocidental desde a Antigüidade clássica, tendo como princípio influência da qualidade do ar, das águas e dos lugares na formação das epidemias, além da preocupação com a circulação dos fluidos (ar, água e luz).<sup>11</sup> Naquela medicina, fatores naturais (solo, altitude, temperatura, climas, atmosfera) e sanitários como o acúmulo de imundícies e a presença de áreas encharcadas, eram princípios causadores de doenças comunicáveis ou epidêmicas.

Não obstante estas vetustas teorias, o miasma revelava-se ainda como um elemento de natureza ambivalente e misteriosa no limiar da era bacteriológica.<sup>12</sup> Assim, por esta incerteza,

---

<sup>11</sup> “*Hipócrates (460-377 a. C.): o livro hipocrático Ares, Águas e Lugares representou, por mais de dois milênios, o texto fundamental da epidemiologia. (...) Galeno (c. 129-199 d. C.) produziu a síntese final do conhecimento médico da Antigüidade, que serviu como base para as práticas de medicina e de saúde pública durante os mil e quinhentos anos seguintes*”. ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec/Editora da Unesp; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994. p. 367.

<sup>12</sup> A “*composição íntima*” do miasma ou sua qualidade era um mistério para os médicos. Só o olfato poderia advertir sobre a presença deste veneno volátil e pútrido, gás mefítico e deletério, eflúvio invisível e impalpável, exalação mortífera e obscura. Desta maneira, o miasma tornou-se uma “*verbosidade mistificadora*” entre os especialistas e muito mais para os leigos. Ou seja, “*..., o jargão sem dúvida tem seus usos legitimados atuando como uma estenografia profissional; mas, queiram ou não, ele também gera uma verbosidade mistificadora que é obscura para o público*”. PORTER, Roy. “*‘Perplexo com palavras difíceis’: os usos do jargão médico*”. In BURKE, Peter; PORTER, Roy (Org.). *Línguas e jargões: contribuições para uma história social da linguagem*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997. p. 57-83, citação p. 57. Havia, portanto, um sentimento de incerteza quanto à natureza deste “*espectro sombrio e letal*”. O dr. Chernoviz (1813-1881), cujo dicionário de medicina foi um dos mais divulgados no Império, comenta: “*Nada ha mais obscuro do que a natureza íntima dos miasmas (...). Submettendo-os à investigação de nossos sentidos, só o olfato nos pôde advertir da sua presença: não nos é dado tocar-os nem vê-los. A chimica mais engenhosa perde-se na subtileza das doses e combinações miasmáticas; de ordinario, nada descobre no ar insalubre ou mortífero que d’elles esteja infectado, e quando consegue reconhecer n’elle uma proporção insolita, ou a presença accidental de algum principio gazoso, não nos revela senão uma diminutíssima parte do problema*”. Ademais, o miasma possuía um caráter ubíquo. Acreditava-se que ele estaria necessariamente onde se achasse a espécie humana, animal ou vegetal. CHERNOVIZ. *Diccionario de medicina popular*. 6. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. v. 2, p. 421 e 422.

cria-se na possibilidade de um foco de infecção se transformar num foco epidêmico ou contagioso.<sup>13</sup>

Para os contagionistas a medida preventiva mais eficaz era a quarentena: período de isolamento e inspeção de pessoas e cargas vindas de portos contaminados. No entanto, muitos governos comungavam com a tese infeccionista para não entorpecer os interesses mercantis. O Império brasileiro, capitaneado pela Inglaterra, adotou esta diretriz.<sup>14</sup> A liberdade de comércio era comprometida por entraves que a quarentena impunha.<sup>15</sup> Portanto, é a partir do espírito da tese infeccionista ou miasmática que os doutores irão combater o cólera no Brasil, sem

<sup>13</sup> As teses médicas escritas na Faculdade de Medicina da Bahia sobre o cólera-morbo em 1856 aderiam à teoria do miasma. Cf. DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível*. Salvador: Edufba/Sarah Letras, 1996. p. 77. O mesmo predomínio dos infeccionistas ocorreu na Academia de Medicina da Corte imperial, seguidos pela Comissão de Higiene Pública do Pará. Cf. BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Campinas/SP: Unicamp/IFCH, 1999. p. 70-85. (Tese de doutorado em História).

<sup>14</sup> Remetendo-se a um artigo clássico de Erwin Ackerknecht, publicado em 1948, intitulado “O anticontagionismo entre 1821 e 1867”, Chalhoub escreve: “*Ackerknecht enfatiza que as quarentenas significavam, para a classe ascendente de comerciantes e industriais, uma fonte de prejuízos econômicos e uma arma intolerável do controle burocrático. Esta classe, com seus políticos e representantes na imprensa, estaria naturalmente por trás daqueles que argumentavam que não havia fundamento científico para as quarentenas. Em suma, o contagionismo, estando associado à ampliação dos poderes das burocracias governamentais, tornara-se suspeito aos apologistas da ideologia liberal – interessados estes na superação de entraves ao livre desenvolvimento das relações de mercado*”. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril ...*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 170-171.

<sup>15</sup> Um médico – cirurgião de esquadra e capitão de mar e guerra da Marinha Imperial, o dr. Noronha Feital (1818-1873), foi um dos poucos na Academia Imperial de Medicina a defender com veemência a tese do contágio colérico, denunciando os estragos de sua importação através dos vapores britânicos. Adepto da tese contagionista, ele proclama que o Império Britânico promove a propagação do cólera-morbo em nome da ganância, do lucro no comércio. Protestava: “*Vença a Inglaterra, lucre o inglês, e acabe-se o resto do mundo: para o inglês a Gram Bretanha é tudo, o universo é nada; por isso os ingleses dizem sempre EU – escrevem I; o seu estylo os denota, e faz conhecer quanto Buffon tinha razão, l'estile c'est l'homme*”. FEITAL, José Maria de Noronha. “*Ainda o cholera pelo Dr. J. M. de Noronha Feital*”. *Annaes Brasilienses de Medicina*. Rio de Janeiro, ano X, n. 12, setembro de 1854. p. 280-282 (AEL-MR-1706). Muito antes da chegada do cólera em 1855, havia a preocupação com os embaraços políticos e econômicos provocados pela tese do contágio. Desta forma, um médico se dirigiu à Câmara municipal de Belém/PA, ainda em 1834: “*Continuo a estar persuadido, como sempre, que ella [cólera-morbo] não é contagiosa. Os governos que melhor cuidarem dos seus interesses serão aquelles, que, procurando salubrisar as povoações, e illudir o terror publico, poserem menos estorvos às communicações commerciaes e se occuparem com particularidade dos meios com que os pobres devem ser socorridos no tempo da sua invasão*”. GAMA E SILVA, José Joaquim (ed.). “*Officio do Dr. Antônio Corrêa de Lacerda à Câmara municipal de Belem sobre a Cholera-morbus. Belém do Grão Pará, 08 de agosto de 1834*”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 5, v. 78, 1888, p. 154-155.

descartar, contudo, o emprego das quarentenas nos portos, embora feita sem o rigor necessário.<sup>16</sup>

Por um lado, os médicos infeccionistas sugerem como medidas gerais de prevenção “a cautela de desinfectar algumas casas, onde morrerão muitos indivíduos do cholera, e que se achão fechadas”. Outras medidas foram o “aterro de diversos charcos e lagos que se encontram em toda a cidade”; a limpeza das ruas e a feitura de um escoamento para o “corrimento das águas”.<sup>17</sup> Por outro lado, as regras de higiene pessoal para prevenir o cólera aconselhadas pela Junta Central de Higiene da Corte, de caráter miasmático, publicadas à época num jornal sergipano, foram: 1- Não exceder nos prazeres venéreos; 2- Evitar ajuntamento de pessoas em espaço limitado, mal arejado e sem iluminação solar; 3- Queimar ou remover as imundícies (lixo); 4- Não perturbar o espírito com excesso de trabalho físico ou moral; 5- Vestir-se de modo que se resguarde da “*impressão do ar*”; 6- Não abusar das comidas apimentadas e de difícil digestão; 7- Fugir ao excesso de bebidas espirituosas; 8- Não beber água de gasto; 9- Não habitar casas úmidas, mal ventiladas e sem luminosidade.<sup>18</sup>

Algumas destas regras representam, sobretudo, a valorização do comportamento morigerado nas pessoas. A higiene dos esculápios, por um lado, restringia os “abusos”, os “excessos” físicos e/ou morais. Por outro, o ajuntamento, o tumulto, antes de perturbar o espírito, desarranja a ordem social. A medicina higienista do século 19 implanta um projeto

---

<sup>16</sup> Em São Cristóvão/SE, “os Vapores da empresa -Santa Cruz- apenas fundeavão no acoradouro d’aquella Cidade procedentes da Bahia, onde reinava a epidemia, derramavão logo pela população todos os seus passageiros. Dirigi-me [o Barão de Maroim] a Autoridade Policial respectiva, e ao Dr. Francisco Sabino Coelho de Sampaio, encarregado do serviço da quarentena, para que não tolerassem semelhante infração das ordens anteriormente expedidas”. MELO, João Gomes de (Barão de Maroim). *Relatório...*, no dia 27 de fevereiro de 1856... Aracaju: Typographia Official, 1856. p. 17-18. (BPED, DS-1437).

<sup>17</sup> ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Matta. “Relatório acerca do estado sanitário da cidade de Laranjeiras, em 10 de junho de 1856”. Aracaju: Typographia Official, 1856. p. 13-18. (BPED, DS-1437). p. 18.

<sup>18</sup> “Regras Geraes Preventivas do Cholera”. In *Correio Sergipense*. Aracaju, nº 52, 10 de novembro de 1855. p. 03-04. (BPED, pacotilha 23-A).

de normatização dos costumes, mormente nos surtos epidêmicos, tomando-o como símbolo de progresso social, e, em contrapartida, de combate à “barbárie”, consubstanciada nos “vícios” e “superstições” das classes inferiores. A “civilização”, no entanto, seria construída sob a égide das regras de higiene, de suas restrições, modificando os comportamentos “desviantes”, e o médico seria uma espécie de “herói civilizador”. Assim, a saúde individual e da população correspondia ao progresso moral, das instituições e do Estado. Neste sentido, o Provedor de saúde de Sergipe em 1861, escreve:

*“... faltando a salubridade pública, desaparece com ella o engrandecimento do paiz, seu progresso moral e material, pois que o estado sanitário do povo importa para elle o que a saúde privada [importa] para o individuo que a goza (...). Occupando-se a hygiene publica dos preceitos concernentes à conservação da saúde do homem considerado colectivamente, já se vê quanto deve ser ella inseparável de todos os actos da vida social, por isso que seus fins estendem-se ao modo práctico de governal-o, à influênciã de suas crenças e práticas religiosas, e afinal às leis sanitárias relativamente à construcções das cidades, hospitais, casas penitenciárias e em geral a todos os edificios públicos”.*<sup>19</sup>

Esta “ortopedia moral” envidada pelos higienistas foi, segundo estudiosos, um dos suportes para a construção dos valores concernentes à idéia de sociedade, família, corpo e indivíduo modernos.<sup>20</sup> O saneamento moral e a manutenção dos bons costumes, a partir dos padrões estabelecidos pelo saber médico-acadêmico, eram lemas da bandeira higienista.<sup>21</sup>

<sup>19</sup> SAMPAIO, Francisco Sabino Coelho de. “Relatório do Inspetor de Saúde. Aracaju, 31 de janeiro de 1861”. In ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatorio apresentado a Assembleia Provincial de Sergipe no dia 04 de março de 1861*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1861. p. 01-09, citação p. 01-02. Anexo C. (BPED, DS-1438).

<sup>20</sup> Ver FOUCAULT, M. “O nascimento da medicina social”. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996; FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994; CORBIN, A. *Saberes e odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996; FREIRE, Jurandir. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

<sup>21</sup> Ainda em pleno século 20, um médico sergipano proclamou: “*Sanear o Brasil é povoá-lo; é enriquecê-lo; é moralizá-lo*”. SOBRAL, Simeão Vieira. *A Saúde Pública em Sergipe*. Aracaju: Est. Graf. José Lins de Carvalho, 1932. p. 06. (grifo meu).

Deste modo, havia um programa de domesticação do espírito e das instituições na medicina científica daquele século.<sup>22</sup> Instituiu-se uma “pastoral da miséria”, na acepção de Vigarello, ao abordar a pedagogia moral da limpeza ou a ação dos “dispositivos regeneradores” dos higienistas sobre os miseráveis e posteriormente sobre os trabalhadores.<sup>23</sup>

Outro aspecto verificado nas regras dos infeccionistas expostas acima é a importância dada à livre circulação dos fluidos - ar, água e luz. Estes elementos (herança da medicina grega antiga) fundamentam as preocupações sobre as ações preventivas. São eles que permanecem no imaginário científico para nortear as medidas de prevenção e de combate ao cólera nos ambientes. Em suma, os ares, os lugares e as “as classes inferiores” serão escrutinados pelos esculápios para extinguir os focos miasmáticos.

Esta preocupação pelos desvalidos foi assinalada pelo dr. Valois Galvão. Comissionado para socorrer os coléricos da cidade de Maroim-SE, o médico discordava da política curativa mal executada, segundo ele, pelo poder público. Afiança, com tino administrativo, que “*não he tratando dos doentes que se oppõe a principal barreira a tão terrível epidemia*”, mas sim ministrando aos pobres comestíveis, roupas, lenha, boa água e melhores casas, “*e com isto o pobre occupar-se-ha da parte hygienica que pertence ao espirito, a qual muito concorre para a saúde pública*”. O doutor continua escrevendo que tratar de doentes e enterrar os mortos é medida urgentíssima; e sentencia: “*mais urgente porem he evitar o mal, por isso he necessario que o Governo se occupe do bem estar da classe pobre*”.

---

<sup>22</sup> Ver para o Brasil: MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Esp. Parte II – “Melhor prevenir que remediar”; e REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Especialmente os capítulos: 10- “Civilizar os costumes (I): a medicalização da morte”, e 11- “Civilizar os costumes (II): a morte legislada”.

<sup>23</sup> Cf. VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 211-221.

*antes de cair doente*". O médico, neste mesmo documento, pede demissão do cargo não sem antes haver reclamado das condições de atendimento do hospital improvisado em Maroim.<sup>24</sup>

A visão preventiva do dr. Valois destoava das políticas públicas de então. Tais medidas tinham caráter de emergência ou eram restritas aos socorros às vítimas da epidemia. O idealismo do doutor chocou-se com a realidade dos serviços de saúde naquela quadra, cujo ideal da "medicalização" estava em vias de afirmação.<sup>25</sup>

Outro exemplo do mal estar dos doutores com a precariedade dos serviços públicos, representando uma nova ordem de valores, pode ser vislumbrado com o testemunho do dr. Freitas Júnior, médico comissionado em Aracaju. Em outubro de 1855, ele reclama da falta de comodidade e higiene da enfermaria militar improvisada no Quartel da capital. Preocupava-o, sobretudo, a promiscuidade entre os doentes que "*se achão de mistura com os bons*". Aconselhou, portanto, a compra de uma casa "*em que se possa com a maior brevidade estabelecer uma Enfermaria*".<sup>26</sup>

Assim, os doentes, conforme a teoria dos miasmas, corromperiam a atmosfera do recinto através de sua transpiração e aumentariam o risco de contaminar os sãos. Eles, os doentes, sendo um foco miasmático, deveriam ser isolados ou excluídos do convívio.

---

<sup>24</sup> [Ofício do dr. Raimundo de Valois Galvão ao Barão de Maroim. Cidade de Maroim, 18 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886. Quatro dias antes, o doutor Valois Galvão reclamou, por ofício, que: "*o hospital [de Maroim] se acha em grande abandono por falta de enfermeiros, entendemos que é melhor acabar-se com ele*". [Ofício do dr. Raimundo de Valois Galvão ao Barão de Maroim. Cidade de Maroim, 14 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>25</sup> Sobre um relato quanto às ações sanitárias do poder público em Sergipe no século 19, ver: SANTANA, Antônio Samarone. "A Saúde Pública em Sergipe no Império". *As febres do Aracaju* (dos miasmas aos micróbios). Aracaju: UFS, 1997. p. 12-88. (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais).

<sup>26</sup> [Ofício do dr. José Antônio de Freitas Junior ao Barão de Maroim. Aracaju, 31 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

Além do hospital, a prisão também constituía um perigo à saúde pública. A promiscuidade, segundo os doutores, era uma das causas para a proliferação de miasmas e corrupção dos ambientes. Isto causava receio até entre os que praticavam a arte de curar.

Na prisão de Santo Amaro-SE, por exemplo, o delegado denuncia que os presos são pouco visitados pelo médico. No recinto achavam-se três afetados pelo cólera, e um outro havia falecido no dia anterior à reclamação da autoridade policial.<sup>27</sup>

A exigüidade de profissionais da saúde durante a epidemia e a demanda no período, talvez explique a “*pouca*” assistência médica na prisão de Santo Amaro. Ou por outra, o médico, sabendo que ali se encontrava um preso gravemente doente do cólera há algumas semanas, evitava respirar o “ar contaminado” do cubículo. Ocorre que, há quase um mês, estava detido naquela prisão um certo Manoel Ferreira, intensamente acometido pelo cólera-morbo e sentenciado pelo júri da cidade de Divina Pastora-SE a galés perpétuas.<sup>28</sup>

As más condições de higiene e instalação das cadeias públicas também vitimavam os presos. Alguns morriam de forma quase fulminante como um tal de Vicente Cardozo, que manifestou os primeiros sintomas do cólera às sete horas da noite e falecera as dez da manhã na mesma prisão de Santo Amaro.<sup>29</sup>

Na cidade da Estância, os detentos se encontravam, em sua maioria, “*quasi nús (...) em uma meia água que lhes serve de prisão*”, tendo por cama o chão de terra, lastimava o

---

<sup>27</sup> [Ofício do delegado José da Silva Travassos ao chefe de polícia. Vila de Santo Amaro, 16 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

<sup>28</sup> [Ofício do delegado José da Silva Travassos ao chefe de polícia. Vila de Santo Amaro, 25 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

<sup>29</sup> [Ofício do delegado José da Silva Travassos ao chefe de polícia. Santo Amaro, 22 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

delegado.<sup>30</sup> Estes e outros recintos, de acomodação promíscua e com a higiene que não atendia às recomendações médico-miasmáticas, atemorizavam os curadores.

Alguns médicos não arriscavam, com raras exceções, percorrer ambientes suspeitos de geração de miasmas. O dr. Joaquim José de Oliveira (1820-1872), afiançava ter como costume “*não entrar de noite em lugares empestados, sem lhes conhecer a posição e ventos reinantes*”.<sup>31</sup> Um outro, dr. Antunes de Salles (1817-1864), disse que suportou o veneno miasmático que impregnava a atmosfera do povoado Santo Antônio, a uma légua da vila do Lagarto, mas com sacrifício de sua própria vida. Ele fora visitar alguns doentes e passara pelas imediações de uma igreja abarrotada (dentro e fora) com “*mais de cinquenta cadáveres cholericos*”, dissera, exalando o miasma deletério.<sup>32</sup>

A vigilância de focos potenciais era uma preocupação médica no século 19.<sup>33</sup>

Exemplo disto foi que os donos de alambique, em Laranjeiras, foram intimados pelo delegado. Aconselhado por médicos ali residentes, o policial pediu a suspensão da destilação.

<sup>30</sup> [Ofício do delegado Urbano Joaquim Soledade ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Estância, 11 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351. Três anos após a passagem do cólera, as condições de salubridade das prisões eram criticadas pelo chefe de polícia à época: “*As cadêas de Villa Nova, Santo Amaro, São Cristóvão e Lagarto edificadas discricionariamente, sem methodo e systema algum de prisões, nas quaes todas as classes estão confundidas, sem segurança, sem acceio, postergadas as condições hygienicas, não preenchem o seu fim*”. A promiscuidade social - todas as classes confundidas – denotava perigo à saúde dos indivíduos; e a precariedade sanitária punha em risco a saúde pública, pois as prisões se localizavam nos centros habitados para onde se propagaria os miasmas ali gerados. “RELATORIO sobre as prisões da Província pelo chefe de polícia Ângelo Francisco Ramos. Aracaju, 22 de fevereiro de 1859”. In BROTERO, João Dabney D’Avellar. *Relatorio com que foi entregue a administração da província de Sergipe no dia 07 de março de 1859...*. Aracaju: Typographia Provincial, 1859. (BPED, DS-1438).

<sup>31</sup> [Ofício do dr. Joaquim José de Oliveira ao Barão de Maroim. Estância, 08 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>32</sup> [Ofício do dr. Manoel Antunes de Salles ao Barão de Maroim. Lagarto, 18 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>33</sup> Sobre a vigilância sanitária das instituições pela medicina social na Europa e no Brasil do século 19, ver respectivamente: CORBIN, A. “Os Pólos de Vigilância Olfativa”. *Saberes e Odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 34-50; MACHADO, R. et al. “Medicalizar as Instituições”. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 278-352.

Segundo os doutores, a destilação não era salutar em razão dos gases mefíticos produzidos pelo caxixe (resíduo da cana de açúcar) lançado no rio que contorna a cidade.<sup>34</sup>

O cheiro fétido exalado pelo caxixe empestava o ambiente. A medicina miasmática era eminentemente olfativa. A nova sensibilidade aos odores estava em plena emergência no meado do século 19. Havia uma intolerância às exalações consideradas pútridas, e por conseguinte deletérias.<sup>35</sup>

Um exemplo desta intolerância foi ensaiado pelo delegado de Laranjeiras, Francisco Barreto. Ele acusa um subdelegado de negligência por não ter instaurado um processo contra o comerciante português e dono de alambique, José Gomes Ribeiro, o qual continuava a destilar mesmo após a intimação da autoridade policial. O delegado sugere que seu subordinado fora corrompido pelo português, e escreve: “*Consta-me que o português José Gomes diz que tem dinheiro para comprar quantos processos lhe queirão fazer*”.<sup>36</sup> Francisco Barreto, o delegado, ameaça deixar o cargo, caso o chefe de polícia da província não sanasse tal irregularidade no serviço público. O austero delegado teria que viver mais cento e cinquenta anos para ver a venalidade, envolvendo funcionário público no Brasil, virar caso de polícia.

O esquadrinhamento da vigilância médico-sanitária atingia não apenas os locais públicos, mas também os privados. As casas mais humildes eram condenadas a focos de proliferação de miasmas. Sobre a residência dos sergipanos, um médico declarou em 1859:

---

<sup>34</sup> [Ofício do presidente da Câmara de Laranjeiras, Agostinho José Ribeiro Guimarães, ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 09 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

<sup>35</sup> Ver CORBIN, A. “Revolução Perceptiva ou o Odor suspeito”. *Saberes e Odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 19-115. Para o Brasil, confira: MACHADO, R. et al. “A cidade no plano da norma”. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 259-277.

<sup>36</sup> [Ofício do delegado Francisco Felix de Freitas Barreto ao Chefe de Polícia. Laranjeiras, 14 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

*“São as habitações em geral más, e construídas fora de todos os preceitos hygienicos. Edifícios estreitos, acanhados, baixos, pela mor parte terreos, mal ventilados, e sem que bem se difunda em seus interiores a luz solar, (...), sem falar da humidade, que em muitos lugares invade a propriedade em virtude de sua má collocação em relação ao ponto de sua edificação”.*<sup>37</sup>

O exemplo em tela, ilustra a concepção de uma medicina herdeira da doutrina hipocrático-galênica, calcada na livre circulação dos fluidos como causa de salubridade. Este preceito evitava o estacionamento de ares corrompidos por miasmas e ambientes estagnados pela escuridão e umidade.

Quanto às residências da nova capital da província, Aracaju, projetada para ser um símbolo de modernidade urbanística, os médicos denunciavam *“os máos e raros abrigos, que este lugar proporciona aos que o vão habitar; abrigos que os não põe acoberto das humidades do terreno e das fortes ventanias,...”*<sup>38</sup>

O recém empossado presidente, em relatório de 1856, corroborou a opinião dos médicos. Escreveu aos deputados que se sentiu contristado pela sorte dos empregados públicos da província, sujeitos *“a todas as privações, incommodos e risco mesmo de suas vidas, habitando em pequenos ranchos de palha”*.<sup>39</sup>

A precariedade das habitações nas “praias do Aracaju” foi também confirmada por outro testemunho. O juiz Antônio J. da Silva Gomes, logo após a passagem do cólera por

---

<sup>37</sup> “RELATORIO da Salubridade pública a cargo do Dr. Pedro Autran da Matta e Albuquerque Junior. Aracaju, 28 de fevereiro de 1859”. In BROTERO, João Dabney D’Avellar. *Relatorio ... no dia 07 de março de 1859*. Aracaju: Typographia Provincial, 1859. (BPED, DS-1438).

<sup>38</sup> “OFFICIO da Comissão nomeada para dar seu parecer acerca das condições hygienicas da capital do Aracaju, em 29 de junho de 1856”. In SÁ e BENEVIDES, Salvador Correia de. *Relatorio com que foi aberta a 1ª Sessão da undecima legislatura ... no dia 02 de julho de 1856*. Bahia: Typographia Carlos Poggetti, 1856. (BPED, DS-1437). p. 09.

<sup>39</sup> SÁ e BENEVIDES, Salvador Correia de. *Relatorio... no dia 02 de julho de 1856*. Bahia: Typographia Carlos Poggetti, 1856. (BPED, DS-1437). p. 55-56.

Sergipe, escreveu uma carta ao Imperador D. Pedro II dando as razões pelas quais não pôde transferir sua residência e o cartório do Juízo dos Feitos da Fazenda da cidade de São Cristóvão para a nova capital. Dentre os motivos alegados estava falta de casa “*decente*”, que não seja de palha, argumentou o magistrado.<sup>40</sup>

Nas moradias, para expurgar os miasmas do cólera, os médicos utilizavam a desinfecção e a caiação. Na província do Pará, por exemplo, casas foram desinfetadas com produtos químicos.<sup>41</sup> Em Sergipe, o doutor Valois Galvão, também desinfetou residências dos emigrados da epidemia da cidade de Maroim. Porém, ressaltou que muitos deixaram nelas “*imundices de toda a natureza, e os diversos objectos que servirão aos doentes em grande falta de aceio*”, ameaçando a saúde “*dos que ficarão na cidade*”, arrematou o médico.<sup>42</sup>

Nas embarcações, por seu turno, tais desinfetantes eram recorrentes. O dr. Pereira Rebelo (1820-1874), responsável pela inspeção de navios no porto de Aracaju em 1855, usou o gás ácido sulfuroso para purificar camarotes, roupas, cartas e outros objetos em caixas e baús; além dos passageiros e tripulantes vindos de portos infectados.<sup>43</sup> Na cidade do

---

<sup>40</sup> [CARTA do juiz Antônio Joaquim da Silva Gomes ao Imperador D. Pedro II. Aracaju, 14 de março de 1856]. Ms.-PDPH/DHI/UFS, caixa 136. Veja também [CARTA de Silvério (José Gomes) a Silva Gomes. Aracaju, 08 de dezembro de 1855]. Cópia do Arquivo Nacional – Seção dos Ministérios, cota-IJ<sup>1</sup> 392. Ms.-PDPH/DHI/UFS, caixa 136.

<sup>41</sup> No Pará, as casas eram assim desinfetadas: “*Lança-se o muriato de sôda, óxido de manganésio, e água em uma vasilha, ajunta-se pouco a pouco o ácido sulfúrico, tendo o cuidado de mexer a mistura de cada vez que se deitar o ácido. Fica a vasilha com a mistura no meio do quarto, fecham-se as portas e janelas do quarto, ou da sala, e n’elle não se entra senão depois de doze horas*”. “Instruções para o serviço de desinfecção e caiação das casas em que se derem os óbitos da epidemia reinante e da febre amarella”. *Jornal Treze de Maio*, Belém, n. 577, de 2 de novembro de 1855. Apud VIANNA, Arthur. *As epidemias no Pará*. 2. ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1975. p. 157.

<sup>42</sup> [Ofício do dr. Raimundo de Valois Galvão ao Barão de Maroim. Cidade de Maroim, 30 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>43</sup> [Ofício do Provedor de saúde do Porto, Guilherme Pereira Rebelo, ao Barão de Maroim. Aracaju, 07 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 2209.

Recife/PE, as mesmas medidas foram executadas durante o cólera de 1855, com maior rigor nas quarentenas, pelo médico contagionista Joaquim de Aquino Fonseca (1818-1882).<sup>44</sup>

Já nas ruas, também era comum, quando a epidemia se insinuava numa região, a desinfecção do ar com a queima de fogueiras.<sup>45</sup> Desta forma, a Junta de Higiene do Pará mandou fincar esteios nas vias públicas, no topo dos quais ardia um fogo com espécies odoríferas e com breu, resinas e alcatrão.<sup>46</sup>

As normas de higiene demorariam ainda para serem assimiladas e cuidadas por considerável parcela da sociedade. A epidemia de 1855, contudo, foi um ponto crucial de um longo processo de medicalização dos costumes, do qual ainda sofremos poderosa influência em nossas vidas. Desde o nascimento num parto obstétrico, passando pelo simples hábito de lavar os alimentos e as mãos antes das refeições, até o último momento com o laudo sobre a *causa mortis*. A onipresença do saber e das práticas médicas demonstra, em nossos dias, o triunfo de um competente projeto iniciado nos primeiros albores do século 19.

---

<sup>44</sup> Cf. ANDRADE, G. Osório de. *A cólera-morbo...* . 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1986. p. 30.

<sup>45</sup> Ver, por exemplo, o uso de fogueiras na Europa, mais especificamente na Bélgica no surto de 1866, em: POULAIN, M.; EGGERICK, T. "L'épidémie de choléra en 1866- Le cas de la Belgique". In BARDET, J.-P.; BOURDELAIS, P. *et al* (dir.). *Peurs et terreurs face à la contagion*. Paris: Fayard, 1988. p. 59-60.

<sup>46</sup> Cf. VIANNA, Arthur. *As epidemias no Pará*. 2. ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1975. p. 157.

## 1.2- O tratamento dos doentes

A vigilância médica sobre a salubridade das cidades era acompanhada pela preocupação com os doentes, mormente com os coléricos desvalidos. Estes, como já foi dito, eram considerados focos de infecção miasmática pela ausência de recursos morais e materiais que satisfizessem as exigências propugnadas pelos acadêmicos.

As formas de tratamento do cólera eram variadas. Não havia uniformidade porque não se conhecia um procedimento seguro e infalível de cura à época, nem uma etiologia específica. Alguns métodos empregados, quando não intensificavam os sintomas da doença, abreviavam a vida do doente. Portanto, as terapêuticas propostas eram puramente de caráter sintomatológico. Algumas até soariam prosaicas aos olhos de nosso século.<sup>47</sup>

Como exemplo, pode-se citar as “*Breves Instruções*” escritas pelo dr. Brito Travassos (1820-1885), publicadas em 1863. Ele tratou dos coléricos da Freguesia de Japarutuba no cólera de 1855. Do alto de sua experiência naquela quadra, ele instrui que o melhor combate advém durante os primeiros sintomas - “*roncaria nas tripas, dores no ventre e pequena diarrhea*”.

Receitam-se aqui gotas de tintura de laranjeira amarga ou chá de limão em meio cálix

---

<sup>47</sup> Sobre as diversas formas de tratamento na Europa, cf. BARDET, J.-P; BOURDELAIS, P. *et al* (dir.). *Peurs et terreurs face à la contagion*. Paris: Fayard, 1988. 78-80 e passim.

de água; agasalho com baeta para transpirar e banho quente no ventre.<sup>48</sup> Persistindo a diarreia acompanhada por vômitos, continua dr. Brito, dá-se vinho de ipecacuanha (planta medicamentosa) “*para favorecer os vômitos (...) meio que emprega a natureza para se desembaraçar dos miasmas, que tende a desorganisa-la*”.

Quando chega a ansiedade e a aflição no coração do infeliz, escreve o médico, cheira-se éter sulfúrico e bebe-se água de flores de laranjeira; servem como calmantes. Se isto não bastar, aplica-se sinapismo (cataplasma que provoca rubefação) de pimenta ou de mostarda sobre o estômago.

Para as câibras, faz-se fricções com um pedaço de baeta embebida em álcool canforado e tintura de gengibre. Chegando a algidez e a “*diarreia rebelde*”, convém a aplicação de um vesicatório (produção de vesícula por aquecimento) sobre o estômago. Prosseguindo o acometimento violento, aplica-se nos pés, recomenda dr. Brito, botijas cheias de água quente e fricções ao longo da coluna vertebral para excitar o doente.

Um depoimento do uso destas técnicas foi dado por Sílvio Romero (1851-1914). Ele recorda a dolorosa passagem do cólera por sua família em 1856 num engenho do município de Lagarto, quando também foi utilizada uma botija de água quente em sua irmã vitimada pela moléstia. Escutemo-lo:

---

<sup>48</sup> TRAVASSOS, João Ferreira de Brito. “Breves instruções sobre o tratamento do Cholera Morbus. Villa de Japarutaba, 30 de março de 1863”. *Correio Sergipense*, Aracaju, ano XXVI, n. 25, 01 de abril de 1863, p. 04. Em dezembro de 1855, o Barão de Maroim avisa ter recebido o número de um periódico paraense, anexo ao ofício do presidente daquela província, no qual se lia sobre o uso proficuo do sumo de limão no combate ao cólera. [Ofício do presidente da província de Sergipe, Barão de Maroim, ao presidente da província do Pará. Aracaju, 29 de dezembro de 1855. *Livro de registro das correspondências da província de Sergipe com as demais do Império*. Ano 1852-1857, fl. 144]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 88. O sumo de limão foi utilizado com relativo sucesso na província do Pará. O limão também foi empregado em Paris no surto de 1832. Dr. Robert Koch, descobridor do micróbio do cólera em 1883, verificou que uma pequena quantidade de ácido, no caso cítrico, fazia sucumbir o bacilo. Cf. VIANNA, Arthur. *As epidemias no Pará*. 2. ed. Belém: UFPA, 1975. p. 146-151.

*“Numa vasta sala (era a sala de jantar) junto a uma das paredes laterais, em colchão posto no chão, agonizava minha irmã Lídia, (...). Minha mãe, perto da doentinha, punha-lhe botijas de água quente, fervendo, aos pés. (...). A peste continuava a lavrar com intensidade. Lídia morreu. Minha mãe atacada depois, esteve a se partir também. Muitos escravos de estima faleceram. Eu nada tive, mas acendeu-se-me n'alma uma tão intensa saudade do 'engenho' que me torturou por anos inteiros”*.<sup>49</sup>

Voltando aos conselhos do dr. Brito Travassos, ele recomenda: se a algidez se torna geral *“é mister então recorrer ao ferro em braza, ou a um ferro de engomar quente, que se applicará rapidamente sobre o estômago para produzir vesícula”*.

Por fim, ele prescreve a sangria no braço quando há graves *“congestões cerebral, pulmonar, cardíaca, ou inflamação intestinal, febre e retenção de urinas”*. E ainda, não se deve negar água aos doentes, diz o esculápio.<sup>50</sup>

Seguindo a antiga idéia da harmonia dos humores como fator de saúde, receitaram-se vomitórios, purgações e sangria. Desde a Antigüidade Clássica, havia a crença de que a eliminação dos humores (sangue, fleuma, cólera e melancolia,) corrompidos restauraria a saúde.<sup>51</sup>

A teoria hipocrática dos humores preconizava que enquanto estes elementos estivessem em equilíbrio, o indivíduo seria saudável. Algumas doenças poderiam desencadear

<sup>49</sup> RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 1994. p. 42-43. (grifo meu).

<sup>50</sup> TRAVASSOS, João Ferreira de Brito. “Breves instruções sobre o tratamento do Cholera Morbus. Villa de Japarutuba, 30 de março de 1863”. *Correio Sergipense*, Aracaju, ano XXVI, n. 25, 01 de abril de 1863, p. 04. O dr. Brito Travassos (1820-1885) é sergipano de Santo Amaro das Brotas. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1845. Dedicou-se na terra natal à clínica e à agricultura. Iniciou-se na política pelo Partido Liberal de que foi representante na Assembléia Provincial. Na vila de Japarutuba/SE, ele foi adjunto promotor público e comissário vacinador. Faleceu nesta mesma vila. Cf. GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. *Diccionario Biobibliographico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925. p. 135-136.

<sup>51</sup> Cf. ROSEN, G. *Uma história da saúde pública*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Unesp; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994. p. 69. Sobre o uso excessivo das sangrias e purgações nos séculos 17 e 18 na Europa, ver LEBIGRE, A. “Sangrar e purgar!”. In LE GOFF, J. et al. *As doenças têm história*. 2. ed. Lisboa: Terramar, 1997. p. 289-298.

o acúmulo maior de um desses fluidos, levando ao desequilíbrio do organismo.<sup>52</sup> A idéia de circulação, liberação e fluidez permaneceu desde o estabelecimento desta teoria, elaborada por Galeno, segundo as concepções de Hipócrates na Grécia antiga. Tal teoria atravessou os séculos e sustentou-se com força numa época de liberdade comercial com a ascensão de uma classe que propunha a livre circulação de mercadorias desde a alta Idade Média, época dos burgueses notáveis.<sup>53</sup> No Brasil, a sangria teve largo emprego durante o período colonial, representando a migração de uma prática tradicional.<sup>54</sup>

Durante a epidemia de cólera de 1855, a sangria foi receitada nos estágios crônicos da doença. No entanto, na província do Pará, houve “*renhida discussão*” em torno do uso da sangria nos doentes crônicos. Já na Bahia, o sangramento foi usado com cautela por alguns terapeutas, somente quando houvesse febres e em indivíduos de forte constituição.<sup>55</sup> Em Sergipe, parece que não houve discussão sobre o método, mas houve quem o utilizasse. Assim, doutor Valois Galvão pediu, com urgência, ventosas e um escarificador. Este

---

<sup>52</sup> “Os excessos de sangue, catarro, bile, matérias fecais, urina, suor tornavam-se visíveis durante as crises de desequilíbrio, e não raro a doença desaparecia após a descarga de um desses fluidos, através de diarréias, vômitos, sudoreses, hemorragias, etc. Se a descarga não era feita naturalmente pelo organismo, deveria, segundo algumas correntes doutrinárias, ser provocada, sendo a terapêutica hipocrática dirigida basicamente para o ataque às causas do desequilíbrio, visando restabelecê-lo”. Cf. LIMA, Tania Andrade. “Humores e Odores”. *História, Ciências e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, nov. 1995 a fev. 1996. p. 47-48 e passim.

<sup>53</sup> Em 1756, na França, os cirurgiões passam a fazer parte “do número dos burgueses notáveis das cidades e lugares onde residem...”. Apud LEBRUN, F. “Os cirurgiões-barbeiros”. In LE GOFF, J. et al. *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1997. p. 304.

<sup>54</sup> Era recorrente na colônia, chegando até o século 19, a figura do barbeiro-sangrador ou cirurgião-barbeiro. Este era geralmente leigo ou raramente examinado. Além de cortar o cabelo e fazer a barba, praticou a pequena cirurgia; sangrou, escarificou, aplicou ventosas e sanguessugas, etc. Eram fortes concorrentes de físicos e cirurgiões na arte de curar, sobretudo nos lugares onde era preciosa a presença dos cirurgiões ou médicos. Cf. SANTOS FILHO, Lycurgo. *História da medicina no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1947. v. 01, p. 145-149.

<sup>55</sup> DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível*. Salvador: Edufba/Sarah Letras, 1996. p. 85.

instrumento servia para a sangria por sarjas na pele.<sup>56</sup> Outro médico local, dr. Derizans, também registra o uso da sangria em sua lista de tratamentos no combate ao flagelo.<sup>57</sup>

Outras terapêuticas e medicamentos foram vendidos como infalíveis no tempo do cólera. O próprio doutor Derizans garantia a cura daqueles que seguissem com rigor o tratamento com sulfato de quinina.<sup>58</sup> Este esculápio acreditava que o cólera era um envenenamento miasmático que abatia o sistema nervoso, e suas conseqüências eram verificadas, segundo ele, pelo mau funcionamento do sistema circulatório e digestivo.

Foram várias as drogas aplicadas interna e externamente nas experiências dos socorros aos coléricos por Derizans. Eis algumas: tartrato de antimônio potássico; ópio; êmético catártico; ipecacuanha (erva de longas raízes grossas e nodulosas); tinturas de quina, de nox vômica, de arnica; sulfato de estriquinina; ratânia; amoníaco; óleo essencial de hortelã; eterolado de fósforo; cianureto de potassa, cânfora. A terapia era complementada com calóricos, esfregações, sinapismos, banhos de vapor e sangria. Apenas um detalhe: faleceram todos os pacientes (24) submetidos ao coquetel elaborado por Derizans.<sup>59</sup> Diante da situação, ele lamenta não poder curar pacientes em estado avançado. E declara frustrado: “*Tudo quanto reccomenda a sciência tinha sido esgotado por mim*”. Quanto ao estado dos doentes, era tão

---

<sup>56</sup> [Ofício do dr. Raimundo de Valois Galvão ao Barão de Maroim. Cidade de Maroim, 14 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886. Cf. também VIANNA, A. *As epidemias no Pará*. 2. ed. Belém: UFPA, 1975. p. 143-144.

<sup>57</sup> DERIZANS, Benito. “O cholera epidêmico de Lorangeiras, e o seu melhor tratamento com o sulphato de quinina”. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Freres, 1902. p. 05. (BPED – DS, 854).

<sup>58</sup> A quinina é uma substância amarga extraída da casca da quina (árvore do gênero *Cinchona*, da família das *Rubiáceas*). O sulfato de quinina é a composição do ácido sulfúrico mais a quinina, formando um sal solúvel em álcool e água empregado durante as febres intermitentes. Cf. CHERNOVIZ. *Diccionario de medicina popular*. 6. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. v. II, p. 857 e 860-61.

<sup>59</sup> DERIZANS, Benito. Op. cit., p. 03 e 05.

crítico que os alimentos ingeridos parecia ter “*corrido por hum canudo inerte mais bem do que pelo tubo digestivo*”, anotava aterrado o médico.<sup>60</sup>

Os medicamentos, muitas vezes, tinham mera função placebo. Funcionavam mais como um sugestivo moral diante dos estertores de pacientes crônicos. Diante da dificuldade de vencer a doença, Derizans compara o cólera a um ser ardiloso; com vontade própria. Uma moléstia “*insidiosa e traiçoeira*”; chega com “*pez de lan*” para logo “*vir com quatro pedras na mão*”, advertia em alusão à fulminância da peste.<sup>61</sup>

A doença, aqui, é revestida com a alegoria do maligno, com suas qualidades específicas tão difundidas pela cristandade a tentar mentes sãs e corpos sadios. O miasma se confunde com um demônio pérfido e ameaçador.

Na imagem produzida por Derizans a doença assume duas atitudes humanas paradoxais. No primeiro momento a peste é capaz de armar artil, de planejar um ataque traiçoeiro, calculado, pois sua natureza incerta, fluida, impalpável, invisível, espectral, enfim, “*miasmática*”, a permitia. Num segundo instante, o cólera ganha materialidade (pés de lã) e ação de desvario (com quatro pedras na mão) para prorromper com gana sobre os homens a fim de extrair toda as suas forças vitais num linchamento hediondo; em uma palavra: dizimá-los. A humanidade e a ciência tornam-se impotentes diante do mal.

O mesmo dr. Derizans tinha outra preocupação: era com a regularidade do fluxo sangüíneo. Uma vez que o alvo de suas investidas era o sistema nervoso este era responsável, segundo ele, pela distribuição regular do líquido vital. Onde o uso de técnicas para enrubescimento do corpo álgido dos coléricos.<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup> DERIZANS, Benito. Loc. cit., p. 05-06.

<sup>61</sup> DERIZANS, Benito. Op. cit., p. 3, 6 e 21 respectivamente. (BPED – DS, 854).

<sup>62</sup> DERIZANS, Benito. Loc. cit., p. 15.

Por outro lado, a concepção humoral da doença sobre o corpo também se verifica no uso, por vezes abusivo, de laxantes. O citrato de magnésia foi usado para este fim pelo dr. Freitas Júnior, numa lista de medicamentos enviada aos coléricos da Barra dos Coqueiros-SE, receitada para os doentes com “*prisão de ventre e ataque cerebral*”.<sup>63</sup> Respeitando a idéia da evacuação dos humores corrompidos, aplicavam-se também eméticos, remédios que provocam vômitos, como o emético catártico e o pó da raiz de ipecacuanha.<sup>64</sup>

Seguindo outro norte, o dr. Pedro Autran (1829-1886), não estava tão preocupado com medicamentos, mas com a infra-estrutura para os atendimentos. Reclama de condução e cavalgadura para tratar em outros pontos; de diligência pela grande demanda no aviamento dos remédios e da baixa qualidade dos socorros por falta de auxiliares habilitados. Dr. Pedro Autran argumenta então que na azáfama da epidemia

*“poucos são os instantes que tem o médico de demorar-se a cabeceira do enfermo, por lhe ser preciso imediatamente acudir a outros chamados que progressivamente se vão succedendo, e assim tornão-se precisos dois, ou três homens que prestem os cuidados de enfermeiros aos infelizes doentes. (...) e assim igualmente é necessario uma pessoa habilitada para o aviamento dos remédios”*.<sup>65</sup>

A passagem acima ilustra as dificuldades enfrentadas pelos terapeutas diante da precariedade dos socorros e da rápida propagação da peste pelos rincões da província. Mesmo com cofres exaustos e insuficiência de pessoal, vislumbrou-se nas ações do poder público, contra o cólera-morbo, medidas para combater a peste. É do que trata o trecho seguinte.

<sup>63</sup> Além do laxante, a lista trazia calmantes, suadores e aquecedores por fricção, cataplasmas para suspensão das dores no ventre e chás com éter sulfúrico para suspensão de vômitos e “*ameaças nervosas*”. [“Modo de usar dos medicamentos que compõe a ambulância da Barra dos Coqueiros” pelo Dr Freitas Junior. Aracaju, 9 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>64</sup> Ver DERIZANS, op. cit. e CHERNOVIZ, op. cit., verbete **ipecacuanha**.

<sup>65</sup> [Ofício do dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 13 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

## 2. O Governo contra a peste

### 2.1- Uma “bio-política”: intervenções do poder executivo

João Gomes de Melo, o Barão de Maroim (1809-1890), experimentado político do legislativo, presidiu a província de Sergipe no tempo do cólera, entre setembro de 1855 e fevereiro de 1856. Foi sua única experiência no executivo. Ele escreveu, em relatório oficial, que durante a sua administração todo o seu tempo fora empregado em “*socorrer a população (...) do mortífero flagello do cholera morbus*”. Suas principais medidas para combater o cólera foram: criação de provedorias de saúde dos portos, contratação de facultativos, enfermeiros, condutores de cadáveres e coveiros; envio de ambulâncias, alimentos e dinheiro; abertura de lazaretos, hospitais e cemitérios provisórios. Viu-se, portanto, acossado na administração.

Noutro passo do referido relatório, ele nos conta que para combater a epidemia estava circunscrito a limitados recursos financeiros e “*sem médico, sem medicamentos, sem Autoridades energicas*”.<sup>66</sup>

Num momento em que o clamor ecoava pela província, o Barão viu-se perturbado com a enxurrada de pedidos e afazeres em sua molestada administração.<sup>67</sup> Enrodilhados ao cólera, estavam a fome e o pavor da população. Mesmo assim, o presidente enfrentou o atormentado cotidiano administrativo até o declínio do flagelo em fevereiro de 1856.<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> MELO, João Gomes de (Barão de Maroim). *Relatório...*, no dia 27 de fevereiro de 1856. Aracaju: Typographia Official, 1856. p. 01 e passim. (BPED, DS-1437).

<sup>67</sup> O antecessor do Barão de Maroim, Ignácio Joaquim Barbosa (1821-1855), havia falecido no município da Estância, desde o dia 06 de outubro, vítima das “*febres do Aracaju*”. Barbosa fundara a nova capital por decreto em 17 de março de 1855.

<sup>68</sup> [Ofício do Barão de Maroim ao presidente da província da Bahia. Aracaju, 11 de fevereiro de 1856]. *Livro de registro das correspondências da província de Sergipe com as demais províncias do Imperio. Anos 1852 a 1857*, fl. 152. Ms. APES-fundo G<sup>1</sup>, v. 88.

O Barão de Maroim foi figura ímpar durante a passagem da epidemia. Como presidente em exercício, ele centralizou as decisões; tomou para si as rédeas da província. Suponho que o Barão tivesse atravessado este desfiladeiro de sacrifícios por três motivos plausíveis: por piedade aos conterrâneos, filantropo e cristão que era; por pleitear outro título nobiliárquico; ou ainda por desejar assegurar um cargo eletivo. Afinal, sendo o primeiro intento ofício de um nobilitado, e o segundo não conseguindo realizar, Gomes de Melo, experiente articulador político, foi escolhido senador do Império em 1861. A cadeira era vitalícia ...<sup>69</sup>

Não obstante as ações públicas para debelar a epidemia fossem paliativas e emergenciais, alguns funcionários pagaram com suas próprias vidas na luta contra a peste. Foi assim que, no epílogo do drama epidêmico, o inspetor de quartelão do Bom Jesus, termo da cidade de Laranjeiras, informou o falecimento por cólera do estafeta Bernardo José de Lima. Ele teria vindo de Propriá, às margens do São Francisco, e havia passado pela vila da Capela.<sup>70</sup> A função de mensageiro oficial era representativa para o logro das ações contra a moléstia. Podia-se levar informações, ambulâncias e dinheiro pelas veredas agrestes.<sup>71</sup> As medidas de contenção do mal tinham caráter de urgência. A falta de prevenção eficaz e infraestrutura suficiente demandava funcionários e atitudes diligentes. O envio de facultativos e

---

<sup>69</sup> Cf. CARDOSO, Amâncio. “Barão de Maroim, o ‘administrador do cólera.’ ”. *Jornal da Cidade*. Aracaju, n. 8359 e 8360, p. B-06, 23 e 24 de maio de 2000.

<sup>70</sup> [Ofício do administrador do Correio Geral de Sergipe, Conrado Carneiro de Meneses, ao presidente da província Salvador Correia de Sá e Benevides. Aracaju, 03 de abril de 1856]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 2241.

<sup>71</sup> O cólera-morbo dizimou três estafetas, e alguns “*em caminho no meio de sua jornada*”, os quais foram substituídos por portadores em embarcações. Cf. MELO, João Gomes de (Barão de Maroim). *Relatório...*, no dia 27 de fevereiro de 1856. Aracaju: Typographia Official, 1856. p. 36. (BPED, DS-1437).

remédios foi uma destas diligências. No entanto, protestava-se muito pela falta de cemitérios e médicos.<sup>72</sup>

Em que pese escassez de terapeutas acadêmicos, às vezes a nomeação era recusada pelos próprios. O doutor Guilherme Rebello (1820-1874), sentindo-se injustiçado, não aceitou sua comissão para encarregar-se do curativo dos pobres de Aracaju e da Barra dos Coqueiros, mediante a diária de dez mil réis. Alegou que outros médicos se dedicavam bem menos ao serviço público e eram remunerados com o dobro.<sup>73</sup> Possivelmente esta diferença no estipêndio tenha ocorrido porque o dr. Rebello já percebia vencimentos como Provedor de Saúde do porto da capital.<sup>74</sup>

Por seu turno, o doutor João Borges também não aceitou a nomeação para atender coléricos de Laranjeiras porque já havia firmado contrato com proprietários de engenho, “*onde se encontram grande número de moradores desvalidos*”, argumentou.<sup>75</sup> Já o dr. Sobral Pinto também deu prioridade ao tratamento de seus antigos clientes de “*fora da villa [da Capela]*”. Para suprir sua falta e a de um colega que comungava com sua atitude, dr. Sobral

<sup>72</sup> Vieram cerca de dez facultativos (médicos e estudantes de medicina) da província da Bahia. Os pedidos eram constantes. Contudo, a Câmara Municipal de Itabaiana-SE, além de reclamar da ausência dos esculápios, condenava a carestia dos seus serviços (oitenta mil réis) e do mau atendimento por que “*tanto exigem por uma viagem aqui [Itabaiana], e quase sempre improficua pela preça com que se retirão*”, declaravam os edis. [Ofício da Câmara Municipal de Itabaiana ao Barão de Maroim. Vila de Itabaiana, 18 de setembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43. A ausência de uma área, que servisse de cemitério para substituir as igrejas e os descampados, foi protestada por um subdelegado da vila do Espírito Santo (atual Indiaroba). Ele apontava a necessidade urgente de se ter no lugar “*um cemitério mêsmo d’estaca rachadas...*” visto que cinco perecidos haviam sido enterrados no mato, informa a autoridade. [Ofício do subdelegado, João Goes, ao Barão de Maroim. Povoado Campinhos (termo da Vila do Espírito Santo), 29 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>73</sup> [Ofício do provedor de saúde do porto, Guilherme Pereira Rebello, ao Barão de Maroim. Aracaju, 07 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 2209.

<sup>74</sup> O Barão de Maroim cria a provedoria do porto da Cotinguiba em 27 de setembro de 1855, uma de suas primeiras medidas frente administração da província, com o fito de regularizar a polícia sanitária em face da epidemia. Cf. *Correio Sergipense*. Aracaju, n. 51, 07 de novembro de 1855, p. 02. (B.P.E.D. - pacotilha 23-A).

<sup>75</sup> [Carta do dr. João de Carvalho Borges ao Barão de Maroim. Cidade de Laranjeiras, 01 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

Pinto pediu ao presidente o envio de um acadêmico ao centro da vila para remediar “*similhantes faltas, quando por acaso houvesse*”, justifica o facultativo.<sup>76</sup>

Mesmo diante da recusa de uns e caprichos de outros, o governo providencia ações. No início de novembro de 1855, o presidente pede verbas ao ministro do Império com o fito de pagar aos facultativos, principalmente os procedentes da Bahia; comprar medicamentos a esta província; construir mais cemitérios provisórios e pagar aos praças e voluntários para conduzir os cadáveres; alugar casas para servir de pontos sanitários e lazaretos; enviar dinheiro às Câmaras para os socorros públicos; e por fim, comprar alimentos e cobertores.<sup>77</sup> Às vezes, tais providências esbarravam na carência de veículos para condução das ambulâncias e mantimentos aos diversos pontos.<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> [Ofício do dr. Joaquim Sobral Pinto ao Barão de Maroim. Villa da Capella, 21 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>77</sup> [Ofício do Barão de Maroim ao Ministro do Império. Aracaju, 03 de novembro de 1855]. *Livro de registro de corresp. do governo desta provincia com a Corte.... Anos 1851-1856, fls. 177-180*. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 102.

<sup>78</sup> [Ofício do Barão de Maroim ao delegado. Estância, 30 de novembro de 1855]. *Livro de registro das corresp expedidas para a extinção do cólera da Com. da Estância. Ano 1855 a 1857*. fl. 02. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244.

Aliás, a exigüidade de recursos humanos e financeiros do governo, aliada à pobreza da maioria dos habitantes, deu lastro à sanha da peste.<sup>79</sup> A Bahia, neste contexto, foi um porto seguro para a desvalida província sergipense.<sup>80</sup>

Na tentativa de controlar o galope epidêmico, o presidente recomenda que os coléricos sejam levados por meios persuasivos ou por coação a um ponto sanitário (hospital improvisado), ao invés de serem tratados em suas próprias casas. Ele alega que *“a experiencia tem mostrado que estando elles a seo bel prazer em suas casas perturbão e não seguem o regimem medico, quebrão as dietas e a mortalidade se augmenta muito mais”*.<sup>81</sup> A mesma

---

<sup>79</sup> Sobre a miséria material da população da vila do Rosário, dificultando a administração das receitas, assim se pronunciava uma autoridade: *“... [1º] o mal está em progresso tal que não admite a demora por menor que seja. 2º que mesmo assim quando o contrario se concedesse, a excepção de 16 ou 20 pessoas, tudo mais desta villa sofre absoluta pobreza”*. [Ofício do subdelegado, Antônio de Loureiro Fraga, ao Barão de Maroim. Vila do Rosário, 18 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158. Várias outras fontes acentuavam a extrema pobreza da população. Os vereadores da vila da Divina Pastora pedem a instalação de um hospital provisório para *“receber os doentes que forem cahindo pelas ruas, e mesmo para aqueles pobres, cujas habitações não reúnem as condições higiênicas favoráveis para seus tratamentos”*. [Ofício da Câmara Municipal de Divina Pastora ao Barão de Maroim. Divina Pastora, 29 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43. O doutor Pedro Autran após fazer visita a Lagarto, no agreste sergipano, afirma que seus intuitos de médico não poderiam ser realizados por causa da *“extrema pobreza dos infelizes d’aquella villa”*, havendo carência de *“camas, cobertores e roupas por grande numero de individuos”*. [Correspondência do Dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque ao Barão de Maroim. São Cristóvão, 09 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886. Era também comum testemunhos reclamarem da falta de verbas públicas para as diligências contra a peste. O delegado da Estância, por exemplo, pede à Câmara a abertura de valas nos cemitérios e mais alguns veículos para conduzir os corpos. Porém, os edis alegavam não ter meios pecuniários. O próprio delegado fez despesas particulares com enterramentos de dois coléricos e com a caiação da residência de um destes. [Ofício do delegado Urbano Joaquim Soledade ao Chefe de polícia. Estância, 19 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

<sup>80</sup> Os medicamentos e outros gêneros enviados pela Bahia chegaram a Sergipe nos dias 12 e 22 de novembro; 04 de dezembro de 1855 e 14 de janeiro de 1856. Além de enviar estes recursos, a Bahia manteve embarcações de transporte do açúcar sergipano para exportação em atividade, graças à ordem dada pelo Barão de Maroim revogando a proibição da entrada nas barras sergipenses de navios oriundos da Bahia ou Rio. Para o Barão, a manutenção da proibição seria calamitosa por entorpecer o comércio, sobretudo o escoamento do açúcar, além do prejuízo na Fazenda. Porém, ele mantém da quarentena. [Ofício do Barão de Maroim ao administrador da Mesa de Rendas da cidade da Estância. Aracaju, 28 de setembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886. Entretanto, no início de novembro de 1855, o Barão atende à sugestão do dr. Pereira Rebello para que se suspendesse a quarentena rigorosa dos navios vindos da Bahia para o porto da Cotinguiba, em Aracaju, pelos seguintes motivos: 1- O cólera estaria extinto na província baiana; 2- A epidemia já se propagara pela maior parte da província de Sergipe e 3- pela falta de infra-estrutura do lazareto para acomodar as senhoras passageiras. [Ofício do provedor de saúde do porto da Cotinguiba, Guilherme Pereira Rebello, ao Barão de Maroim. Aracaju, 04 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 2209.

<sup>81</sup> [Ofício do Barão de Maroim ao dr. Joaquim José d’ Oliveira, provedor de saúde pública. Estância, 30 de novembro de 1855]. *Livro de registro das correspondencias expedidas para a extinção do colera-morbus da Comarca da Estancia. Ano 1855 a 1857*. fl. 04. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244.

prescrição foi adotada na Europa, onde os mais pobres adquiriram pavor à hospitalização. Também na Bahia os populares temiam médicos e hospitais no tempo do cólera.<sup>82</sup>

A desobediência civil aos tratamentos recomendados, dois meses depois do surgimento do cólera na província, se explica, entre outros motivos: pela ausência de médicos em tempos ordinários junto aos mais humildes; pelo preconceito dos acadêmicos aos hábitos das “classes inferiores”; e pelos dolorosos tratamentos alopáticos a que eram submetidos, o que ocorria paralelo à dizimação de milhares de pessoas pelo flagelo. As ciências das faculdades ainda estavam distantes do cotidiano da gente iletrada. À época, os doutores não faziam parte, ao menos solidamente, do imaginário nosológico dos mais simples tanto quanto os curandeiros.<sup>83</sup>

---

<sup>82</sup> Cf. ORIS, Michel. “Choléra e higiène publique en Belgique. Les réactions d’un système social face à une maladie social”. In BARDET, J.-P; BOURDELAIS, P. *et al* (dir.). *Peurs et terreurs face à la contagion*. Paris: Fayard, 1988. p. 95 e passim. DAVID, O. Reis. “Medos e resistências”. *O inimigo invisível*. Salvador: Edufba/Sarah Letras, 1996. p. 64.

<sup>83</sup> João Gomes de Melo, o Barão de Maroim (1809-1890), assume oficialmente que teve de “lançar mãos de curandeiros” para alguns pontos da província, chegando a subvencioná-los. De acordo com a tabela das despesas de seu relatório, o governo despendeu com curandeiros pelo atendimento aos coléricos a quantia de 2:515\$060; e com os boticários 540\$000. Donde se verifica que a presidência obteve mais dispêndio com terapeutas populares do que com os donos de botica (manipuladores e fornecedores de remédios), sem levar em conta que, certamente, as comissões pagas aos últimos deveriam ser superiores, pois sua atividade era legalizada e de maior *status*, portanto. Com os médicos a quantia gasta foi de 14:745\$000, demonstrando um relativo prestígio dos curadores oficialmente legitimados, uma vez que o número de doutores na província deveria ser menor do que o de curandeiros. Cf. MELO, João Gomes de (Barão de Maroim). *Relatório... no dia 27 de fevereiro de 1856*. Aracaju: Typographia Official, 1856. p. 04-05 e anexo – tabela n. 05. (BPED, DS-1437). Por outro lado, o médico e escritor sergipano Constantino José Gomes de Souza (1825-1877), que tratou dos coléricos em sua terra natal, Estância-SE, num de seus romances, *O Desengano*, de 1871, idealizou um personagem com dupla experiência existencial: de médico formado na Europa e de curandeiro das matas do município da Estância-SE. Este personagem consegue maior sucesso junto aos habitantes como agente popular de cura do que os doutores de faculdade, aplicando uma beberagem em coléricos. Cf. SOUZA, Constantino José Gomes de. *O Desengano*. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo, 1871. 262 p. Sobre terapeutas populares nas primeiras décadas do século 19, no Brasil, a historiadora Tânia Pimenta, identificou que eles tinham maior apelo entre a maioria da população. Pois, tais práticas de cura eram exercidas por pessoas de estratos inferiores (escravos, forros e livres pobres), havendo uma proximidade entre curadores e clientela; ao contrário da medicina acadêmica que, em geral, era praticada por pessoas de classes privilegiadas. Segundo, pela carência de médicos vários estratos da população, inclusive os mais ricos, recorriam a terapeutas populares. Por fim, as pessoas reconheciam, de certa forma, a competência destes curandeiros. Ver PIMENTA, Tânia Salgado. “Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-1828)”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. V, n. 2, jul.-out. 1998, p. 354-355.

Este quadro era mais evidente especificamente na província de Sergipe, devido ao reduzido número de médicos em relação à população em tempos normais, e os que atuavam geralmente atendiam a clientes de maior recurso, como os senhores de engenho, ou praticavam sua arte noutras províncias.<sup>84</sup>

Retornando aos procedimentos do governo, no que diz respeito ao socorro público, nem todos seguiam seus preceitos. Discordando da ordem expedida pelo Barão para que se concentrasse o atendimento aos doentes no ponto sanitário, um subdelegado da cidade de Maroim se indigna porque tais pontos, por se encontrarem dentro das povoações, excluiriam aqueles que habitavam nos subúrbios ou no campo. Ele acrescentou que estes moradores têm igual direito aos de dentro da vila, qualificando a determinação do presidente de desumana, tirana e injusta, pois levaria os desvalidos “*de fora*” a morrerem à míngua. Desabafa o subdelegado.<sup>85</sup>

A presidência ordenou ainda, baseada na teoria miasmática, a proibição da abertura das igrejas e seus departamentos antes das sete horas da manhã e depois das cinco da tarde. Neste intervalo haveria maior concentração de miasmas na atmosfera, conforme aquela teoria. Só haveria exceção para a saída do viático (procissão com o Santíssimo Sacramento da igreja para casa dos enfermos).

A saída do viático, promovida pelas irmandades, como respeito religioso tradicional aos moribundos, ainda se mantinha a duras penas numa sociedade devassada pela incipiente, mas eficiente, medicalização.

---

<sup>84</sup> Estão entre os médicos sergipanos que prestaram socorro em 1855, mas estudaram e prosseguiram sua formação intelectual e profissional noutras províncias, os doutores Constantino José Gomes de Souza (1825-1877); Antônio da Silva Daltro (1833-1888); Tobias Rebelo Leite (1827-1896).

<sup>85</sup> [Ofício do subdelegado, Manoel de Souza Macieira, ao Barão de Maroim. Vila de Maroim, 05 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

Contudo, nem mesmo durante o dia, o governo não consentia reuniões em massa nos templos por conta da emissão no ar da transpiração, alterando-o e tornado-o nocivo durante a crise epidêmica, conforme a teoria miasmática.<sup>86</sup> Esta ordem será também desobedecida pela população que via no apelo ao poder divino a salvação contra a peste.<sup>87</sup>

Assim, o governo inverte as estratégias de controle da população a depender do objetivo almejado. Por um lado, para proteger os sãos, pede às autoridades que instassem a dispersão do povo em seus lares, evitando reuniões em massa nas igrejas e outros estabelecimentos, então considerados insalubres como vimos em capítulo anterior. Desamontoar as pessoas e proceder a uma nova forma de uso no espaço dos equipamentos urbanos servem tanto para evitar desordem, com ajuntamentos de gente em estado de pavor, quanto para “*completar o trabalho da ventilação, para dominar o fluxo das exalações e para impedir o efeito morbífico das emanações sociais*”.<sup>88</sup>

Por outro lado, para curar os doentes, o governo coage os enfermos a se concentrarem nos pontos sanitários com o intuito de isolá-los e monitorá-los, além de baixar os custos com o atendimento centralizado e a diminuição da necessidade de pessoal habilitado.<sup>89</sup>

---

<sup>86</sup> [Ofício do Barão de Maroim ao delegado. Estância, 30 de novembro de 1855]. *Livro de registro das corresp. expedidas para a extinção do colera-morbus da Comarca da Estancia. Ano 1855 a 1857*. fl. 02. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244. Sobre as preocupações científicas da Osfresilogia dos séculos 18 e 19 na Europa com relação aos odores das excreções humanas, confira: CORBIN, A. “Emanações Sociais”. *Saberes e Odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 51-78.

<sup>87</sup> Ver o próximo tópico desta dissertação: “**A população contra a peste**”, no qual o povo recorre aos poderes da Providência para debelar o flagelo.

<sup>88</sup> CORBIN, A. *Saberes e Odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 133.

<sup>89</sup> A medicina científica auxiliou a sociedade moderna à controlar os indivíduos não apenas pela consciência e pela ideologia, mas, segundo Foucault, tal controle “*começa no corpo, com o corpo*”, configurando-se o que ele chamou de uma estratégia bio-política para designar a medicina moderna. FOUCAULT, M. “O nascimento da Medicina Social”. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996. p. 79-98.

Contrariando esta situação, outro subdelegado de Maroim registra, anteriormente à ordem de concentrar os doentes nos hospitais, a impossibilidade de continuar com o “*ponto sanitário*” por falta de enfermeiro. O policial propõe que os doentes sejam atendidos em suas casas “*por que assim será mais fácil achar pessoas que se queiram encarregar dessa tarefa*”.<sup>90</sup> A dificuldade de se encontrar pessoas habilitadas para cuidar dos enfermos era um quadro sempre presente; seja por mera escassez de mão-de-obra, seja por inépcia ou por medo.<sup>91</sup>

Estas e outras dificuldades administrativas foram enfrentadas também pelas Câmaras municipais, que tentavam, dentro de suas limitações, cumprir as ordens sanitárias. Este é o ponto que dissertarei a seguir.

## 2.2- Pondo ordem na cidade: o papel das Câmaras Municipais

Além do executivo provincial, o legislativo municipal também pelejou no combate à peste. As medidas dos camaristas, baseadas na teoria miasmática, eram expressas através de posturas<sup>92</sup>, que reordenavam povoações com mudança de estabelecimentos suspeitos de ameaça à saúde coletiva e punia quem atentasse contra as normas da higiene (limpeza de ruas

---

<sup>90</sup> [Ofício do subdelegado, Antônio Saturnino de Lima Costa, ao Barão de Maroim. Vila de Maroim, 14 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>91</sup> O presidente da Câmara de Divina Pastora-SE lamenta que o filantropo mais habilitado, capitão Felix Zeferino Cardoso, teve de deixar os enfermos pobres do lugar para cuidar de sua família, “*na qual já aparecerão alguns casos da epidemia*”. [Ofício do presidente da Câmara Municipal, Antonio Luiz de Loureiro Maior, ao Barão de Maroim. Vila de Divina Pastora, 08 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43. Por seu turno, a presidência acusa a falta de enfermeiros para enviá-los à Comarca da Estância, uma das mais populosas à época. [Ofício do Barão de Maroim ao Juiz Municipal. Cidade da Estância, 22 de dezembro de 1855]. *Livro de registro das corresp. exp. para a extinção do cólera da Comarca da Estância. Ano 1855 a 1857*. fl. 07. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244.

<sup>92</sup> **Posturas** – 7. Conjunto de preceitos municipais escritos, que obriga os munícipes a cumprirem certos deveres de ordem pública”. FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1373.

e fontes, caiação de casas, alinhamento de calçada, proibição de criação de animais soltos, despejo de imundícies, perturbação da “moral pública”, etc.).

As Câmaras, desde a lei de outubro de 1828, tornam-se responsáveis pela fiscalização e deliberação de sanções sobre as infrações contra a salubridade pública. Num passo da lei, se lê: “*Art. 71. As Câmaras deliberarão em geral sobre os meios de promover, e manter a tranqüilidade, segurança, saúde (...) o asseio (...) dos edificios e ruas, das povoações e sobre estes objectos formarão as suas posturas...*”.<sup>93</sup>

Durante e depois da passagem da epidemia, algumas medidas profiláticas, imbuídas da teoria miasmática, foram ensaiadas sobre centros povoados. Em outubro de 1855, por exemplo, a Câmara de Simão Dias, concorda com a representação do fiscal para a mudança do açougue. Ele condena sua localização – próximo à feira, no centro da cidade -, concorrendo com isto para uma infecção pela corrupção do ar devido ao sangue pútrido das reses penduradas. Além disso, o açougue era “*pequeno e acanhado*”, sem comodidade, de sorte que “*agglomerando-se em grande abundância os povos que para ahi concorriam, tornava-se nocivo à saúde...*”.<sup>94</sup> Para os vereadores, calcados naquela teoria, a pouca circulação do ar e a transpiração das pessoas no recinto podiam, como vimos, produzir miasmas, motivando a sugestão de sua transferência.<sup>95</sup>

---

<sup>93</sup> Apud SANCTOS, Affonso José dos. *Regimen Sanitario*. Bahia: Litho Typographia de João Gonçalves Tourinho, 1881. p. 21. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia).

<sup>94</sup> [Ofício da Câmara Municipal ao Barão de Maroim. Vila de Simão Dias, 06 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

<sup>95</sup> Sobre a medicina e sua intervenção no meio ambiente, consulte, neste mesmo capítulo, o item 1. **Os médicos contra a peste**. Quanto à simbiose entre a medicina social e o Estado no Brasil Império, ver MACHADO, R. et al. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

Noutro exemplo, na cidade da Capela, as providências da Câmara, como medida de urgência contra a peste, foram: criação de hospital para tratamento dos “*enfermos indigentes*”; contratação de voluntários para os enterramentos, de enfermeiros e de farmacêutico.<sup>96</sup>

Para tornar profícuas as medidas das Câmaras foi essencial a simbiose entre medicina e Estado: uma instrumentalizava com o saber e as práticas sanitárias as políticas públicas; o outro dava legitimidade de ação e prestígio político aos doutores. Nas Câmaras, os médicos auxiliaram a elaborar preceitos que mantivessem cidades livres dos focos de miasmas. Assim, a higiene torna-se uma ciência de ação política. Uma pedagogia da saúde pública, e não mais um qualificativo apenas “do que é são”.

Ao legitimar-se cientista do corpo, dos costumes e das cidades os doutores ampliavam sua esfera jurídico-política de poder através de consultorias às Câmaras na confecção das posturas municipais. Uma ilustração deste caso ocorreu em 1854, no município da Capela-SE, numa resolução sanitária expressa no artigo 41 do seu código de posturas. Nele, determina-se que “*jamaís se julgarão infringidas as referidas Posturas sem o voto do referido Médico da Câmara*”.<sup>97</sup>

Portanto, o médico, sacramentado pelo poder público, descobriria o que o padre sabia há muito tempo, como frisa Vigarello, remetendo-se ao controle do indivíduo, da coletividade e dos espaços, com um discurso cujo estatuto ganha foros de verdade.<sup>98</sup> No Brasil, Gilberto

---

<sup>96</sup> [Ofício da Câmara Municipal ao presidente da província, Barão de Maroim. Capela, 15 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

<sup>97</sup> RESOLUÇÃO n. 408 de 21 de junho de 1854. *Collecção das leis, decretos e resoluções da província de Sergipe*. São Cristóvão: Typ. Provincial, 1854. p. 77. (BPED, DS-11).

<sup>98</sup> VIGARELLO, G. “A instauração da palavra ‘higiene’”. *O limpo e o sujo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 186-188.

Freyre anteviu com maestria este papel clerical do médico sobre as “famílias de sobrado”, especialmente com relação à esposa.<sup>99</sup>

Neste contexto, o ocidente vê nascer dois grandes mitos, segundo Foucault: o mito de uma profissão médica nacionalizada, organizada à maneira do clero e investida, ao nível da saúde e do corpo, de poderes semelhantes aos que o padre exercia sobre as almas; e o mito de um desaparecimento total da doença em uma sociedade sem distúrbios e sem paixões, restituída à sua saúde de origem. O primeiro mito impõe uma medicalização dogmática da sociedade, por uma conversão quase religiosa e a implantação de um “clero da terapêutica”; o segundo narra a medicalização de modo triunfante e negativo, pois volatiliza a doença em um meio corrigido, organizado e vigiado, onde a própria medicina se extinguiria com seu objeto e sua razão de ser. Donde a contradição manifesta entre as duas “*figuras oníricas*” (o médico-padre e o médico-asséptico).<sup>100</sup>

A partir de então, a medicina científica se impõe como discurso de verdade. Um exemplo deste estatuto e de sua força política pode ser vislumbrado num episódio, ocorrido na cidade de Laranjeiras, no auge da epidemia do cólera. A Câmara da localidade cedeu seu prédio para que funcionasse o hospital. O presidente da Casa quis reagir a esta idéia do

---

<sup>99</sup> “A mulher de sobrado foi encontrando no doutor uma figura prestigiosa de homem em quem repousar da do marido e da do padre, a confissão de doenças, de dores, de intimidades do corpo oferecendo-lhe um meio agradável de desafogar-se da opressão patriarcal e da clerical”. FREYRE, Gilberto. “A mulher e o homem”. *Sobrados e Mucambos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 121.

<sup>100</sup> FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994. p. 35.

delegado por recear uma contaminação do local.<sup>101</sup> Contudo, os vereadores deliberaram pela cessão do estabelecimento.<sup>102</sup> A ordem médico-sanitária de cuidar da saúde pública foi mais forte que o receio do presidente da Câmara. A ciência naquele momento começava a sobrepujar a política, ou melhor, a direcionar as decisões públicas.

Dos parlamentos municipais pululava um elenco de prevenções contra os focos pestilenciais expedido dentro do espírito de polícia médica. Práticas não-discursivas, como diria Foucault, são formuladas: manutenção do asseio das fontes de água pública; alinhamento e desinfecção de casas; limpeza e calçamento de praças, ruas, becos e travessas; ordenação dos enterramentos em cemitérios; proibição de animais soltos nos centros povoados; afastamento para os subúrbios de matadouros, mercados, açougues, pocilgas, olarias, curtumes, caldeireiros, fábricas de sabão, etc.<sup>103</sup> Todas as disposições faziam parte do cipoal de

---

<sup>101</sup> No mesmo dia, 27 de outubro de 1855, o delegado de Laranjeiras e o presidente da Câmara enviaram seus respectivos ofícios para a presidência da província; cada um dando suas razões sobre a improvisação da Câmara em hospital. O primeiro via o lugar como o único na cidade em condições de acomodar os doentes. O segundo dizia ser inconveniente para a salubridade pública fazer da Câmara um hospital “*por estar a mesma casa no centro da cidade, podendo assim facilmente ser infeccionada toda ella pelos ventos, como porque ficava a mesma Câmara sem ter onde fizesse suas reuniões, mas que, não obstante isso, iria reunir a Câmara para deliberar*”. O delegado venceu. Cf. [Ofício do presidente da Câmara, Pedro Alexandre Souza Telles, ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 27 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43; [Ofício de Francisco Felix de Freitas ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 27 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>102</sup> Em abril de 1856, os vereadores suplicam a interseção do presidente junto ao delegado, para que o mesmo devolvesse a Casa e retirasse os objetos ali instalados. As sessões, escrevem os edis, ocorrem ainda em casa particular do tenente Dionísio Telles de Meneses. [Ofício da Câmara Municipal ao presidente da província Salvador Correia de Sá e Benevides. Laranjeiras, 09 de abril de 1856]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 44.

<sup>103</sup> Eis alguns documentos que registram as ordens sanitárias das Câmaras municipais: [Ofício da Câmara Municipal ao presidente da província Ignácio Joaquim Barbosa. Estância, 18 de agosto de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43; [Ofício da Câmara Municipal ao 3º vice-presidente da província, José da Trindade Prado. Paço da Câmara de São Cristóvão, 19 de setembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43; [Acta da sessão extraordinária da Câmara Municipal. Maroim, 27 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886; [Ofício da Câmara Municipal ao Barão de Maroim. Vila do Rosário do Catete, 27 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43; [Ofício do presidente da Câmara Municipal, Antonio Luiz de Loureiro Maior, ao Barão de Maroim. Vila de Divina Pastora, 17 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43; [Ofício do dr. Joaquim José de Oliveira ao Barão de Maroim. Estância, 04 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886; [Ofício da Câmara Municipal ao Barão de Maroim. São Cristóvão, 27 de maio de 1856]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 44. [Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, Barão de Maroim. Aracaju, 19 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

regulamentações, com vistas a normatizar a vida nas cidades e alcançar o tão caro ideal de salubridade.

Estas posturas significam a transição das “cidades coloniais” para as “cidades modernas” com a implantação de uma nova noso-política, com fins utilitários de gestão econômica (cidade saudável, cidade produtiva); objetivo ordenado segundo as táticas de controle da moderna higiene.<sup>104</sup> Logo, a higiene, como regime de saúde das populações, “*implica por parte da medicina, um determinado número de intervenções autoritárias e de medidas de controle*”.<sup>105</sup>

Neste sentido, cabia às Câmaras o papel de fiscalizadora dos preceitos higiênicos, mais ainda, de tornar os centros povoados laboratórios de idéias inspiradas pela medicina erudita européia.<sup>106</sup>

Além do esquadramento dos espaços, as posturas visavam o controle total das populações. Sendo assim, o asseio dos ambientes e dos corpos, seria complementado com o saneamento do espírito, concorde com a moral burguesa do XIX.

No famoso dicionário de Chernoviz, dentre as precauções contra o cólera-morbo, algumas se referiam a atos morigerados e tranqüilidade do espírito: “*conservar os costumes que são bons, abandonar os máus; (...); evitar os excessos de toda a espécie e ter a vida regrada; não se deixar dominar pelos pezares e tristeza, subtrahir-se às emoções moraes*

---

<sup>104</sup> Para um perfil das cidades coloniais brasileiras quanto à topografia; urbanização; costumes; higiene e doenças, ver: ARAÚJO, Emanuel. “O cenário urbano”. *O Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997. p. 29-82.

<sup>105</sup> FOUCAULT, M. “A política de saúde no século XVIII”. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996. p. 201 e passim.

<sup>106</sup> Consulte a *COLLECCÃO das leis, decretos e resoluções da provincia de Sergipe*. São Cristóvão e Aracaju: Typ. Provincial, 1850 a 1862, 03 v. (BPED, DS-02; DS-11; DS-14).

vivas; ...”.<sup>107</sup> Mais diretamente, as “Regras” publicadas pelas províncias, em conformidade com a Junta Central de Higiene da Corte, prescrevem: “*não exceder nos prazeres venéreos e nas bebidas espirituosas*”.<sup>108</sup>

Na Bahia de 1855, autoridades, temendo a chegada do cólera, proibiram danças e batuques, além de aconselharem a proibição do funcionamento de botequins, das feiras e dos fogos de artifício durante as festividades religiosas para abrandar os espíritos amedrontados e evitar, segundo criam, o golpe dos miasmas.<sup>109</sup> Portanto, a tônica desta moral asséptica é a contenção das paixões do corpo e d’alma.

Dentro deste clima, é que em 1857, um ano após a passagem do cólera, a Câmara municipal da jovem capital, Aracaju, dispõe uma postura que ilustra a preocupação com a perturbação do espírito como uma das causas de doenças infecciosas, conforme crença da época. Tal postura estabelece que seria proibido “*vozerias, alaridos e dar gritos nas ruas sem ser por objeto de necessidade, assim como é proibido aos trabalhadores andarem gritando pelas ruas sob pena de 48 horas de prisão ou multa de quatro mil réis*”. Na mesma postura, os vereadores determinam que “*fica inteiramente vedado a qualquer pessoa lavar-se de dia nas praias, rios ou em qualquer lugar público deste município, se não estiver vestido de maneira que não ofenda à moral pública*” sob pena de multa ou prisão de quinze dias.<sup>110</sup>

Aquelas ordenações sanitárias e esta proibição de barulhos e de banhos públicos com vestes mínimas, ou sem elas, nos centros povoados, mais que um propósito visando o bem-

---

<sup>107</sup> CHERNOVIZ. *Diccionario de medicina popular*. 6ª ed. Pariz: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. v. 01, p. 583.

<sup>108</sup> “Regras Geraes Preventivas do Cholera”. In *Correio Sergipense*. Aracaju, nº 52, 10 de novembro de 1855. p. 03-04. (BPED, pacotilha 23-A).

<sup>109</sup> Cf. DAVID, O. R. “O cotidiano devassado”. *O inimigo invisível*. Salvador: Edufba/Sarah Letras, 1996. p. 61.

<sup>110</sup> RESOLUÇÃO n. 458, de 03 de setembro de 1856. *Collecção das leis, decretos e resoluções da provincia de Sergipe*. Aracaju: Typ. Provincial, 1856. p. 80-83. (BPED, DS-11).

estar social e moral, revela uma mentalidade que abomina o *modus vivendi* das cidades coloniais, ligadas, conforme a nova ordem médica, ao passado, ao atraso, à “barbárie” colonizadora. Assoma-se então um conflito entre o novo e o velho. A ciência seria um fator de “civilização” incontornável. A luz da razão científica dissiparia as trevas da velha ordem baseada na superstição e no desregramento das normas higiênico-sanitárias. Logo, a ciência, representada pela medicina, seria a alavanca do progresso em marcha para a “civilização”.<sup>111</sup>

A civilização de um povo, mede-se por seus cuidados em prover as necessidades de sua subsistência e em desenvolver os recursos de sua cultura intelectual e moral, escreveu um médico do século dezenove.<sup>112</sup>

Desta maneira, a cidade torna-se o laboratório dos ideais dos “homens de ciencia”, os quais buscavam o fim dos “vícios” ou “desregramentos”. Sendo assim, jovens banhando-se nas fontes públicas; negras mostrando túmidos seios às margens dos ribeirões nas lavagens de fim de tarde; escravos de ganho seminus pelas ruas a despertar a libido de portugueses sedentos em mangas de camisa; ou por outra, ruas apinhadas de ambulantes apregoando suas tralhas e bugigangas; moleques a gralhar com seus brinquedos; matracas trazendo as novas do dia; procissões com cânticos ao Santíssimo ou à virgem Maria; sinos anunciando a morte;

---

<sup>111</sup> MAGALHÃES, J. Lourenço de (1831-1905). *Das febres palustres...*. Bahia: Typ. do Diário, 1873. p. 4. O ideário cientificista começa a germinar no Brasil após a epidemia de 1855, e se consolida com a famosa “geração de 70”. Cf. SCHWARCZ, Lilia M. “A década de 70 ou ‘um bando de idéias novas’”. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 24-42. Em Sergipe, com a divulgação do ideário evolucionista pela elite intelectual, o programa tomou fôlego após 1887 com a fundação do *Club Democrático* na cidade de Laranjeiras-SE, por coincidência a mais dizimada pelo cólera em 1855. Entre os sergipanos, enfileiravam-se como propagadores do evolucionismo social, o médico e historiador Felisbello Freire (1858-1916); o crítico literário e folclorista Sílvio Romero (1851-1914), o advogado e político Fausto Cardoso (1864-1906) e o polígrafo João Ribeiro (1860-1934). ALVES, Francisco J. “A divulgação do evolucionismo no Brasil: aspectos do pensamento de Felisbello Freire”. *Cadernos UFS-História*. São Cristóvão/SE, v.1, n.1, p. 49-59, 1996.

<sup>112</sup> A relação entre medicina e marcha para a civilização permaneceu no ideário científico do século 20. Na década de 1930, por exemplo, um médico sergipano escreveu: “*Aproveitemos a arrancada impetuosa da Revolução [de 1930], (...) e cooperemos, denodadamente, no desenvolvimento das forças propulsoras da Civilização e do progresso*”. SOBRAL, Simeão Vieira. *A Saúde Pública em Sergipe*. Aracaju: Est. Graf. José Lins de Carvalho, 1932. p. 08.

viáticos levando o sacramento aos doentes; batuques de africanos ou ganzás de capoeiras a rodopiarem pelas ruas e vielas de cidades que ainda mantinham o ranço da ambiência patriarcal, tão bem analisadas por Gilberto Freyre, não seriam doravante permitidos.<sup>113</sup>

Estas urbes se configuravam num cenário então a ser extirpado. Donde a recém fundada Aracaju, segundo os seus médicos-veredores, deveria ser um exemplo da ordem que se proclamava, consubstanciada no espírito da higiene civilizadora, intolerante à vivacidade da alma ou à sedução da carne. As cores vibrantes dos trópicos cediam ao monocromático plúmbeo europeu. A imposição de um puritanismo vitoriano marcava as medidas daquela postura. Não apenas o espaço material, palpável, visível, habitável deveria ser disciplinado, mas também, e principalmente, os recônditos do espírito.

Anunciava-se então a figura do médico como um “herói civilizador”. Os doutores se tornaram arautos de um projeto de reforma em marcha para o ideal de “civilização”. A medicina seria então uma pedagogia moral da sociedade e os médicos seus heróis civilizadores, os iluministas nos tristes trópicos. Convencer a população sobre sua própria ignorância, em relação às questões de bem-estar social e conservação da ordem, era o escopo das táticas dos doutores para disseminar verdades da ciência contra a “barbárie”.

Caberia ao saber médico o poder de restabelecer a ordem, normalizar a sociedade em todos os campos, desde o político até o da moral. Era seu dever invocar o equilíbrio do organismo social e expurgar a desordem do tecido urbano. Este era o seu projeto. Para que se preservasse a saúde da população seria necessário, portanto, extirpar as paixões promotoras de vícios. Assim, se consolidaria o triunfo da “civilização”.<sup>114</sup>

---

<sup>113</sup> Cf. FREYRE, Gilberto. “O Engenho e a Praça; a Casa e a Rua”. *Sobrados e Mucambos*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 30-66. Especialmente páginas 33; 34; 43; 44; 47 e 48.

<sup>114</sup> Cf. MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

Contudo, é bom ressaltar que o passo para a civilização foi, de algum modo, perturbado por que muitas posturas sanitárias adormeceram na letra da lei. O número de reclamações da falta de asseio nas cidades e as descrições, nos relatórios médicos, sobre o estado sanitário dos centros urbanos, demonstram que o poder executivo, por um lado, negligenciou a efetivação de diversas posturas, e, por outro, as Câmaras relaxaram na fiscalização de suas prescrições.<sup>115</sup> Ademais, a população ainda não havia assimilado, ao menos na prática, os conselhos dos higienistas. No entanto, as posturas inauguram uma nova concepção de *modus vivendi* urbano, cujas transformações serão efetivadas com maior intensidade a partir das reformas sanitárias no Brasil das últimas décadas do século 19 e início do 20.<sup>116</sup>

Naquele momento, foi significativa a mudança na mentalidade acionada pelos saberes e práticas da medicina erudita. Modificou-se o meio e as relações humanas para a formação de uma sociedade na qual até hoje, de certa forma, nos reconhecemos. Os imperativos categóricos do saber médico-acadêmico e a força de execução do poder público, combinados, passaram a orientar hábitos, crenças e valores. Enfim, inaugura-se uma era na qual não há antro nem recanto que não seja, cada dia mais, objeto do olhar frio e penetrante da medicina e das imposições do Estado sobre a população. Esta, comprimida entre as ordens médicas e as medidas do governo, buscava outras vias de combate ao cólera-morbo de 1855.

---

<sup>115</sup> A aplicação da Lei de outubro de 1828, que dispunha sobre o poder de polícia sanitária legado às Câmaras municipais, nunca foi posta em execução, “*quer por negligência, quer por falta de interesse e recursos*”, afirmou, peremptório, um doutorando em sua tese de 1881, cujo tema versava sobre as legislações sanitárias editadas no Brasil do século 19. Cf. SANCTOS, Affonso José dos. *Regimen sanitario*. Bahia: Litho typographia de João Gonçalves Tourinho, 1881. p. 21. (Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia).

<sup>116</sup> Para as reformas e intervenções médico-sanitárias na Corte no fim do século 19, ver CHALHOUB, Sidney. “Cortiços”. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 15-59; e em Sergipe no início do século, confira 20 SANTANA, Antônio Samarone. *As febres do Aracaju* (dos miasmas aos micróbios). Aracaju: UFS, 1997. (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais).

### 3. A população contra a peste

A ação popular de preservação contra o cólera teve formas e sentidos diversos. Uns viram na fuga, individual ou coletiva, o meio preservativo mais acessível para livrar-se da sanha da peste. Outros se cotizaram para empreender comissões filantrópicas, com o fito de manter uma barreira sanitária através de uma encenação de piedade. Estoutros se resignaram a compor grupos de oração e penitência para aplacar a ira divina sobre a iniquidade humana.<sup>117</sup>

#### 3.1 Escravos e forros; livres e filantropos contra a peste

Um ato coletivo para exigir providências do poder público foi efetivado na cidade de Maroim. Setenta moradores enviaram um abaixo-assinado à presidência. Eles pediam um facultativo munido do necessário para tratar dos primeiros habitantes afetados pela doença.<sup>118</sup> Este documento indica uma preocupação de parcela da sociedade em torno das medidas governamentais frente ao fenômeno nosológico. Eram pessoas alfabetizadas e que deveriam possuir certos bens (humanos ou materiais) que seriam aviltados pela fúria da peste.

O assombro dos abastados diante da epidemia os fez estabelecer comissões filantrópicas em doze localidades da província. Tais comissões foram organizadas por pessoas gradas de diversas localidades. Estes grupos tinham como fito prestar serviços aos coléricos desvalidos como complemento aos socorros oferecidos pelo poder público.<sup>119</sup> No entanto, seu

---

<sup>117</sup> Para saber sobre as diversas reações populares na Europa durante vários surtos no século 19, ver: BARDET, J.-P.; BOURDELAIS, P. *et al* (dir.). *Peurs et terreurs face à la contagion*. Paris: Fayard, 1988. No Brasil, ver para a Bahia em 1855, DAVID, O. R. “Medos e resistências”. *O inimigo invisível*. Salvador: Edufba/Sarah Letras, 1996. p. 63-73.

<sup>118</sup> [Abaixo-assinado dos “Moradores na Cidade do Maroim” ao Barão de Maroim. Maroim, (?) outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1634.

<sup>119</sup> Ver tabela 01 das Comissões filantrópicas nos “Anexos” desta dissertação.

propósito, antes de apresentar um caráter meramente filantrópico, embutia uma preocupação sanitária. Desejava-se barrar a epidemia, tratando dos pobres, para salvaguardar o patrimônio do senhoriato rural, representado pelo plantel de escravos e pela manutenção e reprodução de uma força de reserva livre (lavradores e artesãos pobres). Interesses de ordem econômica também moviam a elite proprietária para combater o assalto do flagelo em 1855.<sup>120</sup>

Um caso raro entre os membros das comissões filantrópicas, foi o gesto do senhor de engenho em Rosário, Luiz Barbosa Madureira. Ele emprestou escravos para auxiliar nos enterramentos. Era regra, como vimos, a utilização de soldados e presos para condução e inumação dos coléricos. Tal expediente preservaria uma mão-de-obra a cada dia mais difícil por conta da proibição do tráfico em 1850. Na Bahia, quando acontecia dos escravos morrerem no trabalho das inumações, seus donos “*tratavam de pedir indenização ao governo*”.<sup>121</sup> Por isto, se explicam as dificuldades de se encontrar condutores de cadáveres tanto aqui quanto lá.<sup>122</sup> Assim sendo, praças e presos foram usados nos serviços funerais, quando não, a população era coagida a fazê-los.<sup>123</sup>

<sup>120</sup> Ver LAPA, José Roberto do Amaral. “Cólera: das alcovas à triste paixão”. Diário Oficial de Leitura. São Paulo, v. 10, nº 110, p. 06-07, julho de 1991. Consulte também sobre o assunto, no capítulo III deste trabalho no item 2. “*Pobres e órfãos: filantropia ou assepsia ?*”, quando trato da ajuda aos pobres e órfãos como uma estratégia de assepsia social, para evitar a proliferação da doença supostamente propagada pelos “vícios” das classes inferiores.

<sup>121</sup> DAVID, O. R. *O inimigo invisível*. Salvador: Edufba/Sarah Letras, 1996. p. 69.

<sup>122</sup> Na Bélgica, por conta do medo, era difícil encontrar condutores e coveiros mesmo sob pagamento no surto de cólera em 1866. POULAIN, M.; EGGERICK, T. “*L’épidémie de choléra en 1866- Le cas de la Belgique*”. In BARDET, J.-P.; BOURDELAIS, P. *et al* (dir.). *Peurs et terreurs face à la contagion*. Paris: Fayard, 1988. p. 65.

<sup>123</sup> [Ofício do presidente da Câmara, Agostinho José Ribeiro Guimarães, ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 09 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43. Em Lagarto, o subdelegado reclama o pagamento de oito soldados responsáveis pelo tratamento, condução e sepultura de coléricos para socorrer a suas precisões e “*milhormente rezistir ao insano trabalho que hoje sobre elles peza*”, salientava. [Ofício do subdelegado, Antonio Dias de Souza, ao Barão de Maroim. Lagarto, 07 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158. Um subdelegado de Laranjeiras pede 20 praças e alguns galés (condenado a prisão perpétua e a trabalhos forçados) para abrirem sepulturas ao “*extraordinário numero de corpos*”. [Ofício do subdelegado, Manoel Pinto Lobão, ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 03 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

Porém, o préstimo de condução e inumação de cadáveres tinha dois ônus para os soldados. O primeiro era físico: muitos adoeciam no contato com coléricos. O segundo era social: a aproximação dos praças junto aos cadáveres de coléricos, afastava-os de amigos ou parentes que deles corriam com medo de levar a peste para casa.<sup>124</sup>

O medo, como já foi visto, e conforme a doutrina médica de então, “*produs dysenteria, e muitos outros symptomas que se assemelham aos d’este atterrador flagello*”, anotava convicto o doutor Manuel Simões de Mello (1827-1905).<sup>125</sup>

O medo dos mortos, dos doentes e do cólera minava até um gesto de fé e piedade cristã como os enterramentos. Na vila da Divina Pastora, por exemplo, um rebanho de fiéis se esquivou de sepultar seus mortos. Pois, segundo o subdelegado, ele teve de lutar “*contra a preguiça d’uns, a má vontade d’outros, e o medo de muitos*”.<sup>126</sup>

Em relação às atitudes de medo em tempos de peste, Delumeau destaca um elemento essencial, segundo ele, para compreender a psicologia de uma população atormentada por uma epidemia, qual seja: a “*dissolução do homem mediano*”. Ele assevera que “*não se podia ser senão covarde ou heróico, sem possibilidade de acantonar-se entre os dois*”.<sup>127</sup> Engendra-se, deste modo, um universo de excessos de virtudes ou de vícios em tempos de peste.

---

<sup>124</sup> Na Comarca da Estância, por exemplo, delegados não foram receber o título para assumirem o cargo na quadra epidêmica. Pois, o substituto do delegado, Manoel Barbosa Franco Freire, fora acometido pelo cólera quando procedia à desinfecção da rua das Tripas, ficando impedido de inspecionar. [Ofício do chefe de polícia, Frederico Augusto ao Barão de Maroim. Aracaju, 17 dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

<sup>125</sup> [Ofício do dr. Manuel Simões de Mello ao Barão de Maroim. Vila de Itabaiana, 06 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>126</sup> [Ofício do subdelegado, Manoel Amasonas de Lacerda, ao Barão de Maroim. Vila de Divina Pastora, 15 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158

<sup>127</sup> DELUMEAU, J. “Tipologia dos comportamentos coletivos em tempo de peste”. *História do medo no Ocidente, 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 107-150. Citação p. 133.

No tocante à fuga, que é a mais comum das reações de medo da peste, prefiro entendê-la como uma atitude profilática da população, mormente diante de uma moléstia cuja cura era desconhecida. Portanto, não percebo neste ato, como Delumeau, gestos de covardia ou heroísmo, mas um meio preservativo da vida motivado por um sentimento de terror de uma epidemia que provocava morte súbita e humilhante degeneração do corpo, transformado em alegoria do “maligno”, daí o preconceito, o isolamento ou a exclusão dos doentes pela população. Os doentes carregariam em si as qualidades do que fosse repugnante ou assombroso, expressas na degradação corporal e nos estertores da dor.<sup>128</sup>

Tal sentimento de pavor foi experimentado na reação popular às internações nos hospitais, que eram considerados focos miasmáticos. Logo, um ambiente onde a doença, a morte e o pavor eram presentes. A proximidade dos coléricos desfigurados e o movimento de moribundos e cadáveres, provocavam um sentimento de terror.

O medo se estendia inclusive aos funcionários dos hospitais. Doutor Valois Galvão registrou que “*algumas pessoas fogem dos empregados no hospital como se fosse da peste mesma*”.<sup>129</sup> O cólera, doença cuja etiologia e natureza era incerta à época, foi confundido com aqueles que lidavam com os doentes, sendo ambos “agentes do mal”.

Outro médico, o dr. Rebello Leite (1827-1896), comentou que, para diminuir a repulsa da população, procurou empregar os seus recursos em conduzir os doentes ao hospital, e

---

<sup>128</sup> Sobre a associação metafórica da doença com o “maligno” ver, SONTAG, S. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

<sup>129</sup> [Ofício do dr. Raimundo Valois Galvão ao Barão de Maroim. Cidade de Maroim, 16 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

“fazer-lhes ver que n’elle melhor se tratarão”.<sup>130</sup> O discurso em favor do hospital representa o projeto de medicalização da doença e da morte em voga.

Não obstante a tentativa de vulgarização da medicina, o hospital passa a ser visto de forma paradoxal: por um lado, torna-se então o espaço de ensino e aprendizagem do saber e atuação da clínica médica; um espaço de cura. Por outro lado, o doente não o toma mais como um locus de assistência social como no passado, mas, afastado da família, como um “*templo da morte*”.<sup>131</sup>

Contudo, a prática da hospitalização seria paulatinamente incutida como último refúgio de cura, como ocorre ainda, ao menos em tese, em nossos dias.<sup>132</sup> Porém, nos idos de 1855, o delegado da vila da Capela relatou que alguns enfermos haviam morrido logo após ter dado entrada no hospital. Ele supunha que a mortandade tivesse ocorrido por que muitos entraram em estado adiantado, crítico, o que indica uma resistência ao nosocômio. O delegado acrescenta que “*a morte dos primeiros [coléricos] atterrou por tal modo ao povo que preferiam morrer em suas casas*”.<sup>133</sup> Percebe-se, aqui, a resistência ao tratamento hospitalar como uma forma de reação popular à internação sob controle das práticas acadêmicas ainda pouco vulgarizadas.

---

<sup>130</sup> [Ofício do dr. Tobias Rebello Leite ao Barão de Maroim. Vila de Divina Pastora, 29 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886. Neste hospital improvisado faltava até camas, ou esteira para substituí-las, e outros objetos indispensáveis para o tratamento dos coléricos. Idem, *ibidem*.

<sup>131</sup> Ver FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994. p. 17 e *passim*.

<sup>132</sup> Para saber como o hospital foi programado historicamente como instrumento terapêutico e de cura, ou como instrumento de intervenção sobre a doença e o doente, cf. FOUCAULT, M. “O nascimento do Hospital”. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996. p. 99-111.

<sup>133</sup> [Ofício do delegado Antonio Nobre d’Almeida e Castro, ao chefe de polícia. Vila da Capela, 24 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

Outro fenômeno que expressa o medo e uma forma de reação à peste é a fuga de autoridades. No auge de seus préstimos, elas davam margem a que o povo também usasse este expediente. Evitar a contaminação através da fuga se configurou numa estratégia profilática, na medida em que as pessoas duvidavam tanto da eficácia dos tratamentos quanto da natureza não contagiosa do cólera. Este fato dava lugar a desordens no dia-a-dia modorrento da província.<sup>134</sup>

O cotidiano também foi perturbado com a paralisação dos serviços públicos. Funcionários da tipografia e da fazenda provincial; dos correios e da educação foram forçados a desdobrar-se em suas tarefas com a morte de colegas, ou ainda, paralisar o expediente para tratar de parentes ou fugir com eles.<sup>135</sup>

Exemplo deste contexto de pleno alvoroço, ocorreu com a interrupção das aulas em algumas localidades. A suspensão das atividades letivas tornou-se uma outra espécie de preservativo contra o cólera. Foi assim que um professor da vila do Pé do Banco (atual Siriri) solicitou o fechamento da escola até o arrefecimento do flagelo, pois os alunos haviam abandonado as aulas: “*nem um só a freqüenta*”, escreveu.<sup>136</sup>

---

<sup>134</sup> Eis alguns manuscritos que atestam a fuga do povo, de funcionários públicos e de autoridades em Sergipe: [Ofício do vigário Francisco Xavier de Goiz Amaral, ao Barão de Maroim. Freguesia e V<sup>a</sup> de Nossa Senhora dos Campos, 18 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10; [Ofício do delegado Manoel Antonio Marques do Faro ao chefe de polícia. Vila do Rosário, 11 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351; [Ofício do subdelegado, Manoel Amasonas de Lacerda, ao Barão de Maroim. Vila de Divina Pastora, 15 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158; [Ofício do subdelegado Antonio Correia Dantas, ao Barão de Maroim. Villa de Lagoa Vermelha, 29 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158; [Ofício do vigário Domingos de Mello Resende ao Barão de Maroim. Freguesia de Itabaina, 23 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10; [Ofício do chefe de polícia ao Barão de Maroim. Aracaju, 17 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

<sup>135</sup> [Requerimento do procurador fiscal da tesouraria da fazenda provincial, Norberto José Diniz Villas-Boas, ao Barão de Maroim. Aracaju, 01 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1634; [Requerimento de José Diniz Villas-Boas ao Barão de Maroim. Aracaju, 06 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1634.

<sup>136</sup> [Comunicado do prof. Manoel Malaquias Lobão ao Barão de Maroim. Vila do Pé do Banco, 21 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

Noutra localidade, em Santa Luzia do Itanhy, o professor Rufino da Costa pediu férias antecipadas por ter sido acometido pelo cólera, quando a cidade também já estava assolada pela moléstia.<sup>137</sup> Dias depois, o professor de Santa Luzia viria a falecer.<sup>138</sup> Enquanto isto, na cidade da Estância, o colégio fora fechado ao se noticiar aproximação da epidemia que grassava ainda pela Bahia.<sup>139</sup>

A escola, sendo um ambiente onde as pessoas mantinham uma certa promiscuidade, era também evitada porque a possibilidade da corrupção aérea seria maior, facilitando a produção dos miasmas deletérios. Nas aulas, as idéias de Hipócrates talvez não comparecessem, contudo sua milenar concepção nosológica ainda impregnava o imaginário coletivo em mistura com uma crença providencial sobre as doenças. Desta maneira, alunos, professores e funcionários saíram de tropel dos colégios às igrejas em busca de proteção.

Foi assim que, expulsos os mortos, os vivos abarrotaram os templos e as ruas com procissões e ladainhas.<sup>140</sup> O apelo religioso expunha o povo a uma reação contra a peste, embora com outro significado. Se a fuga serviu de cuidado para com a vida, as rezas e

---

<sup>137</sup> [Ofício do professor Rufino José da Costa ao Barão de Maroim. Vila de Santa Luzia, 30 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 969.

<sup>138</sup> [Ofício do comissário de Instrução Geral das Aulas, Domingos Mondim Pestana, ao Barão de Maroim. Aracaju, 31 junho 1856]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 969. Além do professor de Santa Luzia, faleceram dois em Laranjeiras (Felismino Canuto de Faro e Maria Onofre do Lago); uma em Propriá (Jesuína Caetana de Mello); e um em Lagoa Vermelha – atual Boquim – (João José Teixeira Mendes). Cf. MELO, João Gomes de (Barão de Maroim). *Relatório, 27 de fevereiro de 1856*. Aracaju: Typographia Official, 1856. p. 40. (BPED, DS-1437).

<sup>139</sup> [Ofício do diretor do colégio da Estância dr. Antônio Ribeiro Lima ao Barão de Maroim. Estância, 22 janeiro 1856]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 969.

<sup>140</sup> Na Bahia, permaneceu desde o cólera de 1855, uma quadra popular que faz relação entre a mudança da imagem de São Francisco Xavier, protetor contra a peste, de seu pouso na Catedral de Salvador para a igreja da Piedade: “*Saindo Francisco/De sua morada/A tirana peste/Logo foi cessada*”. Apud PEIXOTO, Afrânio. “Pestes da Bahia”. *Breviário da Bahia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1980. p. 185.

penitências solicitavam a clemência divina para esconjurar do cristão, além da peste, a morte súbita.<sup>141</sup>

### 3.2- Os crentes contra a peste

Foi neste clima eivado de medo e de morte que circulou pela província um pequeno livro de orações para implorar a misericórdia no tempo de peste.<sup>142</sup> O opúsculo contém uma advertência; uma invocação à Virgem Maria; uma imagem da Santa (derramando sua bem-aventurança sobre a terra); sete orações e duas indulgências (uma de cem, outra de trezentos dias) concedidas pelo Papa Pio IX para aqueles que recitassem duas das preces.

Na “Advertência”, exige-se a contrição sincera do pecador para rezar as ditas orações e, assim, livrar-se da punição enviada por Deus. O cristão é chamado ao cumprimento de seus deveres morais.

A vida reformada, livre da morte pestilenta, seria uma seara onde se praticaria as virtudes, a penitência e as obras pias.<sup>143</sup> Nisto, os propósitos da igreja, à época, casavam-se com os da medicina social. Ambas pregavam um discurso de contenção das paixões mundanas. Uma vida morigerada era um objeto que pertencia, então, à ordem racional da ciência médica e à ordem transcendental da pastoral cristã. A matéria e o espírito precisariam ser disciplinados e saneados, tornar-se-iam livres da insalubridade dos “vícios” e das

---

<sup>141</sup> Sobre a história da relação do homem mantida com a morte no ocidente, ver: ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. v. 1 e 2.

<sup>142</sup> *ORAÇÕES extrahidas dos melhores livros de piedade e proprias para implorar a Misericordia de Deos no Tempo da Peste, aprovadas por sua Excellencia Reverendissima, o sr. Arcebispo da Bahia*. Reimpresso na Typ. da Villa de S. Amaro. 1855. 11p. Agradeço ao prof<sup>o</sup> José Thiago da Silva Filho, que pesquisou sobre a Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão/SE, o acesso a um exemplar original deste documento.

<sup>143</sup> “Advertencia”. *ORAÇÕES extrahidas dos melhores livros de piedade e proprias para implorar a Misericordia de Deos no Tempo da Peste...* . Reimpresso na Typ. da Villa de S. Amaro. 1855.

vicissitudes da carne. A pureza da alma se consubstanciaria na limpeza do corpo. O homem santo seria um homem são. A saúde, desta forma, era visada como um sinônimo de progresso moral e material, traços de uma civilização. Uma sociedade doente era a expressão do atraso, da degenerescência, da barbárie.<sup>144</sup>

Continuando a análise do livro de orações, na primeira e na terceira delas, Jesus é invocado para livrar o fiel da morte súbita.<sup>145</sup> Com o amparo do Cristo não se passaria desta vida para o além sem os “*Santos Sacramentos*”. A crença num trânsito feliz para a imortalidade, para a graça divina, com rezas e penitências, era uma crença antiga. A morte no medievo cristão europeu era uma crônica anunciada. Normalmente os homens eram advertidos, a morte era esperada no leito.<sup>146</sup> Além disto, acreditava-se numa vida saudável e feliz depois da morte, caso fossem cumpridos os rituais sacramentais. A esperança de um paraíso eterno era perseguida com ardor pelos crentes, que tinham medo de “*incorrer na eterna condenação*”.<sup>147</sup>

Na segunda oração, roga-se a interseção da “Santa Mãe de Deos”, invocada pelas metáforas cósmicas de “Estrella do Céu”, “Estrella do mar” e “Estrella gloriosa”, para livrar os fiéis do flagelo da peste. Sendo denominada como um astro de primeira grandeza, a santa

<sup>144</sup> Sobre a associação entre biologia, evolução e sociedade no pensamento historiográfico de um médico e historiador, Felisbelo Freire (1858-1916), ver: ALVES, Francisco José. *A marcha da civilização: uma leitura da historiografia de Felisbelo Freire*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1998. (Tese de doutorado em História Social).

<sup>145</sup> “(...). *Misericordiosissimo Senhor JESUS, pela vossa agonia, e suor de Sangue, e pela vossa sacratissima Morte vos peço me livreis de morte subita e improviza. (...)*”. *ORAÇÕES extrahidas dos melhores livros de piedade e proprias para implorar a Misericordia de Deos no Tempo da Peste...* . Reimpresso na Typ. da Villa de S. Amaro. 1855. p. 05.

<sup>146</sup> ARIÈS, Philippe. “O jacente no leito: os ritos familiares da morte”. *O homem diante da morte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. v. 1, p. 15-20.

<sup>147</sup> *ORAÇÕES extrahidas dos melhores livros de piedade e proprias para implorar a Misericordia de Deos no Tempo da Peste...* . Reimpresso na Typ. da Villa de S. Amaro. 1855. p. 08.

conseguiria se dignar em “*impedir os influxos dos astros, que por suas malignas disposições ferem ao povo com mortaes chagas*”.<sup>148</sup>

Na medicina perpetuou-se, desde a Antiguidade e Medievo europeus até o final do século 19, a crença de que os surtos epidêmicos ocorriam quando uma conjuração maligna dos astros conferia à corrupção da atmosfera uma virulência especial. Forças cósmicas interfeririam na organização telúrica. O mal seria originado no universo, passando a interferir no regime natural da terra e provocando, entre outros distúrbios, as epidemias.<sup>149</sup>

A quarta prece é uma “Jaculatória” (reza curta e “forte”) composta por três estrofes. Ela implora ao Pai, ao Filho e à Virgem Maria livrar o devoto da peste; da “cólera celeste”.<sup>150</sup> As quinta e sexta orações também suplicam a clemência do Senhor aos convertidos com o fim do flagelo. Este Senhor, diz a oração, “*que não desejais a morte, senão a penitência dos pecadores*”.<sup>151</sup>

A última oração é a de São Bernardo (Memorare). Lembra que quem acorreu aos préstimos da Virgem sempre foi atendido. Por isto, pede que a santa não despreze as súplicas da prece.<sup>152</sup>

Evidencia-se nestas orações dois motivos de ordem prática: livrar-se da peste e da morte súbita. O significado destas intenções recaía na desconfiança popular nos poderes da ciência dos homens que, contudo, não foi desprezada. Entretanto, as controvérsias e a

---

<sup>148</sup> *ORAÇÕES extrahidas dos melhores livros de piedade*. Reimpresso na Typ. da Villa de S. Amaro. 1855. p. 07.

<sup>149</sup> ROSEN, G. *Uma história da saúde pública*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994. p. 64.

<sup>150</sup> *ORAÇÕES extrahidas dos melhores livros de piedade*. Reimpresso na Typ. da Villa de S. Amaro. 1855. p. 08.

<sup>151</sup> *Ibid.*, p. 09-10.

<sup>152</sup> *Ibid.*, p. 11.

diversidade das terapêuticas, muitas vezes dolorosas, além da alta mortalidade e da resistência hospitalar eram indícios do relativo descrédito dos “crentes” na intermediação humana.<sup>153</sup>

Esta ambiência de apelo religioso, no tempo do cólera de 1855-56, é testemunhada pelo doutor Barros Pimentel (1817-1893). Ele se impressiona com o número de fiéis a suplicar pelos templos e ruas. Registra que “já he grande o numero de Famílias que têm recorrido à proteção e amparo do Manto da Divina Pastora”.<sup>154</sup> O manto da Virgem é evocado como um escudo protetor contra a peste. Seu manto funcionaria também como um filtro imunizador.

Portanto, para os crentes, a razão da cura e da salvação está no além, na divina providência. As medidas seculares seriam apenas paliativas. Devia-se cumprir os desígnios de Deus e pedir sua clemência. A origem divina das doenças permeia, tradicionalmente, o imaginário coletivo.<sup>155</sup> Logo, a intervenção celeste poderia extinguir a punição dos pecados em forma de peste.<sup>156</sup>

Sendo assim, a origem das epidemias seria, antes de tudo, moral.<sup>157</sup> No Império brasileiro, o cuidado e a vigilância com a “*higiene moral*” foram ordens eclesiásticas emitidas

---

<sup>153</sup> No Recife, durante o cólera de 1856, “a descrença reinante contra os médicos nas classes populares chegou a encapelar-se em tormenta soprada pela insuflação mais desabrida”; conf. ANDRADE, Gilberto Osório de. *A cólera-morbo...*. 2. ed. Recife: Fundaj/Editora Massangana, 1986. p. 74. Sobre as disputas na Bahia entre a medicina e a religião católica no combate ao cólera, ver: DAVID, Onildo Reis. “Medicina e Religião: duas versões sobre o cólera”. *O inimigo invisível*. Salvador: Edufba/Sarah Letras, 1996. p. 75-105.

<sup>154</sup> [Ofício do dr. José Ignacio de Barros Pimentel ao Barão de Maroim. Vila de Divina Pastora, 27 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>155</sup> DELUMEAU, J. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 113 e passim.

<sup>156</sup> Na Europa do século 19, houve manifestações religiosas para debelar o cólera como procissões noturnas, penitências, orações e litanias a implorar a clemência divina. Cf. POULAIN, M.; EGGERICK, T. “L’*épidemie de choléra en 1866- Le cas de la Belgique*”. In BARDET, J.-P; BOURDELAIS, P. *et al* (dir.). *Peurs et terreurs face à la contagion*. Paris: Fayard, 1988. p. 67-69.

<sup>157</sup> Ver SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

pelo então arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, Dom Romualdo de Seixas (1784-1860). Ele reconhecia a “*mão de Deus*” na epidemia de 1855 para punir os males: a usura, a fraude, a violência, a calúnia, a concupiscência, os desacatos e profanações à Igreja. Por ser uma “*cólera divina*”, os homens não reconheceriam sua causa, sua natureza e sua terapia pela ciência médica.<sup>158</sup> Eles seriam vítimas de sua própria iniquidade.

Traduzindo esta concepção do imaginário social sobre a origem da epidemia, o Barão de Maroim (1809-1890) escreve na abertura do seu relato: “*O cholera morbus -, esse mortífero flagello mandado por Deos às nossas plagas para castigo nosso e pouco a pouco aniquilar-nos (...), manifestou-se nesta Provincia*”.<sup>159</sup>

O suplicante, para livrar-se da peste, teria que gemer debaixo do peso dos seus pecados e prostrar-se aos pés da Virgem, para que ela estendesse o seu manto acolhedor, escudo sagrado contra a punição divina sobre as injúrias humanas.<sup>160</sup>

A população da província na quadra epidêmica de 1855 foi em busca desta proteção. Procissões de penitência e preces públicas foram o “*meio mais forte de alcançarmos da Divina Providência a extinção do mal que ora nos afflige*”, declarou o vigário geral.<sup>161</sup>

---

<sup>158</sup> Cf. DAVID, O. R. “Cólera divina”. *O inimigo invisível*. Salvador: Edufba/Sarah Letras, 1996. p.88-93.

<sup>159</sup> MELO, João Gomes de (Barão de Maroim). *Relatório..., no dia 27 de fevereiro de 1856*. Aracaju: Typographia Official, 1856. p. 01. (BPED, DS-1437).

<sup>160</sup> “ORAÇÃO de S. Bernardo, conhecida pelo nome de Memorare”. In *ORAÇÕES extrahidas dos melhores livros de piedade...*. Reimpresso na Typ. da Villa de S. Amaro. 1855. p. 11.

<sup>161</sup> [Ofício do vigário geral Ignácio Augusto da Costa Lôbo ao Barão de Maroim. Aracaju, 30 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

Os habitantes da vila do Rosário, por seu turno, enquanto também esperavam as diligências do governo para mitigar-lhes as dores, “*entoão hynos ao Altissimo*” pela saúde do presidente, afirma o delegado.<sup>162</sup>

Já na vila da Capela, dias antes do flagelo acometer seus habitantes, o delegado também informou que, pelo fato de não ter havido nenhuma providência oficial para sustar o galope da epidemia, a população só contava com “*a confiança e esperança em Deos, a quem implorão em preces, e cujo braço, justamente erguido, se procura desarmar com meios propícios da penitência e confissão*”.<sup>163</sup>

O sentido belicoso da cruzada contra a peste colérica é transferido do plano material para o metafísico. As armas das hostes cristãs, ao invés dos produtos químicos dos doutores, seriam o fervor das orações e o sacrifício das penitências. Desarmar a “mão do Senhor” com atos penitentes era uma forma de seus servos se resignarem das culpas imputadas. A construção desta imagem não soava estranha numa sociedade atravessada por uma ordem social escravocrata.

O vivente era um pecador original. A culpa, uma mácula na vida dos homens. Para pagá-la, ouviam-se os estalos das disciplinas e o planger das ladainhas. Vilas e cidades eram serpenteadas por procissões, com a notícia da proximidade ou da chegada do cólera de 1855. Promessas eram feitas e refeitas, incensos e velas acesos, confissões e sacramentos religiosamente respeitados, grupos de orações se formavam, irmandades e filantropos abriam

---

<sup>162</sup> [Ofício do delegado Leandro Ribeiro ao Barão de Maroim. Vila do Rosário, 14 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>163</sup> [Ofício do delegado Antônio d’Almeida e Castro ao chefe de polícia. Capela, 06 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

subscrições para providências necessárias. A população, apreensiva, se fiava nos santos de devoção em busca da guarda divina enquanto a peste não acometia.

As procissões de penitentes, comuns em tempos de peste, causaram a Tobias Barreto (1839-1889) uma recordação revoltante. A beatitude do povaréu impressionou sobremaneira a alma pueril do velho filósofo. Ele recorda, com rancor e repugnância, uma cena de penitentes quando menino na vila de Campos-SE (atual Tobias Barreto), onde o cólera primeiro se insinuou quando invadiu a província.

Tal cena dramática, que marcou a vida do intelectual, foi assim pincelada numa reminiscência do velho pensador:

*“Estávamos numa sexta-feira de quaresma; a multidão de devotos não cabia na igreja. A procissão saía, levando na frente a cruz e a matraca. À medida, porém, que a linha do povo se ia distendendo e tomando jeito de serpe, começavam a surgir dos esconderijos da beira do rio uns vultos brancos (...). Eram centenares de idiotas religiosos, imoralmente envoltos em alvas saias femininas, com rostos cobertos e as costas nuas, sobre as quais vibravam as disciplinas [“pedaços de navalha velha”] à esquerda e à direita, (...). O sol pendendo para o ocaso e como que olhando de soslaio para aquele quadro repugnante dava ao sangue, que já escorria do dorso dos míseros e nodoava-lhes as roupas, uma aparência de negrume, um aspecto asqueroso. Era uma coisa horrosa; mas era a religião (...). Sempre no fundo uma religião de culpados, uma religião de criminosos. E a impressão de terror, que tantas vezes experimentou o menino de outrora, não deixa de repercutir dolorosamente nas*

*idéias e sentimentos do velho de hoje ! ”.*<sup>164</sup>

Os corpos sulcados pelas disciplinas provocaram o terror no menino Tobias e o ceticismo no velho filósofo. Mas, certamente, estas lembranças do sofrimento voluntário dos penitentes não tiveram a amplitude da dor e do pavor que marcaram profundamente a memória de muitas famílias que assistiram, e sobreviveram, ao trágico espetáculo trazido à luz pela epidemia de cólera-morbo de 1855.

---

<sup>164</sup> BARRETO, Tobias. “Ensaio de Pré-História da Literatura Alemã, IV”. *Crítica de Religião*. 2ª ed. Brasília: INL; Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 237-239. Ainda hoje os cortejos de penitentes saem nos dias dos finados e na quaresma, tangendo as disciplinas e encomendando as almas em alguns Estados do Brasil, inclusive em Sergipe. Ver MELO, Floro de Araújo. *O folclore nordestino em suas mãos* (síntese de toda uma região). Rio de Janeiro: s.n., 1982. p. 199-200. Em Sergipe, a tradição dos penitentes foi anotada por DEDA, José de Carvalho. *Breféias e burundangas do folclore sergipano*. Aracaju: Livraria Regina, 1967. p. 151-152. Mais recentemente, na cidade de Laranjeiras/SE, os penitentes foram documentados por BRITO, José V. *O tradicionalismo católico no Nordeste*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe/SEEC/SUCA, 1984. p. 54-58. Desde de o século XVII, com a presença dos missionários junto aos índios, que o uso da disciplina foi documentado. “*Praticam-se disciplinas [na Semana Santa], durante três noites seguidas, tanto os portugueses como os próprios índios...*”. Cf. NANTES, Martinho de (c. 1640 – c. 1716) Pe. *Relação de uma missão no rio São Francisco*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1979. p. 16.

## À guisa de conclusão

A história da epidemia de cólera-morbo de 1855/56 apresenta aspectos que servem de reflexão. De início, ela confirma a tese, aqui defendida, que diz respeito à instituição do processo de “medicalização” da sociedade sergipana, que até hoje, *mutatis mutandis*, nos informa.

Desde o início do século 19, diversas pandemias de cólera desafiaram a medicina científica ocidental, perturbou governos e aterrorizou populações. Pois, a descoberta do agente mórbido da doença, o *Vibrio cholerae*, ocorreu somente em 1883 com os estudos de Robert Koch (1843-1910).<sup>1</sup>

Vimos que a epidemia de 1855 varou continentes, grassou pelo Império brasileiro e atingiu quase todos os pontos da província de Sergipe. Sua marcha era um enigma. O cólera “zombou” de todas as previsões, como se dizia à época. A peste perturbou, assim, o cotidiano e a ordem pública. Ademais, os cofres estavam comprometidos; a população, em sua grande maioria, era pobre, analfabeta e morava em condições precárias; a insuficiência de profissionais de saúde era fato. Havia também o parcial isolamento da província, pois as estradas eram mal conservadas e as comunicações marítimas irregulares. Além disso, o medo da doença sentido pelas autoridades e pelo povo, manifestado nas fugas, ampliou a tragédia. Tais fugas espalhavam a peste com maior rapidez.

---

<sup>1</sup> O médico alemão Robert Koch e o químico francês Louis Pasteur (1822-1895) criaram a bacteriologia médica, cujas técnicas possibilitaram o estudo, o controle e o isolamento dos agentes que causavam diversas infecções. Eles consolidaram a teoria bacteriana da doença. No entanto, a descoberta de “organismos vivos” como causadores das moléstias é antiga. Contudo, a demonstração de agentes mórbidos específicos (micróbios) só ocorreu na década de 80 do século 19. Esta fase ficou conhecida como período da “Revolução bacteriológica”, constituindo-se numa mudança paradigmática no saber médico-científico. Ver ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/Unesp; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994. p. 219-232 e passim.

Um quadro catastrófico foi pincelado com a conjugação entre as más condições sócio-econômicas da maioria; a incipiente e pouco previdente política de saúde da administração pública; a precária infra-estrutura da província para socorrer a população; os limites do saber médico-científico sobre as causas e as formas de transmissão da doença e, por fim, a proximidade geográfica entre cidades e vilas ribeirinhas, facilitando o contágio. Neste contexto, o cólera se disseminou como um rastilho de pólvora e desenhou seu mapa da morte.

No entanto, os códigos de postura, durante e após o surto colérico de 1855, são testemunhos do estabelecimento de uma mentalidade “medicalizada” sobre a organização urbana e os costumes dos sergipanos. Haja vista que, nas principais províncias do Império (Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Bahia) havia a direção da Junta e Comissões de Saúde Pública, as quais gerenciavam e arbitravam as normas calcadas na medicina social.

Assim é que, em Sergipe, os ritos fúnebres após a epidemia, por exemplo, passam do espetáculo barroco para a ordem da razão técnico-científica; da esfera religiosa para o campo da ciência; ou do templo para o cemitério extra-muro. É a epidemia que provoca a fundação de um novo “ethos” higiênico-sanitário na província sergipana.

Por outro lado, o que se pôde observar, durante o cólera, foi um descompasso entre os saberes da medicina acadêmica e sua eficácia para combater a moléstia. O poder público, por sua vez, não tinha estrutura suficiente para efetivar ações sanitárias condizentes com os conselhos higienistas, a não ser de modo emergencial.

Como exemplo, temos a medida de implantação de hospitais, lazaretos e cemitérios improvisados quando a moléstia já grassava com rigor. O mesmo aconteceu com o envio, de uma província a outra, de alimentos, ambulâncias e facultativos, sempre no auge da epidemia. Desta maneira, os serviços de socorro aos doentes e de enterramento eram feitos, quase

sempre, por voluntários ou pessoas coagidas pelas autoridades policiais. A imprevidência e a precariedade do poder público eram flagrantes.

No entanto, é preciso reconhecer, a crise epidêmica de 1855 introduziu, e de certa forma engendrou, aspectos da modernidade em Sergipe. Por exemplo, o regime de hospitalização dos doentes, ou seja, o hospital como lugar de cura e não mais de assistência filantrópica. Ou ainda, após a epidemia de cólera rompe-se com o antigo costume de inumação nas igrejas e inaugura-se a era dos enterramentos em cemitérios normatizados pela razão técnico-científica. Ademais, as municipalidades formularão posturas que cuidam de aspectos higiênico-sanitários com maior rigor, ao menos em tese, com respeito à reordenação dos sítios urbanos. Enfim, a epidemia de cólera-morbo provoca o início de uma nova mentalidade condizente com o que se denomina de modernidade médico-sanitária e urbanística.

No bojo da instituição do processo de medicalização no tempo do cólera de 1855, têm-se a fiscalização sanitária dos portos e decretação de quarentenas. Elas foram relaxadas para evitar a paralisação do comércio e o prejuízo à indústria açucareira. Donde sobressaiu a adoção, pelo governo imperial e provincial, da doutrina médica “infeccionista” que pregava o caráter não-contagioso do cólera, mas sim um envenenamento miasmático. Por conseguinte, a suspensão do rigor fiscal nas barras de exportação e importação de cargas e passageiros foi sancionada. Isto implicou também na intensidade de migração do flagelo.

Semelhante situação se verifica quanto à desobediência às posturas municipais. O cumprimento de muitas delas será reclamado até um bom termo do século 19 e início do 20.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> O médico sergipano Lourenço de Magalhães (1831-1905) escrevia em 1873 sobre a falta de higiene pública e, por conseguinte, desobediência às Posturas Municipais: “*Se volvermos os nossos olhos para as cidades, encontraremos muitos outros elementos de insalubridade, que corrompem largamente o ar e aviltam o organismo humano*”. MAGALHÃES, José Lourenço de. *Das febres palustres e particularmente da febre pseudo-continua em Sergipe*. Bahia: Typographia do Diário, 1873. p. 03.

Mesmo diante de tanta improvisação e descaso, as medidas adotadas pela medicina científica em voga para debelar a epidemia tinham alvo certo: as chamadas “classes inferiores”. Desta forma, as ações adotadas pelo governo e pela elite proprietária, baseadas naquele saber, para cuidar dos doentes no tempo do cólera, sobretudo os desvalidos, confirmam as hipóteses de nossa pesquisa, na medida em que possuíam significados de caráter disciplinar (pois forçavam a mudança de hábitos no que diz respeito ao tratamento dos doentes em hospitais e de enterramento em cemitérios extra-muros); de caráter moralizador (porquanto visava a abolir os “vícios” imputados aos pobres pela medicina burguesa – alcoolismo, imprevidência higiênica, desregramento sexual e moral, superstição, etc.); e de caráter filantropo-profilático (pois a elite urbana e o senhoreado rural queriam resguardar suas vidas e escravatura, ao tempo em que cumpriam seus deveres de piedade cristã com o auxílio aos desvalidos).

Paralela às ações do governo, viu-se a organização da sociedade civil, em várias cidades da província, para combater a peste.<sup>3</sup> Na falta de um corpo médico organizado as Comissões Filantrópicas o substituíam. Tais Comissões resguardavam um cuidado tanto piedoso quanto político e profilático, ao tratar de doentes desvalidos como “foco miasmático”. Portanto, elas também constituíram-se em dispositivos de controle das “classes inferiores”, utilizando-se do discurso higienista, legitimado pelo poder público, para alcançar a salubridade social.

Embora os dispositivos de controle do governo estivessem calcados nas doutrinas da medicina social (caracterizada pela imbricação entre médicos e poder público), consolidadas no Império desde o ano de 1832 com a fundação das Faculdades de Medicina da Bahia e Rio

---

<sup>3</sup> Ver tabela n. 01 nos “Anexos”.

de Janeiro, a província de Sergipe era desguarnecida de um corpo médico organizado, apelando para a importação de facultativos. Alguns destes, dentre os poucos locais, por sua vez, davam prioridade aos socorros de sua clientela privativa nos engenhos, como ocorreu na cidade de Laranjeiras/SE, ficando o auxílio aos outros enfermos ainda mais comprometido.

Diante desta situação, a população via nas forças sobrenaturais, no apelo religioso, a via de salvação contra a peste ou a morte súbita. Portanto, no período houve uma intensificação da religiosidade em forma de orações impressas, rezas públicas, procissões e penitências. Os mortos foram “expulsos” dos templos pelos médicos para ceder espaço aos crentes com medo da peste.

O medo do contágio também provocava fugas da população. No imaginário coletivo, esta era uma maneira de se preservar do mal reinante que causava a degenerescência do corpo ou a morte súbita.

A morte repentina era evitada, pois se desejava ser enterrado após os sacramentos devidos o que representava uma passagem garantida para o “céu” com a proteção dos santos.

Quanto à degeneração do corpo provocada pelo cólera, ela era caracterizada como uma possessão do “maligno”. Fugir às “garras” inclementes do demônio, diga-se à peste, era uma espécie de profilaxia alternativa da população, sobretudo diante de uma medicina acadêmica pouco acreditada no período. Por outro lado, a fuga ajudava disseminar a epidemia através dos que levavam o agente mórbido incubado. Pelo fato deste agente ser desconhecido à época, a doença se alastrava a perturbar o cotidiano.

O cotidiano das cidades entrou em grande desordem.

No tocante às feiras, importante acontecimento social, elas foram paralisadas ou diminuídas, comprometendo o comércio provincial.

No que diz respeito ao serviço público, paralisado por conta da morte de servidores ou funcionando precariamente durante a epidemia, ele foi também comprometido por funcionários que prevaricaram num momento de pânico generalizado. A especulação de remédios e alimentos, além da corrupção de agentes na fiscalização, ou ainda as suspeitas de furto de alimentos enviados aos coléricos e o relaxamento da observação dos doentes para quarentena nas barras foram fatores de desordem moral que contribuíram para o recrudescimento da peste.

Em síntese, é a partir de 1855 que se funda em Sergipe uma cultura ordenada pela prática e discurso propagados pela moderna medicina social, também conhecida por medicalização.

Por fim, as atitudes, os estragos e embaraços por que passou a província no tempo do cólera de 1855 ainda estão muito presentes. O medo do “assalto” ou de uma “invasão” por epidemias continua, paradoxalmente, a rondar mentalidades nimamente “medicalizadas” e cidades cada vez mais globalizadas.

## Fontes e Bibliografia

### 1. Fontes Manuscritas (dispostas em ordem cronológica)

#### Arquivo Público do Estado de Sergipe – APES

[Ofício do administrador do Correio Geral de Sergipe, Joaquim de Melo Cardoso, ao presidente da província, Ignácio Joaquim Barbosa. São Cristóvão, 07 de fevereiro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 2241.

[Ofício da Câmara Municipal ao presidente da província, Ignácio Joaquim Barbosa. Estância, 18 de agosto de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Ofício da Câmara Municipal ao presidente da província, Barão de Maroim. Vila de Campos, 11 de setembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Ofício da Câmara Municipal ao presidente da província, Barão de Maroim. Itabaiana, 18 de setembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Ofício da Câmara Municipal ao 3º vice-presidente da província, José da Trindade Prado. Paço da Câmara de São Cristóvão, 19 de setembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Ofício do vigário Antônio Joaquim Pitanga ao vice-presidente da província, José da Trindade Prado. Vila do Espírito Santo, 21 de setembro de 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

[Ofício do inspetor de quarterião, José Ignácio Pereira, ao presidente da província. Buracão, termo de Santo Amaro, 22 de setembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1962.

[Comunicado do dr. José Maria de Souza Ribeiro ao Juiz de Direito, José Saraiva Salomão. Vila do Lagarto, 26 de setembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

[Ofício do Barão de Maroim ao administrador da Mesa de Rendas da cidade da Estância. Aracaju, 28 de setembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Abaixo-assinado dos “Moradores na Cidade do Maroim” ao presidente da província, Barão de Maroim. Vila de Maroim, (?) outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1634.

[Ofício da Câmara Municipal ao presidente da província, Barão de Maroim. Vila de Simão Dias, 06 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Ofício do provedor de saúde pública Joaquim José de Oliveira ao Barão de Maroim. Estância, 08 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do presidente da Câmara, Antonio Luiz de Loureiro, ao Barão de Maroim. Vila de Divina Pastora, 08 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Correspondência do dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque ao Barão de Maroim. São Cristóvão, 09 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 13 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício da Câmara Municipal ao Barão de Maroim. Cidade de Laranjeiras, 16 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Ofício do dr. Manoel Antunes de Salles ao Barão de Maroim. Vila do Lagarto, 18 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do subdelegado, Francisco Barreto de Faria e Mello, ao Barão de Maroim. Riachão, 20 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Abaixo-assinado enviado ao Barão de Maroim. Lagarto, 21 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do dr. Manoel Antunes de Salles ao Barão de Maroim. Lagarto, 21 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do dr. Antônio da Silva Daltro ao Barão de Maroim. Vila de Campos, 24 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício dos doutores José Cândido e Francisco Alberto de Bragança ao Barão de Maroim. Cidade de Laranjeiras, 27 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício de Francisco Felix de Freitas ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 27 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Acta da sessão extraordinária da Câmara Municipal. Maroim, 27 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício da Câmara Municipal ao Barão de Maroim. Itabaiana, 27 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Ofício do presidente da Câmara, Pedro Alexandre Souza Telles, ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 27 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Ofício da Câmara Municipal ao Barão de Maroim. Vila do Rosário do Catete, 27 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Ofício da Câmara Municipal ao Barão de Maroim. Divina Pastora, 29 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Ofício do juiz municipal, Pedro Leão Velloso, ao Barão de Maroim. Cidade de São Cristóvão, 29 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>3</sup>, v. 17.

[Ofício do dr. Francisco Jacinto Silva Coelho ao Barão de Maroim. Riachão, 30 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do dr. Antônio da Silva Daltro ao Barão de Maroim. Vila de Campos, 30 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do dr. Manoel Antunes de Salles ao Barão de Maroim. Vila do Lagarto, 30 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do vigário geral, Ignacio Augusto da Costa Lobo, ao Barão de Maroim. Aracaju, 30 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

[Ofício do dr. Manoel Antunes de Salles ao Barão de Maroim. Vila do Lagarto, 31 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do dr. José Antônio de Freitas Junior ao Barão de Maroim. Aracaju, 31 de outubro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Carta do dr. João de Carvalho Borges ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 01 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do subdelegado José Francisco Pinheiro ao Barão de Maroim. Vila de Itaporanga, 02 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Ofício do subdelegado João José do Monte ao Barão de Maroim. Japarutuba, 02 de novembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Ofício do vigário, José Evangelista de Campos, ao Barão de Maroim. Itaporanga, 02 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

[Ofício do Barão de Maroim ao Ministro do Império. Aracaju, 03 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 102. fls. 177-180.

[Ofício do subdelegado, Manoel Pinto Lobão, ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 03 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Ofício do dr. Joaquim José de Oliveira ao Barão de Maroim. Estância, 04 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do Provedor de saúde do porto da Cotinguiba, Guilherme Pereira Rebello, ao Barão de Maroim. Aracaju, 04 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 2209.

[Ofício do presidente da província de Sergipe, Barão de Maroim, ao Ministro do Império. Aracaju, 05 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 102, fl. 181.

[Ofício do presidente da Câmara, Agostinho José Ribeiro Guimarães, ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 05 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Requerimento da professora Guilhermina Maria de Mendonça ao Barão de Maroim. Aracaju, 06 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1634.

[Ofício do dr. Manuel Simões de Mello ao Barão de Maroim. Vila de Itabaiana, 06 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do delegado Antônio Nobre d'Almeida e Castro ao chefe de polícia. Capela, 06 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

[Ofício do subdelegado Antônio Dias de Souza ao Barão de Maroim. Vila do Lagarto, 07 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Ofício do Provedor de saúde do porto da Cotinguiba, Guilherme Pereira Rebello, ao Barão de Maroim. Aracaju, 07 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 2209.

[Ofício do subdelegado, Alexandrino Cândido Sobral, ao Barão de Maroim. Barra dos Coqueiros, 09 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[“Modo de usar dos medicamentos que compõe a ambulância da Barra dos Coqueiros” pelo dr. Freitas Junior. Aracaju, 09 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do presidente da Câmara, Agostinho José Ribeiro Guimarães, ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 09 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Ofício do juiz municipal, Francisco Maria Dias de Menezes, ao Barão de Maroim. Vila de Propriá, 10 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>3</sup>, v. 17.

[Ofício do dr. Joaquim José de Oliveira ao Barão de Maroim. Cidade da Estância, 11 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do delegado Urbano Joaquim Soledade ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Estância, 11 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

[Ofício do presidente da Câmara, Agostinho José Ribeiro Guimarães, ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 12 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Ofício do presidente da província de Sergipe, Barão de Maroim, ao Ministro do Império. Aracaju, 13 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 102. fl. 182.

[Ofício do subdelegado, Alexandrino Cândido Sobral, ao Barão de Maroim. Barra dos Coqueiros, 13 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Ofício do chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito, ao Barão de Maroim. Aracaju, 14 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

[Ofício do subdelegado, Antônio Saturnino de Lima Costa, ao Barão de Maroim. Vila de Maroim, 14 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Ofício do dr. Raimundo de Valois Galvão ao Barão de Maroim. Cidade de Maroim, 14 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do delegado Leandro Ribeiro ao Barão de Maroim. Vila do Rosário, 14 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do delegado Francisco Felix de Freitas Barreto ao Chefe de Polícia. Laranjeiras, 14 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

[Ofício do subdelegado, José Francisco Pinheiro, ao Barão de Maroim. Itaporanga, 15 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Ofício da Câmara Municipal ao Barão de Maroim. Capela, 15 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Ofício do Barão de Maroim ao doutor Antônio Ribeiro Lima. Aracaju, 16 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244. fl. 22-23.

[Ofício do dr. Raimundo Valois Galvão ao Barão de Maroim. Cidade de Maroim, 16 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do presidente da Câmara, Antônio Luiz de Loureiro, ao Barão de Maroim. Vila de Divina Pastora, 17 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Ofício do subdelegado, Antônio de Loureiro Fraga, ao Barão de Maroim. Vila do Rosário, 18 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Ofício do dr. José Ignacio de Barros Pimentel ao Barão de Maroim. Divina Pastora, 18 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do dr. Raimundo de Valois Galvão ao Barão de Maroim. Cidade de Maroim, 18 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do vigário Francisco Xavier de Goiz Amaral, ao Barão de Maroim. Freguesia e V<sup>a</sup> de Nossa Senhora dos Campos, 18 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

[Ofício do chefe de polícia ao Barão de Maroim. Aracaju, 19 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

[Ofício do delegado Urbano Joaquim Soledade ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Estância, 19 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

[Ofício do dr. José Ribeiro Sanches ao Barão de Maroim. Vila de Santo Amaro, 20 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Comunicado do dr. Rozendo Constancio de Sousa Britto ao Barão de Maroim. Santo Amaro, 20 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do dr. Joaquim Sobral Pinto ao Barão de Maroim. Villa da Capella, 21 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Comunicado do professor Manoel Malaquias Lobão ao Barão de Maroim. Villa do Pé do Banco, 21 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do vigário Gonçalo Vieira de Mello ao Barão de Maroim. Freguesia do Pé do Banco, 21 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

[Ofício do presidente da província, Barão de Maroim, ao presidente da Bahia. Aracaju, 22 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 88. fl 125.

[Ofício do juiz municipal, Paulo Freire de Mesquita Barreto, ao Barão de Maroim. Vila de Nossa Senhora do Socorro, 22 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>3</sup>, v. 17.

[Ofício do delegado José da Silva Travassos ao chefe de polícia. Santo Amaro, 22 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

[Ofício do chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito, ao Barão de Maroim. Aracaju, 23 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

[Ofício do dr. Manoel Antônio Marques de Faria ao Barão de Maroim. Rosário, 24 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do delegado Jerônimo Vieira Bastos ao chefe de polícia. Villa Nova, 24 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

[Carta do dr. João Ferreira de Brito Travassos ao Barão de Maroim. Engenho do Rio Vermelho, 25 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do delegado José da Silva Travassos ao chefe de polícia. Santo Amaro, 25 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

[Ofício do dr. Manuel Nunes Affonso de Britto ao Barão de Maroim. Vila do Rosário, 26 de novembro de 1855]. Ms.-APES fundo G<sup>1</sup>, v.1886.

[Ofício do dr. José Ignacio de Barros Pimentel ao Barão de Maroim. Vila de Divina Pastora, 27 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do juiz municipal, Pedro Leão Velloso, ao Barão de Maroim. São Cristóvão, 27 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>3</sup>, v. 17.

[Ofício do dr. Manoel Antônio Marques de Faria ao Barão de Maroim. Rosário, 28 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do dr. Manuel Nunes de Britto ao Barão de Maroim. Propriá, 28 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do subdelegado Antonio Correia Dantas, ao Barão de Maroim. Villa de Lagoa Vermelha, 29 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Ofício do dr. Tobias Rebello Leite ao Barão de Maroim. Vila de Divina Pastora, 29 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do Barão de Maroim, ao delegado da Estância. Aracaju, 30 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244. fl. 02.

[Ofício do Barão de Maroim ao dr. Joaquim José d'Oliveira, provedor de saúde pública. Aracaju, 30 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244. fl. 04.

[Ofício do professor Rufino José da Costa ao Barão de Maroim. Vila de Santa Luzia, 30 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 969.

[Ofício do dr. Raimundo de Valois Galvão ao Barão de Maroim. Cidade de Maroim, 30 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

[Ofício do presidente da Câmara ao Barão de Maroim. Vila da Capela, (?) dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Requerimento do procurador fiscal da tesouraria da fazenda, Norberto José Diniz Villas-Boas, ao Barão de Maroim. Aracaju, 01 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1634.

[Ofício do vigário Elizário Vieira Muniz ao Barão de Maroim. Freguesia do Socorro, 02 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

[Ofício do subdelegado, Antônio Carneiro de Menezes, ao Barão de Maroim. Santa Rosa, 03 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Ofício do presidente da Câmara, Agostinho José Ribeiro Guimarães, ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 03 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Ofício do subdelegado Antônio Pedro Machado d'Araújo ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Aracaju, 04 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

[Ofício do chefe de polícia ao Barão de Maroim. Aracaju, 05 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

[Ofício do subdelegado, Manoel de Souza Macieira, ao Barão de Maroim. Vila de Maroim, 05 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Ofício do subdelegado de Divina Pastora, João Bento Resende, ao Barão de Maroim. Arraial do Bomfim, 05 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Correspondência de Cândido do Prado Pinto ao Barão de Maroim. Aracaju, 05 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1634.

[Requerimento de José Diniz Villas-Boas ao Barão de Maroim. Aracaju, 06 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1634.

[Ofício do subdelegado José Antônio de Sá Menezes ao Barão de Maroim. Vila do Pé do Banco, 09 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Ofício do vigário José Cardoso da Fraga ao Barão de Maroim. Freguesia de Vila Nova, 10 de dezembro de 1855.]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

[Ofício do vigário João Saraiva Salomão ao Barão de Maroim. Freguesia de N. Sra. da Piedade do Lagarto, 10 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

[Ofício do vigário, Gonçalo Vieira de Mello, ao Barão de Maroim. Freguesia do Pé do Banco, 10 de dezembro de 1855]. Ms. – APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

[Ofício do Barão de Maroim à Câmara de Simão Dias. Aracaju, 11 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244. fl. 26.

[Ofício do chefe de polícia ao Barão de Maroim. Aracaju, 11 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

[Ofício do delegado Manoel Antonio Marques do Faro ao chefe de polícia. Vila do Rosário, 11 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

[Ofício do vigário José Joaquim de Vasconcellos ao Barão de Maroim. Cidade de Maroim, 12 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

[Ofício do delegado Manoel Antônio Marques de Faria ao Barão de Maroim. Rosário, 12 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Ofício do Juiz Municipal, Luiz Barbosa Accioli de Brito, ao Barão de Maroim. Cidade de Laranjeiras, 15 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>3</sup>, v. 17.

[Ofício do subdelegado, Manoel Amasonas de Lacerda, ao Barão de Maroim. Vila de Divina Pastora, 15 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Ofício da Câmara Municipal ao Barão de Maroim. Vila de Itaporanga, 16 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Ofício do delegado José Martins Fontes ao chefe de polícia. Itabaianinha, 16 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

[Ofício do delegado José da Silva Travassos ao chefe de polícia. Santo Amaro, 16 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

[Ofício do chefe de polícia Frederico Augusto Xavier de Brito ao Barão de Maroim. Aracaju, 17 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

[Ofício do juiz municipal, Pedro Leão Velloso, ao Barão de Maroim. São Cristóvão, 17 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>3</sup>, v. 17.

[Ofício do subdelegado, Manoel Menezes de Souza Macieira, ao Barão de Maroim. Cidade de Maroim, 18 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Ofício do delegado José Martins Fontes ao chefe de polícia. Itabaianinha, 18 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

[Ofício do delegado Francisco Antônio de Oliveira Ribeiro ao chefe de polícia. Estância, 19 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

[Ofício do delegado Manoel José d'Andrade ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Vila de Simão Dias, 19 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

[Ofício da Câmara Municipal ao Barão de Maroim. Vila do Espírito Santo, 20 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Ofício do delegado Jerônimo Vieira Bastos ao chefe de polícia. Vila Nova, 21 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

[Ofício do Barão de Maroim ao Juiz Municipal da Estância. Aracaju, 22 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244. fl. 07.

[Ofício do subdelegado, Manoel de Mello Telles, ao Barão de Maroim. Villa de Itabaiana, 22 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Ofício do vigário Domingos de Mello Resende ao Barão de Maroim. Freguesia de Itabaina, 23 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

[Ofício do delegado Antonio Nobre d'Almeida e Castro ao chefe de polícia. Capela, 24 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

[Ofício do chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito, ao Barão de Maroim. Aracaju, 26 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

[Ofício do subdelegado José Francisco Pinheiro ao Barão de Maroim. Vila de Itaporanga, 27 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Ofício do subdelegado José Antônio de Mendonça ao Barão de Maroim. Vila do Espírito Santo, 27 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Ofício do delegado José T. de Souza ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Villa de Itabaiana, 28 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

[Ofício do vigário Antônio Joaquim Pitanga ao Barão de Maroim. Arraial dos Campinhos (termo do Espírito Santo), 28 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

[Ofício do presidente da província, Barão de Maroim, ao presidente da província do Pará. Aracaju, 29 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 88. fl. 144.

[Ofício do subdelegado João Goes ao Barão de Maroim. Povoado Campinhos (termo da Vila do Espírito Santo), 29 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[Ofício do chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito ao Barão de Maroim. Aracaju, 29 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

[Ofício da Câmara Municipal ao Barão de Maroim. Vila do Espírito Santo, 29 de dezembro de 1855]. Ms. – APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

[Ofício do subdelegado Antônio Pedro Machado d'Araújo ao Barão de Maroim. Aracaju, 31 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

[“Mappa da mortalidade da freguesia de S. Félix da Pacatuba, pelo pároco Manoel Alves, desde o dia 05 de novembro de 1855 em que n'ella se declarou o cholera até 31 de dezembro”]. Ms-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

[Ofício do Barão de Maroim ao delegado de Simão Dias. Aracaju, 03 de janeiro de 1856]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244. fl. 15.

[Ofício do Barão de Maroim ao juiz municipal de São Cristóvão. Aracaju, 08 de janeiro de 1856]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 257.

[Ofício do Barão de Maroim ao Juiz de Direito da Estância. Aracaju, 10 de janeiro de 1856]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244. fl. 10.

[Ofício do presidente da província, Barão de Maroim, ao ministro do Império. Aracaju, 12 de janeiro de 1856]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 102. fl. 192-193.

[Ofício do diretor do colégio de Estância dr. Antônio Ribeiro Lima ao Barão de Maroim. Cidade da Estância, 22 de janeiro de 1856]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 969.

[Ofício do Barão de Maroim ao Juiz municipal de Itabaianinha. Aracaju, 24 de janeiro de 1856]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244. fl. 25.

[Ofício do presidente da província, Barão de Maroim ao ministro do Império. Aracaju, 31 de janeiro de 1856]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 102. fl. 195-196.

[Ofício do Barão de Maroim ao presidente da província da Bahia. Aracaju, 11 de fevereiro de 1856]. Ms. APES-fundo G<sup>1</sup>, v. 88. fl. 152.

[Ofício do administrador do Correio Geral de Sergipe, Conrado Carneiro de Meneses, ao presidente da província Salvador Correia de Sá e Benevides. Aracaju, 03 de abril de 1856]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 2241.

[Ofício da Câmara Municipal ao presidente da província, Salvador Correia de Sá e Benevides. Laranjeiras, 09 de abril de 1856]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 44.

[Ofício da Câmara Municipal ao presidente da província. São Cristóvão, 27 de maio de 1856]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 44.

[Ofício da Câmara municipal ao presidente Salvador Correia de Sá e Benevides. Estância, 04 de junho de 1856]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 44.

[Ofício da Câmara municipal ao presidente Salvador Correia de Sá e Benevides. Cidade de Laranjeiras, 14 de junho de 1856]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 44.

[Ofício do comissário de Instrução Geral das Aulas, Domingos Mondim Pestana, ao presidente da província. Aracaju, 31 de junho de 1856]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 969.

## **2. Universidade Federal de Sergipe/Departamento de História/Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH): (cópias do Arquivo Nacional – Seção dos Ministérios, cota IJ<sup>1</sup> 392).**

[CARTA de Silvério (José Gomes) a Silva Gomes. Aracaju, 08 de dezembro de 1855]. Ms.-PDPH/DHI/UFS, caixa 136.

[CARTA de Antônio Pedro Machado d'Araújo a seu pai. Aracaju, 04 de janeiro de 1856]. Ms.-PDPH/DHI/UFS, caixa 136.

[CARTA do juiz Antônio Joaquim da Silva Gomes ao Imperador D. Pedro II. Aracaju, 14 de março de 1856]. Ms.-PDPH/DHI/UFS, caixa 136.

## **3. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS):**

[CARTA do dr. Antônio Nobre de Almeida e Castro ao dr. Leandro Bezerra Monteiro. Capela, 12 de novembro de 1855]. Ms. da seção sergipana do IHGS, caixa 14.

[CARTA do Barão de Maroim ao Coronel João Dantas Martins dos Reis. Aracaju, 12 de dezembro de 1855]. Ms. da seção sergipana do IHGS, caixa 14, doc. 135.

## Fontes Impressas

### 1. Crônicas, Ensaios, memórias, cartas e diário

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Fac-símile da edição de 1711. Recife: Indústria Gráfica Brasileira, 1969.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe: 1859*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

BARRETO, Tobias. "Ensaio de Pré-História da Literatura Alemã, IV". *Crítica de religião*. 2ª ed. Brasília: INL; Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 237-239.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. (1ª edição de 1817).

JABOATAM, Antonio de Santa Maria. "Novo Orbe Seráfico Brasileiro". *Revista do IHGS*. Aracaju, v. 2, fasc.1, 1914. (1ª ed., Lisbôa 1761).

NANTES, Martinho de, Pe. *Relação de uma missão no rio São Francisco*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1979. (Brasiliiana, v. 368).

PEDRO II, D. "Diário do Imperador D. Pedro II na sua visita a Sergipe em Janeiro de 1860". *Revista do IHGS*. Aracaju, v. XXI, n. 26, p. 64-78, 1961-1965.

SCHRAMM, Adolphine (1826-1863). *Cartas de Maruim*. Traduzidas por José Edgard da Mota Freitas. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/UFS, 1991.

SOUZA, Marcos Antônio de. "Memoria sobre a Capitania de Serzipe: sua fundação, população, productos e melhoramentos de que é capaz. Anno de 1808". *Revista de Aracaju*. v.19, n. 01, p. 09-46, 1943.

TRAVASSOS, Antônio José da Silva. "Apontamentos historicos e topographicos sobre a Provincia de Sergipe". *Revista Trimensal do IHGS*. Aracaju, v.3, fasc. I- IV, p. 83-122, 1916. (1ª edição de 1860).

## 2. Dicionários e Atlas

- ALMEIDA, Cândido Antônio Mendes de (org.). *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868. (Acervo da BC/Unicamp, OR/ETA-12.81/AL64a).
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular*. 6ª ed. Pariz: A. Roger e F. Chernoviz, 1890. 3v.
- LANGGAARD, Theodoro. *Diccionario de medicina doméstica e popular*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1873. (1ª edição de 1865).
- SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Brazil*. Pariz: J.-P. Aillaud Guillard, 1863. 2v.

## 3. Ensaaios médicos, epidemiológicos e Teses de medicina

- CARDOSO, Sebastião. *Pantanos*. Bahia: Typographia do Diario da Bahia, 1879. (tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia). Acervo da BPED, BT-007.
- DERIZANS, Benito. "O cholera epidêmico de Larangeiras, e o seu melhor tratamento com o sulphato de quinina". Paris: Imprimerie V. Éthiou-Pérou, 1876. In *Miscellanea*, BPED, DS-854).
- MAGALHÃES, José Lourenço de. *Das febres palustres e particularmente da febre pseudo-continua em Sergipe*. Bahia: Typographia do Diário, 1873. In *Miscellanea*, BPED, DS-764).
- SANCTOS, Affonso José dos. *Regimen Sanitario*. Bahia: Litho Typographia de João Gonçalves Tourinho, 1881. (tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia). BPED, BT-003).
- SNOW, John. *Sobre a maneira de transmissão do cólera*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.
- STUDART, Guilherme (Barão de). *Pathologia histórica brasileira: documentos para a história da pestilência da bicha ou males*. Fac-símile da edição de 1896. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Climatologia, epidemias e endemias no Ceará*. Fac-símile da edição de 1909. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.
- TEOPHILO, Rodolpho. *Variola e vacinação no Ceará*. Fac-símile da edição de 1904. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

#### 4. Ficção

SOUZA, Constantino José Gomes de. *O desengano*. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo, 1871.

#### 5. Relatórios, leis, mensagens e ofícios

ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Matta, dr. *Relatorio acerca do estado sanitario da cidade de Larangeiras, em 10 de junho de 1856*. Aracaju: Typographia Official, 1856. p. 13-18. (BPED, DS.1437).

ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatorio apresentado à Assembléia Provincial de Sergipe no dia 04 de março de 1861*. Aracaju: Typographia Provincial, 1861. (BPED, DS - 1438).

BARBOSA, Ignacio Joaquim. “Falla que dirigiu à Assembléa Legislativa Provincial no dia 20 de abril de 1854 o Exmo. Sr. Presidente da Provincia”. *Revista do IHGS*. Aracaju, v.3, fascículo I-IV, p. 07-44, 1916.

BROTERO, João Dabney d’Avellar. *Relatório com que foi entregue a administração da provincia de Sergipe no dia 07 de março de 1859 ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Manuel da Cunha Galvão*. Aracaju: Typographia provincial, 1859. (BPED, DS – 1438).

GALVÃO, Manuel da Cunha. *Relatorio com que foi aberta a 2ª Sessão da duodecima legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 27 de abril de 1859*. Bahia: Typographia de Carlos Pogetti, 1859. (BPED, DS-1438).

---

. *Relatorio apresentado à Assembléia Provincial de Sergipe no dia 05 de março de 1860*. Bahia: Typographia Pogetti de Catelina & Co., 1860. (APES, caixa-02- doc. 02).

---

. *Relatorio com que foi entregue a administração da Provincia de Sergipe no dia 15 de agosto de 1860 ao Ilmo. e Exmo. Snr. doutor Thomaz Alves Junior*. Sergipe: Typographia Provincial, 1860. (BPED, DS-1438).

GAMA E SILVA, José Joaquim (ed.). “Officio do Dr. Antônio Corrêa de Lacerda à Câmara municipal de Belem sobre a Cholera-morbus. Belém do Grão Pará, 08 de agosto de 1834”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 5, v. 78, 1888, p. 154-155.

LEIS provinciais de Sergipe. Aracaju: Typ. Provincial, 1850-1862. (BPED, DS – 02, 11 e 14).

LEIS da Assembléia Provincial de Sergipe. Aracaju: Typ. Provincial, 1864. (APES, LS- cx.2).

MELO, João Gomes de, (Barão de Maruim). *Relatório com que foi entregue a administração da Província de Sergipe no dia 27 de fevereiro de 1856 ao Illm. e Exm. Snr. Dr. Salvador Correia de Sá Benevides pelo 1º vice-presidente da mesma Província o Exm. Snr. Barão de Maroim*. Aracaju: Typographia Official, 1856. In Misselânea, BPED-DS-1437.

MENDONÇA, Joaquim Jacinto de. *Relatório com que foi aberta a 2ª sessão da 14ª legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 04 de março de 1863*. Aracaju: Typographia Provincial, 1863. (BPED, DS – 1439).

PRADO, José da Trindade. *Relatório apresentado pelo terceiro Vice-Presidente desta Província, Commendador José da Trindade Prado, por ocasião de passar a administração da mesma Província ao primeiro Vice-Presidente, Barão de Maroim no dia 26 de Setembro de 1855*. Aracaju, *Correio Sergipense*, n. 45, 3 de outubro de 1855. (Cópia de Misselânea, acervo da BPED – DS, 1435).

REBELLO, Guilherme Pereira & ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Matta. “Officio da Comissão nomeada para dar seu parecer acerca das condições higiênicas da capital do Aracaju. Aracaju, 29 de junho de 1856”. In *Miscelânea*, BPED, DS-1437).

SÁ E BENEVIDES, Salvador Correia de. *Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 02 de julho de 1856*. Bahia: Typographia Carlos Poggetti, 1856. In *Misselânea*, BPED, DS – 1437).

SÁ E BENEVIDES, Salvador Correia de. *Relatório com que foi aberta a 2ª sessão da undécima legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 01 de fevereiro de 1857*. Aracaju: Typographia Provincial, 1857. (BPED, DS – 1437).

SÁ E BENEVIDES, Salvador Correia de. *Relatorio com que foi entregue a administração da Província de Sergipe no dia 11 de abril de 1857*. Aracaju: Typographia Provincial, 1857. (BPED, DS-1438).

## 6. Orações

“ORAÇÕES extrahidas dos melhores livros de piedade e próprias para implorar a Misericórdia de Deos no Tempo da Peste, approvadas por sua Exellencia Reverendissima, o Sr. Arcebispo da Bahia.” Reimpresso na typ. da Villa de S. Amaro, 1855.

## 7. Periódicos

*Annaes Brasilienses de Medicina*. Rio de Janeiro, v. VII-X, n. 01-08, 1851-1856. (Microfilmes do Arquivo Edgar Leuenroth-AEL, MR-1706).

*Correio Sergipense*. São Cristóvão/Aracaju, n. 05 a 55, janeiro a novembro de 1855. (BPED, pacotilha 23-A).

## Bibliografia

### 1. Livros, teses e artigos

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

ABREU, Márcia. *Histórias de cordéis e folhetos*. Campinas: Mercado de Letras/ALB, 1999.

AGUIAR, Manoel Pinto de. *Mandioca – pão do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Alagoas nos tempos do cólera*. São Paulo: Escrituras, 1996.

ALMEIDA, Maria da Glória S. de. “Estrutura de Produção: a crise de alimentos na província de Sergipe”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n.27, p.15-39, 1965-1978.

\_\_\_\_\_. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. *Nordeste Açucareiro (1840-1875): Desafios num processo do vir- a-ser capitalista*. Aracaju: UFS/SEPLAN/BANESE, 1993.

ALVES, Francisco José. “A divulgação do Evolucionismo no Brasil: aspectos do pensamento de Felisbello Freire”. *Cadernos UFS-História*. São Cristóvão, v.1, n.1, 1996. p. 49-59.

\_\_\_\_\_. *A marcha da civilização: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1998. (Tese de doutorado em História Social).

AMORIM, José Pimentel de. *Medicina popular em Alagoas: rezas e benzeduras nas doenças e ensalmos outros*. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura, 1959.

ANDRADE, Gilberto Osório de. *A cólera-morbo: um momento crítico da história da medicina em Pernambuco*. 2. ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1986.

ANDRADE, Helvécio de. “A medicina em Sergipe durante um século”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, ano V, v.5, p. 99-117, 1920.

ANDRADE, Maria Cleide Leite. *Epidemia, medo e devoção: Aspectos devocionais no município de Campo do Brito-SE (1910-1915)*. São Cristóvão/SE: UFS/DHI, 1999. (monografia de licenciatura em História).

ANDRADE JÚNIOR, Péricles Morais de. *Sob o olhar diligente do pastor: a igreja católica em Sergipe (1831-1926)*. São Cristóvão/SE: UFS/NPPCS, 2000. (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais).

- ARAÚJO, Acrísio Torres. *História de Sergipe*. 2. ed., Aracaju: J. Andrade, 1967.
- ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- \_\_\_\_\_. *O homem diante da morte*. 2. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. 02 v.
- ARTAUD, Antonin. *O teatro e seu duplo*. São Paulo: Max Limonad, 1987.
- ATLAN, Henri et al. "Georges Duby". *Idéias contemporâneas: entrevistas do Le Monde*. São Paulo: Ática, 1989. p. 90-98.
- AZEVEDO, Thales de. *Pragas e chagas na poesia et coetera*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1992.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BARBOZA, Naide. *Em busca de imagens perdidas: Centro Histórico de Aracaju, 1900 – 1940*. Aracaju: Fundação Cultural Cidade de Aracaju, 1992.
- BARDET, Jean-Pierre; BOURDELAIS, Patrice et al. *Peurs et terreurs face à la contagion: choléra, tuberculose, syphilis - XIX<sup>e</sup> e XX<sup>e</sup> siècles*. Paris: Fayard, 1988.
- BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Campinas: Unicamp, 1999. (Tese de doutorado em História).
- BIER, Otto. *Microbiologia e Imunologia*. 30. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994.
- BILSON, Geoffrey. *A darkened house: cholera in nineteenth-century Canada*. Toronto: University of Toronto Press, 1980.
- BOURDELAIS, Patrice; RAULOT, Jean-Yves. *Une peur bleue: histoire du choléra en France (1832-1854)*. Paris: Payot, 1987.
- BRAGANÇA, Antônio Militão de. *A varíola em Laranjeiras (1911-1912)*. Aracaju: Typ. Xavier, 1912.
- BRAGANÇA, José Lopes. *Sergipe por um óculo*. Belo Horizonte: Carneiro e cia., s. d.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1991.

- BRITO, José Valfran. *O tradicionalismo católico no Nordeste*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe/SEEC/SUCA, 1984.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- BURKE, Peter. “Unidade e variedade na história cultural”. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 233-267.
- CAMUS, Albert. *A peste*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- CARDOSO, Amâncio. “‘O desengano’: artes de curar em Sergipe no século XIX”. *Revista da Academia Sergipana de Letras*. Aracaju, n. 34, dez. 1999/jan. 2000. p. 265-273.
- CARDOSO, Amâncio. “Barão de Maruim, ‘o administrador do cólera’ ”. *Jornal da Cidade*. Aracaju, n. 8359 e 8360, 23 e 24 de maio de 2000. p. B-06.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.
- CASCUDO, Luís da Câmara. “Mitos e realidades da cozinha africana no Brasil”. *História da alimentação no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1983. v. 02.
- \_\_\_\_\_. *Civilização e cultura*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Locuções tradicionais no Brasil: coisas que o povo diz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1986.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- COSTA e SILVA, Cândido da; AZZI, Riolando. *Dois estudos sobre D. Romualdo de Seixas*. Salvador: UFBA/CEB, 1981.
- CRAVEIRO COSTA. *Maceió*. 2. ed. Maceió/Al: SERGASA, 1981.
- CRUZ E SILVA, Maria Lúcia Marques. *Inventário Cultural de Maruim*. Aracaju: Secretaria Especial de Cultura, 1994.

- CUETO, Marcos. *El regreso de las epidemias: salud y sociedad en el Perú del siglo XX*. Lima: IEP, 1997.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 20. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.
- DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA / Sarah Letras, 1996.
- DARNTON, Robert. "A História das mentalidades". *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 225-255.
- DEDA, José de Carvalho. *Breféias e burundangas do folclore sergipano*. Aracaju: Livraria Regina, 1967.
- DELAPORTE, François. *Le savoir de la maladie: essai sur le choléra de 1832 à Paris*. Paris: PUF, 1990.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *Cólera: representações de uma angústia coletiva (a doença e o imaginário social no século XIX no Brasil)*. Campinas/SP: Unicamp, 1997. 02 v. (Tese de doutorado em História).
- ECO, Umberto. *Como se faz uma Tese*. 14. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.
- EVANS, Richard J. "Epidemics and revolutions: cholera in nineteenth-century Europe". *Past and Present*. Cambridge, 1992.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1989.
- FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. (Org.). *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_ et al. *O homem e o discurso*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.

- FREIRE, Laudelino. *História de Sergipe: Resumo didactico para o uso das Escolas Públicas Primárias*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1898.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- GARCIA MARQUES, Gabriel. *O amor nos tempos do Cólera*. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GUEDES, Dionéia G. de Medeiros; CEBALLOS, Beatriz S. O. *História (e estória) passada e presente de epidemias de cólera: Campina Grande no contexto paraibano*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- KOTHE, Flávio. *A alegoria*. São Paulo: Ática, 1986.
- LAPA, José Roberto do Amaral. "Cólera: das alcovas à triste paixão". *Diário Oficial de Leitura*. São Paulo, v. 10, n. 110, p. 06-07, julho de 1991.
- LEACH, Edmund Ronald. "Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal". In DA MATTA, Roberto (Org.). *Edmund Ronald Leach: Antropologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 170-198.
- LEAL, Vinícius Barros. *História da medicina no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social. 1979. v. 1.
- LEFEBVRE, Georges. *La grande peur de 1789*. Paris: Armand Colin, 1988.
- LE GOFF, Jacques; NORA, P. (Org.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LE GOFF, Jacques (dir.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LE GOFF, Jacques *et al.* *As Doenças têm História*. 2. ed. Lisboa: Terramar, 1997.
- LEIS e decretos do Estado de Sergipe de 1926*. "Regulamento do Serviço Sanitário do Estado de Sergipe.". (Decreto n. 947 de 21 de agosto de 1926). p. 263-357.
- LIMA, Tânia Andrade. "Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX". *História, Ciência e Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. II, n. 3, p. 44-96, nov. 1995 - fev. 1996.
- LIMA, Jackson da Silva. *Os estudos antropológicos, etnográficos e folclóricos em Sergipe*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe/SEEC/SUCA. 1984.
- LIRA NETO. *O poder e a peste: a vida de Rodolfo Teófilo*. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

- LOYOLA, Maria Andréa. *Médicos e curandeiros: conflito social e saúde*. São Paulo: Difel, 1984.
- MACHADO, Roberto *et al.* *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MANDROU, R. "A história das mentalidades". In VV. AA. *História e historicidade*. Lisboa: Gradiva, 1988. p. 67-75.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. "Medicamentos secretos: saberes e poderes". *Cadernos de História Social*. Campinas/SP, n 05, Abril/1997. p. 03-12.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX: uma província no Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- McNEILL, William H. *Plagas y pueblos*. Madrid: Siglo XXI, 1984.
- MELO, Floro de Araújo. *O folclore nordestino em suas mãos (síntese de toda uma região)*. Rio de Janeiro: s.n., 1982.
- MOTT, Luiz R. B. *A feira de Brejo Grande: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do Baixo São Francisco*. Campinas: Unicamp/IFCH, 1975. (Tese de doutorado em Ciências Sociais).
- MOTT, Luiz R. B. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986.
- NABUCO, Joaquim. *A Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NOVAIS, Fernando A. (Coord.Geral). *Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil, v. 2).
- NUNES, Maria Thetis. *História de Sergipe a partir de 1820*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.
- OLIVA, Terezinha A. de ; SILVA, Milton B. da. "Documentos sobre a epidemia de cólera em Sergipe no século XIX". *Cadernos UFS- História*. São Cristóvão/SE, v. 2, n. 3, jul/dez. 1996. p. 119-124.
- PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História econômica de Sergipe: 1850-1930*. Aracaju: UFS, 1987.
- PEIXOTO, Afrânio. *Um século de cultura sanitária*. São Paulo: Bibliotheca d' "Estado de São Paulo". 1923.

- PIMENTA, Tânia Salgado. "Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-1828)". *História, Ciências e Saúde*. Rio de Janeiro, v. V, n. 2, p. 349-372, jul.-out. 1998.
- PORTER, Roy. "Perplexo com palavras difíceis: os usos do jargão médico". In BURKE, Peter; PORTER, Roy (Org.). *Línguas e jargões: contribuições para uma história social da linguagem*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.
- PORTO, Fernando. *A cidade de Aracaju, 1855-1865: ensaio de evolução urbana*. Aracaju: Livraria Regina, 1945.
- POTKOV, Lev. *Um mundo que não vemos*. Lisboa: Europa-América, 1961.
- PRADO, A. de Almeida. *As doenças através dos séculos*. São Paulo: São Paulo Médico, 1944.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RIBEIRO, João. *A língua nacional*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. (1ª edição 1921).
- RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.
- ROCHA, Antônio Penalves. "Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira". *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Humanitas, v. 20, n 39, p. 37-68, 2000.
- ROSEN, George. *Da polícia médica à medicina social: ensaios sobre a história da assistência médica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1994.
- ROSENBERG, Charles. *The cholera years – The United States in 1832, 1849 and 1866*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- RUFFIÉ, Jacques; SOURNIA, Jean-Charles. *Les épidémies dans l'histoire de l'homme*. Paris: Flammarion, 1993.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.
- SALLES, Carlos André. *Você em tempo de cólera*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1991.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas/SP: Unicamp/IFCH, 1995. (Dissertação de Mestrado em História Social).

- SANTANA, Antônio Samarone de. *As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju: UFS/NPPCS, 1997. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).
- SANTIAGO, Enoch. “O Dr. Ignácio Joaquim Barbosa e a cidade de Aracaju”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, v. 3, fasc. I – IV. p. 55-79, 1916.
- SANTOS, Alckmar Luiz dos. “Símbolo X Alegoria: alguns aspectos teóricos”. *Revista Remate de Males*. Campinas, n. 10, p. 13-21, 1990.
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História da Medicina no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1947. 02 v.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. *Para entender o texto: leitura e redação*. 13. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, José Calazans Brandão da. *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: Governo de Sergipe – FUNDESC, 1992.
- SOBRAL, Simeão Vieira. *A saúde pública em Sergipe*. Aracaju: Est. Graf. José Lins de Carvalho, 1932.
- SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Aids e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- TAUNAY, Alfredo D’Escragnolle. (Visconde de). *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1921.
- TRÍPOLI, Mailde Jerônimo. “Cólera-morbo: ontem e hoje”. *Boletim do Centro de Memória/Unicamp*. Campinas, v. 03, n. 05, jan./jun. 1991.
- TRONCA, Ítalo. *As máscaras do medo: lepra e aids*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- TUCHMAN, Barbara Wertheim. *Um espelho distante: o terrível século XIV*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- VIANNA, Arthur. *As epidemias no Pará*. 2ª ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1975.
- VIGARELLO, George. *O Limpo e o Sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*. Lisboa: Fragmentos, 1988.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- VV. AA. *Tipos e aspectos do Brasil*. 10ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

WARREN, Donald. "A medicina espiritualizada: a homeopatia no Brasil do século XIX". *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 88-107, 1986.

WYNNE, João Pires. *História de Sergipe: 1575-1930*. Rio de Janeiro: Pongetti, s.d., v.1.

## 2. Obras de Referência

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883-1902. 07 v.

CAPELATO, Maria Helena. *Produção histórica no Brasil, 1985-1994*. São Paulo: ANPUH/CNPQ, 1995. 3 v.

CENSO Demográfico - Sergipe 1991 – Famílias e domicílios. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1997.

DICIONÁRIO de autores brasileiros: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia. Organizado pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador: CDPB; Brasília: Senado Federal, 1999. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira)

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GUARANÁ, Manoel Armindo C. (org.). "Estado de Sergipe: jornais, revistas e outras publicações periódicas de 1832 a 1908. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo especial, v. 1, parte 2, p. 776-813, 1908.

\_\_\_\_\_. *Diccionario bio-bibliographico sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

*Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Sob a direção de Rubens Borba e William Berrien. Brasília: Senado Federal, 1998.

SILVA, Zenilde de Jesus. "Resumo Histórico [dos municípios sergipanos]". *Boletim do Arquivo Público Estadual*. Aracaju, nº 1, p. 03-24, 1984.

UNIVERSIDADE Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas [Normas para Apresentação de Documentos Científicos]. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000. v. 2, 4, 6 e 7.

# Anexos

**Tabela 01**  
Comissões Filantrópicas para socorro dos coléricos em SE:  
1855-1856

LOCALIDADE	FILANTROPO	PROFISSÃO	SERVIÇOS PRESTADOS
Santo Amaro	Antônio José da Silva Travassos	Fazendeiro e Empresário	Importou, reimprimiu e distribuiu receitas do PA, AL, PE, BA, RJ às Câmaras da Província e construiu um hospital improvisado.
São Cristóvão	Antônio Joaquim da Silva Gomes; José Gonsalves Barrozo	Juiz de Direito Vigário	Prestaram serviço de enfermagem e forneceram medicamentos e dietas
Aracaju	Major Sebastião José Basílio Pyrrho; José Moreira Guerra	Engenheiro militar; Capitão do Porto	Prestaram "socorros humanitários".
Barra dos Coqueiros	Joaquim Aurélio Wanderley; Luiz Francisco de Mello Cavalcante; José Francisco de Moura	Capitães	Prestaram "socorros humanitários" auxiliados pelo Major Pyrrho
Japarutuba	José Luiz de Góes	Tenente	Prestou serviço de enfermagem
Pacatuba e Villa Nova	Thomaz Pinheiro de Souza Costa; Manoel Joaquim da Silva e Oliveira	Coronel Padre	Serviram de "Médicos e enfermeiros, fazendo os fornecimentos precisos"
Missão de Japarutuba	João Ferreira de Britto Travassos João José do Monte; Manoel José do Nascimento	Médico Sub-delegado Capitão	Prestaram serviços médicos e de enfermagem
Capela	Joaquim Sobral Pinto; Guilherme José Vieira	Médico Negociante	Prestaram serviços médicos e de enfermagem
Divina Pastora	Felix Zeferino Cardoso; Gustavo Prospero da Silva Travassos	Capitão Tenente	Prestaram serviço médico e de enfermagem
Rosário	Antonio Barreto de Menezes;  Luiz Barbosa Madureira  Joaquim Rodrigues Dantas Portella;	Tenente  Proprietário de Engenho  Capitão	Organizou sociedade de pessoas pobres para prestarem-se como enfermeiros; Emprestou escravos e carros para sepultar os corpos; Forneceu carne e mantimentos para os doentes.
Maroim	Francisco Teixeira Bastos; José Rodrigues Vieira e Almeida	Negociante Militar (Major)	Prestou serviços de primeiros socorros
Povoado Bom Jesus	Francisco de Faro Motta Leitão	Proprietário de engenho	Forneceu Medicamentos e dietas

**Tabela 02**  
 Relação da mortalidade oficial causada pelo cólera-morbo  
 Província de Sergipe  
 Set. 1855 – Jan. 1856

Cidade de Larangeiras	<b>3.500</b>
Villa do Lagarto	<b>1.374</b>
Villa do Socorro	<b>1.306</b>
Villa de Própria	<b>1.246</b>
Villa da Capella	<b>1.000</b>
Villa do Rozário	<b>925</b>
Cidade da Estância	<b>890</b>
Villa da Itaporanga	<b>852</b>
Freguesia do Pé do Banco	<b>686</b>
Villa de Simão Dias	<b>506</b>
Villa Nova do Rio de São Francisco	<b>401</b>
Villa de Itabaiana	<b>338</b>
Freguesia da Pacatuba	<b>311</b>
Cidade de São Christóvão	<b>300</b>
Missão da Japaratuba	<b>297</b>
Villa de Santo Amaro	<b>275</b>
Villa de Itabaianinha	<b>201</b>
Capital do Aracaju	<b>142</b>
Villa de Santa Luzia	<b>134</b>
Villa do Espírito Santo	<b>132</b>
Villa de Nossa Senhora dos Campos	<b>89</b>
Freguesia do Campo do Brito	<b>66</b>
Arrayal dos Pintos	<b>66</b>
Barra dos Coqueiros	<b>46</b>
Villa de Divina Pastora	<b>20</b>
Districto dos Enforcados	<b>19</b>
<b>TOTAL</b>	<b>15.122</b>

**Observações:** Não se recebeu na Secretaria até esta data os mappas dos fallecidos do cholera morbus na Cidade de Maroim, onde o flagello fez extrago, e no Districto de Santa Roza.

**Fonte:** MELO, João Gomes de (Barão de Maroim). *Relatório com que foi entregue a província de Sergipe no dia 27 de fevereiro de 1856...* . Aracaju: Typ. provincial de Sergipe, 1856. tabela n. 07 em anexo.

**Tabela 03**  
 Mapa do número de habitantes  
 Província de Sergipe  
 1860

LOCALIDADES	POPULAÇÃO
Aracaju (com distrito de Santo Antônio e N. Sra. de Socorro)	6.364
Laranjeiras (com os povoados Pintos e Bom Jesus)	9.105
Maroim (com o povoado Caitetu)	4.149
Santo Amaro (com povoado Porto das Redes)	4.812
Rozário	2.928
Capella (com os povoados Cedro e Dores)	6.761
Divina Pastora	3.256
Pé do Banco	3.493
Estância (com os povoados Sacco e Parida)	8.243
Chapada	3.529
Santa Luzia	4.755
Espírito Santo	1.875
Campos	3.899
Itabaianinha	5.638
Lagarto (com os povoados Riachão e Lagoa Vermelha)	6.520
Geru	163
Itabaiana	7.879

Santa Rosa	3.419
São Cristóvão	5.969
Itaporanga	6.017
Simão Dias	6.174
Campo do Brito	2.000
Própria	8.518
Villa Nova	3.676
Brejo Grande	1.835
Pacatuba	2.000
Porto da Folha	5.910
<b>TOTAL</b>	<b>128.887</b>

Fonte: VILAS BOAS, Manoel Diniz. "Mapa da divisão eleitoral da província de Sergipe ...". In GALVÃO, Manuel da Cunha. *Relatório apresentado à Assembléa provincial de Sergipe, no dia 05 de março de 1860*. Bahia: Typographia Poggetti de Catelina e Comp., 1860. Tabela n. 02.

# ORAÇÕES

EXTRAHIDAS DOS MELHORES LIVROS  
DE

DIEDADE

E

PROPRIAS PARA IMPLORAR

A

MISERICORDIA DE DEOS

NO

*Tempo da Peste,*

APPROVADAS POR SUA EXCELLEN-  
CIA REVERENDISSIMA, O SR.  
ARCEBISPO DA BAHIA.

---

REIMPRESSO

NA TYP. DA VILLA DE S. AMARO.

1855.